



**Universidade Federal de Ouro Preto  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais  
Departamento de História  
Programa de Pós-Graduação em História**

**WEDER FERREIRA DA SILVA**

***COLONIZAÇÃO, POLÍTICA E NEGÓCIOS: TEÓFILO BENEDITO OTTONI E A  
TRAJETÓRIA DA COMPANHIA DO MUCURI (1847-1863)***

**Dissertação de mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal de Ouro Preto como  
requisito parcial para a obtenção do título de  
Mestre em História.**

**Orientador:** Prof. Dr. Valdeci Lopes de Araujo

Mariana,  
Junho de 2009

**WEDER FERREIRA DA SILVA**

***COLONIZAÇÃO, POLÍTICA E NEGÓCIOS: TEÓFILO BENEDITO OTTONI E A  
TRAJETÓRIA DA COMPANHIA DO MUCURI (1847-1863)***

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo (presidente)

Universidade Federal de Ouro Preto

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Andréa Lisly Gonçalves

Universidade Federal de Ouro Preto

---

Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães

Universidade Federal Fluminense

**RESUMO:**

Este trabalho pretende analisar o significado político e econômico da trajetória da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri, empresa fundada em 1847 que atuou no propósito de criar uma nova rota comercial em Minas Gerais. Ao longo da década de 1850, seu principal idealizador, o político liberal Teófilo Benedito Ottoni lançou-se no ambicioso plano de conquista e colonização do vale do Mucuri através da construção de estradas, de núcleos urbanos, de portos e do incremento da imigração estrangeira. O estudo da evolução da empresa entre 1847 e 1863 oferece-nos uma boa mostra de como se movimentavam os interesses políticos e econômicos no complexo cenário do Segundo Reinado.

**Palavras-chave:** *colonização; política; negócios.*

**ABSTRACT:**

This text intend to examine the political and economical meaning of The Commercial and Navigation Company of the River Mucuri, which was founded in 1847 and worked with the purpose of creating a new business rote in Minas Gerais. During the 1850's, the liberal politician Teófilo Benedito Ottoni and the company principal idealist undertook the ambitious plan of conquest and colonization of the Mucuri Valley from the construction of roads, urban centers, ports and from foreigner immigration to the region. The study of the company evolution between 1847 and 1863 offer us a good example of how the political and economical interests surrounded by the complex Second Reign scenery.

**Keywords:** *colonization; politics; business.*

*À memória de Paulino da Silva Lisboa  
e de Antônio José dos Santos,  
conquistadores do Mucuri.*

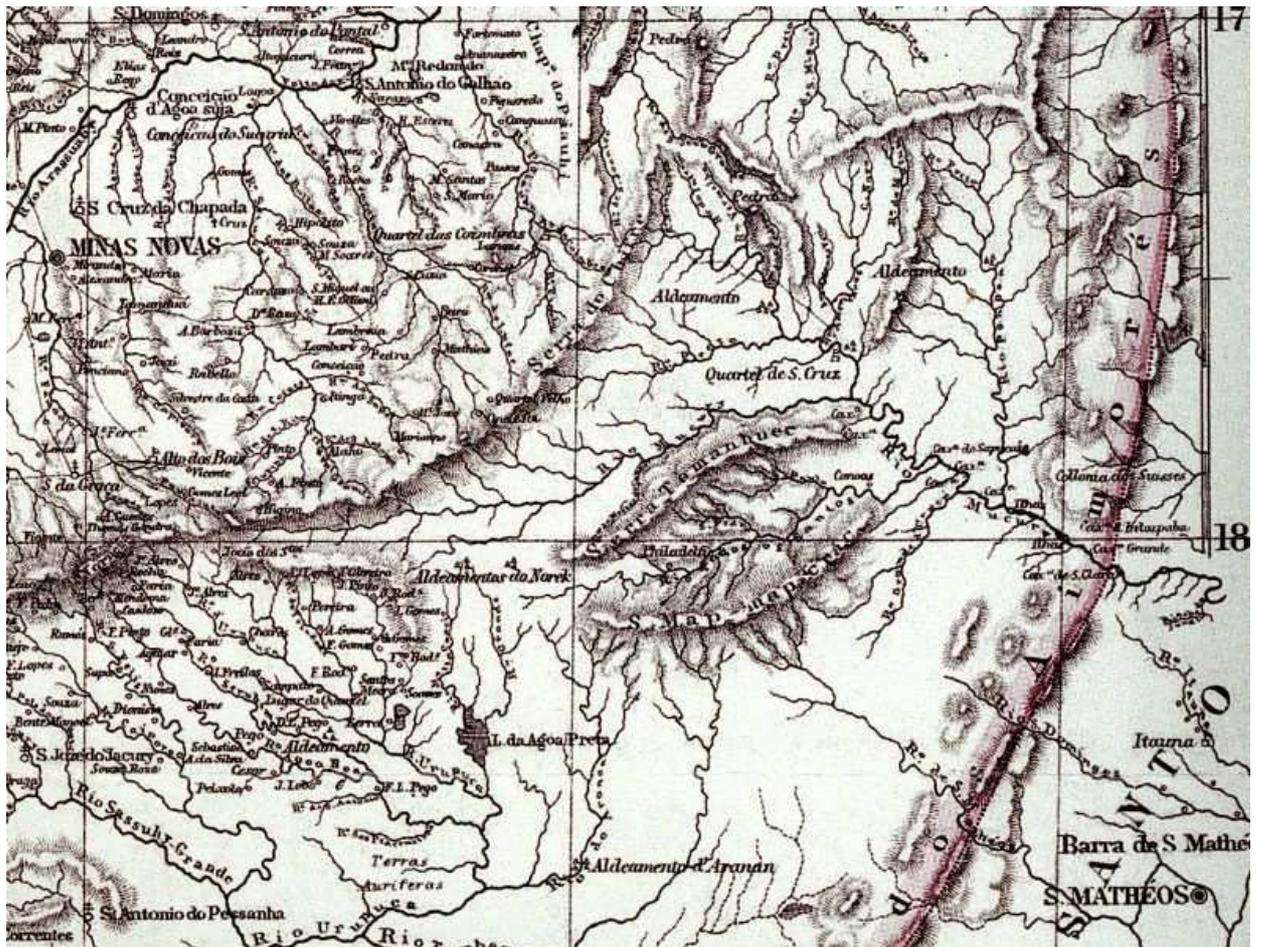
*“Arrisquei um cento de vezes a minha vida, arruinei a minha saúde e sacrifiquei os meus interesses.*

*Foi mister sujeitar-me ao agro viver das mais inóspitas brenhas. Era somente cada ano quando volvia ao Rio de Janeiro, que eu avaliava o insano da luta em que estava empenhado. Então, comparando as doçuras do lar doméstico com a vida agreste das selvas, confesso que me arrependia do passo temerário. Mas de volta ao Mucuri, a imaginação predominava, e por entre espinhos via somente flores. [...]*

*Oh! Que emoções me assaltavam quando a cruzar as veredas dos selvagens eu era detido aos gritos: \_\_\_ Pojirum! Pojirum!” [...]*

[Teófilo Benedito Ottoni. *Circular* de 1860]

Figura 1



Detalhe da *Karte der Brasiliann Provinz Minas Gerais*, encarte de *A província Brasileira de Minas Gerais*, de H. G. Halfeld e J. J. von Tschudi.

## **AGRADECIMENTOS:**

Ao término desta pesquisa, gostaria de prestar meus agradecimentos a diversas pessoas que por motivos vários contribuíram para o desenvolvimento e concretização deste trabalho. Em primeiro lugar, gostaria de deixar registrada a minha imensa gratidão ao meu orientador, o professor Valdei Lopes de Araujo. Agradeço pela sua generosidade e pela orientação sempre atenta e rigorosa. Ao desenvolver este trabalho tive a boa fortuna de receber a orientação de um dos principais estudiosos do tema que pesquiso. Agradeço aos professores Renato Pinto Venâncio, Ronaldo Pereira de Jesus e Helena Mollo pelas considerações feitas ao meu trabalho durante o período das disciplinas do programa de pós-graduação. Às professoras Andréa Lisly e Cláudia Chaves sou grato pelas relevantes sugestões durante os exames de Qualificação.

Registro também meu agradecimento aos colegas do programa de pós-graduação, principalmente Diego Omar, Welber Santos, Ricardo Oliveira pela troca de experiência e pelo diálogo sempre fértil. A Vanuza Braga, Keila Carvalho, Janaína Cordeiro, Daniel Precioso, Henrique Fonseca, Bruno Andrade, Alex Caldas, Júlia Lettícia Camargos, Rafael Lara e Jonas Lara pela amizade e convivência agradável e instigante.

Aos colegas da *Revista Cadernos de História*, Rafael Fani, David Lacerda, Flávia Varella, Walkíria Oliveira, Eduardo Gerber e aos novos membros do conselho editorial do periódico, agradeço pelo comprometimento e pelo rico aprendizado.

Aos meus pais, Nair e Idimar, e a toda minha família agradeço pelo apoio que se mostra sempre fundamental para a continuidade dos meus estudos em terras distantes do convívio familiar. Por fim, sou grato à Fundação de Amparo à Pesquisa de

Minas Gerais (FAPEMIG) pela concessão da bolsa de estudos junto ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto.

## SUMÁRIO:

<b>Introdução.....</b>	<b>12</b>
<b>Capítulo 1 – A Companhia do Mucuri: Modelos e Horizontes.....</b>	<b>20</b>
<i>I - As comarcas do Serro Frio e do Jequitinhonha: do sertão ao litoral.....</i>	<i>20</i>
<i>II – A gestação da idéia e a divulgação do projeto.....</i>	<i>38</i>
<i>III – A incorporação da empresa.....</i>	<i>55</i>
<b>Capítulo 2 - A Companhia do Mucuri e a Dialética da Colonização.....</b>	<b>69</b>
<i>I – O fim do Quinquênio Liberal e os seus reflexos na Companhia do Mucuri.....</i>	<i>69</i>
<i>II – A conquista do Mucuri e a questão indígena.....</i>	<i>78</i>
<i>III – O período da Conciliação e as realizações materiais.....</i>	<i>99</i>
<b>Capítulo 3 - A Formação de Filadélfia e a Colonização Estrangeira.....</b>	<b>115</b>
<i>I - A Filadélfia do sertão.....</i>	<i>115</i>
<i>II – A colonização estrangeira.....</i>	<i>136</i>
<b>Capítulo 4 – O Ocaso do Projeto Mucuri.....</b>	<b>144</b>
<i>I – A crise da colonização estrangeira e “a tempestade encomendada”.....</i>	<i>144</i>
<i>II – O esgotamento da política de Conciliação e o fim da Companhia do Mucuri....</i>	<i>164</i>
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>178</b>
<b>Fontes e Bibliografia.....</b>	<b>180</b>
<i>I – Fontes.....</i>	<i>180</i>
<i>II – Bibliografia.....</i>	<i>188</i>
<b>Anexos.....</b>	<b>194</b>
<i>I – Apólice da Companhia do Mucuri.....</i>	<i>195</i>
<i>II – Organograma da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri.....</i>	<i>196</i>
<i>III – Lista dos aforamentos de Filadélfia em 1857.....</i>	<i>197</i>
<i>IV – Selo comemorativo do bicentenário de nascimento de Teófilo Ottoni.....</i>	<i>200</i>

## ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

**Figura 1** - Detalhe da *Karte der Brasiliann Proving Minas Gerais*, encarte de “A província Brasileira de Minas Gerais”, de H. G. Halfeld e J. J. von Tschudi. p.07

**Figura 2** – Tabela dos rendimentos provenientes dos impostos recolhidos pelas Comarcas da província de Minas Gerais, 1850-1860

**Figura 3** – Charge de Teófilo Benedito Ottoni.

**Figura 4** – Planta da colônia de Filadélfia traçada pelo engenheiro Roberto Schlobach

**Figura 5** – Filadélfia em 1860

**Figura 6** – Filadélfia em 1859

**Figura 7:** Apólice da Companhia do Mucuri

**Figura 8:** Organograma da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri

**Figura 9:** Selo comemorativo do bicentenário de nascimento de Teófilo Benedito Ottoni

## LISTA DE ABREVIATURAS:

**ACC:** Associação Central de Colonização

**AHIGB:** Arquivo Histórico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

**APEES:** Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

**APM:** Arquivo Público Mineiro

**IHGB:** Instituto Histórico e Geográfico Nacional

**REAPM:** Revista do Arquivo Público Mineiro

**REIHGB:** Revista do Instituto Histórico e Geográfico Nacional

## INTRODUÇÃO:

A Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri criada em 1847 e dirigida por Teófilo Benedito Ottoni, foi incorporada em um período em que era uníssona entre os políticos a idéia de se articular as vastas partes do império do Brasil através da formação de uma infra-estrutura pautada na construção de estradas carroçáveis, de vias fluviais, de ferroviárias e da ocupação efetiva do território nacional. No que diz respeito à província de Minas Gerais, e mais especificamente as comarcas localizadas no norte e nordeste da província, a criação da empresa ia ao encontro de antigos anseios de uma elite regional preocupada em criar um caminho alternativo para acessar a praça comercial do Rio de Janeiro.

O caminho apontado desde o final do século XVIII para a nova rota comercial localiza-se no chamado Sertão do Leste, região pouco conhecida do colonizador devido à densidade da floresta tropical e do medo do ataque dos índios botocudo. Embora o projeto inicial de transpor a Mata Atlântica para acessar o litoral adjacente já tivesse sido idealizado desde 1798, as tentativas de ocupação mostravam-se infrutíferas. Somente em 1847, quando os irmãos Ottoni publicam no Rio de Janeiro o opúsculo *Condições para Incorporação de uma Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri*,<sup>1</sup> é que se tem um empreendimento capaz de ligar o comércio das comarcas do Serro Frio e do Jequitinhonha ao litoral sul da província da Bahia.

Desse modo, o estudo das atividades empreendidas pela Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri entre os anos de 1847 e 1863 é uma oportunidade privilegiada para compreendermos melhor como se configurou as políticas econômicas na província de Minas Gerais e no Império do Brasil voltadas para a criação de estradas,

---

<sup>1</sup> Teófilo Benedito Ottoni & Honório Benedito Ottoni. *Condições para Incorporação de uma Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri, precedidas de uma exposição das vantagens da empresa*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Velleneuve e Companhia, 1847.

ao incentivo à navegação à vapor, ao incremento à colonização, e, por fim, ao processo de formação da infra-estrutura do Estado Nacional brasileiro. Além disso, procuraremos recuperar neste trabalho o significado social, político e econômico da trajetória da Companhia do Mucuri. Para tanto, recorreremos principalmente à documentação sobre a empresa produzida pelo seu diretor – Teófilo Benedito Ottoni – pela administração provincial e central e por viajantes que estiveram na região em 1858 e em 1859.

De acordo com a legislação do período aqui abordado, a estruturação da Companhia do Mucuri deveria se dar tanto na esfera regional quanto na esfera da Corte. Dessa forma, privilegamos em nosso trabalho a relação estabelecida entre a “região” – a província de Minas e, mais especificamente o vale do Mucuri – e os processos formadores do “Estado” na capital do Império.<sup>2</sup> Assim sendo, foi a partir do contínuo movimento de análise entre os pares conceituais região/nação que demos vazão ao nosso trabalho. Dessa forma, foi possível verificar que, em certo sentido, a história da Companhia do Mucuri desenvolvida entre 1847 a 1863 confundiu-se com a própria história do Segundo Reinado. Neste sentido, a história da empresa ficou condicionada tanto às movimentações políticas e econômicas estabelecidas na Corte quanto à experiência colonizadora empreendida no interior floresta tropical de Minas Gerais oitocentista.

No primeiro Capítulo – *A Companhia do Mucuri: modelos e horizontes* – analisaremos as dificuldades enfrentadas pela elite regional das Comarcas do Serro Frio e do Jequitinhonha de comercializar com a praça comercial do Rio de Janeiro. Nesta oportunidade, faremos uma digressão às obras que influenciaram os irmãos Honório e Teófilo Ottoni a construir um modelo de empresa capaz de alavancar o ambicioso projeto de conquista e colonização do vale do rio Mucuri. Para tanto, recorreremos ao

---

<sup>2</sup> Andréa Lisly Gonçalves & Valdei Lopes de Araujo. (Orgs.) “Os múltiplos entrelaçamentos entre impérios, Estados e regiões”. In.: \_\_\_\_\_. *Estado, Região e Sociedade: contribuições sobre história social e política*. Belo Horizonte: Argentum, 2007. p. 11.

relato *Viagem às vilas de Caravelas, Viçosa, Porto Alegre, de Mucuri e Peruipe*, do Tenente da armada nacional de Hermenegildo Antônio Barbosa de Almeida e do relatório produzido em 1837 pelo engenheiro francês Pedro Victor Renault, ambos publicados em 1846 na *Revista Trimensal do I.H.G.B.*<sup>3</sup> Além desses relatos, também analisaremos a *Memória sobre o estado atual da Capitania de Minas Gerais*, escrita pelo político mineiro José Eloi Ottoni em 1798.<sup>4</sup> Também enfocaremos os estratagemas utilizados pelos irmãos Ottoni no processo de publicização do projeto Mucuri na corte e em Minas Gerais através da análise da já citada *Condições para Incorporação...e* de vários artigos coligidos do *Jornal do Comércio* e publicados no livreto *Companhia do Mucuri*, de 1856.<sup>5</sup> Nesta oportunidade, também analisaremos os esforços e o apoio do governo provincial mineiro para impulsionar o empreendimento idealizado pelos irmãos Ottoni. Neste capítulo, observaremos que a presença do Estado no processo de incorporação de empresas como a Companhia do Mucuri, longe de contrariar os princípios do liberalismo econômico, mostrou-se fundamental para a concessão de incentivos, privilégios e monopólios a este tipo de empresa.

No Capítulo 2 - *A Companhia do Mucuri e a Dialética da Colonização* – iniciaremos nossa análise destacando a movimentação política que pôs fim ao chamado Quinquênio Liberal e os impactos deste evento na evolução da Companhia do Mucuri. Veremos que o retorno do partido conservador – duramente criticado pelos deputados mineiros Cristiano Benedito Ottoni e Teófilo Benedito Ottoni – representou na época mudanças significativas na “modernização” da legislação brasileira. Assim, a partir de

---

<sup>3</sup> Cf.: Manuel Ferreira Lagos. “Relatório dos trabalhos do Instituto Histórico e Geográfico”. In.: *Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Série 2. t. 4. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1848. p. 119.

<sup>4</sup> José Eloi Ottoni. “Memória sobre o estado atual da Capitania de Minas Gerais.” [1798]. *Anais da Biblioteca Nacional*, n.º 30, p.301-316, (1908).

<sup>5</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *A Companhia do Mucuri. História da empresa, importância de seus privilégios, alcance dos seus projetos*. Rio de Janeiro: Tip. imp. e const. de J. Villeneuve e Companhia, 1856. In.: Valdeci Lopes de Araujo (org.). *Teófilo Benedito Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público Mineiro, 2007.

1850 os gabinetes conservadores, presididos sucessivamente por Pedro Araújo Lima, na época Visconde de Olinda e por José da Costa Carvalho, Visconde de Monte Alegre. Nesta oportunidade, daremos destaque à aprovação de um conjunto de três leis que beneficiaram os negócios da Companhia do Mucuri. As leis do Código Comercial (Lei n.º 556, de 25 de junho de 1850); a Lei Eusébio de Queiroz (Lei n.º 581 de 4 de setembro de 1850); e a chamada Lei de Terras (Lei n.º 601 de 18 de setembro de 1850) contribuíram para o surgimento de empresas que passaram a atuar em diversos ramos de comércio e empreendimento

No entanto, mesmo com a aprovação das referidas leis, seria necessário ao pleno funcionamento da Companhia do Mucuri a árdua tarefa de conquista de regiões da província de Minas Gerais tidas como “incultas” e “indômitas”, habitadas pelos temidos índios botocudo. Desse modo, passaremos do exame da aprovação do corpus legislativo na corte e desviaremos nosso foco de estudo para o interior do vale do Mucuri. Para isso, será necessária a análise da *Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri*, publicada por Teófilo Ottoni 1859 na *Revista do I.H.G.B* e reeditada em 2002 por Regina Horta Duarte.<sup>6</sup> Este importante relato diz respeito às incursões realizadas por Teófilo Ottoni e a elite regional do Termo de Minas Novas ao interior da floresta tropical. Neste relato, Ottoni revelou ao público leitor o estado de violência observado na região do Mucuri, fruto da violência causada pelo choque de traficantes de crianças indígenas, os *kurucas*, com as tribos autóctones. Ao examinarmos a *Notícia...*, além de destacar as estratégias utilizadas por Ottoni na conquista do apoio das tribos botocudo, ressaltaremos a importância de pessoas como o presidente de província Quintiliano José da Silva e o fazendeiro Luiz Ferreira da Gama, que coadjuvaram na conquista e colonização dos sertões do Mucuri. Após esta digressão, retomaremos o estudo da vida política da corte

---

<sup>6</sup> Teófilo Ottoni. *Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri*. Organização: Regina Horta Duarte. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

para analisar o período de euforia econômica da chamada política de Conciliação. Ao assumir a presidência do Conselho e Ministros e o ministério da Fazenda, Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês do Paraná, e o seu gabinete ministerial, viabilizaram uma série de medidas políticas e econômicas que deu impulso às atividades financeiras e comerciais do país. A partir de então, a empresa organizada pelos irmãos Ottoni conseguiu subscrever 4 mil ações lançadas, cotadas em 1.200 contos de réis (1.200:000\$000). Animado com o período de euforia financeira, Teófilo Ottoni até aventou a possibilidade de criar na região do Mucuri uma nova província no Brasil.

A fim de compreender o funcionamento da empresa durante o período da *Conciliação dos Partidos* foi necessário para nossa pesquisa recorrermos: aos relatórios apresentados por Teófilo Ottoni aos acionistas da empresa; às referências à Companhia do Mucuri nos relatórios do governo provincial mineiro; à Coleção Marquês de Olinda – localizada no *Arquivo Histórico do IHGB (AIHGB)* –; e às observações realizadas pelo cientista suíço Johan Jakob von Tschudi<sup>7</sup> e pelo médico alemão Robert Avé-Lallemant<sup>8</sup> em suas viagens pelo Mucuri em 1858 e em 1859.

O terceiro capítulo – *A Formação de Filadélfia e a Colonização Estrangeira* – focaremos nossa análise no processo de criação da infra-estrutura da empresa dirigida por Teófilo. Ao construir estradas carroçáveis, vias fluviais, portos, empórios e incentivar a imigração estrangeira, a Companhia do Mucuri tornou-se uma das primeiras empresas a atuar na área de melhoramentos no território nacional. Filadélfia – povoação planejada pelo engenheiro alemão Robert Schlobach e fundada por Teófilo Ottoni em 1853 – é tida como primeira “cidade empreendimento” da

---

<sup>7</sup> Johan Jakob von Tschudi. “A província Brasileira de Minas Gerais”. In: H. G. F. Halfeld & J.J. von Tschudi. *A Província Brasileira de Minas Gerais*. Trad. Myrian Ávila; ensaio crítico e revisão de tradução de Roberto Borges Martins. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

<sup>8</sup> Robert Avé-Lallemant. *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe [1859]*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. (Coleção Reconquista do Brasil. Nova Série. Vol. 19);

história urbana de Minas Gerais. A partir desse dado, examinaremos alguns elementos da história urbana mineira. Para tanto, pesquisamos as referências sobre a construção de Filadélfia escritas por Teófilo Ottoni e pelo engenheiro Robert Schlobach e noticiadas nos relatórios do presidente de província de Minas Gerais. Nessa oportunidade, também recorreremos às observações feitas por Tschudi e Lallemant quando visitaram o arraial de Filadélfia no final da década de 1850. Também se mostraram férteis a análise das pesquisas de Valdeci Lopes Araujo,<sup>9</sup> de Sérgio da Mata<sup>10</sup> e de José Murilo de Carvalho.<sup>11</sup> Ao seu modo, estes três historiadores interessaram-se pelo estudo do projeto urbano encabeçado por Teófilo Ottoni, desses trabalhos para esta pesquisa.

Após a análise da proto-urbanização do vale do Mucuri e da respectiva criação da infra-estrutura da empresa, examinaremos a experiência de imigração estrangeira criada pela Companhia do Mucuri. Veremos que a *Memória Sobre Meios de Promover a Colonização* – publicada em Berlim em 1846 por Miguel Calmon du Pin e Almeida, futuro Marquês de Abrantes<sup>12</sup> – foi a referência para Teófilo Ottoni iniciar o projeto de colonização européia no interior da Mata Atlântica. A partir de 1856 uma série de acordos entre a direção da Companhia e o governo central proporcionou a vinda de imigrantes alemães, suíços, belgas, franceses, portugueses e até chineses para o vale do Mucuri. Ao investigar os relatórios aos acionistas da Companhia e dos relatórios do presidente de província de Minas Gerais encontramos muitas referências sobre este

---

<sup>9</sup> Valdeci Lopes de Araujo. *A Filadélfia de Theófilo Ottoni: uma aventura cidadã*. Belo Horizonte: Afato, 2003.; \_\_\_. (org.). *Teófilo Benedito Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público Mineiro, 2007.; \_\_\_. *Teófilo Benedito Ottoni: política, historiografia e esfera pública no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Uerj. 1998. (Dissertação de Mestrado).; \_\_\_. “Teófilo Benedito Ottoni: visibilidade e esfera pública no Brasil Oitocentista”. In. PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como Vocaçào: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Acces, 1999. p. 165-189.

<sup>10</sup> Sérgio da Mata. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII-XIX*. Berlim: Wiss. Verl. Berlim, 2002.

<sup>11</sup> José Murilo de Carvalho. “Trajetórias Republicanas”. In.: *Revista do APM*. Belo Horizonte, ano XLIV, nº. 2. p. 22-35.

<sup>12</sup> Visconde de Abrantes [Miguel Calmon du Pin e Almeida]. *Memória Sobre os Meios de Promover a Colonização*. Berlim: Tipografia de Unger Irmãos, 1846. (fac-simile)

processo de imigração estrangeira. Além dessas fontes, analisamos o opúsculo *A Colonização do Mucuri*, publicado por Teófilo Ottoni em 1859.<sup>13</sup> Nesta obra, o diretor da Companhia expôs o modelo de colonização adotado pela sua empresa e a problemática envolvida no engajamento de imigrantes contratados pelos agentes da Associação Central de Colonização, órgão ligado à recém criada Repartição Geral das Terras Públicas.

No quarto e último capítulo – *O Ocaso do Projeto Mucuri* – examinaremos a série de crises que se abateram sobre a empresa dirigida por Teófilo Ottoni. Como veremos, o primeiro elemento concorreu para a decadência da Companhia do Mucuri foram os problemas decorrentes da imigração estrangeira. No final de 1858 a chegada descontrolada de colonos fez aumentar consideravelmente a demanda por gêneros alimentícios, provocando um significativo aumento dos gêneros básicos. Este período também coincidiu com um surto de doenças tropicais que vitimou fatalmente algumas dezenas de colonos. Não bastassem as doenças e a carestia, no verão de 1859 a população advéncia também sofreu com uma violenta seca no vale do Mucuri. Neste período a região recebia a visita do médico alemão Robert Lallemand que não mediu esforços para retirar todos os imigrantes contratados pela empresa. A presença de Lallemand no Mucuri produziu um alarde sobre as condições precárias dos imigrantes estrangeiros. Recorrendo à imprensa nacional e européia, o médico alemão mostrou-se um cruento opositor de Teófilo Ottoni e do projeto Mucuri. Nesta oportunidade analisaremos as querelas estabelecidas entre Ottoni, Lallemand e o então ministro da Guerra Manuel Felizardo de Souza e Melo, patrocinador da viagem do médico alemão. Após o exame dos debates entre o diretor da empresa e seus opositores, passamos para o

---

<sup>13</sup> OTTONI, Teófilo Benedito. *A Colonização do Mucuri*. Rio de Janeiro: Tipografia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1859. In: Valdeci Lopes de Araujo (org.). *Teófilo Benedito Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público Mineiro, 2007.

estudo do período em que a empresa entrou em crise aguda. Neste período, uma nova mudança na composição ministerial teria seus reflexos na trajetória da Companhia do Mucuri. Com o fim da *Política de Conciliação* e a ascensão do partido conservador, tem-se uma reviravolta na política econômica adotada pelos gabinetes da Conciliação. Ao presidir o Conselho de Ministros e assumir concomitantemente o ministério da fazenda, o político conservador Ângelo Muniz da Silva Ferraz atuou no processo de restrição do crédito para as empresas. Neste período, a política adotada por Ferraz decretou o colapso da Companhia, vetando o empréstimo que a empresa havia captado em Londres. Sem o referido empréstimo, a Companhia não poderia retomar as atividades de construção de sua infra-estrutura rodoviária, essencial para o sucesso do empreendimento e praticamente paralisada devido o esgotamento de todo o capital arrecadado. Assim sendo, passaremos ao estudo dos momentos finais da empresa, marcados por intensos debates entre Teófilo Ottoni e a administração do governo central que culminou na encampação e sucessiva liquidação da Companhia do Mucuri. Por fim, nas considerações finais deste trabalho, retomaremos brevemente a trajetória da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri para analisar os impactos das atividades desta empresa tanto para a região nordeste de Minas Gerais quanto para a trajetória política de Teófilo Benedito Ottoni.

## **Capítulo 1 – A Companhia do Mucuri: Modelos e Horizontes**

### ***I - As comarcas do Serro Frio e do Jequitinhonha: do sertão ao litoral***

Antes de começarmos a traçar os meandros da evolução da Companhia Navegação e Comércio do Mucuri, faz-se necessário um conhecimento prévio da região na qual a mesma viria atuar, a saber, as comarcas do Serro Frio e do Jequitinhonha. Uma incursão a alguns índices econômicos dessas regiões nos auxiliará na compreensão de ao menos parte dos motivos que levaram os irmãos Honório e Teófilo Benedito Ottoni a organizar a Companhia do Mucuri. Esta digressão às comarcas do norte e nordeste de Minas também se presta para posicionar as regiões do Serro, Diamantina e Minas Novas no cenário da expansão política e econômica que se verificou em meados do século XIX.

Localizadas na região norte e nordeste da província de Minas Gerais, até o segundo quartel do século XIX, as comarcas do Serro Frio e do Jequitinhonha contavam com três cidades – Diamantina, Serro e Minas Novas –, três vilas – Conceição, Santo Antônio do Grão-Mogol e Rio Pardo – e cinquenta arraiais, totalizando em média um contingente populacional que avultava 100 mil habitantes. Excluindo-se o comércio interno, toda esta vasta região da província de Minas Gerais realizava o seu trato econômico quase que exclusivamente através da estrada que ligava Diamantina à região do porto da Estrela, localizado na baía de Guanabara. A falta de um acesso alternativo a esta região de Minas esteve na ordem do dia dos administradores provinciais. Assim sendo, os presidentes de província procuraram incentivar a criação de um acesso ao litoral da Bahia ou do Espírito Santo.

Um dos principais relatos sobre o nordeste de Minas foi produzido pelo naturalista, etnólogo, filósofo e diplomata suíço Johan Jakob von Tschudi. Este pesquisador, que visitou Minas Gerais em 1858, foi uma figura de grande relevo no cenário científico e diplomático da Europa. Sua biografia e obras, segundo Roberto Borges Martins, é ainda pouco disseminada entre nós, sendo mais lembrado nas questões ligadas à imigração suíça e alemã e nas polêmicas sobre as colônias de parceria na província de São Paulo. De acordo com Martins, por muito tempo a maior parte da obra de Tschudi sobre o Brasil teria sido ocultada pelo provincialismo da historiografia paulista da primeira metade do século XX, que não teria hesitado em mutilar grosseiramente as *Reisen durch Südamerika* (1866-1869) – publicando apenas dois dos vinte e um capítulos – sem informar esse fato ao público leitor.<sup>14</sup>

Johan Jakob von Tschudi possuía título de barão e nasceu no Cantão de Glarus, suíça, em 25 de julho de 1818. Sua abastada família era reputada por antiga tradição em atividades intelectuais. De acordo com Roberto Borges Martins, um dos seus antepassados, Giles Tschudi (1502-1572), é considerado o pai da historiografia suíça, responsável também por levar a lenda de Guilherme Tell ao *status* de verdade histórica.

O referido viajante suíço formou-se naturalista entre 1834-38 em Zurique, Leiden e Paris. Estudou com Louis Agassiz em Neuenburg, tendo contato em sua época com nomes de grande relevo nas ciências naturais germânicas. Em 1838 recebeu o título de doutor em filosofia pela Universidade de Zurique. Neste mesmo ano, incorporou-se à expedição do navio *Edmond*, cujo roteiro de viagem científica incluía a África, Austrália, Nova Zelândia, o Pacífico e toda banda oeste das Américas – do Chile à Califórnia. A sua *Fauna Peruana*, organizada em Paris, Neuenburg, Berlim e Viena, foi

---

<sup>14</sup> Roberto Borges Martins. “Apresentação”. In: H. G. F. Halfeld & J.J. von. Tschudi. *A Província Brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. p.10-11

traduzida para o inglês em 1848. Esta obra – fruto de coleções e manuscritos – foi produzida em meio a estudos realizados na região da Cordilheira dos Andes, onde esteve entre 1838 e 1842 em condições adversas. Nas pesquisas sobre a região andina, o barão suíço dedicou-se integralmente aos estudos zoológicos, botânicos, antropológicos, arqueológicos, etnológicos e lingüísticos da chamada América pré-colombiana e da civilização Inca. Por este intenso trabalho, Tschudi foi considerado um dos maiores especialistas nestes assuntos na Europa do século XIX.

A bordo do navio *Teutônia*, o naturalista partiu do porto de Hamburgo em direção ao Brasil, chegando ao Rio de Janeiro em 26 de outubro de 1857. No dia 1º de janeiro de 1858, Johan Tschudi entrou em Minas Gerais, onde permaneceu por quase dois meses. De sua viagem por Minas, produziu um rico e importante relato sobre a sociedade mineira do período, constituindo uma boa síntese dos aspectos geográficos, históricos, econômicos, administrativos da província mineira no meado do século XIX. Em sua *Die Brasilianische Provinz Minas Geraes* – publicada em 1862 para acompanhar o mapa de Minas no *Peterman's Geographischen Mittheilungen* – o cientista suíço escreveu suas impressões sobre o itinerário de sua viagem, produzindo o primeiro compêndio sobre Minas.

Ao percorrer a estrada que ligava Diamantina à região de Paraibuna, Tschudi chegou a relatar que esta seria a principal rota comercial de todo o Império do Brasil. O movimento da estrada se justificava, em parte, pela mudança da legislação de concessão de datas no antigo território da intendência dos diamantes. De acordo com Roberto Borges Martins, no período em que Tschudi visitou o norte e nordeste mineiro, o antigo arraial do Tejuco experimentava o *boom* da liberação da lavagem do diamante, ocorrida desde 1832.<sup>15</sup> Assim, a extração diamantina conferia à região um considerável

---

<sup>15</sup> Roberto Borges Martins. “Tschudi, Halfeld, Wagner e a geografia de Minas Gerais no século XIX”. In: H. G. F. Halfeld & J.J. von. Tschudi. *Op. Cit.*, p.19

vigor econômico, o que favorecia as relações comerciais com a maior praça comercial do país, o Rio de Janeiro.

Embora o intenso movimento de tropas tenha impressionado o viajante suíço, as críticas às condições das estradas, como era comum entre os viajantes estrangeiros,<sup>16</sup> também se fizeram notar nas impressões de Tschudi. Sobre os meios de comunicação na província mineira, von Tschudi afirmou que “se o estado das estradas é um bom critério para se julgar o grau de civilização de um país, Minas não deve receber uma avaliação muito lisonjeira”.<sup>17</sup> Mais adiante, o viajante ameniza suas críticas afirmando que este julgamento pode ser um pouco atenuado, haja vista as condições topográficas da província – uma das mais desfavoráveis para a construção e para a manutenção de estradas. Além das condições geográficas, Tschudi argumentou que a “violência incomum” das chuvas e a falta de contribuintes aos cofres provinciais (80 pessoas por légua<sup>18</sup> quadrada, segundo o viajante), embaraçavam a criação e manutenção das vias de acesso na Minas oitocentista.<sup>19</sup>

As condições de transporte das mercadorias também mereceram a atenção de Tschudi. O viajante noticia que o transporte de mercadorias e de víveres era feito no lombo de mulas e que passava por tortuosos caminhos que separavam Minas Gerais da capital do Império. Esta distância, segundo J. J. von Tschudi, fazia com que na estação chuvosa uma viagem de Diamantina ao Rio de Janeiro pudesse se protelar por até 130

---

<sup>16</sup> Cf.: John Mawe. *Viagens ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978. p. 137 (Coleção Reconquista do Brasil, vol. 33); Auguste de Saint-Hilaire. *Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. p. 42. (Coleção Reconquista do Brasil, vol. 4)

<sup>17</sup> G. F. Halfeld & J.J. von. Tschudi. *A Província Brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. p. 122.

<sup>18</sup> A légua é uma antiga unidade de medida brasileira. Cada légua equivale a 3.000 braças, ou seja, 6.600 metros ou 6.6 quilômetros.

<sup>19</sup> J. J. von Tschudi. “A província Brasileira de Minas Gerais”. In: H. G. F. Halfeld & J.J. von Tschudi. *Op. Cit.*, p. 131.

dias.<sup>20</sup> De acordo com Tschudi, as despesas com o transporte de mercadorias e o tempo gasto com este transporte aumentariam os custos dos produtos.

Além da obra de J. J. von Tschudi, um livreto publicado pelos irmãos Honório e Teófilo Benedito Ottoni traz importantes considerações sobre a dinâmica do norte e do nordeste mineiro em meados do século XIX. Publicada em 1847, a obra *Condições para Incorporação de uma Companhia de Comércio do Rio Mucuri*<sup>21</sup> compõe uma importante fonte sobre as comarcas do Serro Frio e do Jequitinhonha. Embora não tragam a fonte dos dados estatísticos que utilizaram na obra, os irmãos Ottoni procuraram evidenciar ao público leitor a pujança econômica de sua região natal.

Segundo os dados oferecidos por Honório e Teófilo Ottoni, as comarcas do Serro Frio e do Jequitinhonha importavam cerca de 80 mil alqueires de sal por ano. Embora não apresentem as cifras, o valor da importação de sal serviu de indexador para que os irmãos Ottoni pudessem supor que o volume comprado em mercadorias de maior valor – como louças, ferragens, azeite e vinhos – fosse “bastante considerável”.<sup>22</sup> Ainda de acordo com Honório e Teófilo Ottoni, a dilatada distância que separava as comarcas do norte mineiro do maior centro comercial do Império sobrecarregava os preços das mercadorias: as fazendas variavam em 4%; as drogas em 20%; as louças em 45%; e os molhados em 70%.

Ainda sem citar as fontes, Honório e Teófilo Ottoni, afirmam que o norte de Minas Gerais exportou no ano de 1844 cerca de 4 mil contos de réis (4.000:000\$000) – ou 12 mil oitavas de ouro – oriundo da extração diamantina e cerca de mil contos de réis em outros produtos como o algodão – cultivado principalmente na região de Minas Novas – ouro e couro, o que perfazia, dessa forma, uma soma que avultava a marca de 5

---

<sup>20</sup> *Idem.*

<sup>21</sup> Teófilo Benedito Ottoni & Honório Benedito Ottoni. *Op. Cit*

<sup>22</sup> *Ibid.* p. 67.

mil contos de réis (5.000:000\$000) em exportações. No que se refere às importações, ainda segundo os irmãos Ottoni, a região comprava em média um valor que avultava cerca de 4 mil contos de réis por ano. É notável que a soma dessa exportação revelava um número razoável de movimentações financeiras, o que é considerável para uma região que se dizia possuir vias de acesso precárias.

Ainda que o trato comercial fosse feito muitas vezes através de atalhos e outros caminhos extra-oficiais, o volume de arrecadação de impostos de coletoria – impostos cobrados nos registros ao longo das estradas e das pontes – nos auxilia na compreensão da movimentação das mercadorias em sua marcha pela província. Os estudos de Laird Bergad ajudam a lançar luz sobre a vida econômica das comarcas do Serro Frio e do Jequitinhonha no período aqui analisado. De acordo com Bergad, a região de Diamantina, ainda foco da mineração de diamantes em Minas Gerais, continuou sendo um florescente centro comercial e importante mercado consumidor durante to do século XIX.<sup>23</sup>

Ao fazer um estudo sobre a contribuição de cada comarca aos cofres provinciais, é possível observar qual que região que possuía um maior afluxo de mercadorias. De acordo com os dados apresentados por L. Bergad, o rendimento proveniente da arrecadação de impostos de coletoria, entre 1851 e 1860, faria com que a Comarca do Serro Frio figurasse entre aquelas que mais contribuía à fazenda provincial.

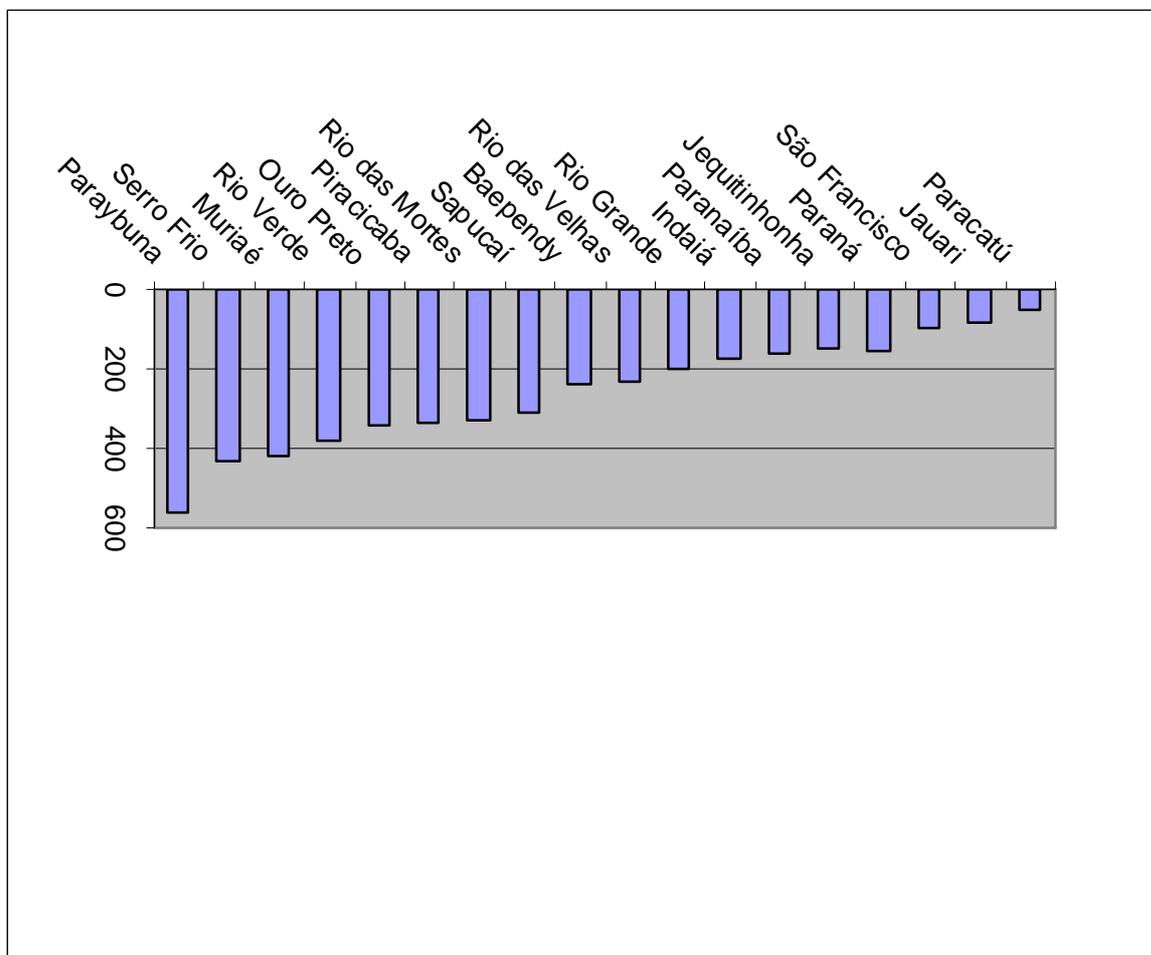
Desse modo, o volume da arrecadação de impostos de coletoria entre as comarcas da província de Minas Gerais entre 1850/60 ilustram a posição de destaque da Comarca do Serro Frio. No período analisado, esta comarca posicionava-se em segundo

---

<sup>23</sup> Laird W Bergad. *Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1880*. Bauru: Edusc, 2004. p. 97.

lugar entre suas 17 congêneres provinciais, com uma arrecadação que ultrapassava os 400 contos de réis por ano (ver tabela 1.1). O volume de arrecadação era bastante considerável, se levarmos em conta que dentre todas as comarcas mineiras apenas três comarcas – Serro Frio, Muriaé e Paraibuna – apresentavam uma arrecadação superior a 400 contos de réis (400:000\$000) por ano.

**Figura 2: Tabela dos rendimentos provenientes dos impostos recolhidos pelas Comarcas da província de Minas Gerais, 1850-1860 (contos de réis)**



Adaptado de: Laird W. Begard. *Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720- 1880*. Bauru: Edusc, 2004. p.103.

Embora os números apresentados acima sejam relativamente expressivos, o isolamento geográfico do norte de Minas em relação à corte dificultava a importação e a exportação de produtos entre a região e a capital do Império. Desse modo, o consumo de manufaturas e víveres nas comarcas do Serro Frio e do Jequitinhonha ficava prejudicado devido a considerável distância as separavam da praça comercial do Rio de Janeiro. Este fato foi mencionado no opúsculo dos irmãos Ottoni. Honório e Teófilo Ottoni evidenciaram este problema ao lamentar que por falta de “meios mais cômodos” para acessar a corte, o algodão produzido na região de Minas Novas era negociado na cidade de Barbacena, sede da comarca do Paraibuna.

Diante do quadro de isolamento apresentado, na acepção de Teófilo Ottoni – em um livreto publicado em 1856 – o encurtamento das distâncias seria fundamental para o florescimento econômico das comarcas do Serro Frio e do Jequitinhonha:

Sabe-se que as grandes distâncias que se tem de vencer dificultam o comércio, acanham ou condenam ao triste abandono a agricultura, e por conseqüência, torna impossível a riqueza; nunca pois será para os recôncavos centenares de léguas afastados dos pontos comerciais que se conseguirá afluir a emigração, e os naturais do país que por necessidade estabelecidos nesses esquecidos retiros verão as suas forças perdidas, o seu trabalho mal aproveitado e sua pobreza sempre irremediável.

Mas desde que a facilidade das comunicações fizer desaparecer essas desanimadoras distâncias, e aproximar os recôncavos do oceano, os desertos das cidades, os emigrantes não temerão mais internar-se no país, e os habitantes dele se entusiasmarão vendo brotar a riqueza do mesmo solo que d’antes apenas lhes servia para não deixa-los na miséria.<sup>24</sup>

Nas *Condições para Incorporação...* os irmãos Honório e Teófilo Ottoni, relatam que à exceção de algum sal que era transportado por canoas pelo rio Jequitinhonha, toda a importação de manufaturas vem do Rio de Janeiro atravessando do sul ao norte as

---

<sup>24</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *Companhia do Mucuri. História da empresa, importância de seus privilégios, alcance dos seus projetos...*p. 10.

comarcas do Paraibuna, Ouro Preto, Piracicaba e Rio das Velhas, haja vista a dificuldade de acessos com a Bahia.<sup>25</sup>

Como podemos observar, a construção de mecanismos para abreviar as distâncias entre o norte e nordeste mineiro e a corte seriam salutar no processo de expansão econômica das comarcas dessa região, pois o longo caminho que as mercadorias importadas percorriam aumentava o preço dos bens de consumo, sobretudo os agrícolas. Da mesma forma, os produtos de exportação também não poderiam ser comercializados de forma mais eficiente devido a grande distância da corte. Para os irmãos Ottoni,

[...] as comarcas do norte continuam, pode-se dizer, incomunicáveis, visto que, para pagar uma importação considerável que consomem, não podem exportar pelas estradas atuais senão pedras preciosas, produtos que são ali por esse motivo, além da criação de gados, a única fonte de riqueza.<sup>26</sup>

Embora exportação de diamantes fosse de fato uma importante fonte de renda para as comarcas do Serro Frio e do Jequitinhonha, a variação do volume extraído, principalmente no rio Jequitinhonha, seria mais uma dificuldade enfrentada pela economia regional. De acordo com Marcos Lobato Martins, a extração diamantina era uma atividade econômica que apresentava bastante oscilação, pois ao longo do século XIX, a extração de diamantes comportou-se de forma inconstante, variando da euforia ao desalento.<sup>27</sup>

Como já mencionado, a dificuldade em acessar o litoral adjacente, isolava as comarcas do norte e nordeste mineiro de um acesso mais dinâmico para a comercialização de produtos. Segundo os dados oferecidos pelos irmãos Ottoni,

---

<sup>25</sup> Teófilo Benedito Ottoni & Honório Benedito Ottoni. *Op. Cit.*, p. 13.

<sup>26</sup> *Ibid.* p. 05

<sup>27</sup> Marcos Lobato Martins. “A crise dos negócios do diamante e as respostas dos homens de fortuna do Alto Jequitinhonha, décadas de 1870-1890”. *Estudos Econômicos*. V. 38, n.º 3. p. 612. julho-setembro de 2008.

cobrava-se em 1844 a quantia de 4 a 5 réis por arroba transportada do Rio de Janeiro para a cidade de Minas Novas, de sorte que toda a região gastava com o pagamento de impostos, cerca de 200 contos de réis (200:000\$000) anuais.<sup>28</sup>

Para dar cabo a toda problemática que envolvia o transporte e a comercialização de produtos nas comarcas do Serro Frio e do Jequitinhonha, um audacioso projeto foi arquitetado para diminuir o tão mencionado isolamento geográfico. A idéia seria atravessar o desconhecido vale do Mucuri e atingir o litoral sul da província da Bahia, oferecendo, assim, uma nova rota comercial à populações de Minas Gerais. Assim, em 1847, instigados pelas tentativas anteriores de ocupação do vale do Mucuri, principalmente a partir da administração Costa Pinto (1836-1837), os irmãos Honório e Teófilo Benedito Ottoni projetaram a construção de uma empresa que teria como meta a construção de uma via alternativa que transporia a selva tropical atlântica para conectar as cidades, vilas e arraiais do norte e nordeste de Minas Gerais à praça comercial do Rio de Janeiro.

Dessa forma, a obra *Condições para Incorporação de uma Companhia de Comércio do Rio Mucuri* de 1847, veio a lume com o objetivo de atrair capitais privados e de chamar a atenção da administração pública para a importância do projeto Mucuri. Para dar impulso e vigor à economia de uma das regiões mais importantes de Minas Gerais, a criação da empresa deveria empreender uma verdadeira cruzada às selvas que guardavam o vale do rio Mucuri, pois a floresta que separava as comarcas, do Serro Frio e do Jequitinhonha, do litoral era reportada à época por ser uma das áreas mais incógnitas de toda região sudeste do Brasil.

Para os irmãos Ottoni, esta empreitada seria necessária porque os moradores do norte e nordeste da província

---

<sup>28</sup> Teófilo Benedito Ottoni & Honório Benedito Ottoni. *Op. Cit.* p. 13. (grifos nossos)

[...] suspiram impacientes pela *nova era* em que, facilitando-se-lhes os meios de transporte, possam seus habitantes ser também agricultores, e tirar vantagens das riquezas vegetais, de que a natureza dotou com mão larga aquele solo.<sup>29</sup>

A “*nova era*” mencionada pelos irmãos Ottoni certamente se personificaria através da criação da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri, empresa que seria responsável em desenvolver a região norte e nordeste de Minas por meio de um complexo viário que utilizaria os métodos de transportes rodoviários e de navegação fluvial e marítima mais sofisticados da época. Dessa forma, os empreendimentos da Companhia consistiam a abertura de estradas carroçáveis, a criação de uma via fluvial no rio Mucuri, a navegação de cabotagem entre a Bahia e o Rio de Janeiro, e a criação de um porto de mar no litoral da Bahia e um porto fluvial em Santa Clara, em Minas. Além disso, previa-se o povoamento de toda a bacia do rio Mucuri com a distribuição de glebas ao longo do trajeto da malha viária e fluvial que a empresa pretendia construir.

Ao lançar mão de seu ambicioso projeto, os irmãos Ottoni evidenciam elementos que caracterizaram o pensamento que inspirou muitos políticos brasileiros do século XIX, imbuídos pela idéia de construir uma nação e uma civilização nos trópicos. No oitocentos, para os construtores da nação brasileira, um dos modelos para gerar o progresso seria devassar os sertões habitados por povos indígenas e tornar “úteis” as terras consideradas “incultas”. Dessa forma, o processo civilizador pelo qual o Brasil deveria passar estaria ligado à capacidade dos nacionais em dominar completamente o território, para então sorver todas as riquezas que a natureza oferecia à jovem nação brasileira e utilizá-la para o progresso do país.

---

<sup>29</sup> *Ibid.* p. 5

Em estudo sobre o cientificismo e sensibilidade romântica no Brasil do século XIX, Márcia Regina Naxara ressalta que o sertão caracterizava-se também por ser a fronteira entre a civilização e a natureza selvagem, embora às vezes confunda-se com ela.<sup>30</sup> Nesta perspectiva, se por um lado os sertões eram muitas vezes retratados como locais ermos, incógnitos e indômitos, eram também o *locus* privilegiado para os projetos de civilização, pois ali o homem civilizado ainda não havia tocado. Assim, era na região de fronteira o local em que o futuro estaria aberto às realizações do pensamento industrial, civilizado e racional.

É importante ressaltar que este mesmo fenômeno se verificava nas outras nações do cone-sul. Encontramos na figura do renomado político argentino Domingo Faustino Sarmiento o exemplo característico dos indivíduos que mobilizaram forças para imprimir a marcha da civilização em seus países. Em *Facundo* – publicada no Chile em formato de folhetim em 1845 – Domingo Sarmiento mostra-se um árduo crítico do caudilho Juan Manuel de Rosas, acusado por Sarmiento de ser a personificação do atraso e da barbárie e dos “hábitos ignorantes” herdados do período colonial. Ao tecer as críticas à sociedade argentina de sua época, Sarmiento propõe um novo modelo de civilização para seu país. Para tanto, o futuro presidente argentino defendia a conquista e o povoamento do território de seu país através de um ambicioso plano de ocupação das fronteiras. Sobre o aproveitamento do solo e dos rios Sarmiento indaga: “devemos abandonar um solo dos mais privilegiados da América às devastações da barbárie, manter cem rios navegáveis abandonados às aves aquáticas, que podem tranqüilamente sulcá-las sozinhas *ab initio*?”<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> Márcia Regina Capelari Naxara. *Cientificismo e Sensibilidade Romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora da UnB, 2004.

<sup>31</sup> Domingo Faustino Sarmiento. *Facundo: civilização e barbárie* [1845]. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 52, *passim*.

A exemplo dos territórios argentinos, o vale do rio Mucuri, no Brasil, foi uma das regiões em que a ação de políticos e de empresários empreendeu esforços para o aproveitamento econômico do solo e da navegação fluvial. Desse modo, para fomentar o avanço da civilização sobre as terras do vale do Mucuri – em um processo que aqui qualificamos de interiorização do império – seria necessário abrir estradas, devassar e derrubar florestas, desenvolver a navegação fluvial, erguer núcleos de colonização, criar portos, construir destacamentos militares, catequizar os índios, enfim, romper os limites dos sertões incultos, transformando-os em áreas aproveitáveis para o progresso e para a civilização do país. Assim sendo, o território anteriormente pautado como incógnito passou a figurar como região estratégica para administradores públicos, burocratas e empresários da província de Minas e da praça comercial do Rio de Janeiro.

Neste sentido, a ocupação do Mucuri com vistas ao desembarço econômico do norte e nordeste mineiro, constituiu-se em uma das principais justificativas para criar-se o projeto da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri. De acordo com os irmãos Honório e Teófilo Benedito Ottoni, a região centro-sul da província de Minas já havia superado as dificuldades de acesso à corte ao dinamizar suas vias comerciais com o Rio de Janeiro. Segundo os irmãos Ottoni, ao contrário das Comarcas do Serro Frio e do Jequitinhonha, a referida região possuía meios para se comunicar de forma mais cômoda o “grande mercado” da corte.

Se no início da obra dos irmãos Ottoni as Comarcas do Serro Frio e do Jequitinhonha são apresentadas como importantes núcleo de importação e de exportação de produtos, posteriormente, as mesmas são retratadas pelos autores em um estado de definhamento econômico devido à falta de comunicações cômodas com as principais praças comerciais do Império. Ao mencionar a dificuldade de acesso à corte, os irmãos Ottoni concluem que a região que se beneficiaria com as atividades da Companhia

encontra-se em estado de retração econômica. Segundo os autores, as Comarcas do Serro e do Jequitinhonha, por falta de meios para comercializar produtos, “regurgitava” sua população para outras áreas pelo fato de lhes faltar os meios de vida.<sup>32</sup>

Numa publicação de 1859, ao ressaltar os benefícios que a Companhia do Mucuri traria às comarcas do norte e nordeste de Minas, Teófilo Benedito Ottoni demonstrou aos leitores o já mencionado estado de isolamento da região. De acordo com o autor, os habitantes da referida região

[...] estavam recalçados nos sertões do norte de Minas, e pediam para sair do isolamento em que jaziam novas vias de comunicação com o oceano, através de 70 léguas de mato virgem. E foi esse o difícil problema que a Companhia do Mucuri se propôs resolver.<sup>33</sup>

Imaginava-se que os benefícios da empresa do Mucuri seriam incalculáveis para a população mineira. Em sua famosa *Circular* de 1860, Teófilo Ottoni explicitou a importância do empreendimento para a população de sua província natal, que em pouco tempo poderiam seus produtos rivalizar com os produzidos pelo vale do Paraíba: “Tratava-se de lhes proporcionar terrenos fertilíssimos e tão vastos que em poucos anos poderiam vender ao estrangeiro tantos milhões de arrobas de café como o vale do Paraíba.”<sup>34</sup>

Para levar a cabo a empresa do Mucuri, Honório e Teófilo Ottoni consideravam mais prudente e mais racional iniciar a colonização do vale por sua porção oriental, pelo litoral da Bahia. A partir da vila de São José do Porto Alegre um

---

<sup>32</sup> Teófilo Benedito Ottoni & Honório Benedito Ottoni. *Op. Cit.*, p.10.

<sup>33</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *A Colonização do Mucuri...*Rio de Janeiro: Tipografia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1859. p. 1. In: Valdeci Lopes de Araujo (org.). *Teófilo Benedito Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público Mineiro, 2007.

<sup>34</sup>Teófilo Benedito Ottoni. “Circular dedicada aos Srs. Eleitores de senadores pela província de Minas Gerais no quadriênio atual e especialmente dirigida aos Srs. eleitores de deputados pelo 2º distrito eleitoral da mesma Província para a próxima legislatura”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXXVIII, Parte 2. Rio de Janeiro: 1916. p. 364.

vapor navegaria rio Mucuri adentro para levar os auxílios de que os colonos careciam.<sup>35</sup> Estes trabalhadores seriam afixados no interior de Minas Gerais, ao longo da estrada que a empresa projetava construir. Dessa forma, a ocupação do vale do Mucuri não foi iniciada em sua porção Mineira. Dessa forma, três séculos após as primeiras tentativas de devassamento da região situada entre o sul da Bahia e norte do Espírito Santo, a mesma seria utilizada novamente como rota para se acessar o interior de Minas Gerais.<sup>36</sup>

Embora o flanco oriental de Minas Gerais tenha sido devassado desde o seiscentos, a floresta tropical ainda se mostrava impenetrável. Para o viajante francês Ferdinand Denis, isto ocorreu por causa das descobertas dos veios auríferos na região central antiga capitania das Minas do Ouro:

[...] uma coisa notável, na verdade, é que foi no décimo sexto século, através dessas profundas florestas que se adentrou em Minas Gerais. Depois, quando se efetuou o descobrimento da região do ouro e das pedras preciosas as grandes florestas pareceram torna-se a fechar por espaço de dois séculos. Foi esquecido o caminho seguido pelos primeiros exploradores, e se em Minas Gerais se penetrou, foi como é notório, por uma via mui diferente.<sup>37</sup>

Ao pretender iniciar os trabalhos da Companhia do Mucuri pela costa, os irmãos Ottoni ocupariam uma área que foi palco das primeiras tentativas do colonizador em ocupar o interior desconhecido da América portuguesa.

Nos planos dos irmãos Ottoni, a medida que fosse instalada a empresa, a reação das populações que ocupavam o norte de Minas faria surgir um novo processo de imigração interno na província. Assim, quando as populações que “superabundam” as comarcas do norte de Minas pressentirem e comprovarem a fertilidade das matas do

---

<sup>35</sup> *Idem.*

<sup>36</sup> Segundo Capistrano de Abreu, a primeira entrada em busca de minas de ouro e de pedras preciosas teria sido realizada em 1552 “pela expedição *Navaro-Espinoza* que teria entrado por Caravelas, alcançou as cercanias de Teófilo Otoni, desceu pelo campestre até a Serra do Frio, na Cordilheira do Espinhaço. Cf.: João Capistrano de Abreu. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 85.

<sup>37</sup> Ferdinand Denis. *O Brasil*. vol. 1. Salvador: Livraria Progresso, 1955. p. 410.

Mucuri, começariam, então, um movimento de emigração, que aos poucos povoaria as mais remotas cabeceiras e margens do rio Mucuri.<sup>38</sup>

Por fim, no que diz respeito àqueles que investissem capitais na empresa, os idealizadores do projeto Mucuri garantiam lucro rápido e retorno financeiro garantidos. Assim sendo, Honório e Teófilo argumentavam que “em um futuro muito próximo as margens do Mucuri, ricas e povoadas dariam um desenvolvimento considerável à navegação e comércio do porto de São José, e lucros seguros a quem tiver o exclusivo desta navegação”.<sup>39</sup>

Como podemos observar até aqui, a colonização do Mucuri se deu no bojo de uma sociedade voltada para os ideais de civilização presentes na mentalidade de políticos e de intelectuais do Brasil Imperial, pautados em um pensamento civilizatório que visava paulatinamente extirpar toda a barbárie que ainda imperava sobre os territórios não colonizados.<sup>40</sup> Para a elite política do século XIX,<sup>41</sup> o desenvolvimento dos meios de comunicação – seja rodoviário, ferroviário ou hidroviário – seria um dos principais vetores de propagação da civilização país. De acordo com o pensamento do período, além de proporcionar maior dinamismo, o desenvolvimento dos meios de transporte seria um termômetro do grau de civilização da nação. Neste sentido, tornou-se patente a necessidade de aperfeiçoar este setor, que passou a receber o apoio político e financeiro da administração pública, principalmente a partir do Segundo Reinado.

As políticas públicas para o incremento do setor de transportes podem ser fartamente observadas nos relatórios emitidos anualmente pelos presidentes de

---

<sup>38</sup> Teófilo Benedito Ottoni. & Honório Benedito Ottoni. *Op. Cit.*, p.10

<sup>39</sup> *Ibid.* p.12

<sup>40</sup> Regina Horta Duarte. “Conquista e Civilização na Minas Oitocentista”. In: Teófilo Benedito Ottoni. *Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri*. Org: Regina Horta Duarte. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002. p.31

<sup>41</sup> Sobre a elite política nacional, Cf.: José Murilo de Carvalho. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

província. Como competia às unidades provinciais a construção e a manutenção das estradas, são férteis nesta documentação as diversas estratégias utilizadas para dar cabo ao desenvolvimento dos meios de comunicação. A fim de se traçar os diversos métodos para a disseminação das vias de acesso, são recorrentes nos relatórios provinciais as solicitações junto às câmaras municipais o envio de informações sobre as condições das estradas e as possibilidades da ampliação da rede de transportes. Neste sentido, acreditamos que o projeto de incorporação da Companhia do Mucuri é condicionado por um contexto em que se fazia sentir a necessidade de dotar o país de “vias de acesso mais cômodas” a fim de promover os melhoramentos e a civilização – conceitos caros à sociedade oitocentista.

No entanto, a implementação de projetos como o de criar um complexo viário no interior da floresta tropical não poderia ser obra de espírito aventureiro. Antes de serem incorporado o almejado projeto, os irmãos Honório e Teófilo Ottoni deveriam cooptar o apoio dos administradores públicos e de sócios para aglutinar os investimentos necessários ao árduo trabalho de conquista dos sertões. Assim, a estratégia traçada pelos irmãos Ottoni pautava-se inicialmente na publicização do projeto Mucuri através da edição de um livreto. Neste suporte, os idealizadores teriam a oportunidade de demonstrar ao maior número de pessoas a consistência do ambicioso plano. Neste sentido, interessa-nos mapear os argumentos utilizados por Honório e Teófilo Ottoni em sua tentativa de convencer o público sobre a viabilidade da Companhia do Mucuri. Neste exercício, também serão investigadas a trajetória política e empresarial de Teófilo Benedito Ottoni, principal responsável pela criação da empresa do Mucuri.

## ***II – A gestação da idéia e a divulgação do projeto***

Em suas *Notas Históricas do Município de Teófilo Ottoni*, Reinaldo Ottoni Porto ressaltou que em 1847 Honório Ottoni teria entregado ao seu irmão, Teófilo, uma cópia do relatório da viagem que o engenheiro francês Pedro Victor Renault havia realizado no rio Mucuri em 1836.<sup>42</sup> De acordo com Ottoni Porto, teria sido este o documento que instigara Teófilo Ottoni a vislumbrar a criação de uma empresa no vale do rio Mucuri.

O relatório aludido por Reinaldo Ottoni Porto fora produzido em 1837 a mando do então presidente de província Antônio da Costa Pinto, que governou a província de Minas Gerais entre os anos de 1836 e 1837.<sup>43</sup> Nascido em Paracatu em 1802, Costa Pinto diplomou-se em direito pela Universidade de Coimbra em 1827. No governo provincial mineiro, o magistrado utilizou a sua influência política para proporcionar melhoramentos para as comarcas do norte e nordeste da província. Na tentativa de ver ampliadas as possibilidades comerciais de sua região de origem, Costa Pinto promoveu a primeira expedição de um engenheiro para estudar as condições de navegabilidade do rio Mucuri. Para tal, o presidente da província contratou os serviços do engenheiro francês Pedro Victor Renault. Além de estudar as possibilidades da implantação de um degredo na região do rio Todos os Santos, principal afluente do rio Mucuri, Costa Pinto ordenou que se checasse as possibilidades de navegação do rio Mucuri até a sua foz, na vila de São José.<sup>44</sup>

---

<sup>42</sup> Reinaldo Ottoni Porto. *Notas Históricas do Município de Teófilo Ottoni II: a extinta Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri*. Teófilo Ottoni: Tipografia de O Nordeste Mineiro, 1931. p.36-7.

<sup>43</sup> Conforme apontou Francisco Iglésias, o presidente de província Antônio da Costa Pinto seria um dos maiores entusiastas da navegação fluvial em Minas. Cf.: Francisco Iglésias. *Política Econômica do Governo Provincial Mineiro*. Rio de Janeiro: INL, 1958. p. 168

<sup>44</sup> A este respeito, Cf.: Pedro Victor Renault. “Exploração dos Rios Mucuri e Todos os Santos e seus afluentes – feita por ordem do governo da Província pelo engenheiro Dr. Pedro Victor Renault. Org. e col. por León Renault. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. Ano VIII, fasc. 3 e 4, p. 1056-1057. jul/dez. 1903. Cf.: Valdeí Lopes de Araujo. *A Filadélfia de Theófilo Ottoni: uma aventura cidadã*. Belo Horizonte: Afato, 2003. p. 33. *passim*.

Além da atuação no processo de melhoramento das possibilidades comerciais de sua região natal, o empreendimento de Antônio da Costa Pinto na tentativa de promover a navegação do rio Mucuri, estava em ressonância com as políticas públicas do governo provincial mineiro.<sup>45</sup> Ávidos em empreender a disseminação de novas vias de comunicação, os presidentes de província de Minas Gerais explicitaram em seus relatórios apresentados às Assembléias Provinciais a importância de se expandir os meios de comunicação em Minas. Algumas obras de melhoramento e o pagamento de subvenções de juros para a construção de estradas foram criadas de norte a sul da província.<sup>46</sup>

Além da importância dada à construção e à melhoria das estradas carroçáveis, os rios também passaram a chamar a atenção dos administradores públicos. Assim, para efetuar a navegação dos rios, os sucessivos governos provinciais contrataram engenheiros estrangeiros e nacionais para produzir laudos técnicos e cartas topográficas sobre as condições de navegabilidade dos rios. La Martinière e Lilais estudaram o Rio das Velhas, Gerber foi o responsável em produzir um plano de viação da província no qual se faz considerações sobre as condições de navegabilidade dos rios Verde, Sapucaí, Jequitinhonha, Pardo, Itabapoana e Mucuri, já Pedro Victor Renault e ocupou-se com a exploração da bacia do rio Mucuri.

A importância dada à navegação fluvial evidencia-se no relatório enviado à Assembléia Provincial em 1837. Neste documento, o presidente Antônio da Costa Pinto ressaltou à assembléia provincial mineira que os rios e os canais são mais úteis à província que as boas estradas. Na acepção do presidente, ao se fomentar a criação de rotas fluviais para embarcações à vapor, abrir-se-iam novos meios para a comunicação e para o transporte de gêneros. Além disso, Costa Pinto argumentava que ao contrário das

---

<sup>45</sup> A este respeito, Cf: Francisco Iglésias. *Op. Cit.*

<sup>46</sup> Cf.: Dermeval José Pimenta. *Caminhos de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.

estradas – cuja manutenção era onerosa aos cofres públicos – o transporte fluvial não precisaria de reparos, daí o interesse em averiguar as condições de navegabilidade dos rios que banhavam a província.<sup>47</sup> A importância dada por Costa Pinto à navegação se explica pela ampla possibilidade de encurtar as distâncias através da navegação à vapor.

O avanço das técnicas trazido pela revolução industrial também fez seus efeitos na navegação. A partir do final do século XVIII e durante todo o século XIX o homem passou a utilizar o vapor como meio de locomoção para os barcos. Após séculos na dependência das forças da natureza ou da própria força para se locomover por oceanos, mares e rios, o homem passou utilizar a máquina à vapor como propulsão náutica. Concomitantemente, tem-se um maior desenvolvimento dos estudos sobre as correntes marítimas e dos ventos. Além disso, a invenção do cronômetro marinho e o desenvolvimento dos conhecimentos geográficos contribuíram para revolucionar a navegação à vapor, que ganharia força ao longo do século XIX.<sup>48</sup>

O desenvolvimento das técnicas de navegação à vapor teve início nos Estados Unidos. Em 1819 o país se tornaria o pioneiro na travessia transatlântica por vapor com o navio *Savannah*. Contudo, os efeitos da viagem foram relativos, pois dos 32 dias de travessia, o vapor só funcionaria nos três primeiros, sendo necessário o uso de velas nos 29 dias restantes.<sup>49</sup> Somente em 1833 a primeira viagem utilizando exclusivamente máquinas à vapor foi efetuada, quando o pequeno barco de madeira *Royal William* saiu de Quebec e Picton até a ilha de Wight, na Grã-Bretanha.<sup>50</sup>

---

<sup>47</sup> Antônio da Costa Pinto. *Fala dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinária do ano de 1837*. Ouro Preto: Tipografia do Universal, 1837. p.40.

<sup>48</sup> Marcos Guedes Vaz Sampaio. *Uma Contribuição da História dos Transportes no Brasil: a Companhia Bahiana de Navegação a Vapor (1839-1894)*. São Paulo: Usp, 2006. (Tese de Doutorado). p.22.

<sup>49</sup> Arthur Birnie. *História Econômica da Europa, 1760-1939*. 7ª. ed. Trad. Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1964. p.66.

<sup>50</sup> Antônio Mora Ramos. *Pequena História dos Transportes*. Lisboa: Coleção Educativa, nº. 7. 1960. p. 79

Embora o pioneirismo da navegação à vapor seja dos norte-americanos, deve-se aos ingleses o aprimoramento das técnicas. Utilizando-se das fartas reservas de carvão e ferro, os engenheiros ingleses passaram a incrementar a navegação à vapor. Em 1837 Ericsson introduziu o uso da hélice, que substituiu o ineficiente método anterior. Dessa forma, os vapores ganharam maior propulsão e maior autonomia em auto-mar.<sup>51</sup> Ao longo do século XIX, com o contínuo incremento de novas tecnologias, o petróleo começou a ser utilizado como combustível para a navegação fluvial. Assim, a partir de 1897 os navios à vapor foram paulatinamente substituídos. Os motores de combustão, incrementados por Rudolf Diesel, sucederam a tecnologia da navegação à vapor.<sup>52</sup>

No Brasil, este modelo de navegação recebeu os primeiros incentivos durante o período joanino. Até então, a navegação fluvial no Brasil era quase exclusivamente realizada por embarcações à vela, remo ou vara. O decreto de 3 de agosto de 1818 concedia a possibilidade de criação de uma companhia de navegação à vapor na capitania da Bahia. No ano seguinte, Felisberto Caldeira Brant, o Marquês de Barbacena, mandou vir da Inglaterra um vapor que realizou sua primeira viagem de Salvador a Cachoeira, no dia 4 de outubro do mesmo ano. Esse empreendimento durou pouco tempo, pois a ausência de incentivos governamentais e de investimentos levou à deterioração da única embarcação existente. Após a primeira experiência do projeto do Marquês de Barbacena, o país somente veio a desfrutar dos serviços de navegação à vapor com a criação da Companhia Brasileira de Paquetes à Vapor em 1837.<sup>53</sup>

No que se refere a Minas Gerais, o relatório do presidente de província Antônio da Costa Pinto já demonstra o interesse dos administradores provinciais

---

<sup>51</sup> Marcos Guedes Vaz Sampaio. *Op. Cit.*, p. 23.

<sup>52</sup> *Ibid.* p. 35.

<sup>53</sup> *Ibid.* p. 37-39.

mineiros no ramo da navegação à vapor. A primeira empresa desse gênero na província foi a Companhia Brasileira de Colonização e Navegação do Rio Doce. Estabelecido o contrato com o governo provincial mineiro em 1836, os organizadores desta empresa prometeram ao governo mineiro ligar Mariana ao Rio de Janeiro em no máximo 15 dias. Contudo, seis anos mais tarde – no relatório provincial de 1843 – o presidente Francisco José de Souza Soares Andréa criticava o pífio resultado até então alcançado pela Companhia. Segundo Andréa, a empresa preocupava-se apenas em extrair a preciosa madeira dos Sertões do Leste, ao invés de se ocupar com a construção da infra-estrutura necessária à navegação do Rio Doce. Além disso, o presidente se queixava que toda a região do Rio Doce estava loteada em várias sesmarias, o que impedia o futuro da empresa. A insatisfação do governo provincial fica explícita nas palavras do presidente Andréa: “é melhor cobrirmos esta parte da Carta da província com tintas negras, e não falarmos mais de rio Doce”.<sup>54</sup> Somente em 1847, com o projeto de navegação dos irmãos Ottoni, é que a província ganharia um novo empreendimento que utilizaria a navegação à vapor fluvial como meio de locomoção.

Como já foi dito, este empreendimento está intimamente ligado às políticas públicas da administração Costa Pinto e do relatório produzido pela expedição Renault. Depois de atravessar o vale do Mucuri enfrentando os ataques dos índios botocudos as intempéries da floresta tropical, o engenheiro francês concluiu em seu relatório que o rio Mucuri reunia as condições necessárias à navegabilidade, bastando para isso pacificar os temidos índios que ocupavam as margens do rio. De acordo com Renault,

---

<sup>54</sup> Francisco José de Souza Soares Andréa. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais na abertura da sessão ordinária do ano de 1843*. p. 36-37. Sobre a Companhia do Rio Doce, Cf.: Cláudia Maria das Graças Chaves. *Companhias de Comércio e Navegação: uma viagem pelo rio Doce*. In.: *Anais Eletrônicos do XIV Encontro Regional de História da ANPUH Minas Gerais*. Juiz de Fora, 2004; Francisco Iglésias. *Política Econômica do Governo Provincial Mineiro*. *Op. Cit.*, 168-169; Haruf Espindola Salmen. *O Sertão do Rio Doce*. Bauru: Edusc, 2005, principalmente o capítulo “A navegação do Rio Doce”.

[...] o único obstáculo que se oferece, pois a por uma comunicação por água entre esta tão desgraçada comarca de Minas Novas é o número de bugres que infestam as margens do Mucuri, obstáculo este muito fácil de levantar, consistindo em confiar a um homem de zelo, prudência e capacidade reconhecida a catequização dos selvagens habitantes dessas matas.<sup>55</sup>

De posse das informações contidas no relatório de Renault e de outros documentos referentes a tentativas anteriores de ocupação do vale do Mucuri, os irmãos Ottoni produziram uma obra em que se descreveram com minúcias as potencialidades dessa região.

No entanto, a idéia de se criar uma empresa cujo propósito seria formar uma nova rota comercial entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro não teria sido fruto apenas da leitura do relatório Renault. A busca por uma nova rota comercial para o norte de Minas era almejada pela elite regional de Diamantina, de Serro Frio e de Minas Novas, como veremos no capítulo 2. Desse modo, além de incorporar novas porções de terra aos seus potentados, a elite das Comarcas do Jequitinhonha e do Serro Frio também estava ávida em ver abreviada a distância que separava estas regiões da Corte.

Por isso, o projeto dos irmãos Honório e Teófilo Ottoni contou tanto com o auxílio de comerciantes instalados na Corte quanto da elite regional das comarcas mineiras que se beneficiariam com o projeto Mucuri. Representantes dessa elite, os próprios idealizadores do empreendimento eram conhecedores das dificuldades de negociar com a sua região de origem. Sabe-se que com o irmão Honório, Teófilo Ottoni, dedicou-se ao comércio de importação, com um estabelecimento no Rio de Janeiro – a Ottoni & Cia. Esta empresa era responsável por manter um comércio de tropas entre a capital e o interior do império. Além do interior de Minas, os irmãos Ottoni mantinham

---

<sup>55</sup> Pedro Victor Renault. *Relatório da Exposição dos rios Mucuri e Todos os Santos...Op. Cit.*

tropas para o comércio com as províncias da Bahia, do Espírito Santo, de Goiás e do Mato Grosso, nesta última, com fazendas de gado.<sup>56</sup>

Assim, o trato com as atividades comerciais entre o litoral e o interior possibilitou aos irmãos Ottoni perceberem as dificuldades em se estabelecer áreas de comércio nas regiões distantes da praça comercial do Rio de Janeiro. Dessa forma, Honório e Teófilo Ottoni percebiam que a falta de vias de acesso ao interior do Brasil e a precariedade das existentes atravancavam a dinâmica comercial do país e de sua região de origem. Daí a necessidade de se publicar uma obra cuja intenção seria chamar a atenção de indivíduos interessados em investir capitais em uma empresa capaz de facilitar e promover as relações comerciais entre a capital do império e o interior das províncias de Minas, da Bahia e do Espírito Santo. Foi neste contexto que em 1847 fora publicado pela tipografia de J. Villeneuve & Cia. o opúsculo *Condições para Incorporação de uma Companhia de Comércio do rio Mucuri*.

Acreditamos que o principal objetivo da publicação desta obra seria produzir uma peça de propaganda em que se exibissem de diversas formas as vantagens que o vale do Mucuri oferecia aos espíritos empreendedores. Desta maneira, antes de se criar as atividades da empresa, os irmãos Ottoni preocuparam-se dar visibilidade ao seu empreendimento – principalmente entre os empresários da Corte.

No entanto, a idéia de criar vias de acesso alternativas ao caminho de Ouro Preto não surgiu com a publicação do livreto de 1847. Além do relatório de Pedro Victor Renault, os irmãos Ottoni já haviam entrado em contato com uma outra obra que sugeriria um caminho comercial alternativo para o norte de Minas por meio da abertura de estradas através do avanço sobre os sertões do nordeste de mineiro. Estamos nos

---

<sup>56</sup> Maria Cristina Nunes Ferreira Neto. *Memória Política e Negócios: a trajetória de Theophilo Benedicto Ottoni*. Campinas: Unicamp, 2002. p.77. (Tese de Doutorado)

referindo à *Memória Sobre o Estado Atual da Capitania de Minas Gerais*, escrita em 1798 pelo tio de Honório e Teófilo Ottoni, o político e poeta mineiro José Eloi Ottoni.<sup>57</sup>

Nascido na Vila do Príncipe em 1764, José Eloi Ottoni iniciou-se nas primeiras letras no Arraial do Tejuco. Em 1786, após a morte de sua mãe, D. Ana Felizarda do Prado Leme, completou seus estudos e foi enviado para Lisboa. Na Europa, José Eloi esteve ainda em Roma, Florença, Milão, Verona, Nápoles e Veneza. De volta ao Brasil em 1791, estabeleceu-se na Vila do Bom Sucesso do Fanado – atual Minas Novas – onde atuou por sete anos como professor régio de latim. De volta a Lisboa em 1798, escreveu a *Memória Sobre o Estado Atual da Capitania de Minas Gerais*, dedicada à soberana de Portugal, Maria I. Nesta obra, José Eloi Ottoni descreveu os malefícios, e as soluções para a queda de produção aurífera na Capitania das Minas. Embora reconhecesse a importância da mineração para o Erário Régio, a força do pensamento fisiocrático de José Eloi Ottoni levou-o a apontar os danos que a mesma causava à economia dos “Mineiros”, pois

[...] extraída aquela porção de ouro, que é compatível com as forças humanas, infalivelmente virão os povos a recair em sua própria desgraça, de nenhum modo podendo ser perenes os lucros da mineração.”<sup>58</sup>

Em busca de soluções para retirar a capitania das Minas da suposta crise, José Eloi Ottoni vai diametralmente contra a política de D. Maria, defendendo abertamente o incentivo ao comércio e a indústria na colônia. Para reverter a crescente queda na arrecadação do Quinto, o autor aconselha a Sua Majestade o fomento à criação de empresas agrícolas e comerciais em Minas Gerais. Para José Eloi Ottoni

Os únicos meios mais poderosos de restabelecer e animar a população daquele país, e ainda mesmo fomentar o objeto da mineração, consistem somente, em se promoverem a Agricultura e o Comércio, removendo-se toda a dificuldade

---

<sup>57</sup> José Eloi Ottoni. “Memória sobre o estado atual da Capitania de Minas Gerais”. *Op. Cit.*

<sup>58</sup> *Ibid*, p. 305.

da importação dos gêneros estranhos, e facilitando-se por consequência a exportação dos próprios gêneros.<sup>59</sup>

Para promover o incremento da economia de sua capitania, a saída encontrada por José Eloi seria a adoção de duas medidas. A primeira consistia no incentivo à navegação dos rios Doce e São Francisco. A fim de beneficiar as regiões de Ouro Preto, Serro Frio e Minas Novas, a segunda medida apontada pelo autor consistia na abertura de rotas alternativas em direção “às matas do leste”. Com a construção de “estradas francas” em direção aos portos de mar, Ouro Preto deveria se interligar à região de Campos dos Goitacazes, no Rio de Janeiro; enquanto Serro Frio e Minas Novas aos portos de São Mateus e Porto Seguro.<sup>60</sup>

A figura de José Eloi Ottoni foi muito importante para a formação de Honório e Teófilo Ottoni. Em 1826, aos 19 anos, o jovem Teófilo e seu irmão Honório foram matriculados na Academia da Marinha no Rio de Janeiro. Nesta oportunidade os irmãos Ottoni foram morar na casa do tio, na época funcionário público radicado na capital do Império. Acreditamos que a convivência com José Eloi influenciou os jovens irmãos no processo de criação do projeto Mucuri, pois a estratégia que havia desenvolvido em sua *Memória...* assemelha-se aos propósitos da empresa criada por seus sobrinhos.

Antes de se aventurar na árdua empreitada de conquista dos sertões, Teófilo Ottoni teria outras experiências na criação de vias comerciais através da navegação à vapor. Assim, além do relatório de Renault e do manuscrito do tio, Teófilo Ottoni teria outra oportunidade para se considerar habilitado a construir uma empresa de comércio e navegação. Como deputado na primeira Legislatura da Assembléia

---

<sup>59</sup> *Idem*, p. 307.

<sup>60</sup> *Idem*, p. 307-309.

Provincial de Minas em 1835, e como deputado geral em 1841, Ottoni pôde tomar conhecimento da emergência da ramificação das estradas em sua província.

Em 1835 figuras como Teófilo Ottoni, seu irmão Cristiano Benedito Ottoni, Antônio Paulino Limpo de Abreu, futuro Visconde do Abaeté, e Bernardo Pereira de Vasconcelos ocuparam seus esforços em apresentar soluções à precária condição em que se encontravam os meios de transporte em Minas. A falta de vias de acesso era tão patente que neste mesmo ano, em mensagem à Assembléia Provincial, Antônio Paulino Limpo de Abreu chamou a atenção para os malefícios que a falta de rotas comerciais geravam para a economia de Minas ao salientar que “as péssimas estradas são a chave encantada que de muitos anos fecha os tesouros da Província, tornando-os quase improdutivos”.<sup>61</sup>

Dessa forma, entre as discussões que se colocavam na ordem do dia para o grupo dos primeiros legisladores provinciais estava o projeto de implementação do plano rodoviário de Minas Gerais, cuja autoria se deve ao então deputado provincial Bernardo Pereira de Vasconcelos. Apresentado à assembléia em 6 de fevereiro de 1835, em menos de dois meses o projeto foi transformado na Lei Provincial de 1º de abril do mesmo ano. A rápida tramitação da lei na assembléia provincial sugere o grau de urgência de se estabelecer as diretrizes para a construção das estradas de rodagem em Minas.

O Primeiro Plano Rodoviário de Minas Gerais constituiu-se em um projeto que almejava conectar, através da construção de estradas, as diversas partes da província ao mesmo tempo em que se procurava interligá-las à corte. Desse modo, estipulou-se a construção de quatro estradas que ligariam Ouro Preto às vilas e aos arraiais dispersos ao longo da província. Dessas quatro vias deveriam se construir

---

<sup>61</sup> Antônio Paulino Limpo de Abreu. *Mensagem à Assembléia Legislativa de 1835*. Ouro Preto. Tipografia Patrícia do Universal, 1835. p. 6.

ramais para interligarem as cidades e as vilas à capital da província. Também se previa a construção de mais quatro estradas carroçáveis partindo de Ouro Preto em direção ao extremo sul mineiro a fim de facilitar os meios de comunicação com o Rio de Janeiro.

Para facilitar o trânsito de carroças, as estradas deveriam ter preferencialmente alinhamentos retos, leitos encascalhados e convexos, com largura de 35 palmos.<sup>62</sup> Previa-se também a construção de faixas laterais com largura de 60 palmos cada uma, pontes de pedra ou de madeira de lei, com largura que condicionasse o trânsito simultâneo de dois carros.<sup>63</sup>

A Lei Provincial de 1º de abril de 1835 incentivava a participação de capitais particulares na construção de estradas. Para tal o governo provincial concedia uma subvenção de 6 a 7% de juros sobre o capital investido, pagos anualmente aos empresários. Além disso, a administração pública concedia às empresas construtoras de estradas a arrecadação dos impostos que incidiam sobre os produtos que transitassem pelas vias por elas construídas. Para impulsionar o referido plano, foi sancionada pelo então presidente da província, Antônio Paulino Limpo de Abreu, a Lei Provincial nº. 25, de 2 de abril de 1835. A partir de então se iniciou em Minas a adoção de medidas mais pragmáticas para interligar a província ao Rio de Janeiro e, por conseqüência, conectar internamente todas as comarcas de forma mais dinâmica.

Se a experiência na assembléia provincial mineira habilitou Teófilo Ottoni nas questões referentes ao plano rodoviário de Minas, a atuação do político na Assembléia Geral foi igualmente importante para capacitá-lo no trato com as questões ligadas ao desenvolvimento dos transportes no país, mais especificamente a navegação à vapor. No discurso parlamentar proferido em 7 de julho de 1841, o deputado Teófilo

---

<sup>62</sup> O Palmo era uma unidade de medida muito recorrente no Brasil. Um palmo corresponde a 0,22 m.

<sup>63</sup> Além destes melhoramentos, o Primeiro Plano Rodoviário de Minas Gerais previa ainda a construção de chafarizes para os viajantes e bebedouros para os animais de carga; construção de passagens especiais para pedestres e viajantes nas laterais da estrada e sinalização nos cruzamentos. Cf.:PIMENTA, Dermeval José. *Op. Cit.* p.39.

Benedito Ottoni aconselhava os deputados a aprovar medidas para o fomento da navegação à vapor a fim de facilitar a comunicação entre a capital do império e o seu vasto litoral.<sup>64</sup> Na mesma ocasião, Ottoni informa que apresentou à Câmara uma emenda que autorizava o governo a abrir uma estrada que ligaria a comarca do Jequitinhonha às comarcas de Caravelas e de Porto Seguro. No discurso de 1841, o político mineiro salientou ainda que a província de Minas deveria se dedicar à agricultura, e abandonar as “perigosas empresas” de mineração; para tanto, seria necessário dotar a província de canais por onde se pudesse transpor os produtos agrícolas de Minas para o litoral da Bahia e do Espírito Santo os seus produtos agrícolas.<sup>65</sup>

Utilizando-se de sua excelente retórica, Ottoni argumentou na presença do futuro Marquês de Sapucaí, Cândido José de Araújo Viana, que

O bom senso dos mineiros os tem levado a colonizar essa rica e fertilíssima mata, que se avizinha do litoral do Império, desde as margens do Paraíba, na Província do Rio de Janeiro, Comarca de Campos dos Goitacazes, até as margens do Jequitinhonha, nas províncias de Minas e Bahia.<sup>66</sup>

Nesta mesma oportunidade, Ottoni aproveitou a presença do chefe do gabinete de 1841 e de seu ministro da Fazenda, Miguel Calmon du Pin, futuro Marquês de Abrantes, para deixar a administração imperial informada sobre a necessidade da expansão agrícola de Minas em direção à floresta Atlântica que a separava do litoral. Para tal, o político liberal informou que para cultivar a vasta porção oriental da província e estabelecer comunicações com outras províncias, os mineiros teriam que vencer muitas dificuldades, principalmente em relação aos indígenas. Para os deputados e ministros do Império, Teófilo Ottoni chegou afirmar que além de interessar aos

---

<sup>64</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *Discursos Parlamentares*. Seleção e introdução de Paulo Pinheiro Chagas. Brasília: Câmara dos Deputados, 1979. p.223-224.

<sup>65</sup> *Ibid.* 234.

<sup>66</sup> *Ibid.*

baianos, aos cariocas e aos capixabas, a ação dos mineiros em ocupar e construir novas vias de comércio em seu flanco oriental seria, antes de tudo, uma obra de patriotismo. Por isso, o político liberal argumentava que os encargos dessa empreitada deveriam ter o apoio irrestrito do Tesouro Nacional.<sup>67</sup>

Ao analisar o discurso parlamentar da sessão de 7 de julho de 1841, observamos que Ottoni não fez nenhuma referência ao rio Mucuri, no entanto, o político liberal já adiantava a justificativa utilizada mais tarde no opúsculo de 1847. Assim, quando Teófilo Ottoni recebeu do irmão o relatório de Pedro Victor Renault, já sabia que para viabilizar as comunicações entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro o caminho a seguir seria o avanço sobre a floresta tropical do nordeste mineiro em direção ao litoral adjacente:

Hoje, na cidade do Serro, importamos, sobre as costas de bestas do Rio de Janeiro, o sal, fazendas e louça, que podiam ir com uma viagem de 50 léguas, quando, hoje, é de mais de 100; porque é, sem dúvida, que a cidade do Serro é das povoações da província que está mais ao Leste. Do Serro ao litoral distam, talvez pouco mais de dois graus [...] Ora, parece-me que, se fôssemos auxiliados pelo governo, esta parte da província, tão interessante [...], exportaria muitos gêneros, o que hoje não pode exportar por falta de comunicação.<sup>68</sup>

Podemos notar até aqui que os planos de se criar uma companhia de navegação e comércio não foram fruto de uma súbita idéia surgida com a leitura do relatório de Pedro Victor Renault. A atuação de Teófilo Ottoni – ora como político, ora como comerciante da praça do Rio de Janeiro desde a década de 1820 – lhe conferiu experiência para dar os fundamentos necessários ao projeto de criação da futura Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri. Dessa forma, em 1847 o político liberal já conhecia as dificuldades de comercialização com o norte de Minas e as possíveis soluções para dar cabo a esta situação.

---

<sup>67</sup> *Ibid*, p. 235.

<sup>68</sup> *Ibid*, p. 236.

No que diz respeito à ocupação das terras do vale do Mucuri, sabe-se que não foi o projeto dos irmãos Ottoni o primeiro a tentar ocupar o referido vale. Antes do projeto de Honório e Teófilo Ottoni, figuras como o coronel Bento Lourenço Vaz de Abreu e Lima em 1816; Francisco Teixeira Guedes, em 1829; o próprio engenheiro Pedro Victor Renault, em 1836; e o 1º Tenente da armada nacional de Hermenegildo Antônio Barbosa de Almeida, em 1845, empreenderam expedições para verificar as possibilidades de se estruturar a efetiva conquista e colonização daquele território. Conhecedores destas expedições, os irmãos Ottoni procuraram incorporar ao texto de 1847 os relatórios produzidos pelos chefes das duas últimas. Neste sentido, os autores de *Condições para a Incorporação...* utilizaram-se estrategicamente os relatos produzidos sobre as características da região da bacia do Mucuri a fim de conferir *status* de veracidade aos dados apresentados ao público, pois das 51 páginas que compõem o livreto, boa parte foram ocupadas por relatórios e documentos relativos à ocupação do vale do Mucuri.

A importância dos relatórios de Renault e de Hermenegildo de Almeida foi bastante substancial para a construção dos argumentos veiculados nas *Condições de Incorporação...* Ao se referir aos relatórios acima, os irmãos Ottoni argumentam que

[...] ambas estas peças tem sido impressas diversas vezes e ainda este ano [1847] foram com razão admitidas nas colunas do jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Com os dados que colhemos nestas e n'outras fontes, solicitamos ser autorizados para a incorporação de uma companhia; e quando requeremos nos foi liberalmente e sem menor restrição concedido pelo poder imperial e corpo legislativo geral, pela assembléia e governo provincial de Minas Gerais.<sup>69</sup>

---

<sup>69</sup> Teófilo Benedito Ottoni & Honório Benedito Ottoni. *Op. Cit.* p. 36.

Como podemos observar, a partir dos dados extraídos dos relatos de expedições ao interior do vale do rio Mucuri<sup>70</sup> e da própria experiência dos moradores das comarcas do norte e nordeste de Minas, os irmãos Ottoni começaram a arquitetar os planos para a fundação de uma companhia de comércio no vale do Mucuri. Segundo os autores do livreto de 1847, a comunicação entre as comarcas do Serro Frio e do Jequitinhonha com a capital do Império em vez de serem feitas por péssimos caminhos, através de tantas cordilheiras, com muito mais vantagens se efetuariam caminhando diretamente para o litoral.<sup>71</sup>

A intensa atividade de homens como Honório e Teófilo Ottoni na capital do Império, portanto, impulsionou a criação de empreendimentos em todo o país. De acordo com Valdeci Lopes de Araujo a ação de homens como os irmãos Honório e Teófilo Ottoni no Rio de Janeiro pretendiam

[...] não só conquistar um lugar na sedutora “Babilônia”, mas também afirmar os interesses econômicos e políticos de suas regiões, objetivos claramente associados visto que na maioria das vezes a conquista de posição passava pelo fortalecimento de suas bases originais e vice-versa.<sup>72</sup>

Este aspecto observado por Araujo, começou a se formar no princípio do século XIX, na ocasião da transmigração da corte bragantina, conforme já foi explicitado na importante obra de Alcir Lenharo.<sup>73</sup> Seja pelo aumento da demanda interna, seja pela crescente

---

<sup>70</sup> Constam como apêndice da obra *Condições para a Incorporação...* seis documentos utilizados pelos irmãos Ottoni para adensar os argumentos sobre a relevância da Companhia do Mucuri. Os documentos são assinados por Silvério José da Costa, presidente da câmara de Vila de Minas Novas (16/11/1834); Francisco Teixeira Guedes (18/11/1834); Carta do presidente e vereadores da Câmara Municipal de Gravatá (10/11/1834); João Alves Araújo, Tenente-Coronel do 1º Batalhão da Guarda Nacional (18/11/1834); Pedro Victor Renault (02/04/1847); Victorio Rodrigues e Vital José da Silva, respectivo presidente e secretário da Câmara da vila de São José do Porto Alegre, província da Bahia (11/09/1847) e do próprio Teófilo Ottoni (22/09/1847)

<sup>71</sup> Teófilo Benedito Ottoni & Honório Benedito Ottoni. *Op. Cit.* p.4.

<sup>72</sup> Valdeci Lopes de Araujo. *Teófilo Benedito Ottoni: política, historiografia e esfera pública no Brasil oitocentista.* *Op. Cit.* p.29.

<sup>73</sup> Alcir Lenharo. *As Tropas da Moderação.* São Paulo: Símbolo, 1979. (Coleção Ensaio e Memória, 21).

necessidade de víveres para abastecer a Corte, nota-se uma aceleração constante das atividades agrícolas em Minas, sobretudo na região centro-sul da capitania/província.

Com a expansão e a diversificação da economia mineira ao longo do século XIX, os interesses de grupos ligados ao comércio de abastecimento, principalmente do centro-sul, passaram a se fazer presentes na capital do Império. Conforme se dava a expansão e a diversificação das atividades econômicas, verificava-se paulatinamente a dilatação das esferas de influência dos comerciantes ligados às atividades de abastecimento na “seara” política do Império.

De acordo com Alcir Lenharo,

O comércio de abastecimento e a fixação de interesses na Corte é que viabilizaram a projeção de seus representantes políticos. Ganhando o mercado, os políticos do abastecimento começaram também a ganhar notoriedade a partir da experiência parlamentar de 1826. Enfrentaram um sistema político fechado, fundamentado sob um regime elitista de nobilitação e selecionada distribuição dos principais cargos administrativos.<sup>74</sup>

Na acepção de Lenharo, o ofício ligado à propriedade rural e aos negócios também engendrava práticas políticas, uma vez que para os padrões da época, apenas os proprietários tinham direitos políticos – além, é claro, de ser o campo da política o espaço para se realizar os melhores negócios. Dessa maneira, a pressão que procedia do interior, ao que tudo indica, agia de modo considerável sobre a praça mercantil carioca. Esta “pressão” fez eclodir uma disputa pelo mercado que se espraiou em discussões no Senado e na Câmara do Império. O aumento da influência desses setores emergentes foi tamanho que desde o princípio do oitocentos, comerciantes portugueses e de setores

---

<sup>74</sup> Alcir Lenharo. *Op Cit.* p. 88. *passim.* (Coleção Ensaio e Memória, 21).

tradicionalmente instalados na corte passaram a desferir ataques serrados aos empresários “intermediários” que se instalavam na praça comercial carioca.<sup>75</sup>

Ao que parece, a pressão empreendida por parte dos setores tradicionais – comerciantes portugueses e ingleses – não surtiu efeito, pois os setores comerciais ligados ao abastecimento só aglutinaram cada vez mais força econômica ao longo do século XIX. Se no princípio do oitocentos os comerciantes “emergentes” dominavam a produção e a distribuição dos bens de consumo, o próximo passo seria a tentativa de dominar as vias de escoamento desses produtos. Como veremos no capítulo 2, a partir de meados do século XIX, os setores que emergiram no cenário político e econômico nacional atuaram intensamente em diversos projetos ligados à criação de empresas de transportes de bens e mercadorias. De certo modo, estes personagens pretendiam ter o controle das rotas de abastecimento, e, por isso, investiram nestes empreendimentos vultuosas somas em projetos de construção de estradas carroçáveis, de navegação à vapor e ferroviária. Foi neste contexto que surgiram empresas como a Companhia Brasileira do Rio Doce, a Companhia União & Indústria, organizada por Mariano Procópio Ferreira Lage, a Companhia de Navegação à Vapor Bahiana; a Companhia Oeste de Minas; e a Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, dirigida por Teófilo Benedito Ottoni.

A concretização destes novos empreendimentos corrobora com a proposição de Alcir Lenharo, pois para este autor “a expansão do fluxo de comércio angariou para os proprietários, comerciantes e tropeiros do interior uma crescente influência política na corte”.<sup>76</sup> Neste sentido, a ação dos irmãos Ottoni configurava-se em mais uma tentativa das elites regionais mineiras em projetar-se na “sedutora babilônia”, em vistas a conquista de êxito financeiro e/ou político.

---

<sup>75</sup> *Idem*, p. 27. *passim*.

<sup>76</sup> *Ibid*, p. 27.

Por observar *in loco* os benefícios do êxito econômico e político dos empresários da região centro-sul de Minas Gerais, os irmãos Ottoni pretendiam expandir este modelo para a sua região de origem, o norte da província. Resta-nos saber, por ora, quais as estratégias utilizadas por Honório e Teófilo Ottoni para convencer governo e os empresários a investirem recursos em uma empresa que possuía como meta a aplicação de capitais em uma das regiões mais remotas e incógnitas de todo o centro-sul do Brasil.

### ***III – A incorporação da empresa***

Para angariar o apoio da administração pública e dos investidores no processo de incorporação da empresa, os irmãos Honório e Teófilo Ottoni procuraram expor em sua obra todos os benefícios em se investir na futura Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri. Para tal, foram apresentados aos leitores dados econômicos, sociais e corográficos sobre a região que abarcaria a empresa do Mucuri.

Para apresentar os dados corográficos, os irmãos Ottoni recorreram às obras: *Viagem pelo Brasil de Spix e Martius*; *Dicionário Topográfico do Império do Brasil*, do senador José Saturnino da Costa; e *Pluto Brasiliensis*, de W. L von Eschwege. Após esboçarem as características topográficas da região do Mucuri os irmãos Ottoni se questionaram sobre duas questões cruciais para o futuro empreendimento:

O problema da mudança das vias de comunicação do norte de Minas Gerais fica, à vista do exposto, dependente da solução que possam ter duas seguintes questões:

1º Poderão estabelecer-se fáceis e cômodas vias de comunicação das comarcas do Serro Frio e Jequitinhonha na província de Minas para o Litoral, que lhes fica na mesma latitude?

2º Haverá nesse litoral ancoradouros e portos, dos quais possa estabelecer uma linha de navegação desembaraçada para o Rio de Janeiro?<sup>77</sup>

---

<sup>77</sup> Teófilo Benedito Ottoni & Honório Benedito Ottoni. *Op. Cit.* p. 04.

A este respeito os irmãos Ottoni responderam prontamente que sim. Em seguida, os autores procuraram argumentar quais eram as causas que levaram a região do Mucuri a ser tão pouco explorada pelos colonizadores. Segundo os irmãos Ottoni, a falta de vias entre Minas e o litoral da Bahia e do Espírito Santo se deve principalmente a dois fatores. O primeiro diz respeito à atividade econômica desenvolvida em Minas. De acordo com os Ottoni, a atividade mineratória “apinhou” os mineiros nas serras centrais, dificultando, assim, o interesse em abrir rotas em direção ao leste. Posteriormente, quando os mineiros passaram a ocupar-se da agricultura, as “preciosas matas” do leste passaram a interessar agricultores e fazendeiros. No entanto, os caminhos continuavam fechados por conta dos constantes ataques dos índios botocudos.

Com isso, os irmãos Ottoni demonstraram que seria viável estabelecer vias de comunicação entre o norte de Minas e o oceano. Para dar maiores provas da importância de se estabelecer novas vias de comunicação a partir do chamado sertão do Leste, os irmãos Ottoni extraíram do relatório provincial de 1847 – produzido pelo presidente Quintiliano José da Silva – as informações necessárias para a construção das vias de acesso no vale do Mucuri. Neste documento, o presidente de província qualifica a região do Mucuri como sendo uma das mais promissoras para se comunicar com o litoral.

Em todo sistema fluvial de Minas é o rio Mucuri um daqueles que no presente oferece as maiores vantagens, não só por sua fácil navegação como pela fertilidade de suas matas e pela salubridade do seu clima. Convencido do quanto convém aproveitar todos os elementos de prosperidade e vendo o estado de decadência em que por falta de meios de exportação se acha a importante comarca do Jequitinhonha, julguei conveniente dar o possível impulso à navegação do Mucuri, tão desejada pelos habitantes daquela comarca, mas em grande parte embaraçada pelos receios que lhes tem inspirado a ferocidade dos índios Gíporocas, que em grande multidão habitam aqueles sertões.<sup>78</sup>

---

<sup>78</sup> Quintiliano José da Silva. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinária de 1847*. Ouro Preto: Tip. Imparcial de B. X. Pinto de Sousa, 1847. p. 45-46.

No texto produzido pelos irmãos Ottoni, a imagem produzida sobre o vale do Mucuri não se afasta das posições emitidas por Pedro Victor Renault, Hermenegildo José de Almeida e Quintiliano José da Silva. Dessa forma, a região do Mucuri muitas vezes foi apresentada de forma hiperbólica. Ao potencializar ou diminuir o peso dos fatores que caracterizavam o Mucuri, os irmãos Ottoni se utilizaram da retórica para convencer o maior número de leitores.

Nos artigos publicados no Jornal do Comércio durante a década de 1850, Teófilo Ottoni apresentou o vale do rio Mucuri como um manancial de “imensas, incalculáveis”. A este respeito, riquezas: “admira como, tão diante dos olhos, escapasse ele aos descobridores do Brasil, e até bem pouco a nós mesmos”.<sup>79</sup>

Surpreendentemente, Teófilo Ottoni recorreu à história da colonização portuguesa para explicar as raízes do abandono daquelas “preciosas matas”. Assim como o fez Domingo Sarmiento em *Facundo*,<sup>80</sup> o político liberal brasileiro encontra nas raízes coloniais as causas do não aproveitamento das terras no país. Com isso, para Teófilo Ottoni a causa do abandono da região do vale do Mucuri encontra-se na administração manuelina. Segundo Ottoni, ao ficar “fascinado” com as conquistas da Ásia, el-rei D. Manuel não pôde dar a devida importância à descoberta do Brasil. Assim sendo, a deficiência administrativa seiscentista teria legado a sorte da região do Mucuri ao completo esquecimento e ao abandono por séculos.<sup>81</sup> Para Teófilo Ottoni, se a região que se estende de Porto Seguro ao vale do Mucuri não fosse abandonada, poderia sozinha ter produzido um volume incalculável de riquezas para o país.

---

<sup>79</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *Companhia do Mucuri. História da empresa, importância de seus privilégios, alcance dos seus projetos*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1856. p. 29. In: Valdeí Lopes de Araujo (org.). *Teófilo Benedito Ottoni e a Companhia do Mucuri. Op. Cit.*

<sup>80</sup> Domingo Faustino Sarmiento. *Op. Cit.* p. 52-53.

<sup>81</sup> *Idem*, p. 25

Sobre esta região, a obra publicada em 1847 pelos irmãos Ottoni traz relatos generosos ao informar que o solo do Mucuri possuía uma “pasmosa” fertilidade. De acordo com os autores, as plantações experimentadas na borda litorânea do vale apresentavam um “viço pouco habitual”, se comparadas com outras regiões. Ao darem exemplos desta fertilidade, Honório e Teófilo Ottoni ressaltaram que das plantações do vale do Mucuri conseguiu-se produzir de apenas sete pés de mandioca um alqueire<sup>82</sup> de farinha, e que na localidade da Coroa do Liberto, após três anos de plantio, um tal Francisco Gama teria conseguido colher de três mil pés de café a volumosa quantia de 250 arrobas do produto. As informações sobre a fertilidade atingem tal nível de detalhamento que os irmãos Ottoni inusitadamente chegaram a relatar que é comum na região do vale do Mucuri se extrair quatrocentos grãos de milho de uma única espiga.<sup>83</sup>

Como se percebe, os irmãos Ottoni muniram-se de vários argumentos para favorecer o projeto de incorporação da Companhia do Mucuri. Se nos relatos anteriores a 1837 eram as riquezas minerais que figuravam no discurso dos aventureiros, no projeto de Honório e Teófilo Ottoni seria a agricultura e não a mineração o norte econômico da região. A importância da atividade agrícola é tal que os autores chegaram a afirmar que “é a agricultura, e só a agricultura que oferece no Mucuri o prospecto de futura prosperidade”.<sup>84</sup> E advertem àqueles que devassam os sertões à procura de riquezas minerais:

[...] e para evitar decepções, julgam os empresários de seu dever declarar, a vista de numerosas investigações a que tem procedido, que são destituídas de fundamento essas relações misteriosas que anunciam riquezas minerais naqueles sertões, sendo sua opinião que, se alguém emigrar para o Mucuri com vistas na mineração, cedo lhe virá, e caro lhe custará o arrependimento.<sup>85</sup>

---

<sup>82</sup> O alqueire é uma antiga unidade de medida de capacidade para secos, equivalente a quatro quartas, ou seja, 36,27 litros. Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 1996. p. 91.

<sup>83</sup> Teófilo Benedito Ottoni & Honório Benedito Ottoni. *Op. Cit.* p. 10

<sup>84</sup> *Ibid.* p. 11. (grifos nosso)

<sup>85</sup> A posição dos irmãos Ottoni contrasta com a atividade econômica que se destaca na região do Mucuri. Atualmente, a cidade de Teófilo Otoni (antiga Filadélfia) é reconhecida como maior centro lapidário do

Podemos observar no fragmento acima a preocupação dos irmãos Ottoni em afastar da região do Mucuri legiões de aventureiros que vagavam por toda província à procura de ouro ou de pedras preciosas. Para muitos políticos do período aqui analisado, devido às necessidades do país, as terras agricultáveis não poderiam ser destinadas à mineração. Estudos têm demonstrado que em meados do Oitocentos, enquanto os Estados Unidos e a Europa experimentavam uma crescente atividade industrial, o Brasil observava uma crise de abastecimento e de carestia de gêneros agrícolas. Com isso, as camadas intelectualmente dominantes se mobilizaram em busca de uma solução para os problemas fundamentais do país. É neste contexto, segundo os estudiosos do assunto, que surgiu a construção liberal da “vocaç o agrícola do Brasil”.<sup>86</sup> Desse modo “ a agricultura passou a ser o ponto básico do pensamento liberal brasileiro, que propunha a participa o estrangeira e a limita o da a o estatal na economia do país”.<sup>87</sup>

  importante destacar que esta posi o tomada por muitos políticos brasileiros do século XIX se deve também   difusão do pensamento fisiocrático no país. Dessa forma, não foi gratuita a descri o sobre os benefícios da agricultura em detrimento da minera o. De acordo com Valdeir Lopes de Araujo o modelo proposto por Teófilo Ottoni no processo de incorpora o da Companhia do Mucuri foi claramente agro-exportador. De acordo com Araujo, ao optar pela agricultura, observa-se no projeto dos irmãos Ottoni uma nítida influência de Thomas Jefferson, sabidamente agrarista.<sup>88</sup>

---

Brasil e um dos principais centros de comércio gemol gicos do mundo. A região conta ainda com cerca de 3 mil oficinas ligadas ao comércio mineral, que envolve, atualmente, cerca de 200 mil pessoas. *Idem.* (grifo dos autores)

<sup>86</sup> Maria Yeda Linhares & Francisco Carlos Teixeira da Silva. *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 16.

<sup>87</sup> Maria Cristina Nunes Ferreira Neto, *Op. Cit.* p. 162.

<sup>88</sup> Valdeir Lopes de Araujo. *Teófilo Benedito Ottoni: política, historiografia e esfera pública no Brasil oitocentista*. *Op. Cit.* p. 57.

No que tange a atração de investidores para a empresa, não bastava apenas descrever de forma favorável as condições do clima, do solo e da navegação no rio Mucuri. Habitada por tribos hostis aos colonizadores, o vale do Mucuri não poderia ser ocupado sem o consentimento da população indígena que habitava a região. Os botocudos que habitavam as selvas do Mucuri eram caracterizados pela hostilidade aos exploradores e além disso, provocavam o horror na população brasileira, pois estes acreditavam que aqueles praticavam a “atroz” antropofagia. Os relatórios do engenheiro Pedro Victor Renault de 1837 e o de Quintiliano José da Silva, de 1847, demonstraram que o maior embaraço para os empreendedores da navegação do Mucuri eram os botocudos que “infestavam” a região. Contudo, os irmãos Ottoni procuraram minimizar o perigo representado pelos índios ao afirmar que

[...] estes desgraçados, reduzidos a um número insignificante, nenhum mal podem fazer: mais numerosos fossem eles e poderiam servir de auxílio, não de embaraço. O que sobre os selvagens do Mucuri dizem os historiadores seria verdadeiro em outras eras, mas não atualmente.<sup>89</sup>

Em ofício encaminhado à Câmara de São José do Porto Alegre, Teófilo Ottoni utilizava-se do mesmo argumento ao se referir à suposta ferocidade dos nativos do Mucuri:

Vim reconhecer por mim mesmo que a suposta ferocidade dos selvagens habitadores das margens do Mucuri, que era proverbial mesmo entre os historiadores e geógrafos, não passa de uma quimera. Por esse lado nenhuma dificuldade se me antolha para a empresa em projeto, pois que depois de sisudo exame, me tenho convencido de que os míseros selvagens aqui, como em muitos pontos do Brasil, carecem antes de proteção do que de repressão.<sup>90</sup>

De acordo com o fragmento acima, o que afirmavam os historiadores e geógrafos sobre os índios do Mucuri não poderia ser mais a regra, pois os nativos não

---

<sup>89</sup> Teófilo Benedito Ottoni & Honório Benedito Ottoni, *Op. Cit.* p.12

<sup>90</sup> OFÍCIO encaminhado por Teófilo Benedito Ottoni aos Srs. Presidentes e mais vereadores da Câmara Municipal de São José do Porto Alegre. Mucuri, 22 de setembro de 1847. *Apud.* Teófilo Benedito Ottoni & Honório Benedito Ottoni, *Op. Cit.* p. 39.

representavam mais nenhum entrave à exploração das terras; pelo contrário, poderiam servir inclusive para os planos da companhia ao se entregarem à agricultura, abandonando o estado de selvageria e abraçar a civilização.

Uma vez “resolvida” a questão lidada à problemática indígena, os irmãos Ottoni apresentaram aos leitores algumas condições de acesso ao norte mineiro e a sua respectiva transformação com a abertura de uma rota alternativa proposta pela Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri.

De acordo com Honório e Teófilo Ottoni ao invés dos produtos comprados e exportados pelas comarcas do Serro Frio e do Jequitinhonha percorrem o longo caminho de “más estradas” que se dilatavam em 160 léguas (cerca de 1056 quilômetros) cujo tempo poderia se estender em até 130 dias, a empresa do Mucuri poderia garantir aos comerciantes e às casas comerciais o transporte de gêneros de forma muito mais econômica e eficiente.

No projeto da empresa do Mucuri os produtos comercializados pelas comarcas do norte da província seriam transportados através das rotas de navegação de cabotagem e fluvial e por estradas de rodagem. Assim, do Rio de Janeiro à região de Minas Novas, de Serro e de Diamantina, as mercadorias seriam embarcadas em navios à vapor, cujo itinerário incluiria Vitória e São José do Porto Alegre, foz do rio Mucuri. Da vila de São José do Porto Alegre, o vapor penetraria no continente através da navegação do rio Mucuri até a localidade mineira de Santa Clara, lugar onde a navegação seria interrompida pela presença de uma cachoeira. De Santa Clara os produtos seguiriam por terra através de estradas carroçáveis até a região de Minas Novas, que ficava cerca de 40 léguas de Santa Clara.

Se pelo caminho tradicional percorrer-se-ia, por terra, cerca de 160 léguas, pela via que se aventava formar seria possível conectar o interior de Minas Gerais ao

oceano perfazendo um percurso de apenas 40 léguas. Além da economia de tempo a empresa do Mucuri também prometia uma drástica redução nos gastos com o transporte de mercadorias. De acordo com os irmãos Ottoni, pagava-se cerca de 4 (4\$000) a 5 réis (5\$000) por arroba de produto transportado do Rio de Janeiro até Minas Novas pela estrada que ligava Diamantina ao porto da Estrela. Contudo, se a mesma mercadoria fosse transportada conforme o estipulado pelos idealizadores da Companhia do Mucuri, o valor dispendido com os transportes se reduziria a  $\frac{1}{4}$  do valor usualmente praticado. Assim sendo, ao invés de 4\$000 a 5\$000 réis por arroba, os comerciantes e tropeiros que destinassem seus produtos para as vias de acesso criadas pela empresa do Mucuri, pagariam apenas 1\$600 réis por arroba. Com tais números, os gastos com os transportes seriam vertiginosamente reduzidos em cerca de 400 %.<sup>91</sup>

Além de se munir de informações contidas em relatórios e em documentos oficiais, o próprio Teófilo Ottoni procurou conhecer *in loco* as características do vale do rio Mucuri. Com isso, o político liberal pretendia dar maior legitimidade às informações no livro que lançou em 1847. No ofício de 22 de setembro encaminhado à Câmara de São José do Porto Alegre, Ottoni revela a necessidade de oferecer aos futuros sócios informações mais concretas sobre a região que pretendia instalar a Companhia:

[...] para obter essas informações seguras de que pudéssemos ser garante, deliberei vir eu pessoalmente ao rio Mucuri, e convidei a diversos amigos residentes no Município de Minas Novas, os quais desejavam associar-se a esta empresa, a fim de que também viessem por si examinar o rio e conferenciar comigo na cachoeira de Santa Clara.<sup>92</sup>

A expedição chefiada por Teófilo Ottoni partiu do Rio de Janeiro no dia 4 de setembro de 1847. A bordo do vapor *Princesa Imperial*, um grupo composto por 18

---

<sup>91</sup> Teófilo Benedito Ottoni & Honório Benedito Ottoni, *Op. Cit.* p. 14-15.

<sup>92</sup> Ofício encaminhado por Teófilo Benedito Ottoni aos Srs. Presidentes e mais vereadores da Câmara Municipal de São José do Porto Alegre. Mucuri, 22 de setembro de 1847. *Apud.* Teófilo Benedito Ottoni & Honório Benedito Ottoni, *Op. Cit.* p. 37. *passim.*

negociantes partiram em direção ao interior da floresta tropical, onde encontrariam a expedição de Minas Novas que partira para o interior do vale do Mucuri no dia 7 de setembro. Esta segunda expedição, composta ao todo por 28 pessoas, foi liderada pelos fazendeiros Pedro Viera Ottoni, Manoel Joaquim da Silva, João Furtado de Mendonça, Feliciano Lopes da Silva e Manoel José de Carvalho. O suporte militar da expedição ficou a cargo das tropas de soldados pedestres do Jequitinhonha, lideradas pelo tenente Joaquim Martins Fagundes. O grupo de Minas Novas contava ainda com o engenheiro João Rodrigues Silva, responsável por arquitetar a planta do rio Mucuri.

Ao se encontrarem na região conhecida como Coroa dos Muris no dia 18 de setembro, ambas as expedições concluíram que o rio Mucuri se prestava para a navegação fluvial e que sua barra possui ancoradouro “seguro e abrigado” para mais de 200 embarcações.<sup>93</sup>

Quando Teófilo Ottoni arquitetou as expedições em direção ao interior do vale do rio Mucuri, o político liberal e seu irmão Honório Benedito Ottoni já haviam garantido as subvenções, monopólios e privilégios do governo provincial e geral para a incorporação da Companhia do Mucuri. Conforme a legislação vigente, a negociação dos empresários mineiros com a administração pública consistia na conquista da aprovação de leis por parte da assembleia provincial quanto por parte da Câmara dos deputados e do senado do império. Assim, para obter os monopólios das estradas, a negociação deveria ser articulada com a administração provincial; já para adquirir os privilégios da navegação interprovincial e através do litoral, os contratos deveriam passar pela chancela do governo central.

Em agosto de 1847 foi realizado o contrato com o governo provincial mineiro. A proposta de ocupação do vale do Mucuri por parte da empresa organizada

---

<sup>93</sup> *Ibid*, p. 38.

pelos irmãos Ottoni fazia eco à política administrativa provincial de Minas Gerais. Nos relatórios da presidência da província é recorrente o chamado de atenção dos deputados provinciais sobre a necessidade de se criarem novas vias de acesso em direção ao litoral adjacente.

Aquém a influência política de Teófilo Ottoni, um outro fator iria somar créditos para a concessão do auxílio do governo provincial mineiro à Companhia do Mucuri, pois o ano de 1843 assistiu ao fracasso da já mencionada Companhia Brasileira de Navegação e Colonização do Rio Doce. Uma vez extinta esta empresa, ficou ao encargo da Companhia do Mucuri a empreitada de “tornar marítimo” o interior da província. Desse modo, a administração de Quintiliano José da Silva deu continuidade aos esforços de ocupar o vale do Mucuri, ao aprovar a Lei Provincial nº. 332 de 19 de agosto de 1847.

Como benefícios, a província concedeu os monopólios sobre os impostos de passagem nas estradas que a empresa prometera construir. Além disso, o governo provincial mineiro se comprometeu a subvencionar a compra de  $\frac{1}{4}$  das ações de mercado a serem emitidas pela Companhia do Mucuri.

A prontidão dos auxílios à empresa do Mucuri se deu, em parte, devido à crença difundida de que o nordeste mineiro seria a solução para alavancar a economia do norte da província. Era essa a tese defendida pela elite do norte mineiro. Diretamente interessados em expandir suas fortunas para os sertões do vale do Mucuri, a elite regional das Comarcas do Serro Frio e do Jequitinhonha atuaria como importante suporte para o projeto dos irmãos Ottoni. Um exemplo inequívoco desse auxílio se

encontra no Relatório da Presidência da Província de 1848 durante o governo do político liberal Bernardino José Queiroga.<sup>94</sup>

Em seu relatório, Queiroga defendia a tese de que as estradas a serem construídas pela Companhia do Mucuri

[...] se forem levado a efeito, como se espera, deve mudar a face de todo norte da Província. Na verdade, se se oferecer, como parece provável, às Comarcas do Norte um meio fácil de transporte para os seus inúmeros produtos para o litoral, o comércio, a população e todos os bens sociais substituirão ao estado inativo, e pouco próspero que ora se acham.<sup>95</sup>

O projeto da Companhia do Mucuri, portanto, foi favorecido pelo presidente de província por se prestar aos interesses da elite regional das comarcas do norte e nordeste de Minas. No âmbito das negociações com o governo imperial, Teófilo Ottoni também recorreria à sua influência política para ajustar o seu projeto colonizador junto à administração do Gabinete que havia subido ao poder em 22 de maio de 1847. Esta gestão ministerial destacou-se pelo apoio concedido a empreendimentos ligados à iniciativa privada, através da liberação de subvenções e privilégios nos ramos da colonização e criação de companhias de comércio.

Ao ocupar o posto de primeiro presidente do Conselho de Ministros<sup>96</sup> – cargo criado em 1847 pelo Imperador – Manuel Alves Branco, futuro Visconde de Caravelas<sup>97</sup>, foi peça fundamental para a o êxito na conquista do apoio político ao

---

<sup>94</sup> Amigo de Teófilo Ottoni, Queiroga era filho de uma poderosa família de fazendeiros instalados próximos à sede da Comarca do Serro Frio. O referido presidente de província nasceu em 1800, na então Vila do Príncipe. Bernardino José Queiroga traçou sua carreira política nos moldes apresentados por José Murilo de Carvalho em sua definição sobre a elite política do Brasil imperial. Foi vereador, deputado provincial, geral e presidente da província de Minas em 1848, quando pôde chamar a atenção da assembléia provincial para a importância de apoiar os projetos viários da Companhia do Mucuri.

<sup>95</sup> Bernardino José de Queiroga Júnior. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais... 1848*. p. 14.

<sup>96</sup> Segundo José Murilo de Carvalho, com a criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros, o imperador limitou-se a escolher apenas o presidente do Conselho, que, por sua vez, escolhia seus auxiliares em consultas com o chefe do governo. José Murilo de Carvalho. *A Construção da Ordem*. Op. Cit., p. 47.

<sup>97</sup> Manoel Alves Branco, segundo Visconde de Caravelas, era filho de João Alves Branco e de Dona Ana Joaquina Silvestre Branco, nasceu em Salvador em 7 de junho de 1797. O jovem Manoel Alves Branco iniciou a sua carreira acadêmica dedicando-se aos estudos das ciências naturais e matemáticas,

projeto da Companhia do Mucuri. Assim, o contrato entre Alves Branco e os idealizadores da empresa do Mucuri foi articulado em 31 de maio de 1847.

Segundo o próprio Teófilo Ottoni, os privilégios concedidos pelo governo imperial foram amplos.<sup>98</sup> Entre as concessões podemos destacar o exclusivo da navegação à vapor entre os portos de São José, Salvador e Rio de Janeiro; a exclusividade da navegação no rio Mucuri e seus afluentes, com exceção apenas das canoas de pescaria ou de gêneros da lavoura do próprio dono; o direito de marcar fretes do Rio de Janeiro para Santa Clara a um valor máximo de dois réis e meio (2\$500) por arroba; o direito de cobrar do governo imperial todo valor investido após o vencimento dos 40 anos de concessão feitos à Companhia do Mucuri, ou a prorrogação de todos os privilégios por mais 40 anos. Além disso, a administração imperial concedeu à empresa do Mucuri dez léguas em quadra de terras para a colonização. Para tal, a direção da Companhia obrigava-se a introduzir 60 casais de colonos em cada légua de terra concedidas à empresa em um espaço de 10 anos.<sup>99</sup>

Embora os idealizadores da Companhia do Mucuri tivessem obtido os privilégios e os monopólios necessários junto ao Gabinete de 22 de maio, a decisão final, conforme estabelecido em lei, deveria passar pelo crivo das duas casas legislativas do Império.

---

abandonando para ingressar no curso de direito da Universidade de Coimbra. Ao retornar ao Brasil, foi nomeado Juiz de Fora de Santo Amaro da Purificação, Bahia, de onde fora removido para o Rio de Janeiro. Na corte, Manoel Alves Branco foi deputado geral, senador, ministro das pastas da Justiça, dos Estrangeiros, do Império e da Fazenda, esta última ocupada por quatro vezes. Também foi convocado pelo imperador a ocupar a cadeira de presidente do Conselho de Ministro, criada pelo decreto nº 523 de 20 de julho de 1847. Pelos serviços prestados à coroa, Foi agraciado pelo imperador com o oficialato da Ordem do Cruzeiro. Político de destaque em seu período Manuel Alves Branco faleceu em Niterói em 13 de julho de 1855. Cf.: Sacramento Blake. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883. p.7-9.

<sup>98</sup>Teófilo Benedito Ottoni. *Companhia do Mucuri. História da empresa, importância de seus privilégios, alcance dos seus projetos*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1856. p. 31. In.: Valdeci Lopes de Araujo (org.). *Teófilo Benedito Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público Mineiro, 2007.

<sup>99</sup> Teófilo Benedito Ottoni & Honório Benedito Ottoni. *Condições para Incorporação de uma Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri...Op. Cit.* p. 44-45.

Na câmara, de acordo com o disposto nas notícias veiculadas no *Jornal do Comércio*, a discussão em torno do contrato teve aprovação unânime. Como era o vice-presidente da Casa, e “um dos mais fortes e decididos chefes do partido que predominava no país”, Teófilo Benedito Ottoni pôde intervir de forma direta na aprovação do contrato celebrado com o Gabinete Alves Branco.<sup>100</sup> Além disso, Ottoni também obteve o apoio do presidente da Casa, o político liberal da cidade de Mariana José Pedro de Carvalho.

Se na câmara Teófilo Ottoni pôde influenciar de forma mais direta na aprovação do contrato, no senado o mesmo não ocorreu com a mesma celeridade, pois o senador e conselheiro de Estado Bernardo Pereira de Vasconcelos fez rígida oposição ao processo de ratificação do contrato entre os empresários da Companhia do Mucuri e do Gabinete do Império.

Contrário aos monopólios garantidos pela empresa do político liberal, no dia 09 de agosto de 1847 o conservador Bernardo Pereira de Vasconcelos recorreu às páginas do *Jornal do Comércio* para expressar as suas objeções ao contrato celebrado entre o Gabinete de 22 de maio e os idealizadores da empresa do Mucuri. Na documentação consultada não foi possível inferir se Vasconcelos se opunha ao projeto Mucuri por motivações políticas ou materiais, o fato é que o Conselheiro de Estado concebia que o contrato celebrado com o governo central não havia sido convenientemente estudado pelo governo, que concedeu privilégios “extraordinários” à empresa do Mucuri. O senador mineiro também se queixava de que nenhuma utilidade poderia se tirar de uma companhia de navegação que pretendia se lançar em terrenos incultos e ocupados pelo gentio. Vasconcelos ressaltava ainda que o contrato concedido à Companhia do Mucuri incorria no perigo de fazer com que muitas pessoas fossem

---

<sup>100</sup>Teófilo Benedito Ottoni. *Companhia do Mucuri. História da empresa, importância de seus privilégios, alcance dos seus projetos. Op. Cit.*, p. 32.

procurar naquela região riquezas minerais – estas pessoas, portanto, corriam o risco de abandonar sua indústria e encontrar naquelas terras miséria ao invés de opulência.<sup>101</sup> Ottoni afirmava que a posição de Vasconcelos poderia atravancar as negociações com o senado. Para o político liberal, seria indubitável que se “o distinto estadista e hábil parlamentar” quisesse embarçar a discussão não lhe faltariam os meios, que sempre tinha de sobra nas ocasiões que julgava oportunas para empregá-los.<sup>102</sup> De acordo com Teófilo Ottoni, graças à intervenção de Pedro Araújo Lima, à época Visconde de Olinda, os debates sobre as concessões à Companhia do Mucuri se viram desembaraçados. Com isso, a Casa aprovou a resolução anteriormente apreciada pela Câmara dos deputados. A Companhia do Mucuri, por fim, estava legalmente incorporada.

Como observamos até aqui, o processo de conquista de apoio político para a criação da Companhia do Mucuri se deu de forma complexa. O caminho trilhado foi demonstrar através da imprensa a viabilidade da empresa. Para conseguir apoio à incorporação da empresa, Teófilo Ottoni procurou aglutinar o apoio de sócios privados e da administração pública. Dessa forma, o texto publicado em 1847 visava dar mostras da viabilidade do projeto ao argumentar que o mesmo era um bom negócio além de ser um esforço patriótico e necessário.<sup>103</sup>

Contudo, o êxito em captar as concessões governamentais não passaria de forma ileisa. O entrave observado na posição de Bernardo Pereira de Vasconcelos seria apenas o prelúdio da intensa trama política que a Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri viria experimentar na década de 1850, como veremos a seguir.

---

<sup>101</sup> *Ibid*, p. 33

<sup>102</sup> *Ibid*, p.32.

<sup>103</sup> Valdeci Lopes de Araujo (org.). *Teófilo Benedito Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro. 2007, p. 19.

## Capítulo 2 - A Companhia do Mucuri e a Dialética da Colonização

### *I – O fim do Quinquênio Liberal e os seus reflexos na Companhia do Mucuri*

Conforme observamos no capítulo anterior, a concretização do projeto da Companhia do Mucuri, em meados do século XIX, foi marcada por um tortuoso processo de captação de recursos de diversos setores da sociedade brasileira. Amplamente divulgado na imprensa do Rio de Janeiro, o projeto arquitetado pelos irmãos Ottoni captou o apoio de políticos e de fazendeiros da região de Minas Novas, de Diamantina e do Serro, do Governo provincial mineiro e de políticos e empreendedores da corte. Este triplo apoio possibilitou à Companhia do Mucuri a conquista de privilégios, de isenções e de monopólios sobre boa parte do nordeste da província de Minas. Além disso, a empresa possuía o monopólio de navegação fluvial do extremo sul da Bahia e o exclusivo da navegação de cabotagem entre o sul dessa província e o Rio de Janeiro.

Gozando de prestígios políticos, no chamado Quinquênio Liberal (1844-1848), Teófilo Ottoni pôde influenciar politicamente nas concessões oferecidas pelo governo central e provincial à Companhia do Mucuri. Contudo, meses após ter conseguido as isenções e os monopólios, a sorte da Companhia do Mucuri ficaria a cargo das significativas mudanças políticas em curso naquele momento. Em 29 de setembro de 1848, ocorreu mais uma reviravolta no cenário político nacional – patrocinada, em parte, pelo próprio Poder Moderador. A falta de articulação política dos liberais exigia uma nova mudança na Cabeça do Governo – aqui usando uma expressão cunhada por José Murilo de Carvalho<sup>104</sup> – era o fim do chamado Quinquênio Liberal.

---

<sup>104</sup> Sobre o Conselho de Estado, Cf.: José Murilo de Carvalho. *A Construção da Ordem e o Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro, Eduufrj; Relume Dumará, 1996. p. 327-358.

Devido à falta de unidade e de divergências regionais, as grandes teses liberais da reforma da Guarda Nacional; a questão das chamadas incompatibilidades dos magistrados; as reformas no código Comercial; e os debates em torno da lei de 3 de dezembro de 1841 – Lei do Código do Processo Criminal; entre outras, não foram votadas e nem debatidas como era necessário. Além disso, dissidências entre a Câmara e o Ministério e a falta de articulação com os presidentes de província minaram a credibilidade dos gabinetes liberais. Desse modo, conforme apontou Francisco Iglesias, “era evidente que o Imperador precisava apelar para os conservadores, uma vez que não podia mais compor-se com a situação dominante, pela diversidade de vistas e choques dentro dela”.<sup>105</sup>

A fragilidade dos gabinetes liberais pode ser observada pelo aspecto efêmero da composição ministerial dos dois últimos gabinetes. O gabinete organizado por José Carlos Pereira de Almeida Torres, Visconde de Macaé, durou 75 dias – 8 de março a 31 de maio de 1848 – e o presidido por Francisco de Paula Souza e Melo durou pouco mais de quatro meses – 31 de maio a 29 de setembro de 1848.

Ao pedir demissão do cargo de presidente do Conselho de Ministros, Paula Souza pôs fim ao chamado Quinquênio Liberal e abriu caminho para a ascensão do partido conservador, cuja liderança ficou a cargo de Pedro Araújo Lima, na época Visconde de Olinda, posteriormente substituído por José da Costa Carvalho, Visconde de Monte Alegre. A partir de então, os saquaremas ficaram no poder até 6 de setembro de 1853, período em que se iniciou a chamada “Conciliação”.

No dia 2 de outubro de 1848, três dias após a queda do Gabinete de 8 de Março, o deputado Teófilo Ottoni fez duras críticas ao processo que levou à dissolução

---

<sup>105</sup> Francisco Iglesias. “Vida Política, 1848/1868”. In.: Sérgio Buarque de Holanda (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. vol. 3, t. II (*O Brasil Monárquico: reações e transações*). São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1976. p.11.

da Câmara e à demissão de Paula Souza do cargo de presidente do Conselho de Ministros:

[...] as causas dessa dissolução, no meu entender, na minha mente, talvez suspeitosa, eu só encontro nessa facção áulica, que os nobre deputados e sua imprensa tem denunciado, que se interpõe entre a Coroa e o Governo, que não deixa que o sistema constitucional seja uma verdade no Brasil.<sup>106</sup>

E prossegue mais adiante:

Não foi, pois por falta de confiança do Corpo Legislativo, nem da Coroa, que o Ministério se retirou do poder: foi porque esta facção áulica, que se intromete entre a Coroa e o Ministério, que dirige o País, como diziam os nobres Deputados e a sua imprensa, desde 1844 [...] <sup>107</sup>

Para o principal idealizador da Companhia do Mucuri, o novo gabinete não era regular, como não também não lhe pareciam regulares os gabinetes de 23 de março de 1841 e o de 2 de fevereiro de 1844. Para Teófilo Ottoni, teria sido a chamada facção áulica que havia articulado a subida dos saquaremas ao poder, o que, de acordo com o político liberal, contrariaria os desígnios da constituição vigente.

Em discurso inflamado, o deputado mineiro Cristiano Benedito Ottoni, irmão de Teófilo, também rechaçou a composição do novo gabinete e, por isso, apresentou a seguinte moção:

Que havendo-se organizado o ministério atual em o dia 29 do mês passado, e havendo tratado com evidente desprezo a representação nacional, deixando de comparecer nesta Câmara para explicar o seu programa político, apesar de ter sido expressamente convidado por duas vezes; a Câmara passa à ordem do dia, retirando os convites não aceitos, protestando altamente contra a desconsideração com que é tratada, e contra tão deplorável infração dos princípios da Constituição.<sup>108</sup>

A moção apresentada por Cristiano Benedito Ottoni foi aprovada por 62 votos contra 25. O resultado da votação revelava a divergência entre a Câmara –

---

<sup>106</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *Discursos Parlamentares*; seleção e introdução de Paulo Pinheiro Chagas. Brasília: Câmara dos Deputados, 1979. p. 440. (Coleção Perfis Parlamentares, vol. 12).

<sup>107</sup> *Idid.* p. 445.

<sup>108</sup> Cristiano Benedito Ottoni. *Discurso Parlamentar. Apud.* Francisco Iglésias. *Op. Cit.* p. 13.

composta em sua maioria por liberais – e o Gabinete de 29 de setembro, sabidamente conservador. Além das divergências na Câmara, a luta armada em Pernambuco foi fator que ameaçou a estabilidade da administração do novo gabinete saquarema. A solução encontrada para contornar a situação foi apresentada no decreto de 19 de fevereiro de 1849. O documento dissolvia a Câmara dos Deputados e convocava uma nova composição que deveria ser eleita para instalar-se em 1º de janeiro do ano seguinte.

Como as eleições foram organizadas pelo partido que estava no poder, Teófilo Ottoni, assim como grande parte dos deputados liberais, não conseguiu se eleger para um novo cargo na oitava legislatura da Câmara Geral. Este fato foi marcante para a trajetória de Teófilo Ottoni e conseqüentemente para a trajetória da Companhia do Mucuri. Na *Circular* de 1860, o político afirmou que ao abandonar a política pôde se dedicar ao projeto de colonização do vale do Mucuri, e, assim, procurar um outro terreno em que pudesse ser útil ao seu país.<sup>109</sup>

Embora fosse um opositor político do partido que se instalou no poder em 29 de setembro de 1848, a política adotada pelos conservadores auxiliou a Companhia do Mucuri na saída do domínio das utopias para o dos fatos, haja vista a importância dada pelo gabinete empossado às questões ligadas aos transportes.

Dentre as medidas anunciadas pelo novo gabinete estava o projeto que visava interligar as principais províncias do Império – Minas, São Paulo e Rio de Janeiro. Esta medida tinha por objetivo fazer com que as mercadorias produzidas nessas regiões acessassem de forma mais rápida os centros consumidores e os portos de mar, principalmente o da corte.<sup>110</sup>

---

<sup>109</sup>Teófilo Benedito Ottoni. “Circular dedicada aos Srs. Eleitores de senadores pela província de Minas Gerais no quadriênio atual e especialmente dirigida aos Srs. eleitores de deputados pelo 2º distrito eleitoral da mesma Província para a próxima legislatura”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXXVIII, Parte 2. Rio de Janeiro: 1916. p. 362-363.

<sup>110</sup>Maria Yedda Linhares & Francisco Carlos Teixeira Silva. *História da Agricultura no Brasil: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.33-35

Paralelamente a essas medidas, ao longo do ano de 1850 o gabinete saquarema fez aprovar um conjunto de três leis para a concretização de empreendimentos similares à Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri. A primeira das leis acima referidas foi a de nº. 556, de 25 de junho de 1850. Ela instituía o Código Comercial brasileiro, que extinguiu reminiscências das *Ordenações Filipinas* da então ineficiente Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegações, criada durante o governo de D. João VI.<sup>111</sup>

Além de conter figuras de relevo como Eusébio de Queiroz<sup>112</sup> – na época ministro da justiça e membro da chamada *trindade saquarema*<sup>113</sup> – a comissão responsável por formular o Código Comercial também era formada por notáveis conservadores, como José Clemente Pereira, Nabuco de Araújo, Francisco Inácio de Carvalho Moreira, e por financistas como Irineu Evangelista de Souza, futuro Visconde de Mauá.<sup>114</sup> De acordo com o importante trabalho de Carlos Gabriel Guimarães, a presença de comerciantes como Irineu Evangelista entre os responsáveis por formular o Código Comercial brasileiro reforçou a tese de que a atuação de “empresários” da Praça Comercial do Rio de Janeiro estava ligada não apenas à defesa dos interesses de uma

---

<sup>111</sup> Sheila de Castro Faria. “Código Comercial”. In. Ronaldo Vainfas (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p.143-145.

<sup>112</sup> Natural de São Paulo de Luanda, Euzébio de Queiroz Coutinho Matoso da Câmara diplomou-se bacharel em direito pela Faculdade de Olinda em 1832. Destacou-se como um dos mais proeminentes e atuantes políticos do Império. Ocupou, pelo partido conservador, cargos de destaque na Câmara e no Senado. Além de atuar decisivamente na criação do Código Comercial brasileiro, Queiroz também foi fundamental para a aprovação da Lei de Terras e para a formulação dos decretos e de leis que regulavam a repressão ao tráfico negreiro no Brasil. Cf.: Keila Grinberg. “Eusébio de Queiroz”. In: Ronaldo Vainfas (dir.). *Op. Cit.*, p.245-246.

<sup>113</sup> Além de Eusébio de Queirós, também faziam parte da chamada trindade saquarema os conservadores Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí, na época ministro da Fazenda e Paulino Soares de Souza, visconde do Uruguai.

<sup>114</sup> Sobre as biografias dos integrantes da comissão responsável por reformular o Código Comercial de 1850, Cf.: Carlos Gabriel Guimarães. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Companhia (1854-1866)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997. (Tese de Doutorado). p.19.

determinada parte da classe mercantil, mas também a necessidade de legitimação do Estado Imperial, em vias de consolidação.<sup>115</sup>

Inspirado nos códigos comerciais francês e português e nos trabalhos de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairú, a aprovação do Código Comercial foi fundamental para a regulamentação das transações econômicas-financeira. Esta medida regulamentou a abertura de instituições bancárias e de empresas de sociedade anônima no país em um período de grande expansão das atividades financeiras e comerciais em todo o império.

A Lei n.º 581 de 4 de setembro de 1850, mais conhecida como Lei Eusébio de Queiroz, também contribuiu largamente para a concretização de empreendimentos financeiros e de sociedade anônima, como era o caso da Companhia do Mucuri. Em setembro de 1850 finalmente o país conseguiu aprovar uma lei que proibia definitivamente o tráfico de escravos para o Brasil. A lei formulada por Eusébio de Queiroz foi aprovada por uma Câmara francamente conservadora, contudo, sua aprovação não foi unanimidade, haja visto a oposição dos deputados das províncias cafeeiras.

Como é largamente difundido pela historiografia que se ocupou em estudar a história econômica do período, com o fim do tráfico atlântico de escravos, grande parte dos capitais antes destinados ao chamado “comércio de carne humana” passaram a ser redirecionados, durante o século XIX, em toda sorte de empreendimentos comerciais e financeiros. Nas palavras de Francisco Iglesias, “a fortuna disponível encontra-se pronta para novos investimentos”.<sup>116</sup> Desse modo, o espírito empresarial pôde direcionar seus recursos em empreendimentos como fábricas, estradas de ferro, bancos e companhias de navegação e de comércio, como foi o caso da Companhia do Mucuri.

---

<sup>115</sup> *Idem; Ibidem.*

<sup>116</sup> Francisco Iglesias. “Vida Polícia”. *Op Cit.* p. 35.

Por outro lado, alguns comerciantes investiram suas fortunas principalmente na produção agrícola do café destinado a exportação, o que possibilitou o que os possibilitou multiplicar suas riquezas e ascender na restrita escala social da sociedade brasileira.<sup>117</sup>

Além da Lei do Código Comercial e da Lei Eusébio de Queiroz, a Lei de Terras constituiu-se em um importante elemento legal para o sucesso de empreendimentos que tinham a terra como fonte de comércio. Com a independência do Brasil e a conseqüente revogação do instituto de doação de sesmarias, urgia a necessidade de se criar uma nova política de terras no país. Embora figuras como José Bonifácio tenham tentado criar essa política, somente em 1842 os Conselheiros de Estado Bernardo Pereira de Vasconcelos e José Cesário de Miranda Ribeiro apresentaram à Câmara um projeto que visava criar uma lei que regulamentasse a posse e a venda de terras no império. Contudo, uma lei de terras somente foi aprovada com a promulgação da Lei n.º 601 de 18 de setembro de 1850.<sup>118</sup> Embora os analistas sejam unânimes em destacar as limitações da aplicação da Lei de Terras, a mesma constituiu-se em um importante marco para a posse privada da terra no Brasil e para a sua transformação em mercadoria.<sup>119</sup>

Ao analisarmos as subvenções concedidas pela administração imperial à empresa organizada por Teófilo Ottoni, percebemos o quanto a mesma se beneficiou com a concessão das 10 léguas em quadra de terras na região do vale do Mucuri. No extenso ofício encaminhado em 1856 ao governo provincial de Minas, Ottoni ressaltou a importância da Lei de Terras para o incremento do seu projeto: “Tendo-se já promulgada a Lei das terras a Companhia não podia senão aproveitar-se da concessão

---

<sup>117</sup> João Luiz Fragoso. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça comercial do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 365

<sup>118</sup> A Lei de Terras foi regulamentada através do Decreto n.º 1.318, de 30 de janeiro de 1854.

<sup>119</sup> Sobre os entraves da aplicabilidade da Lei de Terras, Cf.: José Murilo de Carvalho. “A política de terras: o veto dos Barões”. In. *Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

de 10 léguas quadradas que lhe eram concedidas pelo seu contrato nas margens do Mucuri para coloniza-las.”<sup>120</sup>

Como podemos observar até aqui, as leis promulgadas pelos dois gabinetes conservadores que sucederam o Quinquênio Liberal foram fundamentais para dotar o país de um corpo legislativo que favorecesse o surgimento de diversos tipos de empreendimentos. Paradoxalmente, a queda do partido de Teófilo Ottoni foi importante para a consolidação da Companhia do Mucuri, pois a celeridade com que foi aprovado o conjunto de leis por parte dos conservadores possibilitou uma melhor organização das atividades comerciais no país. Além disso, com a Lei de Terras, a Companhia do Mucuri se tornaria mais atraente aos investidores, devido ao valor de mercado que poderiam atingir as dez léguas em quadro subvencionadas à Companhia do Mucuri por parte do governo imperial.

No discurso eminentemente político proferido na Câmara dos deputados em 3 de junho de 1851, Eusébio de Queiroz demonstrou um espírito de euforia que tomaria conta do setor comercial e financeiro do Brasil durante a década de 1850:

Tendo de apresentar ao corpo legislativo o estado verdadeiramente lisonjeiro a que tem chegado o país, e que se revela por todas as maneiras por que a prosperidade pública pode fazer-se conhecer, já pela espantosa elevação da receita, já pelo desenvolvimento do espírito de empresa que tem entre nós chegado nestes últimos tempos a um ponto de que não havia memória, pois aparecem nada menos de três propostas para a navegação por vapor no rio Amazonas, e ao mesmo tempo 4 ou 5 para iluminação por gás corrente na cidade do Rio de Janeiro, outras para estradas de ferro do Rio para Minas ou São Paulo, e isto quando se trata da navegação do São Francisco e do Mucuri; já pela abundância de capitais, que tem chegado ao ponto por todos nós, pois vemos os bancos conseguirem em poucos dias reunir capitais, que antigamente não se conseguiria no espaço de meses.<sup>121</sup>

---

<sup>120</sup> Herculano Ferreira Pena. *Relatório Provincial de 1856*. Ouro Preto: Tipografia do Bom Senso, 1856. Documento Anexo nº. 3 . p 07.

<sup>121</sup> Eusébio de Queiroz. “Discursos Políticos”. *Apud*, Francisco Iglésias. “Vida Política, 1848/1868”. *Op. Cit.* p. 37.

Nota-se aqui que Eusébio se referia ao grande número de empresas privadas que começavam a despontar no cenário nacional. O novo conjunto de leis aprovado pelos dois gabinetes conservadores que sucederam o Quinquênio Liberal facilitou sobremaneira as realizações materiais nas áreas de transporte, comércio, navegação à vapor, iluminação pública, estradas de ferro e incorporação de instituições bancárias.

Foi neste clima de euforia de realizações materiais que, finalmente, as apólices da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri começaram a ser captadas pelo nascente mercado de ações. Inicialmente foram lançadas 1.000 ações no valor de 300 mil-réis (300\$000) a unidade – mínimo necessário para que a empresa fosse oficialmente incorporada em 1852. Desse montante, a família Ottoni investiu 210 contos de réis (210:000\$000) para subscrever 700 ações, ficando as 300 restantes divididas entre amigos de Teófilo Ottoni, como Irineu Evangelista de Souza.<sup>122</sup>

Como podemos verificar, a partir da década de 1850, a empresa arquitetada pelos irmãos Ottoni, pôde, enfim, se estruturar com maior desenvoltura. Assim sendo, a partir desse período a dinâmica da Companhia do Mucuri se confundiria com a própria história política e econômica do império.

Idealizada em 1847, somente em maio 1851 a Companhia do Mucuri teve seus estatutos aprovados. Além da falta de uma legislação que possibilitasse a abertura da empresa, a Companhia passou por muitos embaraços até o ano da aprovação de seus estatutos. Em 1849 Teófilo tocava o projeto sozinho, pois seu irmão Honório Ottoni havia falecido. Além disso, a terra que foi concedida à empresa localizava-se em um território habitado pelos temerários índios botocudos, dificultando, assim, o controle e o acesso à mesma.

---

<sup>122</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *Companhia do Mucuri. História da empresa, importância de seus privilégios, alcance dos seus projetos. Op. Cit.* p. 46.

Embora a movimentação política que colocou fim ao Quinquênio Liberal tenha aprovado as leis que deram consistência ao projeto da Companhia do Mucuri, faltava ainda uma questão a ser resolvida pelo idealizador da empresa. A região a ser ocupada pela Companhia era um território pouco conhecido e inóspito ao colonizador. Assim sendo, a partir da segunda metade do século XIX a experiência de ocupação do vale do Mucuri mostrou-se um capítulo importante para a história da empresa e também para a conquista das populações autóctones. Por isso, o processo de ocupação desse território também nos oferece uma importante mostra do tortuoso processo que transformou a terra em mercadoria no Brasil.

## ***II – A conquista do Mucuri e a questão indígena***

O êxito conquistado na captação de privilégios, isenções e monopólios para que fossem lançadas no mercado as ações da Companhia do Mucuri não foi o suficiente para desembaraçar o início das atividades da empresa. Além de questões burocráticas resolvidas junto à administração provincial e ao governo central, seria necessário ainda desbravar o vale do rio Mucuri, território caracterizado em sua época por ser habitado por “grande multidão” de índios ferozes.<sup>123</sup>

Desse modo, o temor em relação aos índios, a falta de estradas e o aspecto desconhecido da região do vale do Mucuri pesaram na viabilidade da empresa idealizada por Teófilo Ottoni e seu falecido irmão – Honório Ottoni. Como já foi mencionado, políticos de relevo como Bernardo Pereira de Vasconcelos, eram contrários às concessões feitas à empresa, isso porque acreditavam que seria arriscado tirar proveito econômico de uma região de terrenos incultos “infestada” pelo gentio.<sup>124</sup>

---

<sup>123</sup> Quintiliano José da Silva. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinária do ano de 1846*. Ouro Preto, Tipografia Imparcial de B. X. Pinto de Souza, 1846. p. 45.

<sup>124</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *Companhia do Mucuri. História da empresa, importância de seus privilégios, alcance dos seus projetos*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e

Para fazer com que a opinião do renomado senador mineiro não fosse a regra, Teófilo Ottoni lançou-se no desbravamento do vale do Mucuri no afã de conquistar a confiança dos índios botocudos, tidos por diversos viajantes estrangeiros e intelectuais da época como os mais bárbaros silvícolas de todo o Império do Brasil.<sup>125</sup>

Do desbravamento das terras que seriam incorporadas à empresa do Mucuri e do conseqüente contato com as populações indígenas surgiram valiosos relatos sobre o avanço das populações mineira, cabixaba e baiana em seu processo de expansão para as fronteiras limítrofes do vale do Mucuri. Nos relatórios anuais apresentados aos acionistas e – principalmente, na *Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri*, Teófilo Ottoni realizou importantes observações sobre o processo de ocupação das terras concedidas à empresa, bem como das populações autóctones que nelas habitavam.

Dos documentos produzidos por Teófilo Ottoni que aludem à ocupação do vale, a *Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri* é o mais rico em detalhes. A maior parte deste relato foi transcrito de um ofício remetido por Ottoni ao presidente da província de Minas em 1853.<sup>126</sup> É importante ressaltar que este documento consiste no principal relato do período sobre a relação estabelecida entre os conquistadores do Mucuri e a população autóctone que vivia dispersa pela região. Por ter sido produzida pelo maior

---

Companhia, 1856. p. 33. In.: Valdeí Lopes de Araujo (org.). *Teófilo Benedito Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público Mineiro, 2007.

<sup>125</sup> Durante o século XIX o termo *botocudos*, ou *botocudos* foi largamente utilizado para designar uma série de nações indígenas que habitavam a região mineira conhecida como Sertão do Leste. Esta alcunha foi dada devido ao uso do *botoque*, adereço ritualístico inserido no lábio inferior da boca do indivíduo. Hoje se sabe que esta prática era recorrente a diversas nações indígenas da região, desse modo, o termo *botocudo*, como já se sabe, é apenas uma designação genérica. Cf.: Raimundo José da Cunha Matos. *Corografia Histórica de Minas Gerais*. vol.2. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp. 1981. (Coleção Reconquista do Brasil. v. 61-62); Robert Avé-Lallemant. *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco*. *Op Cit.*; John Mawe. *Viagens ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo Edusp, 1978.; Auguste de Saint-Hilaire. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975; J. J. von Tschudi . “A província Brasileira de Minas Gerais”. In.: H. G. F Halfeld. & J.J von. Tschudi. *A Província Brasileira de Minas Gerais*. Trad. Myrian Ávila; ensaio crítico e revisão de tradução de Roberto Borges Martins. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

<sup>126</sup> Valdeí Lopes de Araujo. *Teófilo Benedito Ottoni: política, historiografia e esfera pública no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Uerj. 1998. (Dissertação de Mestrado).

interessado pela conquista das terras do Mucuri, muitas vezes o seu autor apresenta-se como portador do lume da civilização que deveria extirpar a barbárie personificada na própria população indígena.

A pedido de Joaquim Manuel de Macedo, na época secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a *Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri* foi concluída em 1858 e publicada em 1859 na *Revista Trimensal do IHGB*.<sup>127</sup> O documento produzido por Ottoni constitui-se em um importante relato sobre a ocupação dos sertões das províncias de Minas, Bahia e Espírito Santo em meado do século XIX. Fruto da experiência que desenvolveu como diretor da Companhia do Mucuri, na *Notícia...*, Ottoni privilegiou três itens para análise: as características e os costumes dos nativos; o choque entre os indígenas e a população em processo de expansão das fronteiras; e as estratégias adotada pelo idealizador da Companhia do Mucuri para conquistar o apoio dos caciques das tribos indígenas que ocupavam a região.

No que diz respeito aos selvagens do Mucuri, Teófilo Ottoni afirmou que “desde os primeiros anos”, no Serro, já ouvia falar de continuadas narrações sobre os nativos que viviam nos sertões das Comarcas do Serro Frio e do Jequitinhonha.<sup>128</sup> Sobre tais nativos, o político liberal salienta que tratou seriamente de conhecê-los “para saber o que deles havia de esperar e temer”.<sup>129</sup> De acordo com o idealizador da Companhia do Mucuri, excluindo alguns detalhes coligidos nas obras de Ferdinand Denis, nada mais conheciam os historiadores sobre os nativos do Mucuri, senão frases lacônicas do

---

<sup>127</sup> Sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Cf.: Lúcia Maria Paschoal Guimarães. “O Império de Santa Cruz: a gênese da memória nacional”. In.: Alda Heiser & Antônio Augusto Passos Videira. *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Acces Editora, 2001, v. 1.; Lucia Maria Paschoal Guimarães. “O ‘Tribunal da Posteridade’ ”. In: Maria Emília Prado (org.). *O Estado Como Vocaçào*: Idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Acces, 1999.; Lúcia Maria Paschoal Guimarães. “Debaixo da proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. *RIHGB*; Rio de Janeiro, n. 388, 1995. Manoel Salgado Guimarães. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988. p. 5-37.

<sup>128</sup> Teófilo Otoni. *Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri*. *Op. Cit.* p. 41.

<sup>129</sup> *Ibid.* p.39.

*Dicionário Topográfico do Império do Brasil* (1834), do senador José Saturnino Pereira da Costa e do *Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil* (1845) de J. R. Milliet de Saint-Adolphe.<sup>130</sup> A fim de conhecer as “tradições antigas e recentes” tanto do lado de Minas Gerais quanto do lado da costa, Ottoni diz ter recorrido também a antigos relatos de memorialistas do período colonial e de relatos fornecidos pelas viagens exploratórias de Francisco Teixeira Guedes (1829) e de Pedro Victor Renault, realizada em 1836.<sup>131</sup>

Ao ponderar sobre a escassez de dados sobre as populações nativas do vale do Mucuri, Teófilo Ottoni afirmou que fez uma “vasta colheita” de fatos coevos. O autor também fez críticas ao que os historiadores apregoam sobre as populações indígenas do vale do Mucuri. A este respeito, o político liberal enfatizou que muitas asserções que atravessavam os séculos como verdades históricas tinham menos fundamento do que as hipóteses que o próprio autor formulara sobre os nativos.<sup>132</sup>

Após as considerações iniciais sobre a história das tribos indígenas, Ottoni passou a relatar as condições que encontrou ao viajar para o vale do Mucuri em setembro de 1847. O político liberal deu especial atenção à generalizada e à assustadora violência decorrente das disputas pelo controle de terra entre os índios e os cristãos.

O conflito generalizado entre índios e conquistadores narrado por Teófilo Ottoni na *Notícia...* reforçou a acepção de Manuela Carneiro da Cunha. De acordo com a autora a “questão indígena” no século XIX deixaria de ser uma questão de mão-de-obra para se converter principalmente em uma questão de terras. Segundo Cunha essa generalização, do século XIX e do Brasil como um todo, foi possível porque que nesse

---

<sup>130</sup> *Ibid.* p. 40- 41.

<sup>131</sup> De acordo com Valdei Lopes de Araujo, as idéias do engenheiro Renault versariam sobre a importância de se desenvolver o vale do Mucuri através da navegação do rio Mucuri marcariam profundamente a imaginação de Teófilo Ottoni. Cf.: Valdei Lopes de Araujo. *A Filadélfia de Theófilo Ottoni: uma aventura cidadã*. Belo Horizonte: Afato, 2003. p. 38.

<sup>132</sup> Teófilo Ottoni. *Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri. Op. Cit.* p.91.

período a tônica era a conquista do espaço nacional. Com isso, em regiões como Mato Grosso e no Paraná e até mesmo em Minas Gerais e Espírito Santo, as rotas fluviais a serem descobertas e consolidadas exigiam a submissão dos índios da região.<sup>133</sup>

O domínio das rotas fluviais no Brasil oitocentista ganharia importância devido à expansão dessa modalidade de transporte através do progressivo dilatamento da fronteira em direção a regiões as afastadas dos centros urbanos – conforme apregoou Eusébio de Queiroz em discurso já citado. Além de se tornar uma rota de navegação fluvial o vale do Mucuri também deveria ser ocupado por colonos nacionais e estrangeiros que comercializariam seus produtos ao longo das estradas de rodagem construídas pela Companhia do Mucuri.

Conforme é relatado na *Notícia...*, a tarefa de “pacificar” os nativos para a instalação da Companhia não se mostrou uma tarefa de fácil resolução. Entre as várias tribos que habitavam a região encontravam-se diversos grupos de índios botocudos, afamados em todo o Império do Brasil por sua hostilidade em estabelecer contatos com a população nacional. Devido a este fator, o idealizador da Companhia do Mucuri enfatizou em memória publicada no periódico do IHGB que o modelo de aldeamento dos “selvagens do Mucuri” não seria pautado na “doutrina da pólvora e da bala”. Teófilo Ottoni acreditava que com um novo modelo de “catequese” seria mais fácil tomar posse das 10 léguas em quadra doadas à Companhia no contrato celebrado com o governo central.

No entanto, conseguir estabelecer contatos com as tribos que hostilizavam qualquer tipo de relação com a população nacional seria um desafio muito maior do que imaginaria Teófilo Ottoni. Conforme se relatou na *Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri*, a região que a Companhia deveria ser instalada encontrava-se em preocupante

---

<sup>133</sup>Manuela Carneiro da Cunha (org.). *Legislação Indigenista no século XIX*. São Paulo: Edusp; Comissão Pró-índio, 1993. p. 4

estado de violência: tribos indígenas que habitavam aqueles sertões assombravam os moradores instalados nas bordas da Mata Atlântica entre as províncias de Minas, da Bahia e do Espírito Santo.

Em defesa de seu território contra o avanço dos colonizadores, a investida indígena contra a população que ocupava as margens da floresta tropical provocava em sucessivas depredações nas fazendas e contínuos assassinatos. Desse modo, o local em que a empresa do Mucuri deveria se instalar era dominado pelo pânico e pelo medo constante, devido aos freqüentes ataques provocados por grupos indígenas.

Diante do quadro de violência apresentado na *Notícia...*, Teófilo Ottoni surpreendentemente, concluiu que as sucessivas agressões dos índios eram resultado da forma pela qual estes eram tratados pelos conquistadores do seu território. Segundo político liberal, “se de tempos em tempos ocorria algum atentado dos selvagens, era este as mais das vezes filho, ou de sugestões criminosas dos chamados cristãos, ou do desespero que reagia contra a brutalidade e tirania”.<sup>134</sup>

De acordo com Ottoni, os “atentados” cometidos pelos indígenas do Mucuri teriam sua origem na Carta Régia de 1808<sup>135</sup>, reportada pelo político liberal como sendo de triste recordação, pois declarava guerra de extermínio aos botocudos, além de legalizar e estimular a escravização das populações autóctones.<sup>136</sup> A violência

---

<sup>134</sup> Teófilo Ottoni. *Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri. Op. Cit.* p. 42.

<sup>135</sup> Teófilo Ottoni se refere à Carta Régia expedida pelo príncipe regente D. João a Pedro Maria Xavier de Athayde e Mello, Governador e Capitão General da capitania de Minas Gerais. Datada de 13 de maio de 1808 a Carta Régia declarava estado de Guerra Justa aos índios botocudos. Sobre a Carta Régia, Cf.: Manuela Carneiro da Cunha (org.). *Op. Cit.*, p. 57-60.

<sup>136</sup> Teófilo Ottoni. *Notícia...*, *Op. Cit.*, p. 45. Em consonância com a Carta Régia de 1808 estava a *Memória sobre a civilização dos índios e distribuição das matas oferecida à Sagrada Pessoa d'El Rei Nosso Senhor* de José da Silva Lisboa. Nesta obra, o visconde de Cairú propunha que se derrubassem as matas ocupadas pelo gentio. As áreas anexadas ao controle do Estado deveriam ser distribuídas entre os homens ricos. Em contrapartida, estes homens deveriam oferecer empregos agrícolas aos índios, incorporando-os, dessa forma à civilização. *Apud*, Manuela Carneiro da Cunha. (org.) *Op Cit.*, p.17.

dos nativos, de acordo com Ottoni, também era fruto da reação destes ao infame tráfico de crianças indígenas, os *kurucas*.<sup>137</sup>

O documento publicado por Teófilo Ottoni na *Revista do IHGB* sugere que o tráfico de crianças indígenas tornou-se uma prática largamente difundida entre os sertões de Minas, Espírito Santo e Bahia. Esta prática também ganhava impulso com os sucessivos conflitos entre nações indígenas rivais. De acordo com Ottoni, muitas vezes, a guerra entre diversas tribos tinha por único fim o tráfico dos *kurucas*.<sup>138</sup>

Ao que parece, o tráfico de crianças nativas nos sertões do Mucuri, rio Doce e São Mateus era realizado de forma indiscriminada. Um exemplo desta prática está na descrição feita por Ottoni da vila de São José de Porto Alegre, foz do rio Mucuri. De acordo com o político liberal, cada roceiro da vila possuía um *kuruca* para lhe servir como escravo:

São José de Porto Alegre era em 1847 uma aldeia miserável, povoada em máxima parte pelos descendentes dos tupiniquins; município pobríssimo, sem agricultura e sem outro comércio senão o dos *kurucas*.

Cada um custava cem mil réis. E vinham ao mercado não só os prisioneiros de guerra feitos pelas tribos que comerciavam, como também os meninos destas mesmas tribos, que lhe eram arrancados de mil modos.<sup>139</sup>

A prática do tráfico de indígenas denunciada por Teófilo Ottoni em sua *Notícia...* também chamou a atenção das autoridades do Rio de Janeiro. No *Aviso* expedido pelo Ministério do Império de 09 de agosto 1845, relata-se os abusos cometidos com a prática da venda de crianças:

Constando que, em algumas províncias, tem havido indivíduos que abusando da simplicidade dos Índios, lhes compram os filhos, e não só os

---

<sup>137</sup> Os *Kurucas* eram crianças indígenas caçadas como presas para serem vendidas pelos invasores de suas terras. Embora a escravidão indígena tivesse sido condenada desde a aprovação do *Directorio dos Índios* em 1755, a sua exploração como mão-de-obra escrava continuou durante o século XIX. A venda de crianças indígenas é mais um exemplo inequívoco de que a legislação indigenista constituiu-se no período colonial e no monárquico, na maioria das vezes, em letra morta. No período analisado, segundo Warren Dean, um *kuruca* era comercializado a 100 mil-réis, enquanto um escravo africano era comprado a valor seis vezes mais caro. Cf.: Warren Dean. *A ferro e Fogo: a história da devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 169.

<sup>138</sup> Manuela Carneiro da Cunha. (org.) *Op Cit.*, p. 49.

<sup>139</sup> *Idem.*

conservam em perfeita escravidão, dando-lhes rigoroso trato, mas também os remetem, vendidos, para esta corte, ou de umas províncias para outras.<sup>140</sup>

Pelo fato das crianças indígenas serem vendidas e escravizadas ilegalmente, o documento expedido por José Carlos Pereira de Almeida Torres solicitou a todos os presidentes de província a adotarem “as mais enérgicas medidas” para por fim à continuação “de tão criminoso procedimento”.

O Aviso expedido pelo Ministério da Justiça em 2 de setembro de 1845 também atestou a preocupação das autoridades com a venda de *kurucas*. O documento denuncia a chegada de uma jovem índia ingressa no Rio de Janeiro na lancha *Senhora d’Ajuda*. De acordo com o aviso, a nativa teria sido vendida como escrava em São Mateus, no Espírito Santo e enviada à corte para trabalhar na casa de um tal Francisco José Martins de Oliveira. Para prevenir a continuação de “tão escandaloso abuso”, o documento ordena ao juiz de órfãos da Corte que todo indígena ingresso submetido a trabalho escravo – devido à sua “natural simplicidade” – deveria ser remetido à sua tribo de origem.<sup>141</sup>

Sobre o tráfico de crianças indígenas, Teófilo Ottoni posiciona-se radicalmente contra, ao ressaltar que este tráfico, reputado pelo político como maldito, era mais hediondo e infame do que o praticado na África. Segundo Ottoni, era essa a causa de calamidades sem número presenciadas no vale do rio Mucuri.<sup>142</sup>

Na *Notícia...*, encontra-se em detalhe a forma pela qual as crianças nativas eram subtraídas de suas famílias. O modelo adotado era o mais lastimável. Daí a importância dada pelo político liberal em descrever a forma usada para se apresar os *kurucas*.

---

<sup>140</sup> AVISO – Sobre a compra dos filhos dos índios. 09 de agosto de 1845. In.: Manuela Carneiro da Cunha (org.). *Op. Cit.* p. 199.

<sup>141</sup> AVISOS - Ministério da Justiça - Sobre o trabalho dos índios em casas de particulares e outras providências. In: Manuela Carneiro da Cunha (org.). *Op Cit.* p. 200-202.

<sup>142</sup> Teófilo Otoni. *Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri.* *Op. Cit.* p. 49.

Para o político liberal, a conquista da região do Mucuri até então empreendida, transformou a região em um açougue, não em um lugar de combate. Isso se deve ao método que Teófilo definiu de *capivara*. Segundo Regina Horta Duarte, o nome é uma alusão à caça feita ao roedor homônimo.<sup>143</sup> Este método consistia-se numa estratégia utilizada pelos invasores para aniquilar tribos inteiras. Preocupado em detalhar como era feita a *capivara*, Ottoni descreveu minuciosamente como se procede esta técnica de aniquilamento de tribos indígenas. O modo de dizimação das populações nativas, segundo o político liberal, produzia uma verdadeira “hecatombe de selvagens”:

*Matar uma aldeia!* Não passe a linguagem despercebida. Por mais horrorosa que pareça nada tem de hiperbólica. É uma frase técnica na gíria da caçada dos selvagens

Cerca-se a aldeia de noite – dá-se o assalto de madrugada. É de regra que o primeiro bote seja apoderarem-se os assaltantes dos arcos e flechas dos sitiados que estão amontoados no fogo que faz cada família. [...]

Os srs. Cro e Crahy entendem perfeitamente a metonímia, e recebido o convite, tratam de fazer a empreitada à satisfação que lha encomenda.

Procede-se a matança.

Separados os *kurucas*, e alguma índia moça mais bonita, que formam os despojos, sem misericórdia faz-se mão baixa sobre os outros, e os matadores não sentem outra emoção que não seja a do carrasco quando corre o laço no pescoço dos enforcados.<sup>144</sup>

Como podemos observar até aqui a região concedida pelo governo central à Companhia do Mucuri passava por um processo de turbulência que impedia que se consolidassem os planos da empresa. A dizimação das populações autóctones; o tráfico dos *kurucas*; as guerras interétnicas entre nações indígenas rivais; e os sucessivos ataques dos nativos às fazendas situadas próximas ao interior da Mata Atlântica pintavam a história da região com tons funestos. Com este quadro de violência, o projeto da Companhia do Mucuri se via atravancado, pois como já mencionamos, era necessário conquistar dos índios a permissão para ocupar as terras concedidas no contrato estabelecido com a administração central.

---

<sup>143</sup> Regina Horta Duarte. *nota n° 8*. In: Teófilo Ottoni. *Notícia...* p. 46.

<sup>144</sup> *Ibid.* p. 47.

Diante do quadro exposto, qual seria a solução encontrada por Teófilo Ottoni para cooptar o apoio dos índios e, assim, instalar a Companhia do Mucuri no interior da selva tropical?

Ao observar *in loco* o estado de violência em que se encontrava o vale do rio Mucuri, Teófilo Ottoni convenceu-se de que os ataques dos nativos eram resultado da violência praticada pelos “cristãos”. A partir dessa dedução, o político liberal começou a traçar um novo método para conseguir dos nativos o apoio necessário à instalação da empresa:

[...] acreditava que um sistema de generosidade, moderação e brandura não podia deixar de captar-lhes a benevolência.

A principal dificuldade para a execução, ou ao menos ensaio deste sistema, estava em chamar à prática e convivência os filhos da selva, e em convencê-los de que havia com efeito um novo processo de catequese que não empregava a pólvora e a bala, nem tinha por objetivo roubar-lhes os filhos<sup>145</sup>

Vislumbrando conquistar a confiança dos nativos, Teófilo Ottoni organizou, em setembro de 1847, a já mencionada expedição que penetrou no interior do vale do Mucuri. A primeira frente expedicionária, chefiada pelo político liberal, partiu do Rio de Janeiro no vapor *Princesa Imperial*; a segunda foi organizada pelos principais fazendeiros da região do Termo de Minas Novas, como Feliciano Lopes da Silva. A expedição contava ainda com o apoio do governo provincial mineiro. Atendendo a um ofício de Teófilo Ottoni, o presidente Quintiliano José da Silva ordenou que fossem deslocadas para o Mucuri uma tropa de soldados da Companhia de Pedestres do Jequitinhonha para auxiliar os trabalhos das duas frentes expedicionárias.<sup>146</sup>

---

<sup>145</sup> *Ibid.* p. 51.

<sup>146</sup> Além das forças policiais e da Guarda Nacional, a província de Minas Gerais contava ainda com os auxílios dos Soldados Pedestres. Distribuídos em duas companhias distintas, a do Rio Doce e a do Jequitinhonha, este grupamento militar era responsável em guarnecer os locais de ocupação recente nas regiões limítrofes ao chamado Sertão do Leste, sobretudo nos limites das comarcas do Serro Frio e Jequitinhonha. Quintiliano José da Silva. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas*

No que tange aos personagens envolvidos na conquista do vale do Mucuri, a *Notícia...* também é reveladora. Nela é possível identificar uma série de indivíduos que auxiliaram Teófilo Ottoni no projeto da Companhia do Mucuri. Entre esses indivíduos podemos citar duas figuras que contribuíram de formas distintas e decisivas para a instalação da empresa no interior da Mata Atlântica. Aqui nos referimos ao presidente de província Quintiliano José da Silva e ao fazendeiro Luiz Ferreira da Gama.

Ao presidir a província de Minas entre 1845 e 1847 Quintiliano José da Silva mostrou-se um entusiasta do projeto de ocupação do vale do Mucuri. Como vimos no primeiro capítulo, Quintiliano já havia elogiado as condições de navegação do rio Mucuri, ressaltando a relevância dessa região para o desenvolvimento da “importante” Comarca do Jequitinhonha.<sup>147</sup> É necessário notar também que o projeto de conquista do Mucuri foi favorecido pela relativa longevidade da administração de Quintiliano, cerca de três anos. Caracterizados por administrações efêmeras, os governantes provinciais tinham dificuldades em dar prosseguimento aos projetos, devido às constantes mudanças na cadeira da presidência. Esta característica da política imperial foi assunto criticado pelos próprios presidentes de província. Nos relatórios apresentados à assembleia provincial, encontravam-se várias queixas sobre os males que a transitoriedade dos governos causavam à administração pública.<sup>148</sup> Conforme apontou Francisco Iglésias,

[...] com tempos tão exíguos, tornava-se impossível administrar. O presidente mal chegava e sabia que não tinha muitos meses para permanecer. Essa

---

*Gerais na sessão ordinária de 1847.* Ouro Preto: Tipografia Imparcial de B. X. Pinto de Sousa, 1847. p. 28.

<sup>147</sup> *Ibid.* p. 45-46.

<sup>148</sup> Em boa parte dos relatórios apresentados à Assembleia Provincial as queixas são uníssonas em relação à falta de tempo para se tomar conhecimento dos problemas provinciais. A província de Minas, por exemplo, possuiu 122 períodos administrativos e 59 presidentes. Esse número perfaz uma média de 6 meses e 22 dias para cada presidente de província. A este respeito, Cf.: Francisco Iglésias. *Política Econômica do Governo Provincial Mineiro* (1834-1889). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958. p. 43-45.

certeza já era suficiente para aniquilar qualquer propósito realizador. Ainda que a autoridade vencesse o embaraço e se dispusesse ao trabalho, mal começando a atividade viria a remoção para outra província, ou chegava o tempo de assumir o posto na Câmara ou no Senado.<sup>149</sup>

Beneficiado pela relativa estabilidade em seu cargo como presidente provincial, os esforços de Quintiliano para ocupar o vale do Mucuri foram mais constantes do que a experiência esboçada anteriormente pela administração do presidente Costa Pinto. Entre os referidos esforços encontram-se o contrato celebrado com três capuchinhos italianos para atuarem na catequese do gentio que “infestava” o Mucuri.<sup>150</sup> Segundo o relatório da presidência provincial de 1847, o Aviso de 23 de agosto de 1846, emitido pela Secretaria dos Negócios do Império, colocava à disposição do presidente da província de Minas os serviços de catequese dos capuchinhos italianos Luís de Revena, Domingos Casale e Bernardino de Lago Negro. Em 1847, o presidente noticiou informações sobre os clérigos contratados pela província de Minas: o primeiro, Luís de Revena, achava-se doente na cidade de Campanha “em uso das águas virtuosas”, o segundo, Domingos Casale já se encontrava a caminho do interior do vale do Mucuri e o terceiro, frei Lago Negro, encontrava-se no Seminário de Mariana, aprendendo o idioma nacional para depois seguir para os sertões do Mucuri.<sup>151</sup>

O apoio de Quintiliano à Companhia do Mucuri rendeu-lhe elogios por parte do idealizador da empresa. Para recompensar o apoio do presidente da província, Ottoni destacou que “as doutrinas humanitárias” adotadas por Quintiliano fariam desse político um “poderoso apóstolo” de uma catequese “mais cristã”.<sup>152</sup>

Além de auxiliar o projeto idealizado por Teófilo Ottoni, Quintiliano já havia atuado nos auxílios militares para a ocupação das fronteiras do vale do Mucuri.

---

<sup>149</sup> *Ibid.* p. 41.

<sup>150</sup> Sobre o processo de catequese do vale do Mucuri, Cf.: Izabel Missagia de Mattos. *Civilização e Revolta: os botocudos e a catequese na província de Minas*. Campinas: Unicamp, 2002. (Tese de Doutorado).

<sup>151</sup> Quintiliano José da Silva. *Op. Cit.*, p. 89.

<sup>152</sup> Teófilo Ottoni. *Notícia... Op. Cit.* p.58.

No início de 1847, o Coronel Honório Esteves Ottoni<sup>153</sup>, primo de Teófilo Ottoni, transferiu parte das provisões militares da Companhia de Pedestres do Jequitinhonha para as margens do rio Preto, onde foi criado Quartel de Santa Cruz. Entre as medidas a serem adotadas estavam as que solicitavam a abertura de uma picada entre Minas Novas e o rio Todos os Santos, afluente do rio Mucuri. Com a criação do Quartel de Santa Cruz, criou-se também um local para o aldeamento indígena e para atender socorrer as eventuais necessidades da Companhia do Mucuri.<sup>154</sup>

Se o auxílio administrativo do presidente de província Quintiliano José da Silva foi fundamental para consolidar o empreendimento da Companhia do Mucuri, não menos importante foi a atuação do fazendeiro Luiz Ferreira da Gama. Pouco se sabe sobre esta personagem e sua origem. Na lista de emigrados fornecido pelo Instituto da Ilha Terceira – região dos Açores – aparece um homônimo que emigrou para o Rio de Janeiro em 1812.<sup>155</sup> Contudo, não podemos afirmar que o homônimo em questão seja o nosso Luiz Ferreira da Gama.

Segundo a *Notícia...* Luiz Ferreira da Gama e sua família são apresentados como os fazendeiros que habitavam a mais remota parte do vale do Mucuri. Segundo Teófilo Ottoni, por ter conquistado a amizade dos temidos índios *jiporocks*, Gama “vivia tranqüilo no centro das matas com sua família”.<sup>156</sup> De acordo com Teófilo Ottoni, teria sido Luiz Ferreira da Gama quem proporcionou o primeiro contato do idealizador

---

<sup>153</sup> Filho de José Eloi Ottoni e de D. Maria Rosa do Nascimento Esteves, Honório Esteves Ottoni nasceu em Minas Novas no final do século XVIII. Em sua atuação política local, tornou-se um dos líderes do partido liberal em Minas Novas, participando ativamente do movimento que levaria a abdicação de Pedro I, em 1831. Em 1824 foi nomeado Diretor dos Índios da Comarca do Jequitinhonha, responsabilizando-se por sua catequese e proteção. Em 1847, por ordem do presidente da província de Minas, o Coronel Honório Esteves Ottoni foi o responsável por transferir o quartel-general da Companhia de Pedestres do Jequitinhonha para próximo do rio Mucuri. Cf.: Laís Ottoni Barbosa Ferreira. *Os Ottoni: descendentes e colaterais*. Rio de Janeiro: L.O.B. Ottoni, 1998. p. 65-66.

<sup>154</sup> Teófilo Ottoni. *Notícia...* *Op. Cit.* p. 58; FALA dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinária de 1847, pelo presidente Quintiliano José da Silva. Ouro Preto: Tipografia Imparcial de B. X. Pinto de Sousa, 1847. p. 45.

<sup>155</sup> *Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Lista dos Emigrados das Ilhas dos Açores para o Brasil. Disponível em: <http://www.ihit.pt/new/emigranteslistar.php>. Acessado em 27 de fevereiro de 2008.

<sup>156</sup> Teófilo Ottoni. *Notícia...* *Op. Cit.* p. 52.

da Companhia com os índios botocudos. Gozando da confiança adquirida com os nativos, o fazendeiro procurou aglomerar um grupo de botocudos em torno de sua casa para receberem miçangas, espelhos e ferramentas.<sup>157</sup> Após reunir os nativos, Gama instruiu Teófilo Ottoni e o Vigário geral de Caravelas, Norberto da Costa e Souza, a repartir a cada indivíduo o seu quinhão de “presentes”.<sup>158</sup>

Desse modo, como já dissemos, deve-se a Luiz Ferreira da Gama a realização do “contato” de Teófilo Ottoni com os índios “selvagens do Mucuri”. A partir deste contato, Ottoni diz ter captado a “amizade” da nação *jiporock*, que o passou, então, a chamá-lo de *Capitão Grande*. No desfecho do primeiro encontro com a nação *jiporock*, conforme é narrado pelo político liberal, ocorreu um fato pitoresco. O cacique da tribo *jiporock* ofereceu ao “*Capitão Grande*”, como forma de reconhecimento pela “amizade” um casal de *kurucas*.

Desse acontecimento, Ottoni aproveitou para demonstrar aos leitores da *Notícia...* como ele se posicionou corretamente diante do inusitado fato. Segundo o relato publicado na revista do IHGB, o índio que havia “ganhou” foi enviado para o Rio de Janeiro, onde foi admitido como aprendiz do Arsenal de Guerra da Marinha, a fim de ser convertido em “instrumento da civilização dos seus patrícios e parentes”. De acordo com o autor da *Notícia...*, o jovem índio faleceu tempos depois, provavelmente por conta de alguma doença contagiosa.<sup>159</sup>

Além do jovem índio, Ottoni também foi “presenteado” com uma índia. Em seu relato sobre os “selvagens do Mucuri”, o político liberal descreve a doação da

---

<sup>157</sup> De acordo com Livro de Caixa da Companhia do Mucuri, “os presentes” custaram ao todo 500 mil-réis (500\$000) e foram adquiridas no Rio de Janeiro com o intermédio da já mencionada empresa Ottoni & Cia. *APM*. Secretaria e Governo, 32. Livro de Caixa da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri. p.6

<sup>158</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *Notícia...* p. 53-54.

<sup>159</sup> *Ibid*, p. 54.

índia relembando o episódio da mitologia grega em que Agamenon vai ao sacrifício de sua filha, Ifigênia:

Um outro, novo Agamenon, trouxe para o sacrifício a sua pobre Ifigênia, e mandou-ma por intermédio da família Gama, dizendo que fazia aquele donativo para eu ficar manso.

Despediu-se da menina chorosa, mas ao mesmo tempo consolava dizendo-lhe que ela ia ganhar muitas coisas bonitas.

Felizmente e em ato sucessivo a minha canoa aportou à casa de Gama a tempo de poder eu restituir a Ifigênia a Agamenon, tranquilizando-o sobre as atuais disposições dos cristãos.

*E foi a Ifigênia dos Jiporoks mais feliz que a dos gregos [...]*<sup>160</sup>

Além da viagem feita em 1847, outra foi organizada para estabelecer outros contatos com novas tribos botocudo. O Objetivo da expedição realizada em 1852 seria o mesmo da realizada cinco anos antes: tomar posse das terras concedidas pelo governo central à Companhia do Mucuri.

Mais uma vez, a estratégia utilizada por Teófilo Ottoni não seria diferente do costumeiramente praticada por ele para estabelecer contato com os índios, daí a distribuição dos “presentes” aos nativos:

Logo que descobria uma batida de selvagens, mandava dependurar nas árvores, em lugar bem visível para quem passasse, diversos presentes, ora uma foice, ora um machado.<sup>161</sup>

Contudo, a estratégia de Ottoni apresentou um elemento que chamava atenção para um detalhe. Nas ferramentas colocadas sobre o galho das árvores, o político liberal mandava que fossem colocado também o seu cartão de visita impresso no Rio de Janeiro: “[...] colocava no olho do machado, ou alvado da foice meu cartão de visita, esperando captar a benevolência com o presente, e com o cartão que certo não decifriam, desafiar o sentimento do maravilhoso.”<sup>162</sup>

---

<sup>160</sup> *Ibid.* p. 53. (grifos nossos)

<sup>161</sup> *Ibid.* p. 61.

<sup>162</sup> *Idem.* Ao que parece, a estratégia de Teófilo Ottoni em colocar seu cartão de visita pretendia fabricar a sua imagem perante os nativos. Esse modelo já havia sido utilizado por Ottoni ao acenar para a população com o seu lenço branco. Sobre a utilização do lenço branco, Cf.: Regina Horta Duarte. Tempo, política e transformação: Teófilo Ottoni e seu lenço branco. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. XXVIII, n. 1, p. 101-110, 2002.

Foi com este mesmo estratagema que o político liberal conseguiu estabelecer os primeiros contatos com a igualmente temida tribo dos *naknenuks*. A nova expedição também foi composta por duas frentes expedicionárias. A primeira partiu da região do Alto dos bois e foi chefiada pelos fazendeiros Manoel Esteves Ottoni, Augusto Benedito Ottoni, Silvério José da Costa e Casimiro Gomes Leal. A segunda, chefiada por Teófilo Ottoni partiu da região de Santa Clara.

No interior de uma das regiões mais afastadas dos núcleos de colonização, Teófilo Ottoni conseguiu “fazer conferências” com os caciques Poton, Batata e Timóteo, todos da nação *naknenuk*. Mais uma vez, a estratégia descrita por Ottoni em sua *Notícia...* surpreendeu novamente o leitor pelo detalhe. Eis o estratagema do idealizador do político liberal:

De Poton me declarei parente, e ele acolheu rindo a demonstração de que éramos. Tirei a demonstração do nome – Poton – que pronunciei – Potoni – e do qual, não sei porque regra de etimologia, extraí – Ottoni.

Aceito o parentesco, disse-me Poton que trouxesse os mais parentes, porque as terras eram muitas e chegavam para todos.

Peguei-lhe pela palavra, e 15 dias depois abria-se por conta de diversos parentes do selvagem uma grande derrubada, que produziu três magníficas fazendas [...] <sup>163</sup>

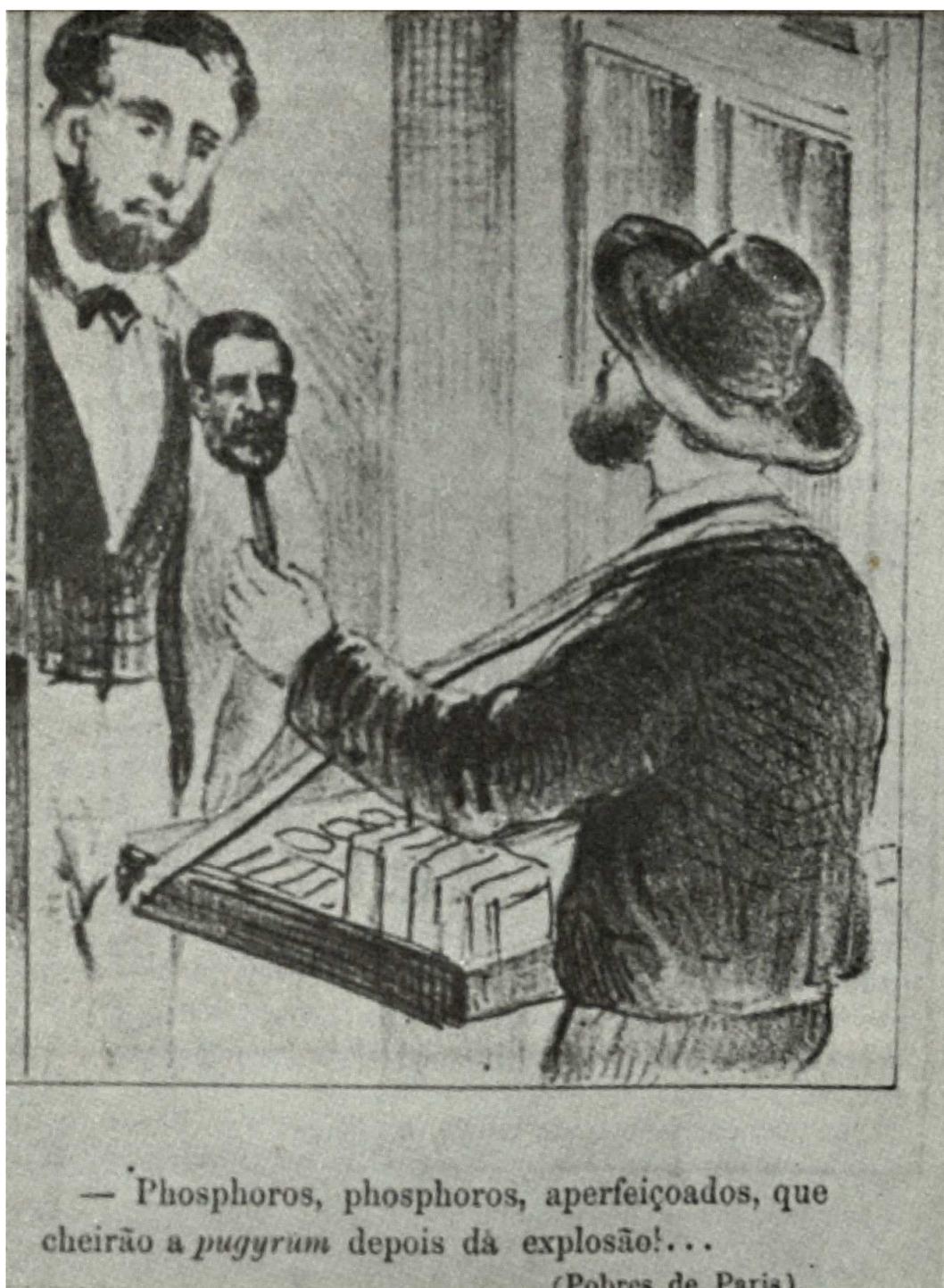
A atuação de Ottoni na empreitada de conquistar das populações autóctones a permissão para a posse das terras cedidas à Companhia do Mucuri rendeu-lhe grande prestígio político. Dos *naknenuks* Ottoni ganhou a alcunha de *Pogirun*, nome que o político fez questão de incorporar como pseudônimo. Ao que parece, o nome *Pogirum* ganhou fama na corte. Na charge de Henrique Fleiuss, publicada na revista *Semana Ilustrada* em 1866 há uma representação que caracteriza a atuação política de Teófilo Ottoni, onde se lê:

*Fósforos, fósforos aperfeiçoados,  
que cheiram a Pogirum  
depois da explosão!...* <sup>164</sup>

---

<sup>163</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *Notícia...* *Op. Cit.*, p. 62.

**Figura 3:** Charge de Teófilo Benedito Ottoni



Fósforos Pogirum. Charge de Henrique Fleiuss, alusiva à popularidade de Teófilo Ottoni, chamado de Pogirum pelos índios botocudos – *Semana Ilustrada*, nº 302, 23 de setembro de 1866. *Apud.* Paulo Pinheiro Chagas. *Teófilo Ottoni*: ministro do povo. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, 1978.

<sup>164</sup> Charge de Henrique Fleiuss. *Semana Ilustrada*, nº 302, 23 de setembro de 1866. *Apud.* Paulo Pinheiro Chagas. *Teófilo Ottoni*: ministro do povo. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, 1978. (vide anexo)

No que se refere ao trato com os nativos, a prática adotada por Ottoni chamava a atenção por se aproximar do que havia preconizado o estadista José Bonifácio de Andrada e Silva e o sertanista francês Guido Marlière. Em 1916, no preâmbulo publicado para a segunda edição da Circular de 1860, Basílio de Magalhães ressaltou que o “trato diferenciado” dado por Ottoni aos indígenas foi fundamental para atrair “os desgraçados aborígenes” para a civilização, e, com isso, integrá-los definitivamente à “grande Pátria”. Ao expor a experiência do político liberal com os índios botocudos, Magalhães comparou a atuação de Ottoni com o projeto anteriormente esboçado por José Bonifácio, a quem Magalhães reportou como “incomparável estadista”<sup>165</sup>.

Em seus *Apontamentos para Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil* [1823], Bonifácio chamou a atenção para alguns métodos “mais eficazes” para a integração dos nativos ao Estado nacional.<sup>166</sup> Contudo, o próprio Bonifácio já lamentava a forma pela qual os índios eram captados pela sociedade brasileira. Segundo o estadista, na relação estabelecida com os nativos, “a sociedade nacional mostrava apenas os seus vícios e fraquezas, sem comunicar nenhuma de suas virtudes e talentos.”<sup>167</sup> Para o Patrono da independência do Brasil, os benefícios legais que os índios deveriam gozar eram pura ilusão, pois “a pobreza que se acham, a ignorância por

---

<sup>165</sup> Basílio Magalhães. “A Circular de Theophilo Ottoni”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXXVIII, Parte 2. Rio de Janeiro: 1916. p.168. Para um estudo dos projetos políticos de José Bonifácio, Cf.: Valdeir Lopes de Araujo. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

<sup>166</sup> José Bonifácio de Andrada e Silva. “*Apontamentos para Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil*” [1823]. In: *Projetos Para o Brasil*. Mirian Dolnikoff (org.) São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>167</sup> José Bonifácio de Andrada e Silva. “*Apontamentos para Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil*”. *Op. Cit.* p. 126.

falta de educação e as vexações dos diretores e capitães os tornam abjetos e mais desprezíveis que os mulatos forros”.<sup>168</sup>

Se levarmos em consideração que durante boa parte do século XIX a figura do índio era pintada pela idéia da bestialidade, da fereza e da animalidade, ao menos o projeto de “pacificação” idealizado por Teófilo Ottoni mostrou-se diametralmente oposto ao do usualmente praticado.<sup>169</sup> Ora, até os anos 60 do século XIX a discussão se travava não em torno dos fins de uma política indigenista, mas sim em torno dos seus meios: se se deviam exterminar sumariamente os índios; distribuí-los aos moradores – conforme concebia o projeto de José da Silva Lisboa, visconde de Cairu –; ou se deviam cativa-los com brandura.<sup>170</sup>

Um exemplo inequívoco da forma pela qual os índios botocudos eram concebidos pela sociedade oitocentista pode ser encontrado na obra do médico alemão Robert Avé-Lallemant. No livro *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*, Lallemant adentrou o interior de Minas Gerais para conhecer o projeto da Companhia do Mucuri. Do encontro com os botocudos surgiu então, uma peça que chamaria a atenção pelo teor de escárnio e de repulsa em relação aos “selvagens do Mucuri”.

As impressões racialistas do médico alemão sobre os botocudos também eram reveladoras na tentativa de se traçar um paralelo entre o projeto de ocupação proposto por Teófilo Ottoni e a concepção difundida sobre os índios do vale do Mucuri.

Influenciado pelas teorias racialistas em voga na Europa, Lallemant descreveu seu encontro com os botocudos como sendo a experiência mais estranha que

---

<sup>168</sup> *Idem.*

<sup>169</sup> Esta imagem pode ser demonstrada na resposta de um administrador provincial mineiro. Em 1827, ao ser indagado pelo Visconde de São Leopoldo sobre a índole dos botocudos, o presidente da província de Minas Gerais, Francisco Pereira de Santa Apolônia, respondeu nos seguintes termos: “Permita-me que V. Ex<sup>a</sup>. refletir que de tigres só nascem tigres; de leões, leões se geram; e dos cruéis botocudos (que devoram e bebem o sangue humano) só pode resultar prole semelhante”. *Apud.* Manuela Carneiro da Cunha (Org.). *Op. Cit.* p. 5.

<sup>170</sup> *Idem.*

já havia tido com grupos humanos. Eis o que diz o médico alemão sobre a mulher botocudo:

Sem nenhuma expressão feminina no rosto, baixas e gordas, postavam-se ali, com um sorriso meio imbecil, sem o mais ligeiro sinal de vergonha ou acanhamento, apresentando aos olhares toda a frente do corpo, sem pensar no menor disfarce, mesmo o curvar o joelho para dentro, como fez Leonardo da Vinci, ao pintar sua famosa Leda, e Wilkens conta, na sua viagem ao redor do mundo, das mulheres dos Mares do Sul – e essas botocudas nuas ali estavam entre os homens, figuras de mulher na forma mais horrível, mais do que isso, de forma verdadeiramente hedionda.<sup>171</sup>

E mais adiante:

As caras idiotas, os botoques em constantes movimentos para baixo e para cima, as mamas bambaleantes, a completa nudez das mulheres [...], as grandes cicatrizes nas espáduas e nas costas, resultantes do tratamento brutal dos homens, os pulinhos desajeitados – tudo isso causa uma impressão tão verdadeiramente horrível, que não posso traduzi-la em palavras. O leitor sentirá com certeza, sem que eu precise dizer mais.<sup>172</sup>

Como podemos observar, a repugnância de Lallemand em relação aos índios do vale do Mucuri demonstrava que também entre os intelectuais persistia a idéia da impossibilidade desses indígenas serem úteis aos desígnios da civilização.<sup>173</sup> Se tomarmos então esta proposição como verdadeira, Teófilo Ottoni ao oferecer aos índios do vale do Mucuri um novo modelo de colonização demonstraria que as idéias difundidas sobre os índios eram falaciosas e impregnadas de preconceito.

De acordo com o trabalho de Valdeci Lopes Araujo, são nos quadros do jusnaturalismo e do chamado reformismo ilustrado, aos moldes do século XVIII, que Ottoni irá compreender os costumes indígenas. Por trás da diferença, do exótico, ele

---

<sup>171</sup>Robert Avé-Lallemant. *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe [1859]*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 237.

<sup>172</sup>*Ibid.* p. 243.

<sup>173</sup>De acordo com Ernest Gellner, o Estado-nação não tolerava a proliferação de subculturas internas, daí a empreitada da difusão dos ideais da chamada “cultura superior”. No caso do Estado nacional português, desde o chamado *Diretório Pombalino* [1755] – instituído pelo então Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal – já estava previsto na legislação que os índios deveriam se tornar “úteis” ao Estado. Desse modo, a lei instituía que todos eles deveriam ser declarados livres e vassalos do rei. Sobre o processo de instituição. Sobre a tentativa de homogeneização da “cultura superior” por parte do Estado-nação, Cf.: Ernest Gellner. “Advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe”. In.: Gopal Balakrishnan (Org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 107-154.

tentará perceber a natureza humana, ou seja, tentará perceber os valores da razão que permanecem intemporalmente.<sup>174</sup> Dessa forma, corroboramos com Araujo, pois entendemos que o tratamento oferecido por Ottoni aos índios era um dos maiores trunfos do projeto Mucuri. Com um novo método, Ottoni demonstrou ser possível conseguir o apoio dos nativos sem ter que os vitimar com toda sorte de sofrimentos, conforme preconizou José Bonifácio.

A atuação do político liberal no processo de conquista das terras concedidas à Companhia do Mucuri chamou a atenção do *brazilianist* Warren Dean. Em seu livro sobre o processo de desflorestamento e degradação da Mata Atlântica, Dean chegou a afirmar que a empreitada colonizadora de Teófilo Ottoni teria sido a primeira em toda a história do Brasil a não fazer uso da força para conquistar o contato com os nativos. Pela primeira vez foi ordenado aos batedores militares que não atirassem nos indígenas, ainda que estes atacassem com suas flechas.<sup>175</sup>

Assim, o entrave personificado na hostilidade dos nativos foi sendo extirpado pela ação que Ottoni chamou de “catequese conscienciosa”.<sup>176</sup> As tribos que durante toda a década de 1840 assombravam os moradores de Minas, da Bahia e do Espírito Santo aceitaram serem instalados em aldeamentos próximos aos futuros núcleos de colonização da Companhia do Mucuri. Ao captar o “apoio” dos índios, finalmente o político liberal pôde tomar posse das terras concedidas à Companhia do Mucuri. Assim, a empresa poderia intensificar o processo de ocupação da floresta tropical e dar cabo ao audacioso processo de ocupação do vale do rio Mucuri.

---

<sup>174</sup>Valdei Lopes Araujo. *Teófilo Benedito Ottoni: política, historiografia e esfera pública no Brasil oitocentista. Op. Cit.*

<sup>175</sup>Warren Dean. *A Ferro e Fogo: Op Cit.*, p. 174.

<sup>176</sup> Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos. DOCUMENTOS do Relatório Provincial de 1854. Ouro Preto: Tipografia do Bom Senso. p. 8.

### **III – O período da Conciliação e as realizações materiais**

Após conseguir dos nativos a permissão para ocupar o montante de terras doada à Companhia do Mucuri, Teófilo Benedito Ottoni começou a colocar em prática um ambicioso projeto de ocupação da floresta tropical. Como vimos no início desse capítulo, a década de 1850 foi marcada pela aprovação de uma série de leis que favoreceram o surgimento de empresas pioneiras na história econômica do país, como foi o caso da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri.

Assim, na década de 1850 verificou-se um grande avanço das atividades comerciais e financeiras do país, em especial com o surgimento das sociedades anônimas e comanditas, bancos e empresas ligadas ao ramo de seguros e de transportes. Este período de euforia foi marcado pela chamada Era Mauá – momento histórico que, na aceção de Francisco Iglésias, desencadeou aspirações por empreendimentos materiais.

Generaliza-se o gosto pela iniciativa, pelos negócios e pelas realizações materiais. Há também uma preocupação mais objetiva com a agricultura e com a indústria. A opinião pública é inflamada pela idéia do progresso:

Nos rápidos depoimentos da Coroa, de ministros e da imprensa, vê-se qual a sensação dominante no início da segunda metade do século: a crença no futuro do país, na sua transformação, baseada no desenvolvimento material que superava a ordem arcaica e estagnante. [...] A década dos cinquenta, de qualquer maneira, ficaria como símbolo do anseio renovador: é ponto de referência na história da construção de um Brasil mais rico e afirmativo.<sup>177</sup>

As atividades financeiras que se avolumavam no início da década de 1850 ganharam vigor com o gabinete de 6 de setembro de 1853. Organizado pelo político mineiro Honório Hermeto Carneiro Leão, Visconde e depois Marquês do Paraná,<sup>178</sup> o

---

<sup>177</sup>Francisco Iglésias. “Vida Política, 1848/1868”. *Op. Cit.* p. 37-38

<sup>178</sup> Honório Hermeto Carneiro Leão nasceu na vila de Jacuí, Minas Gerais em 11 de janeiro de 1801. Filho do rico proprietário rural Nicolau Neto Carneiro Leão, em 1825 formou-se em direito na Universidade de Coimbra. Típico representante da elite política imperial ingressou na magistratura e na política, ocupando cargos na Assembléia Geral do Império (2º, 3º e 4º legislatura), no senado (a partir de

gabinete de 06 de setembro de 1853 inaugurou a chamada *Polícia de Conciliação* (1853-1859). Neste período, Pedro II escolheu Honório Hermeto para ensaiar um novo modelo político que procurou arrefecer as disputas entre luzias e saquaremas, isto é, liberais e conservadores.

Ao ocupar simultaneamente o cargo de presidente do Conselho de Ministros e de ministro da Fazenda, o político mineiro Honório Hermeto foi o principal articulador da chamada *Conciliação*. Neste novo cenário político conseguiu-se congrega, no mesmo ministério, liberais do relevo de Antônio Paulino Limpo de Abreu, José Maria da Silva Paranhos e Luís Pedreira do Couto Ferraz; além de conservadores do porte de José Tomás Nabuco de Araújo e, mais tarde, João Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe.

No entanto, a política conciliatória do Marquês do Paraná não foi unânime, pois a figura do presidente do Conselho de Ministros sofreu rija oposição de políticos ultra-conservadores, como Ângelo Muniz da Silva Ferraz, futuro barão de Uruguaiana.

Em carta datada de 23 de junho de 1854, Ferraz solicitou a Honório Hermeto que fosse apresentado ao Imperador o seu pedido de demissão no cargo que ocupava no tesouro público. O motivo de exoneração foi a sua discordância quanto a nova orientação política do ministério Paraná.<sup>179</sup>

Em 14 de agosto o Partido Liberal de Pernambuco se opôs ao programa político articulado por Honório Hermeto. Descontentes com a Conciliação e com a

---

1842), sendo também indicado para a administração provincial do Rio de Janeiro (1841) e de Pernambuco (1849). A trajetória de Honório Hermeto ilustra bem a intensa movimentação política do Império, pois aspirou inicialmente uma tendência liberal moderada e por isso integrou ao lado de vultos como Evaristo da Veiga e Bernardo Pereira de Vasconcelos o movimento que culminou na abdicação de Pedro I. Fundador e líder do Partido Conservador fez oposição à regência do Padre Feijó e combateu a Maioridade, apoiando a proposta de Bernardo Pereira de Vasconcelos que defendia a regência da princesa Januária. Em 1853 Honório Hermeto consolidou-se como político mais influente do Império até a sua súbita morte três anos mais tarde. Cf.: Joaquim Manoel de Macedo. *Ano Biográfico Brasileiro*. 3º vol. Rio de Janeiro: Tipografia e Litografia do Imperial Instituto Artístico, 1876. p. 23-24.; Ronaldo Vainfas (org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. *Op Cit.* p. 342-344.

<sup>179</sup>AHIHGB. “Carta de Ângelo Muniz da Silva Ferraz ao Marquês do Paraná”. Lata 748, pasta 02. (Coleção Leão Teixeira).

atuação do Marquês do Paraná, no movimento que sacudiu Pernambuco em 1848,<sup>180</sup> nove membros do partido liberal pernambucano assinaram uma Circular que fazia severas críticas à política do “gabinete conciliador”. O documento retratava a política conciliatória como “um presente de grego”, fruto da “desordem e da anarquia” introduzida por Paraná: “Este senhor recorreu a um ardil; arvorou a bandeira da *conciliação*, como uma grande hospedaria onde inimigos e amigos se deveriam acolher; conciliação das pessoas, mas não das idéias”.<sup>181</sup>

Ainda que houvessem dissidências, como a deflagrada pelos liberais de Pernambuco e por políticos como Ângelo Muniz, à frente do “gabinete responsável” – aqui reabilitando uma expressão de Francisco Iglésias – Honório Hermeto Carneiro Leão tornara-se o político mais influente do Império.<sup>182</sup> A posição do redator da *Gazeta dos Tribunais* ilustrou bem o prestígio que o Marquês do Paraná havia conquistado à frente da presidência do Conselho de Ministros:

A testa do novo gabinete está um homem de vontade firme, que, pelos seus precedentes, não se desaira de estender a mão ao talento aonde quer que se ache, porque o gabinete nada tem com o tempo passado, os seus membros não se consideram nem como luzias nem como saquaremas, estão todos de acordo em administrar o país segundo as suas necessidades atuais.<sup>183</sup>

A estabilidade política conquistada com a conciliação de luzias e de saquaremas possibilitou também a criação de programas econômicos para o país. Na s pautas do dia estavam a necessidade de modernizar o Brasil através do fomento à

---

<sup>180</sup> As inimizades políticas entre a facção dos liberais pernambucanos e Honório Hermeto Carneiro Leão remontam a 1849, período em que este fora designado para o cargo de presidente da província de Pernambuco para reprimir e colocar fim à chamada Revolução Praieira, iniciada um ano antes a partir de dissidências no interior do Partido Liberal de Pernambuco.

<sup>181</sup> *AHIHGB*. “Circular de 14 de agosto de 1854 do Partido Liberal de Pernambuco sobre a situação do partido e da política conciliatória do Marquês do Paraná”. Lata 385, pasta 24. (Coleção Senador Nabuco). A vigorosa oposição dos pernambucanos ao visconde do Paraná remonta a um período anterior à ascensão de Paraná ao Conselho de Ministros.

<sup>182</sup> Francisco Iglésias. “Vida política, 1848/1868”. *Op. Cit.* p. 41.

<sup>183</sup> *AHIHGB*. “Programa do Gabinete de 06 de setembro de 1853, pelo presidente do Conselho, Conselheiro Visconde de Paraná.” Lata 385, Pasta 11. (Coleção Senador Nabuco)

empresas do ramo de transporte e imigração, além de incetivar a aplicação chamada Lei das Terras:

Pelo que toca aos melhoramentos materiais, ocuparão a nossa particular atenção as vias de comunicação e a navegação dos nossos rios. Começaremos com prontidão a dar execução à lei de 18 de setembro de 1850 acerca das terras, procuraremos promover a colonização e a imigração.<sup>184</sup>

Ao que parece, o cenário político favorável, aliado à nova legislação e ao fim do tráfico atlântico, provocou uma expansão das iniciativas econômicas e financeiras do país. O gosto pelas inovações tecnológicas fez surgir empresas de estradas de ferro como: as railways de São Paulo; as de Recife *and* São Francisco; as de Bahia *and* São Francisco e a Estrada de Ferro D. Pedro II – bem como companhias de navegação à vapor, como a Imperial, a Bahiana, a Bom Fim, a Amazonas e a Mucuri.

No que tange a Companhia do Mucuri, através do Decreto Legislativo nº. 802 de 12 de agosto de 1851, a câmara e o senado aprovou os estatutos da empresa.<sup>185</sup> Em 1852 – sob a forma de sociedade anônima –<sup>186</sup> a Companhia conseguiu lançar no mercado o primeiro lote de mil ações da Companhia, cujo valor unitário equivalia 300 mil-réis (300\$000)<sup>187</sup>. Como já foi dito, dessa leva inicial, a família Ottoni aparece como principal grupo a alavancar o início dos trabalhos, pois das 1.000 ações lançadas em 1852, 700 foram subscritas pela família Ottoni, as 300 restantes foram adquiridas por amigos de Teófilo Ottoni, como Irineu Evangelista de Souza.<sup>188</sup>

---

<sup>184</sup> *AHGHGB*. Programa... Lata 385, Pasta 11. (Coleção Senador Nabuco)

<sup>185</sup> Decreto n.º 802, de 12 de agosto de 1851. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1852*. Tomo XV, Parte II. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1853. p. IX.

<sup>186</sup> De acordo com o Código Comercial de 1850 – Lei n.º. 556, de 25 de junho de 1850 – a sociedade anônima ou, companhia por ações, era uma sociedade que só podia estabelecer-se por tempo determinado e com autorização do governo, dessa forma, era, portanto, dependente da aprovação do corpo legislativo (Art. 295). No caso da Companhia do Mucuri, estabeleceu-se um prazo máximo para a sua duração em 80 anos. BRASIL. *Código Comercial do Império do Brasil*. Anotado com toda legislação do país que lhe é referente... comentado por Sallustiano Orlando de Araujo Costa. 2.º edição. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1869.

<sup>187</sup> Ver anexo I.

<sup>188</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *Companhia do Mucuri. História da empresa, importância de seus privilégios, alcance dos seus projetos*. Op. Cit. p.46.

De 1852 a 1854, a empresa conseguiu capitalizar o montante de 1.200 contos de réis (1.200:000\$000) com a venda de 4.000 apólices.<sup>189</sup> Foi esse capital disponibilizado para tentar fazer do vale do Mucuri um importante entreposto comercial que articularia as províncias de Minas Gerais, da Bahia e do Espírito Santo à praça comercial do Rio de Janeiro.

Beneficiada pela política econômica do gabinete da conciliação, a empresa dirigida por Teófilo Ottoni começaria, finalmente, a investir seus recursos na mata atlântica do nordeste mineiro, a fim de transformar essa região em uma área de produção de víveres e de mercadorias. Na primeira assembléia dos sócios, Teófilo Ottoni ficou responsável pela diretoria da empresa, com sede no Rio de Janeiro. Para auxiliar o diretor, foram criados os cargos de comissários e de caixeiro da empresa nas localidades de Filadélfia e Santa Clara na província de Minas, e em São José do Porto Alegre, na Bahia<sup>190</sup>.

A fim de compreender o funcionamento da Companhia do Mucuri durante o período da Conciliação recorreremos aos relatórios apresentados aos acionistas pela direção da empresa; aos relatórios do governo provincial mineiro; à Coleção Marquês de Olinda – localizada no Arquivo Histórico do I.H.G.B (AIHGB) –; e às observações realizadas pelo suíço Johan Jakob von Tschudi e pelo alemão Robert Avé-Lallemant em suas incursões ao Mucuri nos anos de 1858 e 1859.

A partir da análise desse *corpus* documental, portanto, é possível afirmar que a história da empresa dirigida por Ottoni foi o reflexo da história política e econômica da época da Conciliação. Assim sendo, a viabilidade da empresa, como será

---

<sup>189</sup> Na tentativa de oferecer um valor comparativo para o poder de compra do capital arrecadado pela Companhia do Mucuri, recorreremos ao número de escravos adquiridos pela empresa antes da aprovação da Lei Eusébio de Queiroz. Sabe-se que os 27 cativos custaram aos cofres da empresa pouco mais de 32 contos de réis (32:000\$000). Daí tem-se que o capital da Companhia do Mucuri poderia comprar pouco mais de 1.000 escravos.

<sup>190</sup> Ver anexo II.

investigada mais adiante, ficaria à mercê da movimentação política e econômica encontrada no Brasil da década de 1850.

No que se refere aos acionistas da Companhia do Mucuri, procuramos investigar quem eram os sócios e qual era o montante de apólices adquiridas pelos mesmos. Com isso, pretendemos indicar quem eram os verdadeiros patrocinadores do projeto Mucuri. Após esta análise, procuraremos entender a rotina de trabalho da Companhia no Rio de Janeiro, e, principalmente, a rotina do vale do Mucuri, *lócus* da atuação da empresa.

Na documentação levantada não foi possível oferecer um quadro com os nomes de todos os sócios da empresa. Contudo, referências importantes sobre essas personagens foram encontradas de forma dispersa nos relatórios enviados aos acionistas – numa memória escrita por Teófilo Ottoni em 1856 e em documentos expedidos pelo governo provincial de Minas. Ao todo conseguimos identificar 42 sócios, destes, foi possível identificar 15 com o valor de suas respectivas ações, como é possível observar no Quadro 1.

**Quadro 1:** Sócios da Companhia do Mucuri com valor de ações identificadas

Nome	Quantidade de ações	Valor/contos de réis	Votos na Assembléia
Antônio Manuel de C. Mello	23	6:900\$000	4
Banco Rural e Hipotecário	768	230:400\$000	153
Bernardo Ribeiro de Carvalho	20	6:000\$000	4
Cristiano Benedito Ottoni	100	30:000\$000	20
Francisco José Gonçalves	25	7:500\$000	5
Francisco José Ribeiro	5	1:500\$000	1
Henrique Pinheiro Leite Basto	12	3:600\$000	2
Irineu Evangelista de Souza	100	30:000\$000	20
Província de Minas Gerais	1.000	300:000\$000	200
João Batista Viana Drummond	100	30:000\$000	20
José Agostinho Vieira de Mattos	5	1:500\$000	1
José Ignácio Campos da Rocha	10	3:000\$000	2
Manoel Ferreira da Silva Couto	35	10:500\$000	7
Teófilo Benedito Ottoni	600	180:000\$000	120
Thomaz de Aquino Pereira	10	1:500\$000	2
<b>Total: 15</b>	<b>3.110</b>	<b>933:000\$000</b>	<b>622</b>

Fonte: Teófilo Benedito Ottoni. *A Companhia do Mucuri. História da empresa, importância de seus privilégios, alcance dos seus projetos*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1856; Teófilo Benedito Ottoni. *Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri por Teófilo Ottoni em 15 de outubro de 1857*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1857.; *Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri no dia 10 de maio de 1860 pelo diretor da companhia Teófilo Benedito Ottoni*: Rio de Janeiro: Tipografia do Correio Mercantil, 1860. DOCUMENTOS anexos ao Relatório que à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou na sessão ordinária de 1854 o presidente da província Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos. Ouro Preto: Tipografia do Bom Senso, 1854.

A análise do quadro acima é importante para lançar luz sobre o processo de captação das apólices emitidas pela Companhia do Mucuri entre os anos de 1847 e 1854. Neste período, a direção da empresa disponibilizou 4 mil apólices cotadas a 300 mil-réis (300\$000) cada. Nele também é possível identificar quais foram os principais acionistas da empresa dirigida por Teófilo Ottoni.

Os quinze sócios, incluindo o governo provincial mineiro, representam 3.110 apólices das 4.000 lançadas pela companhia. Ao todo o valor dessas apólices estavam cotadas em 933 contos de réis (933:000\$000), isto é, mais de 77% dos 1.200 (1.200:000\$000) contos captados pela empresa.

Com a aquisição de um lote de mil ações, o governo provincial mineiro ocupou a posição majoritária entre os acionistas da empresa idealizada por Teófilo Ottoni. Em 1854, a Assembléia Provincial de Minas autorizou o presidente de província Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos a adquirir 1.000 ações da Companhia do Mucuri, conforme estipulava a Lei Provincial nº. 332 de 03 de março de 1847. A participação do governo mineiro como principal sócio da Companhia do Mucuri revela a importância que o empreendimento representava para os administradores desta província.<sup>191</sup> Para a Assembléia provincial e para os presidentes de província, Minas se beneficiaria duplamente com a Companhia do Mucuri: com os possíveis lucros gerados pela empresa e, principalmente pelo fato da Companhia ter se comprometido em colonizar a região do vale do Mucuri com trabalhadores nacionais e estrangeiros.

De acordo com os estatutos da Companhia, cada bloco de 5 ações equivaleria a 1 voto na Assembléia Geral dos Acionistas, convocada anualmente pelo diretor da empresa. O artigo 12º do estatuto da Companhia estabelecia que a assembléia

---

<sup>191</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *Companhia do Mucuri. História da empresa, importância de seus privilégios, alcance dos seus projetos. Op. Cit.* p. 36-37.

seria presidida pelo sócio majoritário.<sup>192</sup> Desse modo, com a posse de 1.000 ações, cotadas à época em 300 contos de réis (300:000\$000), a província de Minas detinha 200 votos na assembléia, o que possibilitava ao governo mineiro indicar um comissário para presidir a Assembléia, e, assim, intervir largamente nos negócios da empresa.

O segundo maior investidor da Companhia do Mucuri foi o Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro. Esta instituição – organizada por figuras do relevo de Irineu Evangelista de Souza, visconde de Mauá; José Pedro da Mota Saião, barão do Pilar; e João Evangelista Teixeira Leite, o barão de Vassouras – captou 768 ações da Companhia do Mucuri, cotadas em 240 contos e 400 mil-réis (240:400\$000).

O Banco Rural e Hipotecário – assim como o Banco do Brasil, a casa bancária Mauá MacGregor & Cia. e o Banco Comercial e Agrícola – constituía-se em um dos principais veículos de concessão de crédito da corte no período aqui contemplado.<sup>193</sup> A participação desta instituição como segundo maior investidor da Companhia do Mucuri ressaltava a importância que a empresa idealizada por Teófilo Ottoni possuía na corte. Um outro dado que atesta esta proposição foi a participação do próprio Banco do Brasil e da Sociedade Bancária Mauá MacGregor & Cia. nos negócios da Companhia do Mucuri.

Representando um lote de ações cotadas em 180 contos de réis (180:000\$000), Teófilo Benedito Ottoni era o terceiro maior acionista da Companhia do Mucuri e o maior acionista unitário da empresa. Ao analisar a trajetória financeira do político liberal a partir da idealização da Companhia do Mucuri em 1847, é possível notar que Ottoni se tornou um importante negociante da corte. Esta assertiva se

---

<sup>192</sup>Teófilo Benedito Ottoni & Honório Benedito Ottoni. *Condições para Incorporação... Op. Cit.* p. 19.

<sup>193</sup>Carlos Gabriel Guimarães. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado. Op. Cit.*; Carlos Gabriel Guimarães. “O Império e os bancos comerciais do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. Os casos do banco Mauá MagGregor & Cia., do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola” . Disponível em <http://www.abphe.org.be/congresso1999/Textos/CARL 4B.pdf>. Visitado em: 25/29/2008.

comprova através de uma série de relações comerciais estabelecidas com Irineu Evangelista de Souza – sabidamente o maior empreendedor do período aqui abordado.<sup>194</sup>

Além de estar associado à Irineu Evangelista na Companhia do Mucuri, Ottoni também participava ao lado de Mauá na comissão encarregada a aprovar os estatutos do Banco do Brasil (1851), atuando como secretário da Diretoria. Além deste empreendimento, Ottoni também foi sócio ao lado de Mauá na Imperial Companhia à Vapor e Estrada de Ferro Petrópolis – empresa responsável pela construção da primeira ferrovia do país. A intensa participação do diretor da Companhia do Mucuri no cenário econômico da corte rendeu-lhe destaque e prestígio entre os comerciantes de grosso trato, pois em duas oportunidades (1851 e 1854) Ottoni seria eleito o presidente da Sociedade dos Assinantes da Praça de Comércio do Rio de Janeiro, além de presidir entre 1853 a 1855 o Monte Pio Geral.<sup>195</sup>

Ainda sobre os acionistas da Companhia do Mucuri, é notória a participação de empresários mineiros, como João Batista Viana Drumond, o barão de Drumond. Natural de Caeté, o barão de Drumond revelou-se também um importante empreendedor da corte ao se estabelecer na rua das Violas – um dos pólos de negociantes de grosso trato da capital do Império. Ao se associar em empreendimentos do porte da Companhia do Mucuri e da Sociedade Bancária Mauá MacGregor & Cia., a figura de João Batista se destaca no cenário financeiro das décadas de 1850/60. Em 1856 tornou-se secretário da Companhia de Seguros de Transportes Marítimos e Terrestres e, no biênio 1858/59, presidiu a Sociedade dos Assinantes da Praça Comercial do Rio de Janeiro. Além disso, o nome do Barão de Drumond estava ligado à

---

<sup>194</sup> Ao lado de Cristiano Benedito Ottoni, o barão de Mauá captou no mercado 100 ações da Companhia, cujo valor equivalia a quantia de 30 contos de réis (30:000\$000). Para uma análise sobre a trajetória de Irineu Evangelista, Cf.: Jorge Caldeira. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.; Carlos Gabriel Guimarães. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado...Op. Cit.*

<sup>195</sup> *Ibid.* p. 159.

instalação de companhias de veículos sobre trilhos de ferro na cidade do Rio de Janeiro e na implantação do zoológico da cidade.<sup>196</sup>

Além do barão de Drumond, a Companhia do Mucuri contou com o apoio de ricos proprietários rurais da Comarca do Serro Frio, como foi o caso de Francisco José de Vasconcelos Lessa – barão de Diamantina – e de Francisco Joaquim de Menezes, barão de Araçuaí. Este último, segundo Marcos Lobato Martins, era detentor de uma das maiores fortunas da Comarca do Serro Frio.

A atuação comercial e financeira do barão de Araçuaí é igualmente reveladora. Em 1867, ano do seu falecimento, Francisco Joaquim de Menezes possuía um monte-mor avaliado em quase 305 contos de réis (305:000\$000), uma das maiores fortunas da região. Além da Companhia do Mucuri, este rico proprietário também possuía ações da Companhia União & Indústria – organizada pelo empresário e político liberal mineiro Mariano Procópio Ferreira Lage – e apólices do Banco do Brasil, cotadas em 51 contos e 800 mil-réis (51:800\$000).<sup>197</sup>

A atuação do barão de Diamantina e do barão de Araçuaí nos empreendimentos do Mucuri se justifica pelo interesse que esses grandes proprietários de terras das comarcas do Serro Frio e do Jequitinhonha tinham em se apossar das possíveis riquezas que o nordeste mineiro pudesse apresentar. No Relatório aos acionistas de 1857, o nome do barão de Diamantina apareceu como foreiro em Filadélfia. Esse dado revela, portanto, o dinamismo de José de Vasconcelos Lessa, pois, além de detentor de apólices da Companhia do Mucuri, o fazendeiro radicado na

---

<sup>196</sup> Sheila de Castro Faria. “João Batista Viana Drummond”. In Ronaldo Vainfas (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 399-400.

<sup>197</sup> A participação de proprietários rurais que fizeram fortuna com a extração mineral e com o comércio de escravos em empreendimentos como a Companhia do Mucuri ilustra a mudança de perfil das atividades econômicas no país ao longo da década de 1850. Em busca de novas fontes de riqueza, “a velha fortuna financeira a nova”. Jorge Caldeira. *Op. Cit.* p.225. Fazendeiros como os barões de Diamantina e de Araçuaí, procuraram renovar suas economias investindo em apólices da dívida pública e em ações de empresas. Marcos Lobato Martins. “A crise dos negócios do diamante e as respostas dos homens de fortuna do Alto Jequitinhonha”. *Estudos Econômicos*, São Paulo, 38 (3). jul-set. 2008. p. 630.

Comarca do Serro Frio também investia seus recursos na então promissora povoação de Filadélfia.<sup>198</sup>

Dispondo da “cooperação” dos indígenas e de um capital de 1.200 contos de réis (1.200:000\$000), a empresa de Teófilo Ottoni finalmente poderia dar cabo a seu ambicioso projeto. As atividades da empresa começaram efetivamente em 1851. Foi neste ano que a Companhia começou a empregar capitais na construção de estradas, núcleos urbanos e de colonização, canais, portos, estalagens e armazéns.

Desse modo, o projeto da Companhia do Mucuri foi um dos pioneiros, tanto em atividades ligadas à navegação fluvial quanto em atividades ligadas à construção de estradas. Como já foi mencionado, o projeto principal da empresa visava oferecer à região das Comarcas do Serro Frio e do Jequitinhonha meios mais cômodos e dinâmicos para acessar os mercados da corte. Para a concretização do projeto, fez-se necessário interligar a região de Serro, Diamantina e Minas Novas ao interior do vale do Mucuri.

Para a navegação de cabotagem entre o litoral do Rio de Janeiro e o da Bahia, a Companhia adquiriu o vapor *Mucury*, responsável pela navegação de cabotagem entre a corte e a vila de São José do Porto Alegre, localizada na foz do rio Mucuri. Com a criação da navegação de cabotagem realizada pelo vapor *Mucury* não beneficiou apenas o comércio da província mineira. No relatório provincial de 1854, Sebastião Machado Nunes, na época presidente da província do Espírito Santo, relata que com o vapor *Mucury* a capital da província teria novamente uma via de acesso ao Rio de Janeiro pelo litoral.<sup>199</sup> Em relação a navegação fluvial, os transportes de mercadorias e de pessoas eram feitos no pequeno vapor *Santa Clara*, substituído

---

<sup>198</sup>Teófilo Benedito Ottoni. *Relatório de 1857. Op. Cit.* p. 27.

<sup>199</sup> Sebastião Machado Nunes. Relatório apresentado à Assembléia Provincial do Espírito Santo. Em 1854. Vitória: Tipografia de P.A. d’Azeredo, 1854. p. 36.

posteriormente pelo vapor *Peruípe*, conduzido por dois escravos da Companhia<sup>200</sup>. Acoplado a duas lanchas de ferro, os vapores fluviais navegavam da foz do Mucuri até a cachoeira de Santa Clara, em Minas Gerais, onde se seguia por terra em direção ao interior da província mineira.

No que se refere à construção de vias terrestres, em 1852 já havia sido iniciada a abertura das primeiras picadas do centro da floresta tropical em direção a Minas Novas e ao Serro. Um ano mais tarde, iniciou-se a construção das duas estradas da empresa: a de Santa Cruz ou Alto dos Bois, responsável por ligar Minas Novas a Filadélfia e a estrada Filadélfia/Santa Clara, construída para interligar o porto de Santa Clara ao armazém central da Companhia localizado em Filadélfia.

Ao prometer um complexo e moderno sistema de transportes entre Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo a Companhia do Mucuri ganhou destaque no cenário nacional. Em 1854, ao discursar sobre as querelas em torno do movimento separatista do sul de Minas, o Honório Hermeto, presidente do Conselho de Ministros, anunciou que se a província tivesse que ser fragmentada, deveria sê-lo no norte, onde estava em curso a abertura de estradas a cargo da Companhia do Mucuri.<sup>201</sup>

O patrocínio do Marquês do Paraná à empresa dirigida por Ottoni revelava a estreita relação estabelecida entre do presidente do Conselho de Ministros e as atividades comerciais e financeiras no período da *Conciliação*.<sup>202</sup> A atuação de Honório Hermeto nos negócios ligados ao fomento da infra-estrutura nacional já chamava a

---

<sup>200</sup> No comando do leme dos vapores fluviais estavam os escravos pai Manoel e pai Antônio, que, segundo o diretor da Companhia, teriam sua alforria concedida após dez anos de “serviços bem prestados”. Ainda segundo Ottoni, a Companhia do Mucuri possuía no total 27 escravos, adquiridos por 31 contos e 596 mil-réis (31:596\$000). Teófilo Benedito Ottoni. *Relatório de 1857*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1857.p. 9. (Coleção Assuntos Mineiros) In.: Valdeci Lopes de Araujo (org.). *Teófilo Benedito Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público Mineiro, 2007.

<sup>201</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *Companhia do Mucuri. História da empresa, importância de seus privilégios, alcance dos seus projetos*. Op. Cit. p. 23-24.

<sup>202</sup> Mesmo antes do período da *Conciliação* Honório Hermeto Carneiro Leão já havia se tornado sócio dos empreendimentos de Irineu Evangelista. Em 1852 o então visconde do Paraná entrou para o grupo de acionistas da Estrada de Ferro de Petrópolis. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto. Op. Cit. p.164.

atenção de Joaquim Manuel de Macedo. Ao descrever a biografia do Marquês do Paraná, o autor do *Ano Biográfico Brasileiro* ressaltou que a atuação política de Honório Hermeto era tão pujante que ofuscava o seu envolvimento nas atividades comerciais e financeiras durante a década de 1850: “O imenso esplendor político do Marquês do Paraná eclipsa seus grandes serviços administrativos no ministério de 1853 a 1856, como os que prestou à Estrada de Ferro D. Pedro II e à diversas companhias industriais e de colonização”.<sup>203</sup>

A opinião do presidente do Conselho de Ministros saltou aos olhos do diretor da Companhia do Mucuri. Para Teófilo Ottoni a criação de uma nova província, como havia ocorrido com a criação do Paraná e do Amazonas, daria maior visibilidade aos projetos da Companhia. Desse modo, Ottoni procurou propagandear na imprensa e nos relatórios aos acionistas a idéia da criação de uma nova província no império.

De acordo com Ottoni, a nova província deveria abranger a Comarca do Jequitinhonha e parte das Comarcas de do São Francisco e do Serro Frio em Minas; as comarcas de Caravelas e Porto Seguro, na Bahia e a Comarca de São Mateus, no Espírito Santo.<sup>204</sup> Na Circular de 1860, o político mencionou que para concretizar o projeto da nova província, seria necessário “absorver a princesa dos Abrolhos [Caravelas] na pátria de Tiradentes”.<sup>205</sup>

Entusiasmado com a idéia da nova província, o político chegou até mesmo a escrever sobre o nome da nova unidade territorial do Império. Para a nova província Ottoni sugeriu nomes como Província de Porto Seguro, Província de Santa Cruz, Província do Mucuri, Província do Jequitinhonha ou Província de Minas Novas. Além do nome, o político liberal preocupou-se também em cogitar em que cidade seria

---

<sup>203</sup> Joaquim Manoel de Macedo. *Ano Biográfico Brasileiro*. 3º vol. Rio de Janeiro: Tipografia e Litografia Imperial Instituto Artístico, 1876. p. 23-24.

<sup>204</sup> Teófilo Benedito Ottoni. Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri em 18 de outubro de 1857. Rio de Janeiro Tip. Imp. e Const. De J. Villeneuve, 1857. p. 14-15.

<sup>205</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *Circular...Op. Cit.* p. 363.

instalada a capital do novo governo. Para Ottoni, Caravelas e Minas Novas seriam fortes candidatas para sediarem a capital da “nova estrela” na constelação das províncias do Império.<sup>206</sup>

Por mais utópico que fosse o discurso do diretor da Companhia do Mucuri, o mesmo noticia no seu relatório anual de 1857 que em 1856 o deputado Antônio Gabriel de Fonseca Paula Souza – sócio da Companhia do Mucuri – apoiado por um deputado da região de Minas Novas, apresentou formalmente o projeto de criação da nova província na câmara dos deputados.<sup>207</sup>

Além do projeto ter sido apresentado na Câmara, a idéia da nova província também agradava a vereança das comarcas que integrariam o suposto território. Contudo, com a morte do Marquês do Paraná em 1856, a idéia perderia o seu mais poderoso entusiasta. Com a ascensão do Gabinete de 04 de maio de 1857, Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda, então presidente do Conselho de Ministros, ponderou que a proposta deveria ser melhor estudada.<sup>208</sup> Ao que parece a posição do Marquês de Olinda fez esmorecer a idéia da nova província, pois a mesma já não possuía sustentação política suficiente para ser levada a cabo, e por isso, perdera força a partir de então.

Quanto aos empreendimentos da empresa, a construção das estradas mostrou-se um entrave para a Companhia. Para que fosse possível a circulação de carros de quatro eixos pelas estradas da empresa foram projetadas as vias de comunicação mais modernas até então construídas no país. No projeto da Companhia as estradas deveriam possuir 20 palmos de largura, cuja angulação não poderia exceder a inclinação

---

<sup>206</sup>Teófilo Benedito Ottoni. *Companhia do Mucuri. História da empresa, importância de seus privilégios, alcance dos seus projetos. Op. Cit.* p.26.

<sup>207</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *Relatório de 1857. Op. Cit.* p.15

<sup>208</sup> *Ibid.*

de 5%. Previa-se também a construção de pontes, pontilhões, boeiros, aterros e a derrubada de três braças de floresta dos dois lados do percurso.

Na construção das vias de comunicação por terra, o diretor da Companhia do Mucuri deu especial atenção à estrada Filadélfia/Santa Clara. Para construir a estrada, em 1852 Teófilo Ottoni empreitou os serviços de parentes. À frente da obra de construção dessa via estava o seu irmão, Augusto Benedito Ottoni, seu primo, Manuel Esteves Ottoni, e o seu cunhado, Joaquim José de Araújo Maia.<sup>209</sup>

Vimos até aqui que a conquista da selva tropical exigiu do diretor da Companhia do Mucuri a utilização de estratégias que garantiram o apoio das populações autóctones. Além disso, a empresa se robusteceu através das mudanças trazidas pelo *corpus* legislativo de 1850 e pelo período da *Conciliação*. Resta-nos saber ainda como se racionalizou a construção das obras de infra-estrutura da Companhia, bem como entender o significado da instalação de Filadélfia e do processo de imigração estrangeira no vale do Mucuri.

---

<sup>209</sup> A participação da família Ottoni no empreendimento da Companhia do Mucuri não se resumia a apenas na construção das estradas. Além da estrada, Augusto Ottoni, Manuel Esteves e Araújo Maia aparecem como proprietários de vários fogos no núcleo urbano de Filadélfia. Assim que foi instalada a Companhia, Augusto Benedito Ottoni e sua família instalaram-se em Filadélfia. Além de chefiar a construção da estrada Santa Clara/Filadélfia, o irmão do diretor da Companhia do Mucuri exerceu a função de comissário da Companhia do Mucuri em Filadélfia, além de ocupar o cargo de Diretor dos Índios do Mucuri. Manuel Esteves Ottoni, primo do diretor da Companhia, também serviu à empresa atuando como médico em Filadélfia e em Santa Clara. Joaquim José de Araújo Maia, cunhado de Teófilo Ottoni, instalou-se no Mucuri destinando parte dos seus recursos amealhados em fazendas de café em Valença e Itapemirim para coadjuvar no processo de ocupação deste território, seja através da organização de grupos para a construção das estradas, criação de fazendas ou no trato do comércio entre a capital do Império e o nordeste de Minas. Todos eles possuíam fazendas na região do Mucuri e aforamentos em Filadélfia. Cf. Laís Ottoni Ferreira Barbosa. *Os Ottoni: descendentes e colaterais*. Rio de Janeiro: L.O.B. Ferreira, 1998. p. 270-271; Maria Cristina Nunes Ferreira Neto. *Op. Cit* p. 182. *passim*; RELATÓRIO apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri por Teófilo Benedito Ottoni em 15 de outubro de 1857. *Op. Cit.* p.27-32.; Robert Avé-Lallemant. *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe [1859]*. *Op. Cit.*

### Capítulo 3 - A Formação de Filadélfia e a Colonização Estrangeira

#### *I - A Filadélfia do sertão*

Com a venda dos primeiros lotes de apólices, os idealizadores da Companhia do Mucuri lançaram-se na árdua empreitada de construir a infra-estrutura da empresa no interior da floresta tropical atlântica. Além das picadas construídas por aquilo que Ottoni chamou de “a vanguarda do exército de invasão”<sup>210</sup>, os engenheiros da Companhia do Mucuri também aproveitaram as antigas rotas criadas há séculos pela população autóctone e as picadas abertas no interior da selva desde a expedição do coronel Bento Lourenço em 1816. Esses caminhos foram os primeiros a servirem de guia para a construção das futuras vias de comunicação entre o norte de Minas ao litoral adjacente.

Foram abertas picadas em direção à região do Peçanha, próximo ao rio São Mateus; em direção ao Alto dos Bois, caminho para Calhau (atual Araçuaí), Minas Novas e Serro. Outras vias também se ramificaram pelo vale do rio Todos os Santos, a fim de ligar o porto fluvial de Santa Clara aos armazéns centrais da Companhia.

Paralelamente à construção da infra-estrutura da Companhia, a administração pública criou condições para reunir em aldeamentos a temida população indígena que vivia dispersa ao longo do vale. Para tanto, foi criada em Filadélfia a *Direção dos Índios do Mucuri*, chefiada por Augusto Benedito Ottoni. Para garantir a segurança dos transeuntes e dos colonos que seriam estabelecidos entre Filadélfia e Santa Clara, o decreto de 24 de maio de 1854, expedido pelo Ministério do Império, ordenou a criação de uma Colônia Militar, estabelecida inicialmente no rio São Mateus e depois transferida para as margens do rio Urucú. O efetivo militar da recém-criada

---

<sup>210</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *A Colonização do Mucuri...Op Cit.*, p. 4.

colônia era composto por 31 indivíduos , sendo 1 major, 1 alferes, 1 cirurgião, 1 sargento, 1 cabo e 26 soldados).<sup>211</sup>

No que se refere à empreitada colonizadora promovida pela Companhia do Mucuri, verifica-se que fora traçado um novo modelo de ocupação urbana em Minas Gerais. Se a expansão das fronteiras de Minas nos séculos XVIII e XIX se deu através de um amplo processo de busca de terras minerais e agricultáveis,<sup>212</sup> na experiência colonizadora iniciada em 1847 por Teófilo Benedito Ottoni a terra seria usada como mercadoria para chamar a atenção de fazendeiros, tropeiros, colonos nacionais e estrangeiros para uma nova fronteira que se abria na região do Mucuri. No centro desse novo modelo de empreendimento a Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri se colocava como responsável pela criação de núcleos urbanos no interior da Mata Atlântica, como ocorreu com as povoações de Filadélfia e de Santa Clara.

No relatório apresentado aos acionistas em 1857, o diretor da Companhia informou-lhes sobre o aumento da quantidade de indivíduos que se dirigiam para o interior do vale do Mucuri. Com isso, a empresa coordenada por Teófilo Ottoni impulsionou o processo de expansão – já em andamento – nas cercanias do vale. Segundo Frei Olavo Timmers, desde 1851 Teófilo Ottoni tinha emitido uma circular a vários fazendeiros da região do Termo de Minas Novas a fim de atraí-los para a região

---

<sup>211</sup> De acordo com o decreto, cada soldado da colônia poderia receber glebas de 100 braças em quadro. Cf.: Herculano Ferreira Pena. *Relatório de 1856*. Ouro Preto, Tip. do Bom Senso, 1856. p. 11-12.

<sup>212</sup> Para uma leitura clássica sobre os primeiros movimentos de expansão das fronteiras em Minas Cf.: Sérgio Buarque de Holanda. “Metais e pedras preciosas”. In.: *História Geral da Civilização Brasileira*. vol. 2, t. II. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1977; Sobre a expansão do comércio e agricultura ver também: Cláudia Maria das Graças Chaves. *Perfeitos Negociantes: mercadores das Minas setecentista*. São Paulo: Annablume, 1999; Francisco Eduardo Andrade. “A conversão do Sertão: capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais. In. *Varia História*. vol. 23, nº 37. jan-jun, 2007. 151-166. Francisco Eduardo Andrade. *Entre a Roça e o Engenho: roceiros e fazendeiros nas Minas Gerais do século XIX*. Viçosa: Editora UFV, 2008. Renato Pinto Venâncio. “Comércio e Fronteira em Minas Gerais Colonial”. In: Júnia Ferreira Furtado (Org.) *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

do Mucuri. Para tal, Ottoni ofereceu-lhes terras para serem afazendadas nas imediações das estradas de rodagem que a empresa construía.<sup>213</sup>

De acordo com Teófilo Ottoni, ao longo do rio Setúbal – na região conhecida como Mestre de Campo, distante quatro léguas de Filadélfia – instalaram-se 13 famílias de fazendeiros de “grande força”, todas pertencentes ao núcleo familiar do quartel-mestre Antônio Coelho da Silva.<sup>214</sup> Esse núcleo familiar, segundo Ottoni, era um dos que se enriquecia no Mucuri – estimava-se que este possuía um patrimônio que avultava a cifra de 400 contos de réis (400:000\$000). Conforme o Relatório anual de 1857, somente os familiares de Coelho da Silva, juntamente com o seu plantel de escravos, somavam uma população de 400 indivíduos que passaram a habitar a região do Mucuri.<sup>215</sup>

A família Gomes Leal constituiu-se em um outro núcleo familiar que se expandiu em direção ao interior do vale do Mucuri. Os dois chefes dessa família estabeleceram-se na região de Trindade, localizada ao sul de Filadélfia, onde a Companhia havia aberto uma picada em 1852 para conectar o interior do vale à região do Serro.<sup>216</sup> De acordo com Teófilo Ottoni, os irmãos João Gomes Leal e Casimiro Gomes Leal também ampliaram seus negócios através da incorporação da empresa colonizadora. Como observamos no capítulo anterior, essa família já havia se instalado nas bordas da Mata Atlântica e já realizava contatos amistosos com os nativos – isso ainda quando Teófilo Ottoni realizava sua primeira expedição ao Mucuri. Segundo o

---

<sup>213</sup> Frei Olavo Timmers, O.F.M. *Teófilo Benedito Ottoni, pioneiro do nordeste mineiro e fundador da cidade de Teófilo Otoni*. Divinópolis: Gráfica Santo Antônio, 1969. p. 21.

<sup>214</sup> No relatório apresentado ao governo provincial em 1837, o engenheiro francês Pedro Victor Renault informou que Antônio Coelho da Silva, dono da fazenda Conceição, era um rico fazendeiro, possuidor de “mais de cento e tantos cativos”. De acordo com o relatório Renault, Coelho da Silva buscava criar uma estrada até a foz do rio Mucuri, utilizando para tal a antiga picada aberta em 1816 pelo Coronel Bento Lourenço Vaz de Abreu e Lima. Cf.: Pedro Victor Renault. “Exploração dos Rios Mucuri e Todos os Santos e seus afluentes – feita por ordem do governo da Província pelo engenheiro Dr. Pedro Victor Renault. Org. e col. por León Renault. *Revista do APM. Op. Cit.*, p. 1079-1080.

<sup>215</sup> Teófilo Benedito Ottoni. Relatório de 1857. *Op. Cit.*, p.18.

<sup>216</sup> *Idem*.

Relatório anual de 1857, os Gomes Leal pretendiam participar do comércio no Mucuri fundando fazendas e atuando no mercado de tropas entre Filadélfia e a região de Trindade.<sup>217</sup>

Ao analisar a lista dos aforamentos de Filadélfia no ano de 1857, notamos que várias famílias colaboraram para na ocupação efetiva do vale do Mucuri e da nova povoação. Além da família Ottoni que possuía cerca de 19% de um total de 132 fogos, aparecem na lista o fazendeiro Antônio Coelho da Silva e os irmãos Gomes Leal Além desses, destaca-se também a família Araújo Maia, com quatro fogos e a família Pego, com dois.<sup>218</sup>

Para efetivar o projeto de ocupação do Mucuri, tornava-se patente a necessidade de criar núcleos de colonização. Caso contrário seria impossível usufruir das terras concedidas pelo governo central. Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda ressaltou que a importância da edificação de núcleos urbanos é indispensável para o controle das regiões de conquista – como era o caso do vale do rio Mucuri. Baseado em Max Weber, o autor afirma que no processo de ocupação de um território, a urbanização torna-se o mais duradouro e eficiente meio de posse deste território.<sup>219</sup> Daí a necessidade de se construir um núcleo urbano capaz, ao mesmo tempo de servir de meio para colonização e de servir centro comercial da Companhia do Mucuri.

O primeiro núcleo de povoamento criado pela Companhia do Mucuri foi batizado com o nome de Filadélfia. Com este nome Teófilo Ottoni fazia uma clara alusão à homônima norte-americana – o nome já havia sido cogitado pelo diretor da empresa ainda em 1847. Na *Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri*, o político liberal chegou a comparar a sua empreitada com o processo de colonização ocorrido na região

---

<sup>217</sup> *Ibid.*, p.18

<sup>218</sup> Ver anexo III.

<sup>219</sup> Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. vol. 3. p. 1003. (Coleção Intérpretes do Brasil)

da Pensilvânia, Estados Unidos. A semelhança encontrada por Ottoni se dava pelo exemplo colonizador verificado na região da colônia *quaker* de Filadélfia,<sup>220</sup> onde os índios foram cooptados a auxiliar no processo de colonização: “Assim começou nos Estados Unidos a ocupação da Pensilvânia. Sorriu-me a analogia, e aceitando o auspicioso fausto, tomei posse da minha Filadélfia [...]”<sup>221</sup>

Outra explicação possível para o *topos* pode ser encontrada na própria história da homônima norte-americana.<sup>222</sup> Como se sabe, Filadélfia, durante os anos de 1774 e 1775, reuniu os principais líderes do pensamento liberal norte-americano, esta cidade, como sabemos foi o centro irradiador das idéias liberais que regeriam a Revolução Americana de 1776.

Para Valdei Araujo, a origem do nome Filadélfia é dual. Para o historiador, o primeiro significado da palavra deriva dos ideais de liberalismo norte-americano; o segundo significado pode ser explicado através da origem etimológica da palavra, Filadélfia, amor fraterno. O autor indica que a análise etimológica pode ser uma interpretação viável, isso porque os principais sócios da Companhia do Mucuri eram parentes de Teófilo Ottoni, daí o caráter familiar e patrimonial da empresa.<sup>223</sup> Joaquim Ribeiro da Costa – autor da *Toponímia de Minas Gerais* – também sustenta a tese de que a origem do nome Filadélfia associa-se à etimologia da palavra, o que reforça o argumento de Araujo.<sup>224</sup>

De acordo com Valdei Araujo, a atuação de Teófilo Ottoni e a construção de Filadélfia foi produto da chamada imaginação transformadora. Para o autor, este fenômeno – característico da passagem do século XVIII para o XIX – não deve ser

---

<sup>220</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri. Op. Cit.* p. 62.; Warren Dean. *A Ferro e Fogo. Op. Cit.* p.174

<sup>221</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *Notícia...* p. 62.

<sup>222</sup> Valdei Lopes de Araujo. *Teófilo Benedito Ottoni: política, historiografia e esfera pública no Brasil oitocentista. Op. Cit.*, p. 57.

<sup>223</sup> *Ibid.* p. 63.

<sup>224</sup> Joaquim Ribeiro da Costa. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997. p. 448

confundido com algum tipo de imaginação romântica subjetivamente interiorizada; deve ser visto, entretanto, como uma vontade de ação e de ordenamento da natureza, quase como uma forma de compreensão ou fuga das dificuldades de ação nas sociedades humanas.<sup>225</sup> Assim, “somente o espaço virgem e selvagem lhe possibilitaria dar vazão ao gesto criador. Criação total, absoluta, são essas as condições para a imaginação dominar a ação e torná-la possível”.<sup>226</sup>

Ao investigar o processo de proto-urbanização de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, Sérgio da Mata produziu uma tipologia do modo de ocupação territorial da capitania/província mineira. Para o autor, no que se refere às questões estritamente econômicas, a formação das cidades mineiras pode ser compreendida a partir de três modalidades principais: mineração, comércio e cidade-emprego.<sup>227</sup> Ao analisarmos a trajetória da criação de Filadélfia, observamos que a mesma não se enquadra nas duas primeiras categorias sugeridas por Sérgio da Mata, pois foram as atividades da Companhia do Mucuri que deram impulso ao projeto de construção desta povoação. Conforme o autor,

Em Filadélfia [...] deu-se algo novo. O nascimento desta cidade não correspondeu nem às demandas do *homo religiosus* nem às do *homo ludens*. Trata-se do primeiro caso de cidade-emprego na história de Minas. Seu espaço urbano associa-se diretamente à empresa capitalista, e não à “loteria” da mineração.<sup>228</sup>

Neste sentido, acreditamos que a formação da “cidade-emprego”, descrita por Sérgio da Mata, é fruto da imaginação transformadora que emergiu na passagem do setecentos para o oitocentos, como ressaltou Valdeci Araujo.

---

<sup>225</sup> Valdeci Lopes de Araujo. *Teófilo Benedito Ottoni: política, historiografia e esfera pública no Brasil oitocentista...Op. Cit*, p. 60.

<sup>226</sup> *Ibid*, p. 60.

<sup>227</sup> Sérgio da Mata. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII-XIX*. Berlim: Wiss. Verl. Berlim, 2002. p. 175.

<sup>228</sup> *ibid*, p. 181.

Acreditamos que a escolha do local para a construção do novo núcleo urbano atesta o que afirmamos a pouco. Para dar fluidez ao comércio das Comarcas do Serro Frio e do Jequitinhonha, Filadélfia deveria ser construída em local plano, onde pessoas e mercadorias poderiam ser deslocadas de forma rápida e dinâmica. Assim, o terreno escolhido para a nova povoação foi uma planície às margens do rio Todos os Santos, próxima ao rio Mucuri – região que em 1836 já havia sido apontada pelo engenheiro Pedro Victor Renault como propícia para a construção de uma colônia de degredados.<sup>229</sup>

Ao traçar a trajetória de alguns perfis republicanos em Minas Gerais, José Murilo de Carvalho ressaltou que a modernização e o espírito republicano em Minas manifestou-se de forma mais contundente através da criação de cidades como Filadélfia, Belo Horizonte e Brasília.<sup>230</sup> Dessa forma, o pioneirismo, o empreendedorismo, o gosto pela mudança e o gosto pelo progresso seriam fruto do espírito “modernizador e republicano” presentes nos projetos de Teófilo Ottoni, João Pinheiro e Juscelino Kubitschek. Para José Murilo de Carvalho, a construção das cidades de Filadélfia (1853), Belo Horizonte (1897) e de Brasília (1960) são marcos indeléveis da Minas moderna.<sup>231</sup>

Encravada no interior da floresta tropical, Filadélfia constituiu-se no núcleo urbano “mais interno” da província de Minas Gerais.<sup>232</sup> Se em 1847 a região ainda era pouco conhecida até mesmo dos moradores do Termo de Minas Novas, a partir de 1853 o vale do rio Mucuri seria palco de um ambicioso projeto de ocupação territorial pioneiro na história urbana de Minas Gerais.

---

<sup>229</sup> Pedro Victor Renault. “Exploração dos Rios Mucuri e Todos os Santos e seus afluentes...*Op. Cit.*”

<sup>230</sup> José Murilo de Carvalho. “Trajetórias Republicanas”. In.: *Revista do APM*. Belo Horizonte, ano XLIV, nº. 2. p. 32.

<sup>231</sup> *Idem.*

<sup>232</sup> José Cândido Gomes. *Relatório de Liquidação da Companhia do Mucuri*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1862. p. 34.

Nos relatórios emitidos periodicamente para os acionistas da Companhia e na documentação emitida anualmente pelos presidentes de província, encontramos ricas referências sobre o processo de proto-urbanização do vale do Mucuri, bem como das características urbanas da nova Filadélfia. Além dessa documentação, os relatos das viagens realizadas em 1858 e 1859 por Johan Jakob von Tschudi e Robert Avé-Lallemant, mostraram-se profícuos devido a sua riqueza de detalhes.<sup>233</sup> A análise dessas fontes demonstram que a história da proto-urbanização de Filadélfia contrastava com o modelo de ocupação até então estabelecidos nos antigos arraiais auríferos e diamantinos.<sup>234</sup> Neste sentido, a posse do território foi patrocinado pelas atividades do projeto da “cidade-empendimento”, do desflorestamento da Mata Atlântica, da construção de núcleos urbanos, de fazendas, do alinhamento das estradas e da estrutura hidroviária da Companhia da Companhia do Mucuri.

No relatório da presidência de província de Minas de 1853 encontramos um ofício encaminhado por Teófilo Ottoni ao então presidente Luiz Antônio Barbosa. Nesse documento o diretor da Companhia diz “estar firme” no “*desideratum*” da efetiva ocupação das terras concedidas à empresa que dirigia.<sup>235</sup> Ao descrever as atividades da Companhia, Ottoni nos fornece o georeferenciamento da região destinada à construção da nova Filadélfia:

Filadélfia situada entre dois consideráveis confluente do Todos os Santos, com uma planície de mais de duas léguas levantada toda 3 a 4 braças do nível do rio – é uma belíssima situação, que em breve deve ser o principal centro de todo o comércio do norte de Minas. Aí, como já informei a V. Exc. devem existir os armazéns superiores da Companhia do Mucuri. A salubridade do clima,

---

<sup>233</sup> Para uma importante análise sobre os relatos de viajantes europeus no Mucuri, Cf.: Regina Horta Duarte. “Olhares estrangeiros: viajantes no vale do Mucuri”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n° 44, p. 267-288.

<sup>234</sup> A este respeito, Cf.: Sérgio da Mata. “O espaço do poder”. *Revista do APM*. Belo Horizonte, ano XLII, n.º2, julho-dezembro de 2006; Cláudia Damasceno Fonseca. Rossios, chãos e terras. *Revista do APM*. Belo Horizonte, ano XLII, n.º2, julho-dezembro de 2006.

<sup>235</sup> Teófilo Benedito Ottoni. Ofício encaminhado pelo Diretor da Companhia do Mucuri Teófilo Benedito Ottoni em 23 de março de 1853 ao Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Luiz Antônio Barbosa presidente da província de Minas Gerais. In: Luiz Antônio Barbosa. *Relatório de 1853*. Ouro Preto, Tipografia do Bom Senso, 1853. (Documentos anexos). p. 1.

e excelência das terras, que em fertilidade rivalizam com as melhores que há no Brasil [...] me determinarão a considerar desde já aquele ponto como um dos mais importantes para a empresa do Mucuri.<sup>236</sup>

Para construir os acessos que ligariam o norte de Minas e o litoral à região de Filadélfia foi necessário derrubar uma densa floresta que ocupava o seu entorno. Para tal, Teófilo Ottoni confiou tais serviços a amigos e a seus parentes. Dentre estas personalidades destaca-se, por exemplo, a figura de Francisco José de Vasconcelos Lessa, futuro barão de Diamantina – já mencionado em nossa exposição. Além de contribuir para a compra das apólices da Companhia do Mucuri, Vasconcelos Lessa participava das atividades da empresa dirigida por Teófilo Ottoni desde 1853. Este dado nos que o projeto do Mucuri obteve um significativo apoio da elite regional de Diamantina, Serro, Calhau e Minas Novas. Sobre esse aspecto cabe dizer, segundo Araujo, que fazendeiros e empresários da região das Comarcas do Serro Frio e do Jequitinhonha na busca de alternativas econômicas, identitárias e políticas compartilharam um projeto de desenvolvimento regional via agricultura de exportação,<sup>237</sup> daí o apoio de afortunados fazendeiros como Francisco Vasconcelos Lessa.

No ofício de 23 de março de 1853, o diretor da Companhia revelou os nomes dos empreiteiros que utilizavam seu plantel de escravos para coadjuvar na conquista do Mucuri. Neste documento, Ottoni enumera a região que cada um desses empreiteiros atuaram na derrubada da floresta para o posterior alinhamento das estradas da Companhia:

[...] os Srs. coronel Francisco José de Vasconcelos Lessa e José Cândido de Castro Lessa – no Poton, os Srs. Joaquim José de Araújo Maia, Augusto Benedito Ottoni – no Felicíssimo o Sr. José Joaquim de Souza – no S. Francisco o Sr. Francisco José de Souza – no S. Jacinto o Sr. Antônio Moreira de Coelho

---

<sup>236</sup> *Ibid.* p. 2.

<sup>237</sup> Valdeí Lopes de Araujo. *A Filadélfia de Theófilo Ottoni. Op. Cit.* p. 27. *passim.*

Loureda – além de outros mais distantes do Sr. João Barbosa de Oliveira, e do Sr. Joaquim Pereira da Silva no ribeirão – Quarta-feira – e no Poté.<sup>238</sup>

No que se refere à racionalização das atividades de infra-estrutura da empresa, Teófilo Ottoni dividiu os trabalhos em três frentes distintas. Para a primeira seção, o diretor da Companhia nomeou como “caixa e administrador geral” o seu irmão Augusto Benedito Ottoni. Como administrador da primeira seção, Augusto Ottoni deveria planejar quais seriam as picadas abertas em direção à região do Alto dos Bois – Minas Novas e Calhau – e em direção à região de Trindade – Serro e Diamantina. Além disso, Augusto Ottoni ficou responsável também pela construção dos armazéns centrais da Companhia e pela criação de pastagens e de roças de milho no terreno em que seria formada a futura povoação de Filadélfia. Para o seu auxílio, o diretor da Companhia contratou os serviços técnicos do engenheiro alemão Roberto Schlobach.<sup>239</sup>

A segunda seção ocupou-se de alinhar a estrada entre Filadélfia e a cachoeira de Santa Clara. Na organização dessa obra estava o cunhado de Teófilo Ottoni, Joaquim José de Araujo Maia; este, auxiliado pelo engenheiro Oscar Henning, empregou 58 escravos – alugados pela Companhia a um valor unitário de duzentos mil-réis (200\$000) anuais.<sup>240</sup>

A terceira e última seção, de acordo com diretor da Companhia do Mucuri, “compreende a superintendência de tudo quanto se faz de Santa Clara até a Vila de São José do Porto Alegre”.<sup>241</sup> Dessa forma, o grupo coordenado pelo Dr. Manoel Esteves Ottoni deveria construir as instalações da Companhia em Santa Clara e trabalhar na desobstrução do rio Mucuri que o vapor Santa Clara – construído às margens do rio

---

<sup>238</sup> OFÍCIO encaminhado pelo Diretor da Companhia do Mucuri Teófilo Benedito Ottoni em 23 de março de 1853 ao Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Luiz Antônio Barbosa... p. 2

<sup>239</sup> *Ibid.* p. 3.

<sup>240</sup> Valdeci Lopes de Araujo. *A Filadélfia de Theófilo Ottoni. Op. Cit.*, p. 43.

<sup>241</sup> OFÍCIO encaminhado pelo Diretor da Companhia do Mucuri Teófilo Benedito Ottoni em 23 de março de 1853 ao Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Luiz Antônio Barbosa...p.3.

Mucuri a um custo aproximado de 26 contos de réis (26:000\$000)<sup>242</sup> – pudesse navegar livremente. Para a construção dos estaleiros no porto fluvial de Santa Clara e no porto marítimo de São José de Porto Alegre, foi contratado o mestre Gabriel Ferreira da Cruz, amigo de Teófilo Ottoni e experiente construtor de estaleiros no Rio de Janeiro.<sup>243</sup>

Além ser o responsável pela administração do caixa da 2ª e da 3ª seção das obras empreitadas pela Companhia do Mucuri, Manoel Esteves Ottoni, que era médico, encarregou-se também de instalar uma botica e um hospital na região de Santa Clara.<sup>244</sup> A instalação da referida botica fez-se necessária devido às “febres intermitentes” que poderiam assolar a região na época das cheias do rio Mucuri. Esta medida visava o pronto atendimento contra as doenças que poderiam vitimar a população que se instalavam nas regiões que margeavam o rio Mucuri.

Com os avanços das obras de infra-estrutura no interior da Mata Atlântica, já era possível traçar a construção do núcleo urbano de Filadélfia. Desse modo, no dia 7 de setembro de 1853, Teófilo Ottoni fundou a primeira povoação mineira concebida sob aos moldes daquilo que Sérgio da Mata denominou de “cidade-empreendimento”. O traçado urbano da povoação, como já mencionamos, foi de autoria do engenheiro alemão Roberto Schlobach, que concebeu o projeto com a ajuda do próprio Teófilo Ottoni.

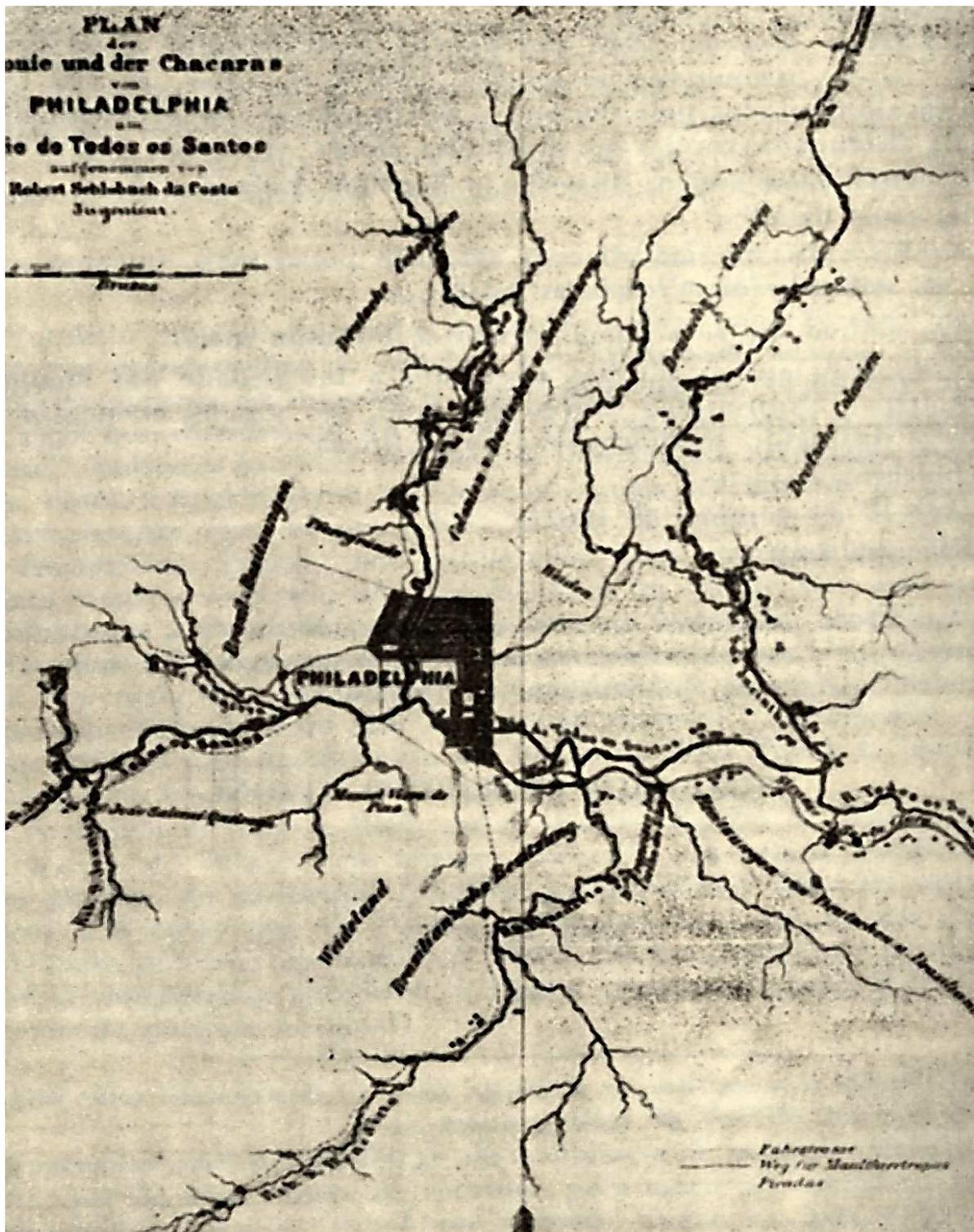
---

<sup>242</sup> Em 1853 o engenheiro Cristiano Benedito Ottoni e o engenheiro inglês John Barnet Humphreyis estudaram as condições de navegabilidade do rio Mucuri. O irmão de Teófilo Ottoni ficou responsável em analisar o fluxo das águas do rio, já Humphreyis, em produzir uma planta do rio Mucuri. O engenheiro inglês aconselhou ao diretor da Companhia do Mucuri que o rio deveria ser desobstruído. Para tal serviço, Ottoni contratou os trabalhos de Domingos Viegas Lopes que retirou do rio Mucuri mais de 300 toras de madeira que obstruíam a passagem de navios a vapor. Cf.: OFÍCIO encaminhado pelo Diretor da Companhia do Mucuri Teófilo Benedito Ottoni em 23 de março de 1853 ao Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Luiz Antônio Barbosa... p. 3-4.

<sup>243</sup> OFÍCIO encaminhado pelo Diretor da Companhia do Mucuri Teófilo Benedito Ottoni em 23 de março de 1853 ao Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Luiz Antônio Barbosa... p. 2.

<sup>244</sup> A botica foi abastecida principalmente com quinino, produto utilizado pela farmacopéia do período para o tratamento das “febres intermitentes”. OFÍCIO encaminhado pelo Diretor da Companhia do Mucuri Teófilo Benedito Ottoni em 23 de março de 1853 ao Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Luiz Antônio Barbosa... p.3

Figura 4: Planta da colônia de Filadélfia traçada pelo engenheiro Roberto Schlobach



Fonte: Frei Olavo Timmers, O.F.M. Theophilo Benedicto Ottoni: pioneiro do nordeste mineiro e Fundador da cidade de Teófilo Otoni. Divinópolis: Gráfica Santo Antônio, 1969.

No relatório da presidência de província de 1854 encontramos a tradução do rico relatório que o engenheiro alemão apresentou ao diretor da Companhia do Mucuri. Nele, Schlobach fez uma análise técnica do traçado urbano de Filadélfia, detalhando o local, as dimensões dos principais prédios da Companhia e o formato do arruamento do mais novo núcleo urbano de Minas Gerais. Face à riqueza de detalhes, cabe aqui reproduzir a descrição do engenheiro um pouco mais detalhadamente:

A Praça do Mercado (A) tem 75 braças de comprimento sobre 50 braças de largura; o seu limite meridional é formado pelos ranchos e armazéns I, II, III; ao sul da praça, marquei em linha reta a ponto VIII; eu penso que a nova estrada de Santa Clara poderá facilmente ser dirigida aí, porquanto o vale (M) ao lado sul do rio oferece uma extensão mui vasta; a rua grande cai perpendicularmente sobre os armazéns e ranchos; em linha reta do norte para o sul encontra uma pequena ponte (X), e desemboca no grande, belo, e largo vale perto da ponte velha. Igualmente ao sul o vale oferece largo e apropriado espaço, se em tempo ulterior for preciso prolongar a rua grande.

Os ranchos II e III tem cada um 10 braças e outro 8. Os armazéns têm 8 braças em quadro; a rua (a) vai desembocar nas montanhas; estas são um tanto íngremes na linha reta da rua, porém tem uma magnífica chapada no cume.

O nº. IV é a casa do empregado (Sr. Augusto), o nº V a olaria que está trabalhando já a algum tempo o morro contíguo tem no cume suficiente espaço para dois ou três edifícios vistosos, de que V. S. está perfeitamente inteirado, marquei ali a Igreja.<sup>245</sup>

De posse dos dados técnicos apresentados, é possível, portanto, reiterarmos: a construção de Filadélfia marcou uma nova experiência urbana em Minas Gerais. Para Teófilo Ottoni a modernização de sua província estaria vinculada também à transformação do mundo urbano; afastando, assim, o seu projeto daquilo que José Murilo de Carvalho denominou de paroquialismo da Minas agrária.<sup>246</sup> Dessa forma, a povoação fora concebida, estritamente, aos moldes racionais, onde a espontaneidade deu lugar ao planejamento; as ruas transversais da nova povoação cortam todas em ângulo reto, a rua principal.<sup>247</sup>

---

<sup>245</sup> Roberto Schlobach. Tradução do relatório apresentado ao Diretor da Companhia do Mucuri.. Filadélfia, 17 de outubro de 1853. In. Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos. *Relatório de 1854*. Ouro Preto, Tipografia do Bom Senso, 1854. p. 11

<sup>246</sup> José Murilo de Carvalho. "Trajetórias Republicanas". *Op. Cit.*, p. 29

<sup>247</sup> Sérgio da Mata. *Chão de Deus...Op. Cit.*, p. 181.

No relatório do engenheiro Roberto Schlobach, percebemos claramente, que Teófilo Ottoni influenciou o traçado da nova povoação. O diretor da Companhia do Mucuri instruiu, portanto, o seu engenheiro para que a *Estrada Santa Clara/Filadélfia* e a estrada Poté desembocassem na rua principal e convergissem para a praça central de Filadélfia – o que facilitaria, assim, a circulação das mercadorias transportadas pelos carros de quatro eixos, que seriam futuramente construídos nas oficinas de Filadélfia e de Santa Clara.<sup>248</sup>

Por se diferenciar dos arraiais mineiros,<sup>249</sup> no centro da povoação de Filadélfia não haveria nenhuma construção de templo religioso, mas sim de os prédios da administração e os empórios da Companhia do Mucuri. O local destinado à capela era uma pequena elevação localizada na lateral da chamada Praça do Mercado. Na figura 4 – uma representação do arraial de Filadélfia de 1860 do colono alemão Albert Schirmer – é possível observar mais detalhadamente o local reservado para a construção da capela católica. Embora não estivesse nos propósitos dos idealizadores da “cidade-empendimento”, o deslocamento da capela para fora da Praça do Mercado ia ao encontro do havia sido apregoado pelas *Constituições Sinodais do Arcebispado da Bahia*. Essas *Constituições* – instituídas pelo arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide em 1708 e publicadas em Coimbra em 1720 – determinavam que nos adros das igrejas ou das capelas “não se façam feiras, ponham tendas, nem se compre e venda, ou apregoe coisa alguma [...] e que não façam quaisquer outros contratos, escambos ou escrituras”.<sup>250</sup> Como se sabe, essas determinações religiosas eram largamente descumpridas, pois os adros das igrejas e das capelas coincidiam com os locais centrais

---

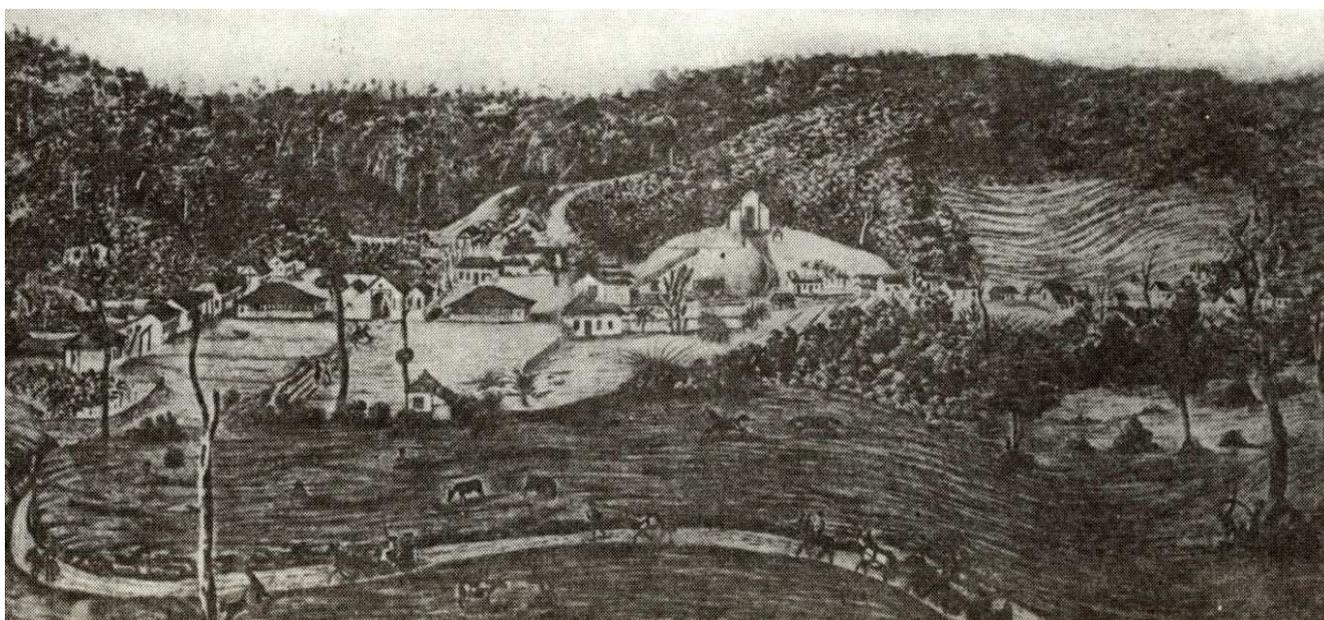
<sup>248</sup> Roberto Schlobach. Tradução do relatório apresentado ao Diretor da Companhia do Mucuri...*Op. Cit.*

<sup>249</sup> Sérgio da Mata. *Chão de Deus...Op. Cit.*

<sup>250</sup> D. Sebastião Monteiro da Vide. *Primeiras Constituições Sinodais do Arcebispado da Bahia*. Livro XXIX, 738. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720. p. 282.

da povoação, sabidamente o local em que toda sorte de atividades comerciais eram feitas.

**Figura 5: Filadélfia em 1860**



Filadélfia em 1860. Quadro de Albert Schirmer. Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni. *Apud* Paulo Pinheiro Chagas. *Teófilo Otoni*: ministro do povo. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, 1978.

Com o avanço da urbanização de Filadélfia, a localidade passou a ocupar maior espaço nas preocupações de Ottoni, que estabeleceu, assim, uma estreita relação de afinidade com a povoação.<sup>251</sup> Em 1854, ao defender a criação de uma nova província no Império, Teófilo Ottoni chegou a apontar Filadélfia como possível sede da nova unidade provincial. Embora houvesse apontado Caravelas e Minas Novas como possíveis sedes para a nova província, o político demonstrava nitidamente a sua predileção por Filadélfia. Para o diretor da Companhia do Mucuri a singularidade do traçado urbano da “cidade-empreendimento” favorecia a instalação da nova sede provincial:

Mas lá surge também com suas pretensões a nascente Filadélfia, e tem tal fé na sua estrela, que já denomina Praça do Governo – um quadrado de 50 braças de lado em uma planície elevada, e em frente a um lanço do rio que vai ficar retilíneo na extensão de 700 braças. O agente da Companhia não tem permissão para aforar terrenos na praça do Governo, porque uma de suas faces está destinada ao palácio da presidência da província, outro para o paço da assembleia provincial, e outra para o paço da câmara municipal.<sup>252</sup>

Além de ser a capital da suposta província, a estrada que saía de Filadélfia em direção ao porto de Santa Clara – segundo a visão de Teófilo Ottoni – deveria se tornar a principal via de escoamento de produção da nova província e dos portos de São José e de Caravelas, na Bahia. Para tanto, Teófilo Ottoni deveria implementar a construção de uma estrada de ferro que ligasse São José à Caravelas. Aos acionistas da Companhia, o diretor da empresa alegava que o Estado deveria incentivar a criação da nova província, pois o Rio de Janeiro não poderia continuar sendo a única alfândega de toda a província de Minas Gerais.<sup>253</sup>

Ao ser postulada como sede de uma capital, em certo sentido, Filadélfia antecipou Belo Horizonte, com a diferença de que nesta o planejamento urbano

---

<sup>251</sup>Valdei Lopes de Araujo. (org.). *Teófilo Benedito Ottoni e a Companhia do Mucuri. Op. Cit.* p.27.

<sup>251</sup>Teófilo Benedito Ottoni & Honório Benedito Ottoni. *Op. Cit.* p.27.

<sup>252</sup>Teófilo Benedito Ottoni. *A Companhia do Mucuri. História da empresa... Op. Cit.* p. 27.

<sup>253</sup>Teófilo Benedito Ottoni. *Relatório de 1857. Op. Cit.* p. 15

decorreu de esforços governamentais e naquela, o planejamento urbano foi subsidiado por empreendimentos privados.<sup>254</sup>

No que se refere à ocupação urbana de Filadélfia, podemos indicar que esta também apresentou características distintas para os padrões experimentados em Minas Gerais. Além da população indígena, da população livre e cativa oriunda das comarcas do Serro Frio e da Comarca do Jequitinhonha, a “cidade-emprego” também foi formada por imigrantes alemães, suíços, austríacos, holandeses, belgas, franceses, chineses e portugueses.

Um dos principais relatos sobre a diversidade étnica de Filadélfia foi produzido pelo naturalista, etnólogo, filósofo e diplomata suíço Johan Jakob von Tschudi.<sup>255</sup> Ao observar o caráter diverso da população desse novo núcleo urbano, o viajante suíço chegou a indicar Filadélfia como um espaço privilegiado para pesquisas de caráter antropológico:

Os antropologistas [sic] têm em Filadélfia ocasião de fazer os mais belos estudos sobre as raças; ao pé do armazém da companhia, edifício importante na parte meridional da cidade, acham-se dois ranchos espaçosos para os tropeiros vindos do interior, servindo ao mesmo tempo de pousada para todos os que não tiveram morada própria. No rancho que fica do lado leste reside quase que diariamente maior ou menor número de botocudos; o do lado oeste é a estalagem dos *chins*. [...] No interior do armazém trabalham negros e homens brancos. Segue-se daí que no espaço de apenas 100 braças quadradas se acham representadas as quatro principais raças humanas, e isto nas formas mais extremas.<sup>256</sup>

Além de descrever os tipos étnicos presentes em Filadélfia, Tschudi relatou também a organização urbana dessa povoação. De acordo com o viajante, a cidade contava com 145 casas, das quais pouco mais de 60 eram de sólida construção e

---

<sup>254</sup> Sérgio da Mata. *Chão de Deus...Op. Cit.* p. 181.

<sup>255</sup> O viajante chegou em Filadélfia, ainda em fevereiro de 1858. De Filadélfia, seguiu por terra, em companhia de Teófilo Ottoni, até a Colônia Militar do Urucú e Santa Clara. Do porto fluvial de Santa Clara partiram no vapor *Peruípe* até a foz do rio Mucuri, finalizando, assim, a viagem por Minas Gerais Cf.: Roberto Borges Martins. “Tschudi, Halfeld, Wagner e a geografia de Minas Gerais no século XIX” In.: H. G. F Halfeld & J. J. von Tschudi. *A Província Brasileira de Minas Gerais. Op. Cit.*, p. 19

<sup>256</sup> Johan Jakob von Tschudi, *Apud* Teófilo Benedito Ottoni. *A Colonização do Mucuri. Op. Cit.*, p. 53.

de “conveniente arranjo”. O viajante descreveu ainda que as ruas de Filadélfia eram largas e regulares. Sobre a Companhia do Mucuri, mais especificamente, o naturalista suíço destacou que o destino desta empresa deveria ser promissor, pois ela estava locada em terras de extrema fertilidade. Já em relação a Teófilo Ottoni, Tschudi ressaltou que este era um homem de “profunda instrução científica, grande firmeza de caráter e de vontade séria e reta”.<sup>257</sup>

Em janeiro de 1859, cerca de um ano após a passagem do naturalista suíço J. von Tschudi, outro viajante estrangeiro percorreu a região do Mucuri, estamos nos referindo ao médico alemão Robert Avé-Lallemant. Robert Christian Berthold Avé-Lallemant nasceu em Lübeck em 1812 e faleceu na mesma cidade em 1884. Estudou em Berlim, Paris e Kiel, onde se doutorou em medicina em 1837. Mudou-se para o Rio de Janeiro por volta de 1838 e aí clinicou por dezessete anos, até 1855. De volta à Europa engajou-se na expedição científica da fragata *Novara* em 1857, mas abandonou essa expedição e retornou ao Rio de Janeiro. De fevereiro a outubro de 1858 excursionou pelo sul do Brasil e pelo Uruguai, passando pelas províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Em novembro deste mesmo ano partiu para a Bahia e, de janeiro a março de 1859, visitou toda a região do Mucuri, indo até Filadélfia. Das viagens em direção ao nordeste do país, Lallemant escreveu o livro *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe* de 1859. Nesta obra Lallemant dedicou várias páginas ao vale do rio Mucuri.<sup>258</sup>

Assim como o naturalista suíço, o médico Robert Ave-Lallemant também se impressionou com a diversidade étnica do povoado de Filadélfia. Para Lallemant, encontrar imigrantes europeus, chineses e africanos no interior da floresta tropical

---

<sup>257</sup> *Ibid.* p. 50-53.

<sup>258</sup> Cf.: Oscar Constatt. *Repertório Crítico da Literatura Teuto-Brasileira*. Rio de Janeiro: INL, s/d. p. 85-87.

produzia um espetáculo singular.<sup>259</sup> O médico alemão chegou a comparar o aspecto arquitetônico de Filadélfia com a estrutura das feitorias européias fundadas na Ásia central:

Filadélfia situa-se numa vasta clareira, no meio da floresta do alto Mucuri ou do rio Todos os Santos, mais ou menos como uma feitoria européia na China. Uma grande praça quadrangular constitui o cerne da povoação. Aí se ergue a fachada principal dum edifício, semelhante a uma igreja, com dois grandes talheiros aberto dos lados, os armazéns da Companhia. As casas da povoação estendem-se de ambos os lados da praça, por sua vez cortados por algumas ruas de pequenas filas de casas sem continuidade.<sup>260</sup>

Para o viajante alemão, a singularidade de Filadélfia se devia à característica peculiar dos mineiros. De acordo com Lallemant, o habitante de Minas Gerais possuía como característica o gosto de mudar de um lugar para outro. Ao serem atraídos pelo projeto de Teófilo Ottoni muitos mineiros teriam se instalado em Filadélfia, região que o médico alemão denominou de Nova Califórnia.<sup>261</sup>

A cidade-empreendimento construída pela Companhia do Mucuri também impressionou Lallemant pelo aspecto de suas construções. O viajante ressaltou que não poderia informar o número exato das casas construídas em Filadélfia, pois um número considerável de edificações ainda estava em construção, possuíam apenas o telhado, sustentado apenas por vigas de madeira:

Se tivesse de enumerar as casas de Filadélfia, encontrar-me-ia em grande dificuldade. O diretor mesmo calculava o tamanho da povoação pelos – telhados de telha. E conta de fato muitos desses telhados. Eu queria calculá-lo por todos esses telhados. Ottoni avaliou-os de 140 para cima; estimei-os em muito menos. O fenômeno mais singular, porém, era que grande número desses telhados ainda não tinham casa por baixo, descansando apenas sobre vigas de madeira. Calculei o número de telhados sem casa como metade do total; o diretor orçou-os em 40 ou 50, de maneira que Filadélfia contava de 80 a 100 casas e barracas habitadas, quando lá estive.<sup>262</sup>

---

<sup>259</sup> Robert Avé-Lallemant. *Op. Cit.* p. 186

<sup>260</sup> *Ibid.*, p. 196.

<sup>261</sup> *Ibid.*, p. 197.

<sup>262</sup> *Ibid.*, p. 196.

Uma ilustração de Filadélfia publicada na *Revista Popular* em julho de 1859 (Figura 5) ilustra a descrição feita por Lallemant. É possível observar na imagem vários casebres com telhados, erguidos sob travas de madeira – provavelmente extraídas a partir do desflorestamento dos arredores da Filadélfia do sertão.

**Figura 6: Filadélfia em 1859**



Filadélfia em 1859. In: *Revista Popular*, ano I, tomo 3, julho de 1859. *Apud.* Paulo Pinheiro Chagas. *Teófilo Ottoni: ministro do povo*. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, 1978.

A estranheza de Lallemand com a presença de construções forradas por telhados e sem paredes em Filadélfia, pode ter sido o resultado de uma estratégia dos dirigentes da Companhia do Mucuri na busca de aumentar visibilidade dos seus empreendimentos. Acreditamos que os empresários pretenderam construir a maioria das estruturas descritas pelo médico alemão a fim de antecipar a elevação de Filadélfia a categoria de distrito de juiz de paz,<sup>263</sup> pois a Lei de 11 de março de 1836, emitida pelo Ministério da Justiça, determinava que para a criação de um distrito de paz não seria mais necessário a pré-existência de freguesia ou de capela curada, bastava, portanto, que o lugar apresentasse uma quantidade mínima de 75 fogos.<sup>264</sup> Além disso, as construções irregulares descritas pelo médico alemão consistia em abarracamentos erigidos para abrigar provisoriamente colonos, proletários e tropeiros que viriam ocupar Filadélfia em um futuro próximo.<sup>265</sup>

Sobre este aspecto, ao desenvolver um estudo sobre a visibilidade e a esfera pública no oitocentos, Valdei Lopes de Araujo teceu observações importantes sobre o projeto de Filadélfia: para Teófilo Ottoni a povoação da região do Mucuri representava a negação da cidade-corte. Para Araujo, então, a empreitada do Mucuri seria a forma encontrada por Teófilo Ottoni para fomentar alternativas de ação política para o Brasil do século XIX. De acordo com Araujo,

A empresa do Mucuri e a criação da cidade de Filadélfia eram ações políticas. No Mucuri Ottoni pensou construir bases sólidas para a existência de uma sociedade onde suas idéias sobre a vida política pudessem ganhar realidade. [...]

Somente o espaço virgem e selvagem lhe possibilitaria dar vazão ao gesto criador.<sup>266</sup>

---

<sup>263</sup> Filadélfia foi elevada a distrito de juiz de paz e freguesia pela lei nº. 808 de 3 de julho de 1857. Cf.: Joaquim Ribeiro da Costa. *Op. Cit.*, p. 448.

<sup>264</sup> Brasil. *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1833*. Ministério da Justiça. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1873. p. 90.

<sup>265</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *A Colonização do Mucuri*. *Op. Cit.*, p. 4.

<sup>266</sup> Valdei Lopes de Araujo. *Teófilo Benedito Ottoni: política, historiografia e esfera pública no Brasil oitocentista...Op. Cit*, p. 60. *passim*

Como podemos observar até aqui, a Companhia do Mucuri – em sua tarefa titânica de fundar um novo modelo preconcebido de civilização no seio da mata<sup>267</sup> dotou a região do Mucuri de navegação fluvial, estradas, estalagens, empórios e núcleos de colonização. Com a instalação do povoado de Filadélfia e o transporte de víveres e de mercadorias o propósito original de levar às Comarcas do norte de Minas meio mais cômodo para acessar o litoral finalmente ganhava corpo. Paralelamente à construção da infra-estrutura viária e da infra-estrutura comercial da empresa, a Companhia recorreu à imigração estrangeira para povoar o vale do Mucuri, inaugurando, assim, a primeira experiência de introdução de colonos estrangeiros em Minas Gerais.

## ***II – A colonização estrangeira***

A idéia de colonizar o país com mão-de-obra estrangeira, ensaiada desde 1819 com a vinda de suíços para a região de Nova Friburgo, ganharia força a partir da aprovação da Lei Eusébio de Queiroz. Com a aprovação da Lei n.º 581 de 4 de setembro de 1850 que extinguiu o tráfico internacional de escravos o assunto da imigração estrangeira emergiu na ordem do dia.

Para a elite escravista uma questão central para desenvolvimento do Brasil era colocada em pauta: “*quem virá cultivar a terra do nosso país?*”. Para essa parcela da população, o fim do tráfico atlântico de cativos traria grandes entraves ao progresso da nação, isso por que faltaria mão-de-obra para as lavouras. Neste sentido, tornou-se patente a necessidade de angariar proletários, de qualquer parte do mundo e de qualquer raça, para substituir os escravos de origem africana. Para a burocracia imperial – e para

---

<sup>267</sup> Regina Horta Duarte. *Olhares Estrangeiros...Op. Cit.*, p. 269.

boa parte da intelectualidade do período – a vinda de mão-de-obra estrangeira para o Brasil cumpriria outro objetivo além do já indicado: transformar a imigração em um instrumento civilizatório do universo rural do país.<sup>268</sup>

As negociações sobre a vinda de mão-de-obra estrangeira para o Brasil colaboraram, portanto, com os planos da Companhia do Mucuri. De acordo com Teófilo Ottoni – “desde os primeiros estudos” para a criação da empresa – mostrou-se patente que todos os planos da Companhia seriam de pura perda, se ao longo das estradas não se instalassem povoadores que garantissem o trânsito dos tropeiros e do comércio de carga.<sup>269</sup>

A proposta inicial para a povoação da região era atrair os trabalhadores livres da região do Termo de Minas Novas. No entanto, o esperado afluxo da população não ocorreu conforme havia preconizado Honório e Teófilo Ottoni no livreto de 1847.<sup>270</sup> O rigor do trabalho de desbravar da selva tropical e o temor do ataque dos índios pôde ter afastado a mão-de-obra necessária à efetiva colonização do vale do Mucuri. A necessidade de mão-de-obra mostrou-se tão patente que para garantir as atividades do transporte à vapor e do transporte rodoviário, o próprio Teófilo Ottoni – destacado por sua aversão à escravidão<sup>271</sup> – teve que comprar com os recursos da Companhia 26 escravos e 1 escrava, e, além disso, alugar o serviço de cativos para derrubar florestas para a construção de estradas e fazendas.

Além do trabalho escravo, a Companhia do Mucuri também contou com os jornais de 100 operários oriundos da China. Esses trabalhadores foram granjeados junto ao governo central através do contrato de 25 de agosto de 1856. Segundo Teófilo

---

<sup>268</sup> Luís Felipe de Alencastro & Maria Luiza Renaux. “Caras e modos dos migrantes e imigrantes”. In: Fernando A. Novais (dir.). *História da Vida Privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 293. *passim*. (Coleção História da Vida Privada no Brasil, vol. 2)

<sup>269</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *A Colonização do Mucuri..Op. Cit.* p. 1.

<sup>270</sup> Teófilo Benedito Ottoni. & Honório Benedito Ottoni. *Op. Cit.* p. 10.

<sup>271</sup> Cf.: Márcio Achtschin. *A Filadélfia não Sonhada: escravidão no Mucuri do século XIX*. Teófilo Ottoni: [s/n], 2008.

Otoni, a contratação de trabalhadores *chins* ou *coolies* – como eram chamados os proletários de origem oriental – não cumpria com os objetivos de colonização da empresa.

No relatório anual de 1857 o diretor da Companhia demonstrou que, inicialmente, era avesso à contratação dos *chins*.<sup>272</sup> Aos acionistas da empresa, Otoni ressaltava que nunca havia considerado os trabalhadores chineses como colonos, mas sim como “máquinas para substituir os braços escravos”.<sup>273</sup> Entretanto, ao observar o trabalho dos operários chineses durante o ano de 1857, Teófilo Otoni retratou-se, argumentando que os proletários do “Celeste Império” eram mais eficientes do que os trabalhadores escravos:

Se eles adquirem a convicção de que não são temidos; se lhes paga regularmente os seus salários, se não lhes falta com arroz e chá na forma do contrato, entregam-se ao trabalho com boa disposição, e *são mais inteligentes do que os pretos; fazem com perfeição os serviços de estrada, e não é mister explicar-lhes duas vezes o que deles se quer.*<sup>274</sup>

Embora o contrato com os chineses fosse temporário e a maioria deles tenha retornado ao Rio de Janeiro, e, provavelmente, à sua pátria de origem, existem indícios de que alguns desses jornaleiros haviam fixado residência no vale do Mucuri. Citando os dados coletados por Frei Olavo Timmers em 1958, Izabel Missagia de Mattos afirma que os chineses que permaneceram no Mucuri converteram-se ao cristianismo e se casaram com algumas colônias européias estabelecidas na região da Colônia Militar do Urucú.<sup>275</sup>

---

<sup>272</sup> Para muitos fazendeiros, o fim do tráfico negreiro acarretaria apenas no “amarelecimento” dos trabalhadores das fazendas. Acreditavam que em vez dos negros, seriam os chineses quem iriam substituir os braços escravos. Introduzidos no Brasil por negreiros portugueses, cerca de 2 mil chineses aportaram-se no país entre os anos de 1854 a 1856. Cf.: Luís Felipe de Alencastro & Maria Luiza Renaux. “Caras e modos dos migrantes e imigrantes”. *Op. Cit.* p. 295.

<sup>273</sup> Teófilo Benedito Otoni. *Relatório de 1857. Op. Cit.* p. 13.

<sup>274</sup> *Ibid.* p. 13.

<sup>275</sup> Izabel Missagia de Matos. *Civilização e Revolta: os botocudos e a catequese na província de Minas. Op. Cit.*, p. 113-114.

No que se refere à vinda de mão-de-obra européia, Teófilo Ottoni considerou mais prudente preparar a região para a chegada dos imigrantes, por isso, considerou a região do alto vale do Mucuri o local propício para a instalação de colônias. No discurso parlamentar proferido na Câmara dos Deputados em 20 de julho de 1861, Ottoni apontou a *Memória Sobre Meios de Promover a Colonização*, de Miguel Calmon du Pin e Almeida, o então visconde e futuro Marquês de Abrantes,<sup>276</sup> como modelo ideal a ser seguido pela Companhia do Mucuri para arregimentar a *colonização espontânea* para a região. De acordo com o discurso parlamentar, a empresa já procurava a colonização estrangeira desde 1852, ano em que Teófilo Ottoni iniciou suas negociações com a empresa parisiense Avrial & Irmão a fim de contratar colonos europeus para ocupar do vale do Mucuri.<sup>277</sup>

Malgrado as negociações para a vinda de imigrantes estrangeiros houvessem ocorrido em 1852, o diretor da Companhia do Mucuri considerou que somente em 1854 a região estaria preparada para principiar o recebimento de imigrantes europeus. Orientado pela obra de Miguel Calmon du Pin e Almeida, Ottoni procurou dentre os imigrantes europeus os “trabalhadores morigerados” para que estes o auxiliassem em seu ambicioso projeto de ocupação dos sertões mineiros. Neste sentido

---

<sup>276</sup> Miguel Calmon du Pin e Almeida nasceu na vila de Santo Amaro da Purificação, Bahia, em 22 de dezembro de 1794 e faleceu no Rio de Janeiro em 13 de setembro de 1865. Filho de José Gabriel Calmon de Almeida e de D. Maria Germana de Souza Magalhães, casou-se com Maria Carolina da Piedade Bahia, filha de Manuel Lopes Pereira Bahia, o visconde de Meriti. Enviado a Portugal para completar seus estudos, Miguel Calmon formou-se em direito em Coimbra em 1821. Ao retornar ao Brasil em 1822, participou ativamente dos movimentos de independência, ocupando o cargo de primeiro secretário da Assembléia Constituinte quando esta foi dissolvida por Pedro I em 1824. Integrante da chamada elite imperial, participou diretamente da gestão política e administrativa do país, ocupando os cargos de presidente de província, de pastas ministeriais e um assento no senado e no Conselho de Estado. Durante a década de 1830, fundou em sua província natal a Sociedade de Agricultura e Colonização. Devido a sua experiência acumulada nos ministérios da Fazenda e dos Estrangeiros, em 1844 foi nomeado, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministro Plenipotenciário do Brasil em Berlim, a fim de costurar um acordo comercial com o *Zolverein*. Nessa oportunidade, o então visconde de Abrantes considerou oportuno escrever a *Memória Sobre Meios de Promover a Colonização*, publicada em Berlim no ano de 1846. Visconde de Abrantes [Miguel Calmon du Pin e Almeida], *Memória Sobre os Meios de Promover a Colonização*. Berlim: Tipografia de Unger Irmãos, 1846. (fac-simile); Teófilo Benedito Ottoni. *Discursos Parlamentares. Op. Cit.*, p. 572.

<sup>277</sup> *Idem*.

o diretor da Companhia do Mucuri defendeu o modelo de “imigração espontânea” sugerida na obra do Marquês de Abrantes:

Nos colonos procurava associados, e não proletários para com quem exercesse a caridade cristã. Se em vez de uma empresa mercantil eu tratasse da fundação de asilos de mendicidade ou casas de misericórdias, era natural que considerasse primeiramente os brasileiros necessitados, porque a caridade bem ordenada principia por casa.

Pareceu-me, pois racional pretender colonos que não trouxessem só suas pessoas, mas também indústria e capital.<sup>278</sup>

Assim sendo, Teófilo Ottoni considerou que para emigrar para o vale do Mucuri o imigrante deveria possuir algum pecúlio para poder participar dos empreendimentos da Companhia, comprando-lhe, então, as terras da empresa distribuídas ao longo das estradas pelo mesmo valor que a empresa havia adquirido junto à Repartição Geral das Terras Públicas. No projeto inicial, Teófilo Ottoni havia estipulado que para imigrar para o Mucuri, cada trabalhador estrangeiro – excetuando-se as meninas não núbeis e os menores de 12 anos – deveriam, além de pagar os custos com os transportes para o Brasil, comprovar, ao chegar no país, que possuía um capital mínimo de 200 táleres.<sup>279</sup> Além disso, os agentes encarregados em arregimentar os imigrantes na Europa não receberiam comissão imediata pelo seu trabalho e despesa. A estes comissários a empresa do Mucuri oferecia a metade do montante arrecadado com a venda dos lotes de terra aos colonos estrangeiros.<sup>280</sup>

Na história da companhia dirigida por Teófilo Ottoni, o ano de 1855 marcou o ingresso da empresa nos negócios ligados à imigração estrangeira.<sup>281</sup> A partir

---

<sup>278</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *A Colonização do Mucuri...Op Cit.*, p. 4.

<sup>279</sup> Antiga moeda de prata alemã. *Apud.* Valdeí Lopes de Araujo. *A Filadélfia de Theófilo Ottoni...Op. Cit.*, p.108.

<sup>280</sup> José Cândido Gomes. *Relatório de Liquidação da Companhia do Mucuri . Op. Cit.*, p. 40.

<sup>281</sup> Além da Companhia do Mucuri, a já mencionada Companhia União & Indústria, empresa do ramo de construção de estradas e de colonização, também diversificou suas atividades ao atrair a colonização estrangeira a partir de 1858 com a fundação da Colônia D. Pedro II. De acordo com J. J. von Tschudi, até 1861 a empresa dirigida por Mariano Procópio havia atraído a mão-de-obra de 1.114 colonos de origem

de então, a Companhia do Mucuri passaria a atuar concomitantemente em três empreendimentos pioneiros no Brasil, a saber, a navegação à vapor, a construção de vias de comunicação, e as atividades de imigração estrangeira no país. Interessados em promover a imigração estrangeira, o governo central e a Companhia do vale do Mucuri estabeleceram uma série de contratos para subsidiar a vinda de colonos europeus.

Após o fracasso da tentativa de introduzir colonos lombardos na região do rio São Mateus – antiga sede da colônia militar localizada a duas léguas de Santa Clara – começaram, a aportar no vale do Mucuri as primeiras levadas de imigrantes europeus. O primeiro grupo a se estabelecer na região chegou em junho de 1855 a partir de um acordo entre o diretor da Companhia e o governo central. Tratava-se de 31 famílias – cerca de 159 indivíduos – originárias da ilha da Madeira. Excetuando uma que desfez o contrato, todas as famílias foram alocadas na região da colônia militar estabelecida às margens do rio Urucu.

No dia 27 de junho de 1855 chegaram ao porto de Santa Clara outros colonos estrangeiros arregimentados para ocupar as terras da Companhia, estes vieram da Europa para o país devido às negociações do cônsul geral do Brasil, José Francisco Guimarães, com o governo suíço. Esse grupo era composto por 34 indivíduos suíços distribuídos em seis famílias, foram instaladas na região do ribeirão São Jacinto e no vale do rio Todos os Santos.<sup>282</sup>

Poucos meses após a chegada dos primeiros grupos de imigrantes, Teófilo Ottoni e o governo central firmaram um contrato que estabeleciam as regras da colonização estrangeira no vale do Mucuri. No que se refere à colonização estrangeira

---

alemã, contratados principalmente para a construção da Estrada União & Indústria e para a colonização da região do Paraibuna. H. G. F. Halfeld & J.J. von. Tschudi. *Op. Cit.*, p. 127-128. *passim*

<sup>282</sup> Teófilo Benedito Ottoni. Relatório dirigido aos senhores acionistas da Companhia do Mucuri em 1857. In. Herculano Ferreira Penna. *Relatório de 1857*. Ouro Preto, Tip. Provincial, 1857. p. 41. (anexo nº 16).

na região, este contrato seria o segundo a estipular alguns prazos para que a Companhia colonizasse as terras cedidas pelo governo, pois, como vimos no capítulo 1, a empresa organizada por Ottoni comprometeu-se em instalar 60 famílias em cada uma das dez léguas concedidas pelo governo central ao projeto Mucuri.

No contrato de 20 de dezembro de 1855, assinado com a Repartição Geral das Terras Públicas, Teófilo Ottoni garantiu a posse de duas léguas em quadro dos núcleos de colonização que seriam estabelecidos nas regiões de Filadélfia: Santana, Canoas – às margens do rio Todos os Santos –, Lages – às margens do rio Urucu – e São Mateus – às margens do rio de mesmo nome. Conforme o referido contrato, a Companhia do Mucuri compraria as terras devolutas a meio real a braça quadrada, ficando, então, a cargo do governo os gastos com a medição. Em contrapartida, a empresa se obrigava a introduzir 144 famílias em cada légua concedida à Companhia.<sup>283</sup>

A partir de então, Teófilo Ottoni movimentou esforços para garantir o cumprimento dos dois contratos até então firmados com o governo. No “*desideratum*” de “germanizar” o vale do Mucuri, Ottoni contou com a ajuda do alemão Roberto Schlobach, o mesmo engenheiro responsável pelo traçado urbano de Filadélfia e pelo alinhamento das estradas da Companhia, como já mencionamos. Os parentes do referido engenheiro possuíam uma grande casa comercial em Leipzig, a Schlobach & Morgstern. Interessados no negócio, os comerciantes alemães Hermann Schlobach e Oto Voigt desembarcaram no vale do Mucuri em 1855 para inspecionar as condições do local da futura colônia alemã. Enquanto Voigt permaneceu na região permaneceu na região – próxima ao rio Tamonhec, afluente do Mucuri –, Hermann Scholobach viajou ao Rio de Janeiro com o intuito de negociar os contratos de imigração com Ottoni

---

<sup>283</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *Relatório de 1857. Op. Cit.*, p. 23.

Teófilo Ottoni – este contrato, portanto, previa o recrutamento de dois mil colonos alemães, em sua maior parte formados por famílias de agricultores.

Com o contrato firmado com a Scholobach & Morgstern, a companhia do Mucuri acabou modificando consideravelmente o seu modelo inicial de recrutamento dos colonos “morigerados”. A principal delas foi a redução de 200 táleres<sup>284</sup> por família do capital exigido por indivíduo, ou seja, reduzia-se, em termo médio, reduzia-se à quinta parte o valor pecuniário anteriormente firmado para cada imigrante. Estabelecido o contrato em 1856 a casa Scholobach & Morgstern enviou ao vale do Mucuri uma remessa de 130 imigrantes alemães. Ao que parece, o valor pecuniário exigido não foi cumprido, pois, segundo Ottoni, excetuando seis famílias suíças e alemãs – que haviam trazido consigo um capital estimado em 20 contos de réis (20:000\$000) – a grande maioria dos colonos precisaram do apoio financeiro da Companhia do Mucuri se instalarem na região. De acordo com o diretor da Companhia, entre 1856 e 1857 – só em adiantamentos com as passagens para o Brasil e com a aquisição de viveres e de ferramentas – os imigrantes já haviam consumido cerca de 28 contos de réis (28:000\$000) dos cofres da empresa.

Como é possível observar, a realidade das condições financeiras dos imigrantes europeus não se mostravam favoráveis ao modelo de colonização implementado. Diante desse impasse, houve a necessidade de firmar um novo acordo entre o governo Imperial e a Companhia do Mucuri. No contrato de 31 de dezembro de 1856 com a Repartição Geral das Terras Públicas, a Companhia do Mucuri angariou

---

<sup>284</sup> Na tentativa de apresentar um valor aproximado em réis (*r\$*) para o valor em táler (*Crt.\$*), recorremos aos contratos de imigrantes alemães ingressos na província do Espírito Santo entre 1859 e 1860. Nestes contatos, os colonos imigrados para o Brasil maiores de 10 anos recebiam uma subvenção de 60 táleres, concedida pelo governo central. No relatório de liquidação da Companhia do Mucuri o comissário árbitro, José Cândido Gomes, apresenta em réis (*r\$*) o valor dos contratos da mesma espécie. De acordo com Gomes, cada imigrante maior de 10 anos recebia do governo 37\$500. Salvo alguma variação cambial, abstrai-se que 200 táleres correspondia em moeda nacional a 125 mil-réis (125\$000). Cf. Relação dos contratos de colonos da província do Espírito Santo (1859-1860). Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Disponível em: [http://www.ape.es.gov.br/Contrato\\_de\\_colonos/Alemaes.htm](http://www.ape.es.gov.br/Contrato_de_colonos/Alemaes.htm); José Cândido Gomes. *Relatório da Comissão Liquidadora da Companhia do Mucuri*. Op. Cit. p. 42.

junto à administração central um empréstimo de 300 contos de réis (300:000\$000) destinados a subsidiar a locação e a manutenção da imigração estrangeira na região de Filadélfia do Sertão. O valor estipulado para o ingresso de imigrantes, então, ficou orçado em 50 mil-réis (50\$000) para os indivíduos entre 5 e 10 anos de idade e 100 mil-réis (100\$000) para colonos com idade entre 10 e 45 anos. O montante do empréstimo seria pago paulatinamente à empresa, conforme se procedesse a instalação dos europeus na região – o prazo máximo estipulado para o pagamento do mesmo seria de 6 anos sem a cobrança de juros.

Com os empréstimos concedidos pelo governo a empresa de Ottoni comprometeu, então, em instalar até o dia 31 de dezembro de 1859 três mil imigrantes europeus nos vales laterais aos afluentes do rio Mucuri. A empresa também deveria vender aos colonos glebas de terra a um valor variável entre 2 a 4 réis a braça quadrada. Além do fornecimento instrumentos aratórios e utensílios, o contrato obrigava ainda a Companhia do Mucuri a ceder sementes para o primeiro ano de plantio dos colonos e disponibilizar para cada família 1 casal de porcos, 3 galinhas e um galo.<sup>285</sup>

Como podemos observar, os sucessivos contratos estabelecidos entre a Companhia do Mucuri e o governo central fizeram com que a empresa subsidiasse todo o processo de contratação de imigrantes estrangeiros na região. Desde sua saída da Europa até a instalação nas terras cedidas pela Companhia, todo o ônus ficou a cargo da empresa. Dessa forma, Teófilo Ottoni modificou drasticamente a sua idéia inicial de colonização espontânea:

[...] em dezembro de 1856 a necessidade de braços para a abertura da estrada de Filadélfia, induziu-me a sair da regra geral que me tinha prescrito. Mandeí à Alemanha uma pessoa estimável fazer o engajamento de trabalhadores para a estrada, adiantando-lhes integralmente as passagens e mais despesas.<sup>286</sup>

---

<sup>285</sup> Teófilo Benedito Ottoni. Relatório dirigido aos senhores acionistas da Companhia do Mucuri em 1857. In. Herculano Ferreira Penna. *Relatório de 1857*. Ouro Preto, Tip. Provincial, 1857. p. 47-48. (anexo nº 16).

<sup>286</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *Relatório de 1857. Op. Cit.*, p.6.

Se o grupo de colonos suíços e portugueses entusiasmou o diretor da Companhia do Mucuri a desenvolver a região, em contrapartida a vinda dos imigrantes arregimentados entre 1857 e 1858 acabou por provocar a desestabilização política e financeira da empresa. Além da crise financeira iniciada em 1857, no cenário político nacional temos ainda o fim da Política de Conciliação e uma significativa reestruturação das leis que regiam as sociedades anônimas no Brasil. A sinergia desses elementos colocou, então, em xeque todo o projeto da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri, como poderemos ver, a seguir, no próximo capítulo.

## Capítulo 4 – O Ocaso do Projeto Mucuri

### *I – A crise da colonização estrangeira e “a tempestade encomendada”*

Com os acordos firmados junto ao Governo central, a empresa organizada por Teófilo Ottoni se obrigava a povoar toda a região do Mucuri com 3 mil colonos estrangeiros até o ano de 1859. A cada ano, portanto, a Companhia se comprometia a introduzir 1.000 colonos europeus. Para tal, em 1857, além da casa Schlobach & Morgstern, de Leipzig, a Companhia do Mucuri contactou outros comissários – como o engenheiro prussiano Maurício Horn e uma casa comercial portuguesa – para arregimentar proletários para a construção das estradas e colonos para ocupar as terras da empresa.<sup>287</sup> Com tais esforços, a Companhia do Mucuri conseguiu introduzir ao longo do ano de 1857 um grupo de 435 colonos. No final desse período, a imigração estrangeira na região do Mucuri totalizava 664 indivíduos: 37 suíços, 215 portugueses da Ilha da Madeira (150 instalados na Colônia Militar do Urucú) e 412 alemães.<sup>288</sup>

Em relação aos anos anteriores, o fluxo de imigrantes estrangeiros para o vale do Mucuri aumentou consideravelmente, no entanto, os números apresentados ainda mostravam-se exíguos, isso se levarmos em consideração os contratos estabelecidos entre a Companhia e o governo central em 1847 e 1856. A principal dificuldade no engajamento dos colonos nas condições propostas por Teófilo Ottoni consistia na concorrência desproporcional dos agentes da recém-criada Associação Central de Colonização para o Brasil (doravante ACC). Financiado com recursos do governo central, este órgão criou um pólo de engajamento de colonos estrangeiros com sede em Paris, sob a direção geral de Henri Beaucourt. O objetivo principal da ACC

---

<sup>287</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *Relatório de 1857. Op. Cit.* p. 19.

<sup>288</sup> José Cândido Gomes. *Relatório da Comissão Liquidadora da Companhia do Mucuri. Op. Cit.* p. 42.

seria recrutar imigrantes europeus para o Brasil “debaixo da proteção do Governo Imperial Brasileiro”.

Para conseguir o maior número de população advéncia possível, os agentes da ACC – financiados pelo governo – espalharam-se pela Europa em busca de indivíduos dispostos a imigrar para o Brasil. Devido à prática de engajamento de colonos feita pelos agentes da ACC, os comissários da casa Schlobach & Morgstern queixaram-se ao diretor da Companhia do Mucuri: segundo eles, a sua empresa não poderia oferecer as mesmas condições de imigração para o Brasil que a ACC divulgava nos jornais;<sup>289</sup> dessa forma a empresa alemã encontrava dificuldades em localizar colonos dispostos a imigrarem para o Mucuri:

<sup>290</sup> Daí a dificuldade de encontrar colonos dispostos a imigrarem para o Mucuri:

Mal entraram em operações os agentes da Associação Central na Europa, os correspondentes da Companhia do Mucuri avisaram que não poderíamos obter colonos, senão fazendo sacrifícios maiores.<sup>291</sup>

Além disso, a Companhia do Mucuri recebia do governo central setenta e quatro mil e novecentos réis (74\$900), enquanto a ACC recebia um apoio de cento e setenta e oito mil e novecentos e sessenta réis (178\$960). Devido a esta concorrência, a empresa organizada por Ottoni encontrava dificuldades para honrar os contratos de engajamento de colonos para o vale. Em um ofício encaminhado em 25 de maio de 1858 a Pedro Araújo Lima, presidente do Conselho de Ministros,<sup>292</sup> Teófilo Ottoni

---

<sup>289</sup> Valdeí Lopes de Araujo. *A Filadélfia de Theófilo Ottoni. Op. Cit.*, p. 111-112.; Frei Olavo Timmers, OFM. *Op. Cit.*, p. 39-40.

<sup>290</sup> Valdeí Lopes de Araujo. *A Filadélfia de Theófilo Ottoni. Op. Cit.*, p. 111-112.; Frei Olavo Timmers, OFM. *Op. Cit.*, p. 39-40.

<sup>291</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *A Colonização do Mucuri. Op. Cit.*, p. 18

<sup>292</sup> Com a morte de Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês do Paraná, em 3 de setembro de 1856, Pedro Araújo Lima, Marquês de Olinda, continuou a Política de Conciliação ao assumir concomitantemente o Ministério do Império e a presidência do Conselho de Ministros, sucedido, posteriormente, pelo gabinete organizado por Paulino Limpo de Abreu, Visconde de Abaeté. Cf.: Moraes

queixou-se dos problemas em relação à concorrência feita pela ACC. O diretor da Companhia relatou ao Marquês de Olinda que a empresa que dirigia não poderia cumprir o contrato que a obrigava introduzir mil colonos por ano no vale do Mucuri em virtude da “concorrência ruínosa” causada pelos agentes da ACC.<sup>293</sup>

Tornava-se patente, portanto, a necessidade de aumentar o afluxo de imigrantes europeus para o Mucuri, caso contrário, a Companhia corria sério risco de perder os privilégios e as concessões oferecidas pelo governo central – principalmente a perda das 10 léguas em quadro concedidas no contrato de 1847. Para cumprir os contratos com a administração central e concorrer com os agentes da ACC, Teófilo Ottoni concedeu aos seus comissários a prerrogativa de antecipar integralmente o valor das passagens dos imigrantes interessados em colonizar o vale do Mucuri.

A partir dessas mudanças nos critérios para arregimentar colonos para o Mucuri, a Companhia ficaria seriamente comprometida, pois, desde 1857 a região vinha recebendo imigrantes qualificados por Ottoni como “onerosos e suspeitos”.<sup>294</sup> Além das dificuldades enfrentadas para a construção das estradas, a Companhia do Mucuri passou a sofrer também com novos embaraços impostos pela colonização estrangeira. Sobre a expedição de colonos engajados em Potsdam pelo engenheiro Maurício Horn, o diretor da Companhia lamentou aos acionistas que a sua escolha “sumamente infeliz”.<sup>295</sup>

No relatório de 1857, Teófilo Ottoni alegou que muitos jornais da Europa denunciavam: no grupo de imigrantes engajados por Horn havia indivíduos retirados de “asilos de mendicidade” e o governo prussiano pagaria de boa vontade a quem os livrasse de tal gente. Segundo o diretor da Companhia, dos 117 colonos embarcados no

---

Melo. *História do Brasil-Reino e do Brasil Império*. t. 2. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982. p. 596-598.

<sup>293</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *A Colonização do Mucuri*. *Op. Cit.*, p. 18

<sup>294</sup> *Ibid.* p. 6.

<sup>295</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *Relatório de 1857*. *Op. Cit.*, p. 19.

porto de Havre na França 13 fugiram para Lisboa, e os 100 que chegaram ao destino final, quiseram impor à força um aumento de salário.<sup>296</sup>

Diante deste embaraço, Ottoni viajou do Rio de Janeiro para Santa Clara a fim de apaziguar o que denominou de “motim”. Com a presença do diretor da Companhia, os imigrantes concordaram em se estabelecer no Mucuri. Boa parte desses indivíduos preferiu lotes de terra ao trabalho nas estradas, uns foram alocados como cocheiros dos carros, 8 foram cedidos ao engenheiro Maurício Horn e 2 foram trabalhar como ferreiros em Filadélfia. No entanto, um grupo de 16 imigrantes solteiros recusaram-se a permanecer no Mucuri, portanto, dirigiram-se para a vila de São José, apossando-se de uma das pranchas de navegação fluvial da Companhia. De acordo com Teófilo Ottoni, os 4 líderes da agitação foram enviados para a cadeia de Caravelas, enquanto os 11 restantes foram afastados do Mucuri e oferecidos ao governo provincial do Espírito Santo para serem empregados no melhoramento do caminho de São Mateus para o Ribeirão da Pedra.<sup>297</sup>

Desse contratempo com os imigrantes, Ottoni deduziu: “concluí que seria um inconveniente antecipar integralmente as passagens para imigrantes solteiros, sobretudo se eles trazem só o seu braço: o emigrante sem caixa, espingarda e mulher não serve para colono”.<sup>298</sup>

O acontecimento narrado por Teófilo Ottoni no relatório anual de 1857 seria apenas o prelúdio das intempéries que a Companhia do Mucuri iria passar durante os dois próximos anos. Em 1858 o capital de 1.200 contos de réis estava exaurido. Se por um lado a estrada entre Filadélfia e Santa Clara já era percorrida por mais de 40 carros de quatro eixos – inovação técnica experimentada pela primeira vez no país –

---

<sup>296</sup> *Idem; Ibidem.* p. 19.

<sup>297</sup> *Ibid.* p. 20.

<sup>298</sup> *Idem.*

ainda faltava a infra-estrutura necessária à circulação dos mesmos na Estrada Santa Cruz, responsável por interligar Filadélfia a Minas Novas.

Para dar continuidade ao processo de colonização estrangeira no Mucuri, Teófilo Ottoni recorreu à Câmara dos deputados para que estes aprovassem um empréstimo de 1.200 contos de réis (1.200:000\$000) à Companhia. Além disso, a empresa também recorreu aos auxílios da própria Associação Central de Colonização, a fim de que a mesma subsidiasse a vinda de imigrantes para o vale do Mucuri.

Com a antecipação das passagens dos colonos e o acordo junto à ACC, a colonização estrangeira para o vale do Mucuri ganhou maior impulso. Segundo os dados do relatório de José Cândido Gomes (1862), em 1858 imigraram para o vale do Mucuri 1.166 indivíduos. No entanto, a chegada em massa desses imigrantes, principalmente a partir da segunda metade de 1858, trouxe grandes sobressaltos à Companhia do Mucuri. Ottoni lamentou que nesse período, encontrava-se doente no Rio de Janeiro, não podendo, portanto, participar do processo de instalação dos indivíduos engajados simultaneamente pela Schlobach & Morgstern e pela Beaucourt & Cia na região. Em setembro as embarcações *Elise* e *Capiberibe* desembarcaram cerca de 250 colonos engajados pela empresa de Leipzig, tempos depois aportaram em São José as os navios de colonos recrutados pela Beaucourt & Cia. O navio *Christiansund* trouxe ao Mucuri cerca de 180 imigrantes e em dezembro foi a vez da barca *Lahore* trazer mais 155 colonos.

A chegada dos imigrantes da Associação Central de Colonização foi o estopim da crise da empresa organizada por Teófilo Ottoni. No opúsculo *A Colonização do Mucuri*, publicado em 1859, Ottoni explicou ao público leitor o porquê da realização do contrato com a ACC e o conseqüente dano causado pelo mesmo.. Segundo o diretor da Companhia do Mucuri, a necessidade de cumprir o contrato firmado junto à

Repartição Geral das Terras Públicas teria o obrigado a receber colonos agenciados pela Beaucourt & Cia:

Saber esperar, é uma das mais importantes regras de bem viver. Mas o Mucuri pedia colonos, e os depósitos da Ilha do Bom Jesus atopeados, eram uma provocação constante. O expediente venceu os princípios e por deplorável aberração, fantasiei poder transformar em verdadeiros colonos, proletários tomados ao acaso.<sup>299</sup>

Ao aportarem em Santa Clara, boa parte do grupo de colonos recusava-se a se dirigir aos lotes de “mato-virgem”, ofertados pela Companhia nas imediações de Filadélfia. Os imigrantes europeus sentiam-se enganados pelos agentes da ACC, pois muitos ainda traziam os contratos assinados na Europa e os anúncios impressos pela ACC que prometiam benefícios que a Companhia do Mucuri não poderia cumprir. Para Teófilo Ottoni, os agentes da Beaucourt & Cia, contratados pela ACC, seriam os principais responsáveis pela crise da colonização estrangeira promovida pela Companhia do Mucuri. No referido opúsculo de 1859, o político liberal tentou demonstrar aquilo que qualificou de farsa montada pelos agenciadores da Beaucourt & Cia, apresentando ao público a tradução de um anúncio impresso divulgado pelos agentes da ACC em Paris sobre as condições de imigração para o vale do rio Mucuri:

Faz-se saber que todas as famílias que quiserem segurar sua prosperidade para o futuro que uma companhia vem de formar-se, tendo por fim mandar para esta terra extravagantemente fértil emigrantes comuns. Lá chegados a companhia cederá a cada um 100.000 braças quadradas de terra já cultivada, como assim morada, lugares para animais e outros pertinências, instrumentos de agricultura e gado de toda a qualidade [...]<sup>300</sup>

Como veremos mais adiante, a segunda metade de 1858 marcou o ocaso da Companhia do Mucuri. A partir de então uma série de sobressaltos concorreram para acelerar a crise do projeto Mucuri. De acordo com o diretor, o afluxo de colonos

---

<sup>299</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *A Colonização do Mucuri...Op. Cit.*, p. 18

<sup>300</sup> *Ibid.* p. 23.

nacionais e a entrada quase simultânea de 580 imigrantes estrangeiros na região de Filadélfia, em um curto espaço de tempo, teriam aumentado a demanda por gêneros de primeira necessidade, tais como farinha, feijão e toucinho.<sup>301</sup> Queixando-se de uma enfermidade, Teófilo Ottoni não pôde solucionar *in loco* a crise de abastecimento de Filadélfia. Dessa forma, orientou que seus agentes não enviassem mais colonos para a região de Filadélfia para que a crise de abastecimento não se agravasse. Do Rio de Janeiro, então, Ottoni instruiu seus agentes que alocassem os imigrantes nas cercanias de Santa Clara.

O período de chegada desses imigrantes coincidiu com a época das enchentes nas partes mais baixas da bacia do rio Mucuri, próximo a Santa Clara. Com o aumento das águas formava-se na região áreas pantanosas cujo entorno ficava suscetível às chamadas febres intermitentes, comuns em todos os rios tropicais do país naquele período. A chegada da estação das águas provocou o flagelo que o diretor da Companhia sempre temeu. Como rejeitaram as terras da Companhia, os colonos do *Christiansund* instalaram-se junto às margens do rio Mucuri, numa região conhecida como Bela Vista, que fora inundada durante as cheias. O resultado não poderia ser outro: em dezembro de 1858 boa parte da população de colonos de Bela Vista havia sido infestada por parasitas. As péssimas condições sanitárias e a ingestão de água ou alimentos contaminados deflagraram um surto de febre tifóide que vitimou fatalmente muitos colonos. Para Valdei Araujo, além desta moléstia, a população imigrante também pôde ter sido vítima da “febre maculosa” transmitida por uma espécie de ácaro, conhecido popularmente como carrapato-estrela.<sup>302</sup>

---

<sup>301</sup> Segundo Ottoni o preço do alqueire de farinha elevou-se a 24 mil-réis (24\$000) e o saco de feijão a 32 mil-réis (32\$000). Teófilo Benedito Ottoni. *Relatório de 1860*. Rio de Janeiro: Tipografia do Correio Mercantil, 1860. p. 20.

<sup>302</sup> Valdei Lopes de Araujo. *A Filadélfia de Theófilo Ottoni. Op. Cit.*, p.115.

Ao tomar conhecimento dos surtos de doenças entre a população imigrante, Teófilo Ottoni viajou novamente para o Mucuri. Ao chegar à região do sítio Bela Vista, o diretor da Companhia narrou as condições sanitárias do local:

Indo visitá-los no dia seguinte ao da minha chegada tive de parar defronte do racho, e declarar-lhes que não podia apear-me porque não havia lugar *desocupado* onde pudesse por o pé. A 50 braças do rancho recendia o cheiro mais nauseabundo.

À vista de tal espetáculo era fácil ser profeta, e eu enunciei aos moradores que uma epidemia era a consequência infalível daquela esterqueira. [...]

As imundícies da habitação tinham produzido tal praga de bichos que ninguém podia parar impunemente em torno das duas casas que serviam de depósito provisório para os colonos.<sup>303</sup>

Como se pode notar no fragmento acima, a falta de saneamento produziu uma série de agravantes para a saúde da população européia recém-instalada no vale do Mucuri. Uma das causas mais evidentes da falta de higiene foi a epidemia de bichos-de-pé que se observou principalmente nas crianças. Por conta da falta de médicos na região, os colonos tinham que se deslocar em vapores da Companhia para receber tratamento na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro – somente durante o mês de março de 1859 foram tratados na Santa Casa 86 colonos do Mucuri. Numa correspondência citada por Ottoni, o Dr. Antônio Fernandes Pereira Portugal – diretor sanitário da Santa Casa de Misericórdia – relatou as enfermidades que acometiam os colonos:

Notamos que a enfermidade de que sofriam a maior parte destes colonos eram úlceras nos pés e pernas, tendo por causa a grande quantidade de bichos e falta de limpeza, sobretudo nas crianças; os outros achavam-se afetados de febres intermitentes e diarréias.<sup>304</sup>

Não bastasse o aumento do preço dos produtos em Filadélfia, e as epidemias decorrentes das cheias do final de 1858, no início de 1859 o Mucuri foi

---

<sup>303</sup>Teófilo Benedito Ottoni. *A Colonização do Mucuri. Op. Cit.*, p. 34.

<sup>304</sup>*Idem; ibidem.* p.35-36.

castigado por uma forte seca. A chuva do final de dezembro de 1858 deu lugar a uma forte estiagem, justamente no período em que os colonos prepararam o solo para o plantio das primeiras lavouras. A população do navio *Christiansund*, então, que já sofria com as moléstias causadas pelas febres intermitentes passaria por uma nova provação. Teófilo Ottoni narrou de forma dramática a terrível seca que assolou o vale do Mucuri no verão de 1859 e as suas conseqüências para os imigrantes europeus:

[...] os dois meses consecutivos de sol que de balde se lhes procurava explicar que não eram excepcionais, mas que eles acreditavam ser a estação ordinária todos os anos, assustaram-nos e diminuíram consideravelmente o seu desejo de trabalhar. Viam as próprias árvores silvestres mais novas ficando todas com o sol – as folhas das bananeiras, e das capoeiras murchando e secando, como sucede em geral na província da Bahia [...] Viram que não vingará à falta de orvalho do céu uma só das plantas exóticas ou do país cujas sementes lançaram na terra.<sup>305</sup>

À primeira vista, soa-nos anormal uma seca tão intensa em uma região de floresta tropical, entretanto, lemos em Warren Dean que esta possibilidade não é estranha a este tipo de bioma. Ao analisar o desflorestamento da Mata Atlântica no século XIX, Dean ressaltou que nos anos em que a chuva era abundante não reduziam as safras, mas os anos de seca eram invariavelmente anos de fome. Quando as chuvas não vinham logo após a estação da queimada, as cinzas simplesmente se dispersavam e seus nutrientes não incorporavam ao solo.<sup>306</sup> Dessa maneira, todo o trabalho na derrubada da mata e queima das coivaras tornava-se inútil.

Foi exatamente neste período que o médico alemão Robert Ave-Lallemant percorreu a região e descreveu suas impressões sobre a região do Mucuri e o projeto da Companhia dirigida Ottoni. Em suas *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*, Lallemant dedicou três capítulos a sua viagem à bacia do rio Mucuri. Ao longo do texto, o médico alemão mostrou-se um cruento opositor ao projeto

---

<sup>305</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *A Colonização do Mucuri. Op. Cit.*, p. 38.

<sup>306</sup> Warren Dean. *A Ferro e Fogo. Op. Cit.*, p. 208.

idealizado por Teófilo Ottoni – esta oposição causou grandes estragos, tanto ao projeto de colonização do vale do Mucuri quanto à imagem do diretor da Companhia.

Ao subir o rio Mucuri no vapor fluvial *Peruípe*, Lallemand chegou à região de Santa Clara no final de janeiro de 1859. Nesse período, e durante o mês de fevereiro, o médico alemão visitou todas as colônias de imigrantes do vale do Mucuri. Segundo o médico alemão, sua viagem pretendia realizar uma “inspeção imparcial”, embora se queixasse que a presença constante do diretor da Companhia pudesse comprometer sua análise.<sup>307</sup> Lallemand ressaltou em sua obra que as condições lastimáveis em que se encontravam os imigrantes eram tamanhas que este fato o levou a tecer “exclamações apaixonadas” em suas descrições sobre o Mucuri, algo que o médico julgava não condizente a um viajante que pretendesse narrar ao público leitor os fatos que observava:

Sei perfeitamente não convir a um viajante que narra calmamente, prorromper de súbito em exclamações apaixonadas. Quando, porém, a vileza humana se mostra tão desmedida, tão inteiramente despidorada, quando espezinha assim todo o direito, toda a justiça, tudo o que é humano, a cólera explode facilmente e gente mais bem educada do que eu exclamaria: “Apre! Como isto é vil, como isto é ignóbil!”<sup>308</sup>

De fato, em suas descrições sobre as colônias européias no vale do Mucuri, Robert Lallemand mostrou-se um rijo opositor à figura de Teófilo Benedito Ottoni e a todo o projeto da Companhia do Mucuri. Para o viajante, encontrar “seus compatriotas” enfermos no meio da floresta tropical brasileira era algo que não poderia passar despercebido em sua obra – daí se explica, em parte, a intransigência com que descreveu e analisou a região o Mucuri.

Assim como Teófilo Ottoni, o viajante alemão concluiu que muitos colonos europeus teriam sido ludibriados pelos agentes da Beaucourt & Cia,

---

<sup>307</sup> Robert Avé-Lallemand. *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Op. Cit.*, p. 176.

<sup>308</sup> *Ibid.* p. 180.

qualificados por Lallemand como “negociantes de carne humana”. Sobre os colonos enganados, o médico alemão ressaltou que estes eram um produto de nefando comércio e que “tinham sido aliciados pelos ignóbeis agentes da Sociedade Central de Colonização no Rio, sociedade sem cérebro e sem coração do Consórcio Beaucourt e de seus subagentes, que os procuraram em suas casas para emigrarem para o Brasil”.<sup>309</sup>

Se a culpa sobre o engajamento de colonos europeus recaía sobre a ACC, todo o ônus do estado de miséria e de doença dos imigrantes estrangeiros no Mucuri recaía sobre Teófilo Ottoni e seus parentes. Na experiência política de Teófilo Benedito Ottoni, nem mesmo o fracasso da Revolução Liberal de 1842 rendeu-lhe tantas injúrias quanto às desferidas por Robert Avé-Lallemand. Nas páginas das *Viagens...*, o político liberal mineiro é rotulado como desumano, ardiloso, desonesto, mentiroso, evasivo e corrupto. Eis o que relata o médico alemão sobre a Companhia do Mucuri e seu diretor:

Uma sociedade anônima que representava um capital de 1.200 contos de réis [...], tendo obtido muitos favores e privilégios do governo, permitiu a Ottoni penetrar, como grande senhor, nas florestas do Mucuri, não, porém, como um criador, e sim como um elefante que quer trilhar o seu caminho, não lhe importando pisar homens ou vermes. [...] Em lugar de pedir, o mais depressa possível, auxílio para os colonos necessitados, a direção mantinha o público entretido com relatórios evasivos, anedotas sobre botocudos e descrições de cortejos solenes em Filadélfia. Uma verdade clara, franca, exata, nunca veio a público; parece-me que a única habilidade digna de nota da direção consistia em não se saber de nada sobre o Mucuri, que não fosse colorido por ela.<sup>310</sup>

Além da truculência em relação ao diretor da Companhia, o médico alemão também criticou os proprietários das fazendas instaladas no vale do Mucuri. Embora as fazendas de Ernesto Benedito Ottoni e Joaquim José de Araújo Maia merecessem elogios do médico alemão, o mesmo não o fez – ressaltou que isso se

---

<sup>309</sup> *Ibid.* p. 162.

<sup>310</sup> *Ibid.* p. 221-222

devia ao fato desses fazendeiros serem parentes de Teófilo Ottoni. Desconsiderando totalmente o patrimônio previamente amealhado por estes fazendeiros, o viajante ressaltou que enquanto as propriedades dos Ottoni cada vez mais se embelezavam, o caixa da companhia cada vez mais se extinguia. Em relação à fazenda Itamonhec, de Ernesto Ottoni, o viajante relatou que não compreendia como um estabelecimento tão próspero pudesse se contrastar com as colossais dificuldades enfrentadas pelos colonos europeus.<sup>311</sup>

Após visitar todas as colônias do Mucuri, Robert Lallemant concluiu que a região não se prestava à imigração estrangeira. Aos colonos, o médico alemão aconselhou que abandonassem as terras da Companhia e procurassem meios para evacuar o Mucuri – para Lallemant, o local ideal para a colonização no Brasil encontrava-se no sul do país. O viajante autodeclarava-se emissário do governo Imperial e por isso, espalhou para os colonos alemães o boato de que a Companhia do Mucuri estava falida e que estes corriam sérios riscos de ficarem abandonados no interior da selva. Lallemant também prometeu aos imigrantes europeus que iria providenciar junto ao imperador meios para retirar todos os estrangeiros do “pestilento Mucuri” e transportá-los para a província de São Pedro.

Segundo Valdei Araujo, os sucessivos embaraços sofridos pela Companhia do Mucuri repercutiram na corte, onde os inimigos políticos de Teófilo Ottoni se movimentaram para ampliar seus efeitos, prejudicando ainda mais a imagem da empresa junto à opinião pública e a seus acionistas.<sup>312</sup> Ao que parece, a movimentação salientada por Araujo surtiu efeitos. Foi o próprio Lallemant quem relatou que “escreveu seriamente” em fevereiro para Manuel Felizardo de Souza e Melo, então ministro da

---

<sup>311</sup> *Ibid.* p. 193.

<sup>312</sup> Valdei Lopes de Araujo. *A Filadélfia de Theófilo Ottoni. Op. Cit.*, p. 115.

Guerra.<sup>313</sup> No dia 5 de março, o navio de guerra *Tietê* ancorava no porto de São José para resgatar os colonos que o médico alemão incitou abandonar a região do vale do Mucuri.

No dia 5 de março, o navio de guerra *Tietê* ancorou no porto de São José para resgatar os colonos, como havia prometido o médico alemão. No comando dessa expedição estava o emissário F. A. Lachmund, um dos agentes da ACC que Ottoni havia denunciado na imprensa. Lachmund tinha instruções para levar o *Tietê* a Viçosa e a Caravelas, onde iria verificar se nessas povoações havia mais algum imigrante que pretendia abandonar as terras da Companhia. Contudo, a sua presença na região foi abreviada – este permaneceu menos de 24 horas – pois em Santa Clara o emissário foi acometido por febre tifóide, doença que o levou a óbito 15 dias depois, no Rio de Janeiro. Antes de seu falecimento, F. A. Lachmund produziu um relatório sobre a situação dos colonos do Mucuri e fez duras críticas à Companhia. Embora não tenha sido publicado, Teófilo Ottoni descredenciou o referido relatório denunciando que o mesmo teria sido escrito pelo próprio Lallemant.

No Rio de Janeiro, o médico alemão procurou meios para impedir que o senado aprovasse o empréstimo de 1.200 contos de réis para a Companhia do Mucuri. Além de atuar no senado, Lallemant também foi a Petrópolis para expor os fatos ao

---

<sup>313</sup> Manoel Felizardo de Souza e Melo nasceu em 8 de dezembro de 1805 na freguesia de Campo Grande, município da Corte. Era filho do major Manuel Joaquim de Souza, natural de Minas Gerais e de D. Luzia Maria de Souza, nascida em Iguaçú. Pouco antes da Independência do Brasil, o jovem Manoel Felizardo partiu para Portugal, onde em 1826 conquistou o título de bacharel em matemáticas pela Universidade de Coimbra. Retornando ao Brasil, ingressou como lente substituto na Academia Militar da Corte. Além da vida política, Manuel Felizardo possuía patente militar, chegando em 1857 ao posto de Brigadeiro. Foi eleito senador em 1848 e ocupou os cargos de ministro da Marinha (1848) e da Guerra (1849 e 1859). Foi nomeado presidente de província do Ceará (1837), Maranhão e Alagoas (1839), São Paulo (1843) e Pernambuco (1857). Em 1854 foi nomeado Diretor da Repartição Geral das Terras Públicas, órgão que passou a ter grande relevância no cenário nacional devido ao interesse pela colonização estrangeira no país. Em 1859 passou a integrar o Conselho de Estado. Membro da chamada burocracia imperial, Manuel Felizardo teve uma intensa vida política no Império. Contudo, sua carreira foi interrompida em 16 de agosto de 1866, data do seu falecimento. Cf.: S. A. Sisson. *Galeria de Brasileiros Ilustres (Os contemporâneos)*. São Paulo: Livraria Martins; Biblioteca de História Brasileira, s/d. p.295-299; Moraes Melo. *História do Brasil-Reino e do Brasil Império*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo Edusp, 1982. Robert Avé-Lallemant. *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*. Op. Cit., p. 167.

Imperador. . Após o encontro com Pedro II, dois novos relatórios foram produzidos sobre o Mucuri: o primeiro foi realizado pelo diretor da Colônia do Urucú, José Feliciano Bueno Mamoré; e o segundo foi realizado por Sebastião Machado Nunes, ex-presidente da província do Espírito Santo. Os dois relatórios concluíram que muitas das denúncias feitas por Robert Lallemant eram falsas ou exageradas.<sup>314</sup>

Outros testemunhos coevos também apontaram para a truculência do médico alemão. Segundo Roberto Borges Martins, o viajante suíço Johan Jakob von Tschudi chocou-se frontalmente com Robert Lallemant, a quem acusava de sensacionalista caluniador e até de impostor.<sup>315</sup> Em *A Província Brasileira de Minas Gerais* – primeiro compêndio sobre Minas, publicado em 1862 – Tschudi ressaltou que as informações veiculadas por Lallemant eram expressões da mais odiosa parcialidade. Para o cientista suíço, as colônias do Mucuri padeciam de diversos problemas que julgava possíveis de serem resolvidos não fosse o ataque desferido por Lallemant, ataques estes, qualificados por Tschudi de “pérfidos e inescrupulosos.”<sup>316</sup>

José Cândido Gomes, autor de um importante relatório sobre a Companhia do Mucuri publicado em 1862, também se ocupou com a querela que envolveu Ottoni e Lallemant. De acordo com Cândido Gomes, a responsabilidade da Companhia em relação ao flagelo que se abateu sobre os imigrantes estrangeiros não pode ir além do fato da imprevidência, pois é inegável que revelando o mal, o diretor da empresa não poupou esforços para combatê-lo:

Não só deixou de calcular sobre as despesas que um melhor tratamento dos colonos devia trazer-lhe, mas ainda fez sacrifícios de todo o gênero para que nada lhes faltasse; ainda mais o próprio diretor da empresa, e eu irmão o Dr. Ernesto Benedito Ottoni se apresentaram no meio do flagelo, exemplificando assim uma louvável dedicação.<sup>317</sup>

---

<sup>314</sup> Valdei Lopes de Araujo. *A Filadélfia de Theófilo Ottoni*. Op. Cit., p. 114-115.

<sup>315</sup> Roberto Borges Martins. “Nota 93”. In: H. G. F. Halfeld & J.J. von. Tschudi. *A Província Brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. p. 130.

<sup>316</sup> H. G. F. Halfeld & J.J. von. Tschudi. *A Província Brasileira de Minas Gerais*. Op. Cit., p. 130-132.

<sup>317</sup> José Cândido Gomes. *Relatório da Comissão Liquidadora da Companhia do Mucuri*. Op. Cit., p. 44.

Embora as posições de Tschudi e Cândido Gomes demonstrem os excessos cometidos pelo médico alemão, a imagem da Companhia do Mucuri e até mesmo da imigração europeia para o Brasil ficaria marcada. Durante a sua viagem às colônias do Mucuri, Lallemant enviou dois opúsculos para serem publicados em periódicos europeus. Publicados na imprensa de Hamburgo, essas peças apresentavam em tom acusatório as condições dos imigrados alemães no Mucuri. Portando-se como advogado de todos os imigrantes alemães do país, o autor adverte ao público leitor os perigos de se imigrar para o império do Brasil. Segundo Oscar Canstatt, os opúsculos *Am Mucury. Eine Waldgeschichte zur Erläuterung, Warnung und Strafe für alle die es angeht* (História da Floresta de Mucuri: explicação, advertência e punição para todos aqueles que por ela se interessam) e *Berichte betreffend die Mucury Kolonie, u.s.w* (Relatos sobre a Colônia do Mucuri),<sup>318</sup> ambos publicados em Hamburgo em 1859, foram os principais responsáveis para promulgação do Édito de Heydt, que restringia a imigração alemã para o Brasil.<sup>319</sup>

Contrário ao modelo de imigração privada, Lallemant julgava que os seus compatriotas muitas vezes eram vítimas dos fazendeiros e que a vinda destes para o Brasil cumpriria a apenas o objetivo de suprir a falta da mão-de-obra escrava. De acordo com uma nota do revisor das *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*, o temperamento metedioso e intempestivo do médico alemão rendeu-lhe muitos inimigos, principalmente fazendeiros de Santa Catarina e de São Paulo, onde o presidente de província recusou-se a recebê-lo, colocando em seu lugar um gaiato.<sup>320</sup>

Quando Lallemant soube da aprovação no senado do empréstimo à Companhia criticou duramente João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, futuro barão de Sinimbu e Miguel Calmon, o Marquês de Abrantes, por terem apoiado a empresa de

---

<sup>318</sup> Agradeço a Walkíria Oliveira pela tradução dos títulos em alemão.

<sup>319</sup> Oscar Canstatt. *Repertório Crítico da Literatura Teuto-Brasileira. Op. Cit.*, p. 85-87.

<sup>320</sup> Robert Avé-Lallemant. *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Op Cit.* p. 255. (Nota do Revisor).

Teófilo Ottoni, mesmo sabendo das denúncias noticiadas na imprensa do Rio de Janeiro. Na mesma oportunidade, rotulou Pedro Araújo Lima, o Marquês de Olinda, de “velho meio surdo” pelo fato de ter discursado a favor do empréstimo à Companhia do Mucuri.<sup>321</sup>

Com a aprovação do Decreto Lei 1.011 de 08 de junho de 1859, ratificada pelo novo presidente do Conselho de Ministros, Antônio Paulino Limpo de Abreu, o Visconde de Abaeté, a Companhia do Mucuri garantiu os meios para captar um empréstimo dentro ou fora do Brasil de um capital adicional de 1.200 contos de réis. Entre outras vantagens, o governo também abonaria os juros de até 7% sobre o capital investido anualmente pela empresa. Em contrapartida, os privilégios e monopólios de transporte e de navegação no Mucuri garantidos em 1847 foram reduzidos de 80 para 20 anos. A quarta parte do valor total, 300 contos de réis (300:000\$000), foi adquirida junto à diretoria da Estrada de Ferro D. Pedro II; o valor restante, 900 contos (900:000\$000), foi captado de uma instituição de Londres.

Com esse capital adicional, a empresa organizada por Teófilo Ottoni ganhou um importante auxílio para continuar os seus trabalhos de colonização e de infra-estrutura no vale do Mucuri. A aprovação da referida lei revela que o apoio político a Ottoni era mais forte que as acusações de Robert Lallemant. Com o caixa da empresa esgotado este montante seria a oportunidade da Companhia do Mucuri de retomar as suas atividades de infra-estrutura e resvalar-se da crise desencadeada no final de 1858.

De volta ao Rio de Janeiro, Ottoni procurou livrar-se das acusações feitas pelo médico alemão. Assim como fez na *Circular* de 1860, Ottoni procurou mostrar-se ao público como um homem honesto e de trajetória exemplar. Neste período, publicou o

---

<sup>321</sup> Robert Avé-Lallemant. *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Op. Cit.*, p. 262-263.

opúsculo *Colonização do Mucuri* (1859), uma memória justificativa em que o político expôs o modelo de colonização estrangeira adotado por sua empresa e as causas de sua crise. Neste livreto, Ottoni concluiu que a má índole de muitos imigrantes contribuiu para os recentes acontecimentos no Mucuri. No entanto, o empresário mineiro ponderou que a culpa da crise do Mucuri deveria recair sobre a ACC e seus agentes na Europa. Em relação aos imigrantes engajados pelos agentes da ACC, Ottoni revelou que

Tinham sido muitos recrutados em tavernas e praças públicas de diversas cidades da Europa, – haviam entre eles meretrizes com patente, ex-marinheiros e ex-soldados, mas infelizmente, tais quais eram tinham direito de levantar a voz e declarar que haviam sido atraídos e enganados.<sup>322</sup>

Além do opúsculo *A Colonização do Mucuri*, no *Apenso B* do relatório anual de 1860, Teófilo Ottoni também se esquivou de todas as acusações feitas por Lallemant. Além de demonstrar que seus parentes e amigos não estavam se enriquecendo às custas da Companhia, Ottoni descreveu a sua trajetória como empresário ao longo da década de 1850, destacando a importante posição que alcançou no cenário financeiro e comercial da corte para demonstrar o quanto eram incorretas as denúncias contra sua pessoa:

Os acionistas da companhia e o público brasileiro sabem que Teófilo Benedito Ottoni, negociante estabelecido no Rio de Janeiro, presidente da praça do comércio e da principal companhia de Seguros Marítimos e Terrestres ali existente, diretor do Banco do Brasil, tinha uma bela posição e uma fortuna ganha honradamente, e que sacrificou a posição e comprometeu a fortuna para fazer triunfar uma idéia – a empresa do Mucuri.<sup>323</sup>

Ao final do texto, Ottoni revelou ao público o que o médico alemão não passava de um impostor, pois, conforme as informações do próprio Marquês de Olinda, Lallemant não era comissário do governo. Segundo Para Teófilo Ottoni, a virulência das

---

<sup>322</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *A Colonização do Mucuri. Op. Cit.*, p. 19.

<sup>323</sup> Teófilo Benedito Ottoni. “O Dr. Lallemant no Mucuri”. In. *Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri no dia 10 de maio de 1860 pelo diretor da Companhia do Mucuri Teófilo Benedito Ottoni*. Rio de Janeiro: Tipografia do Correio Mercantil, 1860. Apenso B, p. 37. (APM. Coleção Assuntos Mineiros).

críticas de Lallemant à figura do diretor da Companhia do Mucuri não teria sido por causa do estado em que encontrou seus compatriotas, mas sim porque Robert Lallemant seria uma “tempestade encomendada” que representava os interesses do grupo ligado à Companhia do Jequitinhonha. Assim, Ottoni acusou o médico alemão de ter sido enviado ao Mucuri a mando do então ministro da Guerra Manuel Felizardo de Souza e Melo para “anarquizar” as colônias do Mucuri.

De acordo com o relatório de 1861 do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, emitido pelo então ministro Manuel Felizardo de Souza e Melo, a Companhia do Jequitinhonha obteve seu contrato junto à administração pública com a aprovação do decreto nº 2.242, de 1º de setembro de 1859. O estatuto da empresa foi sancionado pelo decreto nº.1.044, de 20 de setembro de 1860. De acordo com tais contratos, a Companhia receberia do governo central auxílios pecuniários de até 7% sobre o capital investido anualmente pelos seus empresários para criar a navegação à vapor no rio Jequitinhonha. Devido a atrasos no início das atividades, o governo central suspendeu o acordo com os empresários ligados à empresa. Ao que parece, a denúncia de Ottoni sobre o apoio dado por Manuel Felizardo à Companhia do Jequitinhonha procede, pois no relatório de 1860 o próprio ministro da Agricultura informou à Câmara dos deputados que mesmo após a suspensão do contrato com a Companhia do Jequitinhonha trataria de tornar, realizável com recursos dos cofres públicos, um novo contrato para fomentar a navegação do rio Jequitinhonha.<sup>324</sup>

Como é possível observar, as denúncias de Robert Lallemant não interferiram no resultado da votação do empréstimo à Companhia do Mucuri no senado. Com a aprovação dessa medida, Ottoni ocupou-se em retornar ao vale do Mucuri para cuidar pessoalmente dos trabalhos da estrada Santa Cruz, responsável por conectar

---

<sup>324</sup>Manuel Felizardo de Souza e Melo. *Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas apresentado à Assembléia Geral Legislativa*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1861. p. 40.

Filadélfia a Capelinha, a Minas Novas e a região de Piedade. A crise na empresa instalada desde meados de 1858 parecia finalmente afastar-se, não fosse duro o golpe sofrido com as mudanças políticas que suplantou a chamada política de Conciliação.

## ***II – O esgotamento da política de Conciliação e o fim da Companhia do Mucuri***

Como vimos no capítulo 2, o início da política de Conciliação, empreendida por Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês de Paraná, marcou a década de 1850 com a ampliação das atividades financeiras e comerciais no Brasil. Ao tomar posse dos cargos de presidente do Conselho de Ministros e do ministério da Fazenda, o Marquês do Paraná adotou um programa econômico pautado na idéia de disseminar os melhoramentos necessários ao desenvolvimento do país. Tal iniciativa fez surgir um *boom* das atividades econômicas e financeiras como o Banco do Brasil e empresas do ramo de transporte como a Companhia do Mucuri. Neste período de euforia, marcado pela emissão de papel moeda pelos bancos e pela ampliação do crédito, Teófilo Ottoni conseguiu aprovar diversos acordos com o governo central e provincial para viabilizar as atividades da Companhia do Mucuri e, assim, colocar em prática seu ambicioso plano de ocupação do nordeste mineiro.

Se a empresa dirigida por Ottoni obteve êxito com a estabilidade política e financeira trazida à baila pela política de Conciliação, o esgotamento desta política e a crise financeira de 1857/58 redundaram na crise da Companhia do Mucuri.

Com a morte repentina de Honório Hermeto Carneiro Leão em 1856, os três gabinetes que o sucederam, tentaram sem muito sucesso manter a unidade política e a estabilidade econômica alcançada durante a gestão do Marquês do Paraná. A crise financeira na bolsa de Nova York, resultante da desvalorização das *commodities* agrícolas e do vertiginoso aumento da produção de cereais na Rússia, afetou o Brasil no

final de 1857 e durante todo o ano de 1858. Os impactos da crise no país chamaram a atenção de Karl Marx, que escreveu um artigo sobre os impactos da crise no Brasil. Em artigo publicado *The New York Daily Tribune*, de 5 de janeiro de 1858, Marx fez um diagnóstico da crise econômica brasileira:

[...] Em dezembro se protestaram letras vencidas, por um valor de nove milhões, que firmas de café do Rio de Janeiro haviam girado contra Hamburgo, e esta quantidade de protestos motivou um novo pânico. As letras para os fretes açucareiros da Bahia e Pernambuco experimentaram em Janeiro, verossimilmente, um destino similar e provocaram um recrudescimento da crise.<sup>325</sup>

Com a tribulação, os conservadores reacenderam as rivalidades partidárias arrefecidas durante o Gabinete Paraná. O ministro da Fazenda do Gabinete Olinda, Bernardo Souza Franco, futuro barão de Souza Franco, foi duramente atacado. Os conservadores culpavam a política de pluralidade de emissão bancária adotada por Bernardo Souza Franco como causadora da crise financeira, da queda das exportações de café e da depressão financeira que levou o país a um processo inflacionário que depreciou a moeda nacional frente à libra esterlina.<sup>326</sup>

Esta crise foi um dos principais fatores que concorreram para a demissão do Gabinete de 4 de maio, organizado pelo Marquês de Olinda, que foi substituído pela nova composição organizada por Antônio Paulino Limpo de Abreu, futuro Visconde de Abaeté em 12 de dezembro de 1858.

Instalado a nova composição ministerial, as questões ligadas às leis eleitorais e às leis financeiras minaram as forças do Gabinete Abaeté que durou menos de 8 meses – o Gabinete de 12 de dezembro não encontrava apoio na Câmara.<sup>327</sup> A

---

<sup>325</sup> Karl Marx. “Crisis en Brasil”. In: Karl Marx & Friedrich Engels. *Materiales para la História de America Latina*. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1972. p.345. Apud. Carlos Gabriel Guimarães. *Bancos economia e poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá MacGregor & Companhia (1854-1866)*. Op. Cit. p. 215.

<sup>326</sup> Carlos Gabriel Guimarães. *Bancos economia e poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá MacGregor & Companhia (1854-1866)*. Op. Cit. p. 216-218.

<sup>327</sup> Francisco Iglésias. “Vida Política, 1848/1868”. Op. Cit., p. 78-79

oposição ao Ministério residia principalmente no combate à política de restrição financeira adotada pelo ministro da Fazenda, Francisco Sales Torres Homem, Visconde de Inhomirim.<sup>328</sup> Ao testemunhar o aumento dos embates contra o gabinete então implantado, o próprio Pedro de Araújo Lima – que já havia sido vítima de uma oposição crescente no ministério anterior – ressaltou em um discurso no senado que se assistia às “exéquias da defunta Conciliação”.<sup>329</sup>

A aprovação apertada do projeto de Lei nº 50, que instituía restrições às emissões bancárias teve tramitação áspera na Câmara dos deputados. O resultado da votação evidenciava a resistência ao Gabinete de 12 de dezembro. Para contornar a situação, o Gabinete Abaeté tentou dissolver a câmara e convocar novas eleições. Não encontrando apoio junto ao imperador, estes retiraram-se do poder para que uma nova composição ministerial fosse formada.

A criação do novo Gabinete, organizado em 10 de agosto de 1859 marcou o fim da política de Conciliação, criada em 1853. À frente da presidência do Conselho de Ministros estava Ângelo Muniz da Silva Ferraz, futuro barão de Uruguaiana – um antigo opositor da política implementada por Honório Hermeto Carneiro Leão.

Ângelo Muniz da Silva Ferraz nasceu em Valença, província da Bahia, em 1812. Em 1834 o jovem Ferraz concluiu o curso de direito pela Faculdade de Olinda,

---

<sup>328</sup> Francisco Sales Torres Homem nasceu no Rio de Janeiro em 29 de janeiro de 1812. Formou-se em Medicina pela Escola Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro. Incentivado por Evaristo da Veiga, filiou-se à Sociedade Defensora e passou a colaborar na *Aurora Fluminense*, jornal de propriedade de Evaristo. Em 1833 seguiu para a Europa onde concluiu o curso de direito na Universidade de Paris. Neste período, integrou-se ao movimento que fundou a revista *Niterói*, juntamente com Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre, Pereira da Silva e Cândido Azeredo Coutinho. No Brasil, participou do movimento da Revolução Liberal de 1842, sendo deportado para Lisboa e anistiado dois anos mais tarde. Sob o pseudônimo de Timandro, escreveu o virulento *Libelo do Povo*, um panfleto de forte inspiração liberal. Mais tarde, aproximou-se da Coroa, apoiando abertamente o regime político colocado em prática por Honório Hermeto Carneiro Leão. Aproximando-se dos conservadores, exerceu diversas funções públicas, dentre as quais a presidência do Banco do Brasil (1858 e 1870) e o Ministério da Fazenda. Indicado pela província do Rio Grande Norte, foi escolhido senador em 1868. Foi sócio do IHGB e do Instituto Histórico de Paris. Destacado político do Império, integrou o Conselho do Imperador e foi comendador da Ordem de Cristo. Em 1872 foi agraciado com o título de Visconde de Inhomirim. Faleceu em Paris em 3 de junho de 1876. Cf.: Lúcia Guimarães. “Francisco Sales Torres Homem”. In. Ronaldo Vainfas. *Dicionário do Brasil Imperial. Op. Cit.*, p. 289-290.

<sup>329</sup> *Ibid.* p. 72-73.

onde foi colega de Cansação de Sinimbú e Nabuco de Araújo. Em 1835 fora nomeado promotor público em Salvador e entre 1837 e 1843 foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Jacobina. Eleito em 1838 para a Assembléia Provincial da Bahia, solicitou ao imperador a anistia a todos os participantes do levante da Sabinada. Em 1842 foi eleito deputado para a Assembléia Geral. No Rio de Janeiro, Ferraz ocupou vários cargos públicos como o de Procurador Fiscal do Tesouro e de Inspetor das Alfândegas da corte. Em 1857 foi nomeado presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Com a crise do Gabinete Abaeté, Pedro II surpreendeu até mesmo os correligionários de Ferraz, ao indicá-lo para Presidente do Conselho de Ministros, encerrando, assim, a chamada Conciliação.<sup>330</sup>

Além da presidência do Conselho de Ministros, Ângelo Muniz da Silva Ferraz reservou para si o ministério da fazenda, sendo substituído posteriormente por José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco. Para a pasta dos Negócios do Império Ferraz nomeou João de Almeida Pereira Filho; para o ministério da Justiça nomeou João Lustosa da Cunha Paranaguá, futuro Marquês de Paranaguá; para a pasta dos Estrangeiros nomeou João Lins Vieira Cansação de Sinimbú; para a pastada Guerra nomeou Sebastião do Rego Barros; e a pasta da Marinha nomeou Francisco Xavier Paes Barreto.

Além de tentar modificar a lei eleitoral aprovada no Gabinete do Marquês de Paraná, a nova composição ministerial concentrou-se principalmente no combate à inflação que se generalizava. Para tanto, procurou-se diminuir as emissões dos bancos para evitar novas especulações. Segundo Francisco Iglésias, os adeptos da emissão e do grande movimento de capital como instrumento propulsor da economia, vêem o

---

<sup>330</sup> Augusto Vitorino Sacramento Blake. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883. p. 87-88.

pragmatismo de Ângelo Muniz da Silva Ferraz como a morte do espírito de empresa.<sup>331</sup> Além de encaminhar o projeto para o senado, Ferraz promoveu um forte ajuste no sistema bancário e na organização das sociedades anônimas no início de seu governo. Através do decreto nº 2457, de 5 de setembro de 1859, Ferraz obrigou os estabelecimentos bancários e as sociedades anônimas a remeterem no primeiro dia de cada semana, na Corte à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, e nas Províncias aos respectivos presidentes, uma demonstração das operações da semana anterior.

Segundo Carlos Gabriel Guimarães, o ministro Ferraz aplicou um duro golpe nos defensores da pluralidade bancária, com a promulgação da famosa Lei n.º 1.083, de 22 de agosto de 1860, conhecida como a "Lei dos Entraves". A Lei n.º 1083, em virtude do seu caráter restritivo, aumentou as dificuldades das casas bancárias e dos bancos, causando a quebra de diversas empresas. Além disso, a lei possibilitou a penetração do capital inglês no Brasil, na forma de bancos, companhias de seguro; este capital concorreu ainda mais para agravar o sistema bancário brasileiro.<sup>332</sup>

A política econômica do Gabinete Ferraz também selaria o futuro da Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri. No relatório de 1860, o mais extenso de todos, Teófilo Ottoni expôs aos acionistas que não imaginava que a nova composição ministerial pudesse “afetar” a Companhia do Mucuri, uma vez que a empresa já havia garantido um empréstimo durante o gabinete anterior. Contudo, queixava-se que não havia no Gabinete Ferraz nenhum político de Minas Gerais. Este fato passou a preocupar o político liberal, pois acreditava que os interesses da província de Minas comungavam com os da Companhia que dirigia:

---

<sup>331</sup> Francisco Iglésias. “Vida Política, 1848/1868”. *Op. Cit.*, p. 79.

<sup>332</sup> Carlos Gabriel Guimarães. *Bancos economia e poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá MacGregor & Companhia (1854-1866)*. *Op. Cit.* p. 226

[...] a nomeação dos novos ministros não devia tranquilizar-me. Eu via com pesar posta à margem na organização do ministério toda a sombra de influência da província de Minas, e assim, não havendo no gabinete ministro que representasse os interesses mineiros, eu devia prever tempestades contra a Companhia do Mucuri.<sup>333</sup>

Poucos dias depois da chegada em Filadélfia, Ottoni apressou-se para retornar ao Rio de Janeiro a fim de acompanhar de perto a situação da Companhia frente à nova política econômica adotada pelo Gabinete de 10 de agosto. A preocupação de Ottoni não foi em vão, em sua política restritiva ao crédito, Ângelo Muniz da Silva Ferraz modificou consideravelmente a lei que concedia o empréstimo à Companhia do Mucuri – esta medida seria trágica para a empresa que amargava na crise desde o final de 1858.

O diretor da Companhia do Mucuri considerou danosas as mudanças contratuais da Lei 1.011 de 08 de junho de 1859. A principal mudança se refere à extinção de todos os privilégios de navegação e ao cancelamento da subvenção de juros de 7% garantida pelo governo; além disso, Ferraz impediu também que o empréstimo captado pela Companhia na Inglaterra fosse realizado. Reunindo-se várias vezes com o presidente do Conselho de Ministros e o ministro da Fazenda, Teófilo Ottoni não conseguiu reverter as alterações contratuais impostas por Ferraz. A discussão sobre a interpretação da lei que concedia o empréstimo se dirigiu, portanto, ao Conselho de Estado. Na Consulta de 31 de março de 1860 os conselheiros apoiaram a interpretação do ministro Ferraz, suplantando, assim, a chance da Companhia de adquirir o empréstimo conforme ficou estabelecido pelo gabinete anterior.<sup>334</sup>

---

<sup>333</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri no dia 10 de maio de 1860...Op. Cit.*, p. 7

<sup>334</sup> José Cândido Gomes. *Relatório da Comissão Liquidadora da Companhia do Mucuri. Op. Cit.*, p. 81.

No relatório de 1860, o diretor da Companhia do Mucuri expressou aos acionistas a sua indignação diante a inflexibilidade do presidente do Conselho de Ministros:

O dinheiro que está no tesouro pertence à Companhia tanto como o das entradas que fizeram os acionistas, e é por uma escandalosa prepotência que estamos privados do que é nosso. Dos prejuízos, perdas e danos que estamos sofrendo, o responsável é o Exm<sup>o</sup>. Sr. Conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz, que das alturas do seu poder escarnece do nosso direito.<sup>335</sup>

Para salvar a Companhia do Mucuri do estrangulamento financeiro, restava a Teófilo Ottoni uma última saída. No início de 1860 o imperador e sua comitiva realizavam a viagem de volta às províncias do nordeste. De acordo com Ottoni no retorno para o Rio de Janeiro, a esquadra imperial passaria pelo canal interior dos Abrolhos, o que o fez concluir que o cortejo imperial passaria em frente aos armazéns da Companhia do Mucuri em São José do Porto Alegre.

Vislumbrando a possibilidade de apresentar ao imperador a importância dos empreendimentos que realizava, Ottoni partiu do Rio de Janeiro no vapor *Mucuri* para preparar o esperado encontro. Ao chegar em Vitória, o diretor da empresa foi informado pelo presidente da província do Espírito Santo sobre a possibilidade da comitiva imperial visitar Caravelas e São José - seria esta a oportunidade de ouro que Ottoni teria para fazer o imperador visitar os empreendimentos da Companhia. Neste sentido, Ottoni viajou para a foz do Mucuri para preparar a região para a chegada de Pedro II. Aos acionistas da empresa, Ottoni informou que a visita do imperador a Caravelas seria de suma importância, pois na oportunidade, o monarca poderia ser informado sobre as atividades e os benefícios que a “momentosa empresa” realizava em Minas Gerais e no sul da Bahia. Para Ottoni, a visita do monarca seria valioso para superar a crise que se abatia sobre a Companhia. Entretanto, esta seria mais uma

---

<sup>335</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri no dia 10 de maio de 1860...Op. Cit.*, p. 10

decepção que o diretor da Companhia iria sofrer. No relatório de 1860 o empresário mineiro narra melancolicamente a frustração sofrida em Caravelas:

As esperanças eram lisonjeiras por demais, porém, desvaneceram-se todas na tarde do dia 25 de janeiro, na barra de Caravelas, e com mais presteza do que o fumo dos vapores da esquadra imperial, que deslizou-se [sic] veloz por aqueles mares e rápida desapareceu no horizonte.  
Mal nos foi dado avistá-la!<sup>336</sup>

Não bastasse a frustração diante da passagem da esquadra imperial, no retorno para o Rio de Janeiro, sucumbido por uma violenta tempestade, o vapor *Mucuri*, principal veículo da Companhia, naufragou nos rochedos da costa de Guarapari.<sup>337</sup> A partir de então a Companhia não possuía meios operacionais para continuar em funcionamento. Segundo o diretor da empresa, a mesma já operava com um *déficit* de 150 contos de réis (150:000\$000) e para cumprir os contratos de entrega de mercadorias, Ottoni foi obrigado a alugar na praça do Rio de Janeiro o vapor *Macaense*, de qualidade inferior ao veículo naufragado.<sup>338</sup>

Mergulhada em uma crise que não se conseguia sanar, a Lei nº 1.114 de 27 de setembro de 1860 autorizou o governo Imperial a encampar o contrato feito com a Companhia do Mucuri. A lei garantia a indenização do capital investido em ações aos acionistas da Companhia – para tanto o governo aplicou o empréstimo contraído em Londres com a referida Lei 1.011 de 08 de junho de 1859 para subsidiar a compra das ações da empresa.<sup>339</sup>

Enquanto se decidia o modelo pelo qual se daria a encampação da empresa, Teófilo Benedito Ottoni voltou ao cenário político nacional após 10 anos de “abstenção política” após se eleger para a câmara. Segundo Francisco Iglésias, a política

---

<sup>336</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri no dia 10 de maio de 1860...Op. Cit.*, p.16-17.

<sup>337</sup> *Ibid.* p. 34-35.

<sup>338</sup> José Cândido Gomes. *Relatório da Comissão Liquidadora da Companhia do Mucuri. Op. Cit.*, p. 38.

<sup>339</sup> Ernesto Benedito Ottoni. *Relatório que ao ex-diretor da Companhia do Mucuri dirigiu o Dr. Ernesto Benedito Ottoni.* Rio de Janeiro: Tip. do Correio Mercantil, 1862. p. 3.

de Ferraz, que unificou o partido conservador, fez ressuscitar o partido liberal, praticamente afastado desde 1848. Assinala-se, então, nas eleições de 1860 o retorno à Câmara de figuras adversárias do partido do governo, entre elas, Teófilo Benedito Ottoni.<sup>340</sup> Enquanto o destino da Companhia do Mucuri era traçado, Ottoni lançou a *Circular* de 1860, provocando entusiasmo e polêmica no cenário político nacional.<sup>341</sup>

Em sua famosa *Circular* de 1860, Teófilo Ottoni se ocupou em oferecer ao público as causas da crise que abateu sobre sua Companhia. Referindo-se a Ângelo Muniz da Silva Ferraz como “Hércules burlesco”, Ottoni enfatizou que as condições impostas pelo ministro da Fazenda para conceder o empréstimo aprovado pelo Gabinete Abaeté eram inaceitáveis. Aos leitores da *Circular*, o político mineiro revelou que o ministro dos Negócios do Império, João Almeida Pereira Filho, estava em antagonismo com o seu colega da Fazenda. Diante do impasse sobre a lei que concedia o empréstimo à Companhia do Mucuri, a discussão foi parar na Câmara dos deputados, onde os representantes de Minas Gerais compareceram unanimemente para defender os interesses de sua província – repete-se, principal acionista da Companhia. Conforme o texto da *Circular*, Ferraz contestou a explicação exigida pela deputação mineira, sugerindo que o ideal seria a encampação do contrato realizado em 1847 entre o Governo central e os empresários da Companhia do Mucuri.<sup>342</sup>

No longo discurso proferido na sessão parlamentar de 30 de agosto de 1861 Teófilo Ottoni expôs aos deputados toda a problemática que envolvia o processo de encampação da Companhia do Mucuri. Ressaltou que o governo central não poderia abandonar a manutenção das estradas construídas pela Companhia do Mucuri, pois elas representavam uma importante via de acesso para os moradores da Comarca do

---

<sup>340</sup> Francisco Iglésias. “Vida Política, 1848/1868”. *Op. Cit.*, p.79-80.

<sup>341</sup> Valdei Lopes de Araujo. *Teófilo Benedito Ottoni: política, historiografia e esfera pública no Brasil oitocentista*. *Op. Cit.*, p. 92.; Valdei Lopes de Araujo. “Teófilo Benedito Ottoni: visibilidade e esfera pública no Brasil Oitocentista”. *Op. Cit.*;

<sup>342</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *Circular dedicada aos Srs. eleitores mineiros...Op. Cit.*, p. 365.

Jequitinhonha, principalmente os que se estabeleceram nas freguesias de Capelinha, de São Jacinto e de Filadélfia. Nesta oportunidade, o deputado revelou os motivos pelos quais os acionistas aceitaram a encampação da empresa. De acordo com Ottoni, preocupados com o destino dos recursos investidos na Companhia, os acionistas concordaram com a encampação da empresa, conforme queria o ministro da Fazenda José da Silva Paranhos.<sup>343</sup>

De acordo com a 21ª cláusula dos estatutos da empresa, enquanto os lucros da mesma não excederem a 6% anuais sobre o valor total das ações, os acionistas não poderiam receber nenhuma retribuição. Como ao longo de uma década de atividade a empresa nunca obteve um lucro superior a 72 contos de réis (72:000\$000), a Companhia foi encampada sem que os acionistas tivessem a oportunidade de receber algum lucro sobre as ações.

Uma vez definida a encampação da empresa, passou-se para as discussões que giravam em torno da sua liquidação. Para tanto, seria necessário que a assembléia dos acionistas da Companhia indicasse um responsável para dirigir o processo de liquidação. Presidida por Diogo de Vasconcelos – representante do governo provincial mineiro – a sessão de 12 de fevereiro de 1861 foi unânime em indicar o próprio Teófilo Ottoni para tomar a frente do referido processo. Dias depois, foi aprovado o decreto nº 2758, de 1º de março que instituía o contrato de liquidação da Companhia do Mucuri. Neste contrato, todo o ativo e passivo da Companhia passaria para o governo Imperial e em contrapartida, os acionistas receberiam, sem juros algum, o capital de suas entradas, isto é, 1.200 contos de réis (1.200:000\$000).<sup>344</sup>

---

<sup>343</sup> Teófilo Benedito Ottoni. Sessão parlamentar de 30 de agosto de 1861. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Sessão de 1861. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C, 1861. p. 344-.345

<sup>344</sup> Ernesto Benedito Ottoni. *Relatório que ao ex-diretor da Companhia do Mucuri dirigiu o Dr. Ernesto Benedito Ottoni*. *Op. Cit.*, p. 3.

O referido decreto foi regido por 9 cláusulas. Nelas, os empresários da Companhia do Mucuri renunciavam-se de todas as isenções, privilégios e concessões outorgadas pelo governo imperial e provincial em 13 de maio de 1847 e 19 de agosto do mesmo ano. Renunciavam-se também de todos os bens constantes no inventário da empresa, realizado em 31 de dezembro de 1860, como móveis, imóveis, semoventes e dívidas passivas e ativas, além da renúncia de todas as estradas e caminhos que foram abertos no Mucuri com a entrega de todas as plantas, cartas, desenhos e quaisquer outros trabalhos técnicos. Em compensação, o governo central repassaria à Companhia do Mucuri a quantia de 900 contos de réis (900:000\$000) referentes ao empréstimo previamente adquirido em Londres, além de receber do governo mais 300 contos de réis (300:000\$000) em certo número de objetos separados do inventário. Caso a soma destes bens não formasse essa quantia, o valor seria completado com a venda de terras aos acionistas ao preço mínimo estabelecido pela Lei de Terras de 1850.<sup>345</sup>

A liquidação da empresa, conforme a cláusula 7º do contrato seria realizada por dois comissários árbitros, um indicado pelo governo central e outro pelo ex-diretor da Companhia do Mucuri. José Cândido Gomes foi o árbitro indicado pelo então ministro dos Negócios da Agricultura, Manoel Felizardo de Souza e Melo, da parte dos acionistas, o árbitro nomeado foi o Dr. Ernesto Benedito Ottoni, irmão do ex-diretor da Companhia. Na hipótese de haver alguma discordância entre os dois árbitros, a referida cláusula indicaria o presidente de província de Minas Gerais para julgar o mérito.

Embora não apresentasse provas, o relatório do árbitro José Cândido Gomes acusou o diretor da Companhia de possíveis deslizes na administração da empresa. O árbitro do governo questionou, por exemplo, a presença de parentes e

---

<sup>345</sup> *Ibid.* p. 51; José Cândido Gomes. *Relatório da Comissão Liquidadora... Op. Cit.*, p. 83.

amigos de Teófilo Ottoni como principais funcionários da empresa. Além disso, Cândido Gomes criticou o excesso de poder que Ottoni possuía na administração da Companhia. A posição de José Cândido Gomes e a divulgação do seu relatório por parte do então ministro da Agricultura, Manoel Felizardo de Souza e Melo, fez acender uma nova contenda entre Teófilo Ottoni e a administração do governo central. Segundo José Cândido Gomes,

O Diretor era não só o centro, mas a idéia, a vontade e a forma, a alma enfim da empresa.

Tudo dimanava dele pessoalmente. – Fora dele não existia mais que a ação passiva, e material. [...]

Mas é fato que aos olhos do vulgo a empresa do Mucuri tirava daí uma espécie de encarnação de família, que devia prejudicá-la.<sup>346</sup>

Para rebater as críticas de Cândido Gomes e a atitude de Manoel Felizardo que divulgou em seu relatório de 1862 que as posições do árbitro do governo são “dignos de louvor”,<sup>347</sup> Ottoni publicou no mesmo ano um libelo intitulado *Breve Resposta ao Relatório de Liquidação da Cia. do Mucuri, por parte do Governo*. Ao longo das 96 páginas do opúsculo, o ex-diretor da Companhia tenta refutar todas as acusações feitas contra a sua pessoa, apresentando como testemunho ofícios e cartas de acionistas da empresa que atestariam a retidão de sua administração. Neste espaço Ottoni também ajusta as contas com o conselheiro Manuel Felizardo de Souza e Melo, qualificado pelo ex-diretor da Companhia como seu perseguidor desde o período que mandou o navio de guerra Tietê para a foz do Mucuri.

Ottoni acusou Manoel Felizardo de “delapidações” praticadas contra o tesouro público durante a Balaiada e de nepotismo no contrato de conservação da Estrada Santa Cruz. Ao concluir seu opúsculo, fez críticas virulentas ao seu opositor:

---

<sup>346</sup> José Cândido Gomes. *Relatório da Comissão Liquidadora... Op. Cit.*, p. 85-86.

<sup>347</sup> Manuel Felizardo de Souza e Melo. *Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas apresentado à Assembléia Legislativa*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1862. p. 52-53.

Com tais antecedentes não admira que o Sr. conselheiro Manoel Felizardo de Souza e Melo se fizesse perante as câmaras solidário com as injúrias, e diatribes que mandou escrever contra o ex-diretor da empresa da Companhia do Mucuri. [...]

Não podendo, porém, elevar-se à posição em que estou colocado na estima dos homens de bem, maquina arrastar-me à pocilga onde chafurda.<sup>348</sup>

No que diz respeito ao processo de liquidação da empresa, o mesmo desenvolve-se com dificuldades devido às divergências entre os dois árbitros. A principal delas girava em torno do patrimônio da Companhia do Mucuri. José Cândido Gomes concluiu que a mesma possuía 959:237\$492 em bens, enquanto Ernesto Benedito Ottoni concluiu que este valor seria cotado em 5.621:367\$570.

Dessa forma, o desfecho do processo de encampação da Companhia do Mucuri só foi resolvida com o Decreto nº 3.132, de 27 de julho de 1863, quando o novo ministro da Agricultura, Pedro de Alcântara Bellegarde, fez estabelecer um critério definitivo.

De acordo com o referido decreto, a Companhia do Mucuri renunciaria em favor do governo uma dívida de quase 96 contos de réis – mais precisamente 95:995\$888 – referente aos empréstimos concedidos aos colonos estrangeiros e outros devedores. Em compensação, o governo concederia a metade do valor da dívida renunciada (47:997\$944) em terras nas margens do rio Mucuri e Todos os Santos que poderiam ser adquiridas a meio real a braça quadrada.<sup>349</sup>

Em 1863 a Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri estava finalmente liquidada. Seus antigos acionistas começaram a restituir os valores investidos a partir deste período. Falecido em 17 de outubro de 1869, o então senador Teófilo Benedito Ottoni não viveu para testemunhar os debates sobre as posses

---

<sup>348</sup> Teófilo Benedito Ottoni. *Breve Resposta ao Relatório de Liquidação da Cia. do Mucuri, por parte do Governo*. Tip. de M. Barreto, Mendes Campos e Comp., 1862 p. 77.

<sup>349</sup> BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1863*. Decreto nº 3.132, de 27 de julho de 1863. Tomo XXVI, parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1863. p. 267-269.

concedidas no vale do Mucuri, uma vez que estas se arrastaram em 1898, quando ocorreu a última assembléia dos antigos sócios. Nesta época havia muita discussão sobre as terras destinadas ao maior acionista da empresa, o estado de Minas Gerais.

A questão das terras do vale do Mucuri, decorrentes do processo de liquidação da empresa, só foi finalmente solucionado com o Decreto nº 13.261, de 5 de janeiro de 1971. Este documento regulamentava a lei que criou o Fundo de Desenvolvimento Rural, administrado pela Fundação Rural Mineira, a *RuralMinas*. Com a criação desse órgão, ficou definido que o estado de Minas receberia 44.662 hectares, 465 ares e 100 centiares de terras, relativo ao processo que liquidou a antiga Companhia do Mucuri em 1863.<sup>350</sup>

---

<sup>350</sup> Paulo Pinheiro Chagas. “Nota 260”. *Op. Cit.*, p. 234.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Neste trabalho procuramos analisar a trajetória da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri e a do seu diretor, o político liberal Teófilo Benedito Ottoni. O período entre 1847 e 1863 constituiu-se em nosso corte cronológico, onde examinamos a evolução das atividades da empresa que ganhou notoriedade no cenário nacional por participar de empreendimentos pioneiros e pela polêmica que envolveu o seu diretor e os administradores do governo central a partir de 1860. Além disso, observamos ao longo deste trabalho que uma rede política e econômica local e “nacional” foi montada para dar sustentação ao projeto Mucuri. Desse modo, ao estabelecer seus empreendimentos nos sertões da província de Minas Gerais, a atuação da Companhia chamou a atenção da administração pública. Interessado em ver expandida a malha viária de Minas Gerais, o governo provincial mineiro tornou-se o principal acionista da empresa.

Com o capital de 1200 contos de réis, as atividades da companhia dirigida por Teófilo Ottoni foi responsável por abrir uma nova fronteira na província de Minas através da criação de estradas, de portos, da fundação de núcleos urbanos e do incremento da imigração estrangeira para o interior da Mata Atlântica. Com o implemento dessas medidas, observamos que a partir de 1847 um considerável afluxo de populações em direção ao interior do vale do Mucuri, território até então rotulado como “inculto” e “indômito”, habitado pelos índios botocudo.

Interessados na criação de uma rota comercial alternativa e na expansão de seus negócios, muitos fazendeiros e comerciantes da região de Serro, Diamantina e Minas Novas lançaram-se no empreendimento do Mucuri, adquirindo apólices da Companhia e ocupando áreas até então inexploradas. Além disso, fazendeiros

estabelecidos nas bordas da floresta tropical encontraram no projeto Mucuri a oportunidade para estender seu patrimônio fundiário para o interior do vale do Mucuri.

Nesta pesquisa, vimos que a sorte da empresa dependia não apenas do apoio do governo provincial mineiro e da elite regional, mas também de toda movimentação política da corte. No período da Conciliação, enquanto Ottoni obteve o apoio do governo central, a empresa atuou com certa desenvoltura. Com o retorno dos conservadores em 1859 a empresa deixaria de receber o patrocínio do Ministério e passou por uma grave crise que resultou na liquidação da Companhia em 1863. Por fim, para entender o significado social e econômico da Companhia do Mucuri, procuramos analisar a sua dinâmica local sem perder de vista a complexa evolução política na corte, *locus* privilegiado da atuação dos construtores da nação brasileira do século XIX.

Durante a década de 1850 o vale do Mucuri foi palco de um amplo processo de colonização. Além da presença da população nacional, de escravos e de índios, esta experiência histórica fez convergir para o interior da floresta tropical pessoas de diversas partes do mundo, como foi o caso dos imigrantes europeus e dos trabalhadores chineses. Este fenômeno, que chamou a atenção de Tschudi e Lallemant, só foi possível devido à “patriótica” idéia, então em voga, de levar a civilização até os recônditos mais afastados do Império. Em relação aos colonos estrangeiros, observamos que suas vidas foram transformadas pela ação daqueles que discutiam qual a melhor forma para o trato das questões ligadas à imigração. Além disso, vimos que esta população sofreu com os conflitos políticos em torno de uma política de imigração precária que os destinavam ao trabalho em regiões insalubres.

Herdeiro das primeiras iniciativas de conquista do Mucuri empreendidas desde o início do século XIX, a saga colonizadora encabeçada por Teófilo Ottoni deveria extirpar a barbárie para fazer com que os benefícios da Natureza fossem, então,

conquistados pelo pensamento civilizado, racional e industrioso. Para além de um empreendimento econômico, o projeto Mucuri mostrou-se uma janela para o estudo da ação de homens que não mediram esforços para construir a nação no Brasil do século XIX.

Do processo de ocupação até os dias atuais, a região o vale do Mucuri ficou marcada por disparidades sociais e econômicas e pela ausência de um modelo sustentável de desenvolvimento. Como se pode observar nitidamente no selo em anexo, a figura de Teófilo Ottoni e da Companhia do Mucuri ainda servem de modelo para a busca de projetos político-identitários locais para a promoção do desenvolvimento regional.

## **FONTES:**

ABREU, Antônio Paulino Limpo de. *Mensagem que à Assembléia Legislativa fez o vice-presidente da Província Antônio Paulino Limpo de Abreu*. Ouro Preto. Tipografia Patrícia do Universal, 1835.

ABREU, João Capistrano de. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. “Apontamentos para Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil” [1823]. In: *Projetos Para o Brasil*. DOLHNIKOFF, Mirian (org.) São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ANDRÉA, Francisco José de Souza Soares. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais na abertura da sessão ordinária do ano de 1843*. Ouro Preto. Tip. do Correio de Minas, 1843.

*Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES)*. “Relação dos contratos de colonos da província do Espírito Santo” (1859-1860). Disponível em: [http://www.ape.es.gov.br/Contrato\\_de\\_colonos/Alemaes.htm](http://www.ape.es.gov.br/Contrato_de_colonos/Alemaes.htm)

AVISO – “Sobre a compra dos filhos dos índios”. 09 de agosto de 1845. In.: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *Legislação Indigenista no século XIX*. São Paulo: Edusp; Comissão Pró-índio, 1993.

AVISOS - Ministério da Justiça – “Sobre o trabalho dos índios em casas de particulares e outras providências”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *Legislação Indigenista no século XIX*. São Paulo: Edusp; Comissão Pró-índio, 1993.

BLAKE, Augusto Vitorino Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883.

BRASIL. *Código Comercial do Império do Brasil*. Anotado com toda legislação do país que lhe é referente... comentado por Salustiano Orlando de Araujo Costa. 2º. ed. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1869.

\_\_\_\_\_. *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1833*. Ministério da Justiça. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1873.

\_\_\_\_\_. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1852*. Decreto n.º 802, de 12 de agosto de 1851. Tomo XV, Parte II. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1853. p. IX.

\_\_\_\_\_. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1863*. Decreto nº 3.132, de 27 de julho de 1863. Tomo XXVI, parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1863.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Sessão de 1861. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C, 1861.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Teófilo Benedito Ottoni. *Discursos Parlamentares*. Seleção e introdução de Paulo Pinheiro Chagas. Brasília: Câmara dos Deputados, 1979.

CIRCULAR de 14 de agosto de 1854 do Partido Liberal de Pernambuco sobre a situação do partido e da política conciliatória do Marquês do Paraná. *Arquivo Histórico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Lata 385, pasta 24. (Coleção Senador Nabuco).

DENIS, Ferdinand. *O Brasil*. Salvador: Livraria Progresso, 1955.

DU PIN E ALMEIDA, Miguel Calmon. *Memória Sobre os Meios de Promover a Colonização*. Berlim: Tipografia de Unger Irmãos, 1846. (fac-simile).

FERRAZ, Ângelo Muniz da Silva. *Carta de Ângelo Muniz da Silva Ferraz ao Marquês do Paraná*. Arquivo Histórico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 748, pasta 02. (Coleção Leão Teixeira).

- GOMES, José Cândido. *Relatório da Comissão Liquidadora da Companhia do Mucuri apresentado ao ilustríssimo e excelentíssimo senhor Conselheiro Manoel Felizardo de Sousa e Melo, ministro e secretário dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas pelo comissário árbitro do governo imperial José Cândido Gomes*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1862.
- HALFELD, H. G. F. & J.J Von. TSCHUDI. *A Província Brasileira de Minas Gerais*. Trad. Myrian Ávila; ensaio crítico e revisão de tradução de Roberto Borges Martins. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.
- LAGOS, Manuel Ferreira. “Relatório dos trabalhos do Instituto Histórico e Geográfico”. In.: *Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Série 2. t. 4. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1848.
- LALLEMANT, Robert Avé. *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe [1859]*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. (Coleção Reconquista do Brasil. Nova Série. Vol. 19).
- MACEDO, Joaquim Manoel de. *Ano Biográfico Brasileiro*. 3º vol. Rio de Janeiro: Tipografia e Litografia do Imperial Instituto Artístico, 1876.
- MAGALHÃES, Basílio. “A Circular de Theophilo Ottoni”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXXVIII, Parte 2. Rio de Janeiro: 1916.
- MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica de Minas Gerais*. vol.2. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp. 1981. (Coleção Reconquista do Brasil. v. 61-62).
- MAWE, John. *Viagens ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978. p. 137 (Coleção Reconquista do Brasil, vol. 33).

- MELO, Moraes. Moraes Melo. *História do Brasil-Reino e do Brasil Império*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 64.).
- NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro, 1966.
- NUNES, Sebastião Machado. *Relatório com que o Exm<sup>o</sup>. Sr. Dr. Sebastião Machado Nunes, presidente da província do Espírito Santo abriu a sessão ordinária da respectiva Assembléia Legislativa no dia vinte e cinco de maio do corrente ano*. Vitória: Tipografia de P.A. d'Azereido, 1854.
- OTTONI, Ernesto Benedito. *Relatório que ao ex-diretor da Companhia do Mucuri dirigiu o Dr. Ernesto Benedito Ottoni*. Rio de Janeiro: Tip. do Correio Mercantil, 1862.
- OTTONI, José Eloi. “Memória sobre o estado atual da Capitania de Minas Gerais.” [1798]. *Anais da Biblioteca Nacional*, n.º 30, p.301-316, (1908).
- OTTONI, Cristiano Benedito. *Discurso Parlamentar*. Apud. IGLÉSIAS, Francisco. “Vida Política, 1848/1868”. In.: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. vol. 3, t. II (*O Brasil Monárquico: reações e transações*). São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1976. p.13
- OTONI, Teófilo. *Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri*. Organização: Regina Horta Duarte. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- OTTONI, Teófilo Benedito. *A Colonização do Mucuri*. Rio de Janeiro: Tipografia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1859. In: Valdei Lopes de Araujo (org.). *Teófilo Benedito Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público Mineiro, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Companhia do Mucuri. História da empresa, importância de seus privilégios, alcance dos seus projetos*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1856. In.: ARAUJO, Valdei Lopes de (org.). Teófilo

- Benedito Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público Mineiro, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Breve Resposta ao Relatório de Liquidação da Cia. do Mucuri, por parte do Governo*. Tip. de M. Barreto, Mendes Campos e Comp., 1862
- \_\_\_\_\_. “Circular dedicada aos Srs. Eleitores de senadores pela província de Minas Gerais no quadriênio atual e especialmente dirigida aos Srs. eleitores de deputados pelo 2º distrito eleitoral da mesma Província para a próxima legislatura”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXXVIII, Parte 2. Rio de Janeiro: 1916.
- \_\_\_\_\_. *Ofício encaminhado pelo Diretor da Companhia do Mucuri Teófilo Benedito Ottoni em 23 de março de 1853 ao Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Luiz Antônio Barbosa presidente da província de Minas Gerais*. In: BARBOSA, Luiz Antônio. *Relatório que à Assembléia Provincial da Província de Minas Gerais apresentou na sessão ordinária de 1853 o doutor Luiz Antônio Barbosa, presidente da mesma província*. Ouro Preto, Tipografia do Bom Senso, 1853. (Documentos anexos).
- \_\_\_\_\_. *Ofício encaminhado por Teófilo Benedito Ottoni aos Srs. Presidentes e mais vereadores da Câmara Municipal de São José do Porto Alegre*. Mucuri, 22 de setembro de 1847. In: OTTONI, Teófilo Benedito & OTTONI, Honório Benedito. *Condições para Incorporação de uma Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri, precedidas de uma exposição das vantagens da empresa*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Velleneuve e Companhia, 1847.
- \_\_\_\_\_. *Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri por Teófilo Benedito Ottoni em 15 de outubro de 1857*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1857. (Coleção Assuntos Mineiros) In.: ARAUJO, Valdei Lopes de (org.). *Teófilo Benedito Ottoni e a Companhia do*

- Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público Mineiro, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri no dia 15 de maio de 1860*. Rio de Janeiro: Tipografia do Correio Mercantil, 1860. (Coleção Assuntos Mineiros) In.: ARAUJO, Valdei Lopes de (org.). *Teófilo Benedito Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público Mineiro, 2007.
- OTTONI, Teófilo Benedito & OTTONI, Honório Benedito. *Condições para Incorporação de uma Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri, precedidas de uma exposição das vantagens da empresa*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Velleneuve e Companhia, 1847.
- PENA, Herculano Ferreira. *Relatório que à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou na abertura da sessão ordinária de 1856, o conselheiro Herculano Ferreira Pena, presidente da mesma província*. Ouro Preto, Tip. do Bom Senso, 1856.
- PINTO, Antônio da Costa. *Fala dirigida á Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinária do ano de 1837*. Ouro Preto: Tipografia do Universal, 1837.
- PORTO, Reinaldo Ottoni. *Notas Históricas do Município de Teófilo Otoni II: a extinta Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri*. Teófilo Otoni: Tipografia de O Nordeste Mineiro, 1931.
- PROGRAMA do Gabinete de 06 de setembro de 1853, pelo presidente do Conselho, Conselheiro Visconde de Paraná. *Arquivo Histórico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Lata 385, Pasta 11. (Coleção Senador Nabuco).

- QUEIROGA, Bernardino José de. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinária do ano de 1848*. Ouro Preto: Tipografia Social, 1848.
- RENAULT, Pedro Victor. “*Relatório da Exposição dos rios Mucuri e Todos os Santos, feita por ordem do Exmo. Sr. Governo de Minas Gerais pelo Engenheiro Pedro Victor Renault, tendente a procurar um ponto para degredo*. In.: Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Tipografia de João Ignácio da Silva, 1867, Tomo VIII.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. (Coleção Reconquista do Brasil, vol. 4).
- SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilização e barbárie* [1845]. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SCHLOBACH, Roberto. *Tradução do relatório do Engenheiro Roberto Schlobach. Filadélfia, 17 de outubro de 1853*. In: VIANA, José Lopes da Silva. *Relatório que ao ilustríssimo e excelentíssimo Sr. desembargador José Lopes da Silva Viana, muito digno 1.º vice-presidente da província de Minas Gerais, apresentou ao passar-lhe a administração o presidente Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos*. Ouro Preto, Tipografia do Bom Senso, 1854
- SILVA, Quintiliano José da. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinária do ano de 1846, pelo presidente da província, Quintiliano José da Silva*. Ouro Preto, Tipografia Imparcial de B. X. Pinto de Souza, 1846.

- SILVA, Quintiliano José da. *Fala dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinária de 1847, pelo presidente Quintiliano José da Silva*. Ouro Preto: Tipografia Imparcial de B. X. Pinto de Sousa, 1847.
- SISSON, S. A. *Galeria de Brasileiros Ilustres (Os contemporâneos)*. São Paulo: Livraria Martins; Biblioteca de História Brasileira, s/d.
- SOUZA E MELO, Manuel Felizardo de. *Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas apresentado à Assembléa Geral Legislativa*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1861.
- SOUZA E MELO, Manuel Felizardo de. *Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas apresentado à Assembléa Legislativa*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1862.
- TSCHUDI, J. J. Von. “A província Brasileira de Minas Gerais”. In: HALFELD, H. G. F. & J.J Von. TSCHUDI. *A Província Brasileira de Minas Gerais*. Trad. Myrian Ávila; ensaio crítico e revisão de tradução de Roberto Borges Martins. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.
- VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Primeiras Constituições Sinodais do Arcebispado da Bahia feitas e ordenadas pelo Ilm<sup>o</sup> Revm.<sup>o</sup> Sr. D. Sebastião Monteiro da Vide, 5<sup>o</sup> Arcebispo da Bahia, do Conselho de Sua Majestade*. Livro XXIX, 738. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720.
- VASCONCELOS, Francisco Diogo Pereira. *Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou na sessão ordinária de 1854 o presidente da Província Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos*. Ouro Preto: Tipografia do Bom Senso, 1854.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Francisco Eduardo. “A conversão do Sertão: capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais. In. *Varia História*. vol. 23, nº 37. jan-jun, 2007.
- ANDRADE, Francisco Eduardo. *Entre a Roça e o Engenho: roceiros e fazendeiros nas Minas Gerais do século XIX*. Viçosa: Editora UFV, 2008.
- ALENCASTRO, Luís Felipe de & RENAUX, Maria Luiza. “Caras e modos dos migrantes e imigrantes”. In: Fernando A. Novais (dir.). *História da Vida Privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ARAUJO, Valdeí Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- \_\_\_\_\_. *A Filadélfia de Theófilo Ottoni: uma aventura cidadã*. Belo Horizonte: Afato, 2003.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Teófilo Benedito Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público Mineiro, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Teófilo Benedito Ottoni: política, historiografia e esfera pública no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Uerj. 1998. (Dissertação de Mestrado).
- \_\_\_\_\_. “Teófilo Benedito Ottoni: visibilidade e esfera pública no Brasil Oitocentista”. In. PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como Vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Acces, 1999. p. 165-189.
- BERGAD, Laird W. *Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1880*. Bauru: EDUSC, 2004.

- BIRNIE, Arthur. *História Econômica da Europa, 1760-1939*. 7ª. ed. Trad. Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1964.
- CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. (Coleção Contribuições em Ciências Sociais, vol. 8).
- \_\_\_\_\_. “Trajetórias Republicanas”. In.: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano XLIV, nº. 2. p.22-35.
- \_\_\_\_\_. *Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.
- CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Ottoni: ministro do povo*. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, 1978.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Companhias de Comércio e Navegação: uma viagem pelo rio Doce*. In.: *Anais Eletrônicos do XIV Encontro Regional de História da ANPUH Minas Gerais*. Juiz de Fora, 2004.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes: mercadores das Minas setecentista*. São Paulo: Annablume, 1999.
- CONSTATT, Oscar. *Repertório Crítico da Literatura Teuto-Brasileira*. Rio de Janeiro: INL, s/d.
- COSTA, Joaquim Ribeiro da. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) *Legislação Indigenista no século XIX*. São Paulo: Edusp; Comissão Pró-índio, 1993.
- DEAN, Waren. *A Ferro e Fogo: a história da devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- DUARTE, Regina Horta. “Conquista e Civilização na Minas Oitocentista”. In: OTTONI, Teófilo. *Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri*. Org: Regina Horta Duarte. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- \_\_\_\_\_. “Olhares estrangeiros: viajantes no vale do Mucuri”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44.
- \_\_\_\_\_. “Tempo, política e transformação: Teófilo Otoni e seu lenço branco.” *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. XXVIII, n. 1, p. 101-110, 2002.
- FERREIRA, Laís Ottoni Barbosa. *Os Ottoni e seus Colaterais*. Rio de Janeiro: L.O.B. Ferreira, 1998.
- FERREIRA NETO, Maria Cristina Nunes. *Memória Política e Negócios: a trajetória de Theophilo Benedicto Ottoni*. Campinas: Unicamp, 2002. (Tese de Doutorado).
- FONSECA, Cláudia Damasceno. “Rossios, chãos e terras”. *Revista do APM*. Belo Horizonte, ano XLII, n.º2, julho-dezembro de 2006.
- FRAGOSO, João Luiz. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça comercial do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- GELLNER, Ernest. “Advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe”. In.: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 107-154.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Companhia (1854-1866)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997. (Tese de Doutorado).
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. “O Império e os bancos comerciais do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. Os casos do banco Mauá MagGregor & Cia., do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola” .

- Disponível em [http://www.abphe.org.be/congresso1999/Textos/CARL\\_4B.pdf](http://www.abphe.org.be/congresso1999/Textos/CARL_4B.pdf).
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Debaixo da proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. *RIHGB*; Rio de Janeiro, n. 388, 1995.
- \_\_\_\_\_. “O Império de Santa Cruz: a gênese da memória nacional”. In.: HEISER, Alda & VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Acces Editora, 2001, v. 1.
- \_\_\_\_\_. “O ‘Tribunal da Posteridade’ ”. In: PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado Como Vocação: Idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Acces, 1999.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Metais e pedras preciosas”. In.: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. vol. 2, t. II. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1977.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Política Econômica do Governo Provincial Mineiro*. Rio de Janeiro: INL, 1958.
- IGLÉSIAS, Francisco. “Vida Política, 1848/1868”. In.: Sérgio Buarque de Holanda (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. vol. 3, t. II (*O Brasil Monárquico: reações e transações*). São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1976.
- LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979. (Coleção Ensaio e Memória, 21).

- LINHARES, Maria Yeda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GONÇALVES, Andréa Lisly & ARAUJO, Valdei Lopes de. (Orgs.) *Estado, Região e Sociedade: contribuições sobre história social e política*. Belo Horizonte: Argemum, 2007
- MARTINS, Marcos Lobato. “A crise dos negócios do diamante e as respostas dos homens de fortuna do Alto Jequitinhonha”. *Estudos Econômicos*, São Paulo, 38 (3). jul-set. 2008.
- MARTINS, Roberto Borges. “Tschudi, Halferld, Wagner e a geografia de Minas Gerais no século XIX. In: HALFELD, H. G. F. & J.J Von. TSCHUDI. *A Província Brasileira de Minas Gerais*. Trad. Myrian Ávila; ensaio crítico e revisão de tradução de Roberto Borges Martins. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987. (Coleção Estudos Históricos).
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e Sensibilidade Romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora da UnB, 2004.
- PIMENTA, Dermeval José. *Caminhos de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.
- RAMOS, António Mora. *Pequena História dos Transportes*. Lisboa: Coleção Educativa, nº. 7. 1960.
- SALMEN, Haruf Espindola. *O Sertão do Rio Doce*. Bauru: Edusc, 2005.

- SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. *Uma Contribuição da História dos Transportes no Brasil: a Companhia Bahiana de Navegação à Vapor (1839-1894)*. São Paulo: Usp, 2006. (Tese de Doutorado).
- MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII-XIX*. Berlim: Wiss. Verl. Berlim, 2002.
- MATA, Sérgio da. “O espaço do poder”. *Revista do APM*. Belo Horizonte, ano XLII, n.º2, julho-dezembro de 2006.
- MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e Revolta: os botocudos e a catequese na província de Minas*. Campinas: Unicamp, 2002. (Tese de Doutorado).
- TIMMERS, Frei Olavo. O.F.M. *Teófilo Benedito Ottoni, pioneiro do nordeste mineiro e fundador da cidade de Teófilo Otoni*. Divinópolis: Gráfica Santo Antônio, 1969.
- VENÂNCIO, Renato Pinto Venâncio. “Comércio e Fronteira em Minas Gerais Colonial”. In: Júnia Ferreira Furtado (Org.) *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.
- VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

**ANEXOS:**

**Anexo I**

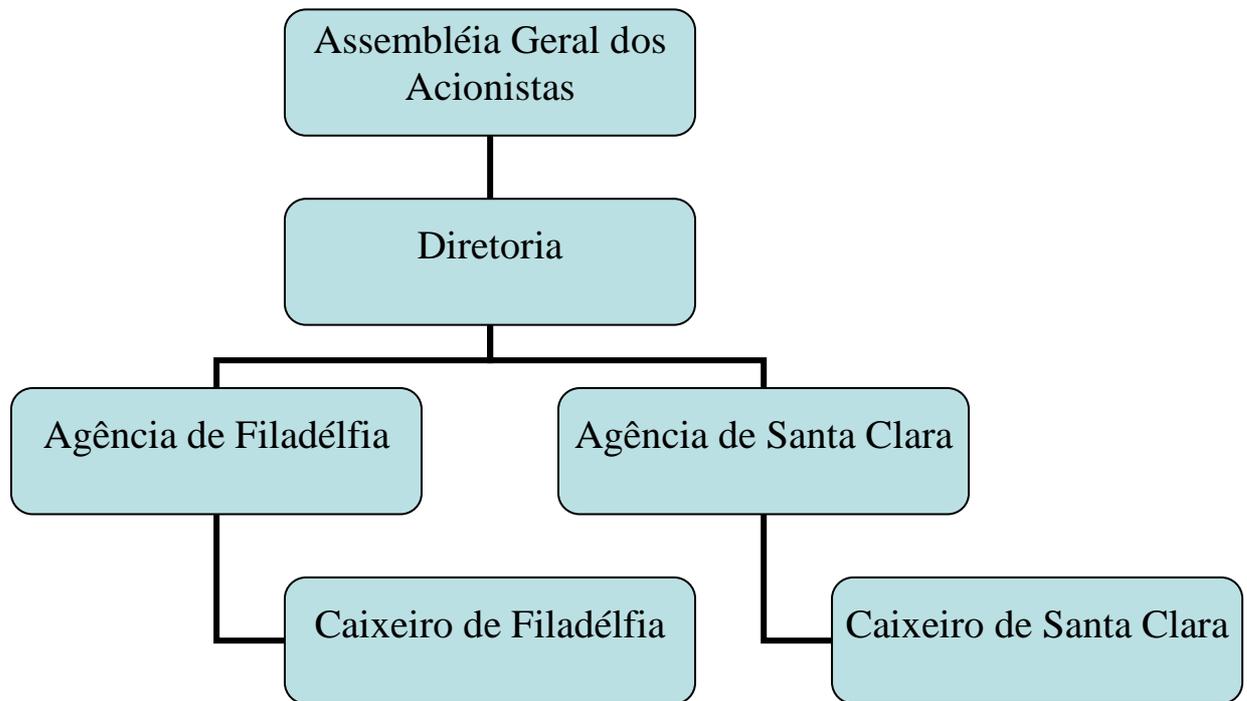
**Figura 7: Apólice da Companhia do Mucuri**



Apólice da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri nº 1988, pertencente a João Batista Viana Drummond. *Apud.* Paulo Pinheiro Chagas. *Teófilo Ottoni*: ministro do povo. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, 1978.

## Anexo II

Figura 8: Organograma da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri



Fonte: Teófilo Benedito Ottoni & Honório Benedito Ottoni. *Condições para Incorporação de uma Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri, precedidas de uma exposição das vantagens da empresa*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1847.; Relatório do Sr. Dr. Sebastião Machado Nunes sobre as Colônias do Mucuri. In: *Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri no dia 10 de maio de 1860 pelo diretor da Companhia do Mucuri Teófilo Benedito Ottoni*. Rio de Janeiro: Tipografia do Correio Mercantil, 1860. Apenso C, p. 59. (APM. Coleção Assuntos Mineiros).

**Anexo III****Relação dos prazos aforados em Filadélfia em 31 de agosto de 1857**

<b>Nºs.</b>	<b>Foreiros</b>	<b>Foros recebidos</b>	<b>Laudêmos</b>	<b>Foros em dívida</b>
1	Dr. Manoel Esteves Ottoni	8\$000	-	4\$000
2	Augusto Benedito Ottoni	12\$000	2\$500	-
3	Barão de Diamantina	12\$000	-	-
4	Feliciano Lopes da Silva	8\$000	-	4\$000
5	Joaquim José de Araújo Maia	12\$000	-	-
6	Antônio José Coelho	8\$000	-	4\$000
7	Dr. João de Salomé Queiroga	12\$000	25\$000	-
8	Tristão Vieira Ottoni	12\$000	-	-
9	Manoel José de Carvalho	-	-	12\$000
10	Martiniano Soares P. Guedes	12\$000	-	-
11	Em comisso	-	-	-
12	Augusto Benedito Ottoni	12\$000	2\$500	-
13	José Fernandes de Carvalho	12\$000	-	-
14	Martinho A. de Miranda Ribeiro	-	-	12\$000
15	Em comisso ( Cia. do Mucuri)	8\$000	-	-
16	José Antônio de Carvalho	8\$000	-	4\$000
17	Manoel Pereira de Carvalho	12\$000	-	-
18	José Leite de Freitas Guimar	12\$000	-	-
19	Roberto Schlobach	12\$000	-	-
20	Theodoro José de Castro	4\$000	-	8\$000
21	Exm. Governo de Minas	8\$000	-	4\$000
22	Manoel Cardoso Faria	8\$000	-	4\$000
23	José de Souza Peixoto	4\$000	2\$500	8\$000
24	Antônio Joaquim César	4\$000	-	8\$000
25	Felisberto Dias Torres	8\$000	-	4\$000
26	Manoel Teixeira de Carvalho	8\$000	-	4\$000
27	D. Clorianá Maria C. Cesar	4\$000	-	8\$000
28	Honório Esteves Ottoni	-	-	12\$000
29	Honório Esteves Ottoni	4\$000	-	8\$000
30	D. Teodora de Araujo Maia	12\$000	-	-
31	Valeriano Esteves de Souza	4\$000	-	-
32	José Ferreira dos Reis	-	-	12\$000
33	José Antônio da Costa	-	-	12\$000
34	Antônio José Moreira	8\$000	-	4\$000
35	Honório de Araujo Maia	-	-	12\$000
36	Quintiliano	-	-	12\$000
37	Antônio Coelho da Silva	-	-	4\$000
38	D. Rita dos Reis Massel	-	-	12\$000
39	D. Maria dos Santos Carvalho	-	-	12\$000
40	Desembargador Manoel Machado Nunes	-	-	12\$000
41	Felipe Alves Macedo	4\$000	-	8\$000
42	Dr. Antônio Gabriel de P. Fonseca	-	-	12\$000

43	Manoel Cavalcanti de Barros	4\$000	-	-
44	Augusto Lackmer	4\$000	-	8\$000
45	Companhia do Mucuri	-	-	-
46	Joaquim Vieira de Pina	12\$000	-	-
47	Dr. Manoel Esteves Ottoni	8\$000	12\$500	4\$000
48	Pio Ferreira de Almeida	-	-	12\$000
49	Camilo Lopes Nisa	8\$000	-	4\$000
50	José Ferreira de Figueiredo	4\$000	-	8\$000
51	Francisco Teixeira Ottoni	12\$000	17\$250	-
52	Joaquim Antônio da Silva	4\$000	-	8\$000
53	Augusto Benedito Ottoni	12\$000	-	-
54	Jorge Benedito Ottoni	12\$000	-	-
55	D. Rosália B. Ottoni Neta	12\$000	-	-
56	Manoel Ramos dos Santos	4\$000	-	8\$000
57	João José de Figueiredo Filho	8\$000	-	4\$000
58	Joaquim José da Fonseca	4\$000	-	8\$000
59	Guilherme Kunert	8\$000	8\$750	4\$000
60	Carlos Pulz	8\$000	-	-
61	Antônio Rodrigues de Oliveira	8\$000	-	4\$000
62	D. Francisca José Coelho da Silva	-	-	12\$000
63	Joaquim Ezequiel de Macedo	8\$000	-	4\$000
64	Francisco Teixeira Ottoni	12\$000	-	-
65	Bernardino da Costa Guedes	-	-	12\$000
66	Maria Alves de Oliveira	-	-	12\$000
67	Cecília da Costa Guedes	-	-	12\$000
68	Manoel Jacinto da Fonseca	4\$000	-	8\$000
69	José Vieira Novais	8\$000	-	4\$000
70	D. Camila Cândida da Conceição	4\$000	-	8\$000
71	Francisco Gomes de Melo	8\$000	-	4\$000
72	José Vieira Novais de Almeida	8\$000	1\$000	4\$000
73	Venâncio Martins Caldeira	8\$000	-	4\$000
74	Antônio Coelho da Silva	8\$000	17\$500	4\$000
75	Casimiro Gomes Leal	-	-	12\$000
76	João Gomes Leal	-	-	12\$000
77	Luiz Binagui Brasileiro	8\$000	-	4\$000
78	Joaquim Xavier de Brito	8\$000	-	4\$000
79	João José de Araújo	12\$000	5\$125	-
80	Venâncio Caldeira Brant	8\$000	-	4\$000
81	Francisco Coelho Barbosa	12\$000	3\$000	-
82	José Antônio de Faria	4\$000	-	8\$000
83	Pedro Coelho Barbosa	4\$000	-	8\$000
84	João Antônio de Menezes	-	-	12\$000
85	Manoel Vieira de Pina	4\$000	-	8\$000
86	Joaquim Luiz Pêgo	4\$000	-	8\$000
87	D. Rosa Maria da Conceição	8\$000	\$750	4\$000
88	Vicente Nunes Ferreira	8\$000	-	4\$000
89	José Cardoso Nunes	8\$000	-	4\$000
90	Joaquim de Câmara	4\$000	-	4\$000

91	Antônio da Silva Andrade	-	-	12\$000
92	Josefino Caetano da Silva	8\$000	-	4\$000
93	Honório Esteves Ottoni Neto	8\$000	-	4\$000
94	Frant Werhlahr	4\$000	-	4\$000
95	Luiz Pereira Bahia	4\$000	-	-
96	João Lopes de Souza Rêgo	4\$000	-	-
97	Francisco Pereira Guedes	4\$000	-	-
98	Honório Esteves Ottoni	-	-	12\$000
99	Moritz Kind	-	-	4\$000
100	João José de Araújo	-	-	-
101	// //	-	-	16\$000
102	// //	-	-	-
103	// //	-	-	-
104	D. Coleta Rosa do Sacramento	4\$000	-	-
105	Gustavo de Araújo Maia	4\$000	-	-
106	Francisco José Leite de Freitas	-	-	4\$000
107	Inácio Botelho Cordeiro	4\$000	-	-
108	Frederico Rausch	4\$000	-	-
109	Agostinho José da Costa Ramos	4\$000	-	-
110	Guilherme Klauss	4\$000	-	-
111	Dr. Manoel Esteves Ottoni	-	-	-
112	// //	-	-	-
113	// //	-	-	-
114	// //	-	-	-
115	// //	-	-	-
116	// //	-	-	-
117	// //	-	-	-
118	// //	-	-	-
119	// //	-	-	-
120	// //	-	-	-
121	// //	-	-	-
122	Augusto Meng	-	-	4\$000
123		-	-	4\$000
124		-	-	4\$000
125		-	-	4\$000
126		-	-	4\$000
127		-	-	4\$000
128		-	-	4\$000
129		-	-	4\$000
130		-	-	4\$000
131		-	-	4\$000
132		-	-	4\$000
Total		600\$000	98\$000	580\$000

Fonte: OTTONI, Teófilo Benedito. *Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucuri por Teófilo Benedito Ottoni em 15 de outubro de 1857*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Companhia, 1857. (documento anexo nº 1)

Anexo IV:

Figura 9: Selo comemorativo do bicentenário de nascimento de Teófilo Benedito Ottoni

